



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
(PPGDR)**

**FRANCISCO PEREIRA DE SOUSA**

**A MAGNITUDE DO ESTADO NA SOCIOECONOMIA DO TOCANTINS ENTRE  
1990 E 2020**

**Palmas, TO  
2024**

**FRANCISCO PEREIRA DE SOUSA**

**A MAGNITUDE DO ESTADO NA SOCIOECONOMIA DO TOCANTINS ENTRE  
1990 E 2020**

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional, nível de Mestrado, da Universidade Federal do Tocantins/Campus Palmas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Nilton Marques de Oliveira

Palmas, TO  
2024

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

- P436m Pereira de Sousa, Francisco.  
A MAGNITUDE DO ESTADO NA SOCIOECONOMIA DO TOCANTINS  
ENTRE 1990 E 2020. / Francisco Pereira de Sousa. – Palmas, TO, 2024.  
177 f.  
Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins –  
Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em  
Desenvolvimento Regional, 2024.  
Orientador: Nilton Marques de Oliveira  
1. Introdução. 2. Aspectos da Magnitude do Estado. 3. Metodologia. 4.  
Dinamismo do Território Sociopolítico da Amazônia Legal. I. Título

**CDD 338.9**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer  
forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte.  
A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184  
do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da  
UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

# A MAGNITUDE DO ESTADO NA SOCIOECONOMIA DO TOCANTINS ENTRE 1990 E 2020

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional, nível de Mestrado, da Universidade Federal do Tocantins/Campus Palmas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Aprovado em: 21/03/2024

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente  
 **NILTON MARQUES DE OLIVEIRA**  
Data: 30/04/2024 14:49:23-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Prof. Dr. Nilton Marques Oliveira (Orientador)**  
Universidade Federal do Tocantins – UFT

Documento assinado digitalmente  
 **WALDECY RODRIGUES**  
Data: 11/05/2024 09:09:02-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Prof. Dr. Waldecy Rodrigues**  
Universidade Federal do Tocantins – UFT

Documento assinado digitalmente  
 **JADSON LUIS REBELO PORTO**  
Data: 03/05/2024 13:33:57-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Prof. Dr. Jadson Luís Rebelo Porto**  
Universidade Federal do Amapá – UNIFAP

Palmas, TO  
2024

*A Jesus Cristo e sua mãe Maria Santíssima  
A minha família e amigos.  
Aos professores e colegas do Mestrado.  
Dedico!*

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro momento, quero agradecer a Jesus Cristo e a sua mãe, Maria Santíssima, pois foi a quem recorri em oração em momentos de dificuldades na realização dessa pesquisa, e ao mesmo tempo por me dar forças para alcançar mais um estágio de crescimento pessoal que considero uma grande dádiva em instante singular de realização.

Em seguida, quero agradecer minha família, minha esposa Silvânia Sousa e as minhas filhas Danielly Sousa, Daiany Sousa e Tamires Sousa, por toda compreensão, apoio e incentivo durante essa jornada de estudo e pesquisa, pois me motivaram a me manter firme nessa etapa acadêmica.

Os meus sinceros agradecimentos ao meu Orientador, Prof. Doutor Nilton Marques de Oliveira, por toda acessibilidade neste período de orientação, além de toda confiança depositada em mim, em projetos realizados como o Evento IV Simpósio SOBER NORTE, para o qual me convidou para ser secretário executivo. Gratidão também aos Professores Doutores Waldecy Rodrigues e Jadson Porto, pela participação na banca de defesa, bem como pelos apontamentos nesta pesquisa

Aos professores João Aparecido Bazzoli, Helga Iwamoto, Rodolfo Luz e Antônio Pedroso, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, com quem tive a grata satisfação de aprender com suas experiências de pesquisadores.

À instituição Agência de Metrologia na qual sou lotado como servidor público efetivo, pela liberação para frequentar o curso de mestrado e também aos meus colegas de trabalho pela compreensão e incentivo.

Por fim, agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, na pessoa do seu coordenador, Prof. Dr. Alex Pizzio, e à Universidade Federal do Tocantins – UFT, pela oportunidade de cursar um Mestrado na cidade onde resido.

*A riqueza de uma nação se mede pela riqueza do povo e não pela riqueza dos príncipes. Nenhuma nação pode florescer e ser feliz enquanto grande parte de seus membros for formada de pobres e miseráveis (Adam Smith).*

## RESUMO

A presente pesquisa analisou a magnitude do Estado na socioeconomia do Tocantins entre 1990 e 2020. Para um melhor entendimento do tema, foi feito um resgate histórico das teorias econômicas que pudessem dar respaldo a essa compreensão, sem adotar uma especificamente, mas analisando o pensamento de cada corrente selecionada, incluindo Liberalismo Clássico, Intervenção Keynesiana, Neoliberalismo, Pós-Neoliberalismo e Ultraliberalismo. Assim, foi possível fazer uma discussão do papel do Estado na economia nas diferentes formas de pensamento. Tal fato possibilitou, além de verificar a magnitude do Estado na socioeconomia do Tocantins, foco desta pesquisa, também discorre sobre a participação do Estado no processo que visa a promover o desenvolvimento regional, a presença do Estado na economia brasileira e na Amazônia Legal e, ao mesmo tempo, comparar com o estado do Tocantins, enriquecendo ainda mais essa pesquisa. Assim, as questões norteadoras dessa pesquisa podem ser resumidas em duas: i) Qual a magnitude do Estado na socioeconomia de Tocantins? e ii) Como se encontra o nível de tendência evolutiva nos aspectos representacionais da presença do estado do Tocantins na sua socioeconomia? Como hipótese, o estado de Tocantins tem sido um importante agente protagonista na promoção da dinâmica econômica, no bem-estar social e no processo de desenvolvimento regional. A metodologia adotada nesta dissertação está dividida em duas partes. A primeira parte analisa a dinâmica e a macrotendência dos indicadores socioeconômicos do Brasil, da Amazônia Legal e do Tocantins. A segunda parte trata de uma análise histórica da socioeconomia, como investigação da relação entre Estado e economia no decorrer do tempo, com um resgate do marco histórico do Tocantins, sob o aspecto da presença do Estado nos momentos relevantes. Neste contexto, foi necessário adotar alguns critérios de comparação, haja vista que o objetivo foi analisar a magnitude que representa “uma medida de grandeza” do Estado, tendo, assim, possibilitado a utilização do método da análise comparativa. Além disso, esta pesquisa é de caráter quantitativo, de natureza descritiva, embasada em análise de conteúdo documental, observação e análise de dados secundários. Os resultados alcançados evidenciaram que o estado do Tocantins, em relação ao Índice de Magnitude do Estado (IME), tem a maior presença do Estado na sua socioeconomia entre as unidades da federação selecionadas nesta amostra. Ao analisar a economia do estado do Tocantins entre 1990 e 2020, percebe-se um processo de evolução no decorrer do tempo, no entanto, apesar dos avanços econômicos, o Tocantins enfrenta desafios sociais, como a necessidade de melhorias na educação e na saúde. O desenvolvimento de políticas públicas voltadas para essas áreas é fundamental para garantir uma sociedade mais equitativa e preparada para os desafios futuros. Portanto, a magnitude do estado do Tocantins na socioeconomia é notável, porém é fundamental lidar com os desafios sociais e promover a diversificação econômica para garantir um desenvolvimento sustentável e equitativo a longo prazo.

**Palavras-Chave:** Amazônia Legal, Índice de Dimensão e Magnitude do Estado na socioeconomia; Tocantins.

## ABSTRACT

This research analyzed the magnitude of the State in the socio-economy of Tocantins between 1990 and 2020. For a better understanding of the topic, a historical review of economic theories that could support this understanding was made, without adopting one specifically, but analyzing the thinking of each selected current, including Classical Liberalism, Keynesian Intervention, Neoliberalism, Post-Neoliberalism and Ultraliberalism. Thus, it was possible to discuss the role of the State in the economy in different forms of thought. This fact made it possible, in addition to verifying the magnitude of the State in the socio-economy of Tocantins, the focus of this research, it also discusses the participation of the State in the process that aims to promote regional development, the presence of the State in the Brazilian economy and in the Legal Amazon and, at the same time, compare with the state of Tocantins, further enriching this research. Thus, the guiding questions of this research can be summarized in two: i) What is the magnitude of the State in the socio-economy of Tocantins? and ii) How is the level of evolutionary trend in the representational aspects of the presence of the state of Tocantins in its socioeconomics? As a hypothesis, the state of Tocantins has been an important protagonist in promoting economic dynamics, social well-being and the regional development process. The methodology adopted in this dissertation is divided into two parts. The first part analyzes the dynamics and macrotrend of socioeconomic indicators in Brazil, the Legal Amazon and Tocantins. The second part deals with a historical analysis of socioeconomics, as an investigation of the relationship between the State and economy over time, with a review of the historical landmark of Tocantins, from the aspect of the State's presence at relevant moments. In this context, it was necessary to adopt some comparison criteria, given that the objective was to analyze the magnitude that represents “a measure of greatness” of the State, thus enabling the use of the comparative analysis method. Furthermore, this research is quantitative in nature, descriptive in nature, based on analysis of documentary content, observation and analysis of secondary data. The results achieved showed that the state of Tocantins, in relation to the State Magnitude Index (IME), has the greatest presence of the State in its socioeconomic status among the federation units selected in this sample. When analyzing the economy of the state of Tocantins between 1990 and 2020, a process of evolution can be seen over time. However, despite economic advances, Tocantins faces social challenges, such as the need for improvements in education and health. The development of public policies aimed at these areas is essential to guarantee a more equitable society prepared for future challenges. Therefore, the magnitude of the state of Tocantins in terms of socioeconomics is notable, but it is essential to deal with social challenges and promote economic diversification to ensure sustainable and equitable development in the long term.

**Keywords:** Legal Amazon, Size and Magnitude Index of the State in socioeconomics; Tocantins.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Organograma da estrutura da dissertação .....	24
Figura 2: Localização da Amazônia Legal no Brasil.....	64
Figura 3: Distribuição dos biomas (Amazônico, Cerrado e Pantanal) .....	64
Figura 4: Extrativismo Mineral .....	82
Figura 5: Indústria de Transformação .....	83
Figura 6: Serviços industriais de Utilidade Pública .....	84
Figura 7: Construção Civil .....	85
Figura 8: Comércio .....	86
Figura 9: Serviço .....	87
Figura 10: Administração Pública .....	88
Figura 11: Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca .....	89
Figura 12: Localização geográfica do Brasil e do estado do Tocantins .....	107

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Macrotendência do PIB <i>Per Capita</i> do Brasil, da Amazônia Legal e do Tocantins .....	94
Gráfico 2: Macrotendência da taxa de desemprego do Brasil, da Amazônia Legal e do Tocantins .....	95
Gráfico 3: Macrotendência da <i>Renda Per Capita</i> do Brasil, da Amazônia Legal e do Tocantins .....	96
Gráfico 4: Macrotendência do percentual de investimento em ciências e tecnologias em relação à receita líquida do Brasil, da Amazônia Legal e do Tocantins .....	97
Gráfico 5: Macrotendência do (%) de Pobre no Brasil, na Amazônia Legal e no Tocantins...	98
Gráfico 6: Evolução Populacional do Tocantins .....	108
Gráfico 7: Distribuição populacional do Tocantins em 2022.....	109
Gráfico 8: População residente por cor ou raça no Tocantins .....	110
Gráfico 9: Evolução do PIB do Tocantins .....	112
Gráfico 10: Evolução do <i>PIB Per Capita</i> do Tocantins .....	113
Gráfico 11: Composição (%) do PIB do Tocantins .....	114
Gráfico 12: Evolução da balança Comercial do Tocantins .....	116
Gráfico 13: Evolução do FPE do Tocantins .....	117
Gráfico 14: Evolução do VAB do Serviço no Tocantins .....	121
Gráfico 15: Evolução do PIB dos segmentos indústrias e do PIB da indústria Tocantins ....	122
Gráfico 16: Evolução (%) do PIB da Indústria do Tocantins .....	124
Gráfico 17: Evolução (%) na participação do PIB da indústria do Tocantins .....	125
Gráfico 18: Evolução (%) do PIB da Agropecuária do Tocantins .....	128
Gráfico 19: Evolução (%) de instituições públicas em relação ao total de empresas instaladas no Tocantins (2006-2020) .....	132
Gráfico 20: Evolução (%) do Investimento Público em relação à Receita Corrente Líquida (2013-2020) .....	134
Gráfico 21: Evolução (%) da participação do PIB da Adm. Pública no PIB total do Tocantins (2000-2020) .....	136
Gráfico 22: Evolução (%) servidores públicos em relação a população ocupada - PNAD contínua (2012-2020) .....	138
Gráfico 23: Evolução (%) servidores públicos em relação ao trabalho formal – RAIS (2010 – 2020) .....	140
Gráfico 24: Evolução dos gastos públicos <i>Per Capita</i> no Tocantins .....	143

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Variação do PIB do Brasil entre (1950-1960).....	51
Tabela 2: Crescimento do PIB <i>Per Capita</i> do Brasil entre (1956-1960).....	51
Tabela 3: Inflação Brasileira – IPCA (% a.a) – (1964-1967).....	53
Tabela 4: Distribuição do peso que compõem o (IME).....	79
Tabela 5: Nível de Dinamismo dos estados da Amazônia Legal (1995-2020) .....	90
Tabela 6: Representatividade dos PIBs dos Estados no PIB da Amazônia Legal (1995-2020) .....	91
Tabela 7: Evolução da quantidade de municípios do estado do Tocantins .....	104
Tabela 8: Empregos formais no Tocantins .....	118
Tabela 9: Evolução da atividade econômica Serviço no Tocantins (2010-2020) .....	120
Tabela 10: Participação (%) de estabelecimento público em relação a quantidade de estabelecimento empresariais .....	131
Tabela 11: Investimento público em relação à Receita Corrente Líquida .....	133
Tabela 12: Participação (%) do PIB da Adm. no PIB total das unidades da federação .....	135
Tabela 13: Relação entre o total servidores ocupado e o da população ocupada na semana de referência, 4 <sup>a</sup> trimestre/2020 .....	137
Tabela 14: Relação entre Servidores Públicos e os Trabalhadores formais - RAIS .....	139
Tabela 15: Índices Servidores Públicos .....	141
Tabela 16: Gasto Público em relação a população residente dos Estados da amostra .....	142
Tabela 17: Índices das Dimensões de Magnitude do Estado – 2020 .....	144
Tabela 18: Índice de Magnitude do Estado .....	145
Tabela 19: Evolução dos IMEs dos Estados da Amazônia Legal (2000; 2010 e 2020).....	147

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Quociente Locacional.....	75
Quadro 2: Tendência evolutiva das dimensões de magnitude do estado do Tocantins.....	148

## LISTA DE SIGLAS

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina  
SPVEA - Superintendência do Plano de Valorização Econômica  
SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia  
PNDR - Política Nacional de Desenvolvimento Regional  
FDA - Fundo de Desenvolvimento da Amazônia  
FNO - Fundo Constitucional de Financiamento do Norte  
IFIRPJ - Incentivos Fiscais sobre Impostos Renda de Pessoa Jurídica  
IME - Índice de Magnitude do Estado  
PIB - Produto Interno Bruto  
JK - Juscelino Kubitschek  
PCI - Programa de Competitividade Industrial  
PBQP - Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade  
BNDE - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico  
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
PAEG - Programa de Ação Econômica do Governo  
PED - Plano Estratégico de Desenvolvimento  
PMBA - Programa de Metas de Base e Ação  
IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados  
II PND - Plano Nacional de Desenvolvimento  
FMI - Fundo Monetário Internacional  
BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento  
PCI - Programa de Competitividade Industrial  
PBQP - Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade  
URV - Unidade Real de Valor  
EUA - Estados Unidos da América  
TCR - Taxa de Câmbio Real  
BC - Banco Central  
FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço  
PIN - Plano de Integração Nacional  
PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terras  
PND - Planos Nacionais Desenvolvimento  
PGC - Programa Grande Carajás  
PDR - Políticas de Desenvolvimento Regional  
PNDR - Política Nacional de Desenvolvimento Regional  
BASA - Banco da Amazônia  
MDR - Ministério do Desenvolvimento Regional  
UHE - Usina Hidrelétrica de Energia  
CGTE - Central Geradora Termelétrica  
PCH - Pequenas Centrais Hidrelétricas  
OGU - Orçamento Geral da União  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
SEPLAN - Secretaria de Planejamento e Orçamento do Estado do Tocantins  
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
RAIS - Relação Anual de Informações Sociais  
SICONFI - Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do setor público brasileiro  
STN - Secretaria do Tesouro Nacional  
SCN - Sistema de Contas Nacionais  
PNAD contínua - Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio Contínua

CEMPRE- Cadastro Central de Empresas  
CONFAZ - Conselho Nacional de Política Fazendária  
QL - Quociente Locacional  
MTE - Ministério do Trabalho e do Emprego  
AC – Acre  
AP – Amapá  
AM – Amazonas  
MT – Mato Grosso  
PA – Pará  
RO – Rondônia  
RR – Roraima  
TO – Tocantins  
MA – Maranhão  
NDT – Nível do Dinamismo do Território  
FPE - Fundo de Participação do Estado  
IRRF - Imposto sobre a renda retido na fonte  
IPI - Imposto sobre produtos industrializados  
VAB – Valor Adicionado Bruto  
BR-153 - Belém-Brasília  
CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
PRODECER - Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados  
ID - Índice de Dimensão  
IME - Índice de Magnitude do Estado  
RCL - Receita Corrente Líquida

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>17</b>
1.1 Problema de pesquisa.....	21
1.2 Objetivos .....	22
1.2.1 Objetivo Geral.....	22
1.2.2 Objetivos Específicos.....	22
1.3 Justificativa .....	22
1.4 Estrutura da Dissertação.....	23
<b>2 ASPECTOS DA MAGNITUDE DO ESTADO .....</b>	<b>25</b>
2.1 Interferência do Estado na Socioeconomia.....	25
2.2 Liberalismo Clássico do Estado na Socioeconomia.....	26
2.3 A Intervenção Keynesiana do Estado na Socioeconomia .....	29
2.4 Visão Neoliberal do Estado na Socioeconomia .....	32
2.5 Pós-Neoliberalismo.....	34
2.6 Ultraliberalismo.....	37
2.7 Considerações sobre a Magnitude do Estado.....	40
2.8 A Magnitude do Estado no processo do Desenvolvimento Regional .....	41
2.9 A Magnitude do Estado na Socioeconomia Brasileira.....	49
2.10 A Magnitude do Estado na Socioeconomia da Amazônia Legal .....	63
2.10.2.1 Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO).....	67
2.10.2.2 Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA).....	68
2.10.2.3 Incentivos Fiscais sobre Impostos Renda de Pessoa Jurídica (IFIRPJ).....	70
<b>3 METODOLOGIA.....</b>	<b>72</b>
3.1 Perfil Locacional do emprego formal nos Estados da Amazônia Legal .....	74
3.2 Nível de Dinamismo do Território da Amazônia Legal.....	76
3.3 Índice da Magnitude do Estado (IME).....	76
<b>4 DINAMISMO DO TERRITÓRIO SOCIOPOLÍTICO DA AMAZÔNIA LEGAL ....</b>	<b>81</b>
4.1 Quociente Locacional do emprego formal nos Estados da Amazônia Legal.....	82
4.2 Dinamismo dos Estados da Amazônia Legal.....	90
4.2 Macrotendência dos indicadores socioeconômicos do Brasil, da Amazônia Legal e do Tocantins. .....	93
<b>5 RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>100</b>
5.1 A Magnitude o Estado na Socioeconomia do Tocantins: Aspectos Históricos do Norte do Goiás antes da criação do Estado do Tocantins.....	100
5.2 Processo de criação dos municípios do estado de Tocantins .....	103
<b>6 CARACTERIZAÇÃO DOS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DO TOCANTINS .....</b>	<b>106</b>
6.1 Características dos Aspectos Geográficos.....	106
6.2 Características dos Aspectos Demográficos.....	108

6.3 Características dos Aspectos Econômicos .....	110
6.3.1 Atividades econômicas do estado de Tocantins .....	119
6.3.1.2 Atividade econômica de Serviço.....	119
6.3.1.3 Atividade econômica industrial.....	121
6.3.1.4 Atividade econômica Agropecuária.....	126
6.4 Considerações das atividades econômicas do estado do Tocantins .....	129
<b>7 ÍNDICE DE DIMENSÃO DA MAGNITUDE DO ESTADO.....</b>	<b>130</b>
7.1 Índice de dimensão de Estabelecimento Econômico Público .....	130
7.2 Índice de dimensão do Investimento Público.....	132
7.3 Índice de dimensão do PIB da Administração Pública no Produto Interno Bruto .....	135
7.4 Índice dos servidores públicos .....	137
7.4.1 Índice dimensão de Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) .....	137
7.4.2 Índice dimensão Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) .....	139
7.4.3 Índice de dimensão de Servidores Públicos .....	140
7.5 Índice de dimensão de despesa total do setor público em relação à população .....	141
7.6 Mensuração dos índices de dimensões.....	143
7.6.1 Resultados Alcançados.....	143
7.7 Composição do Índice Magnitude do Estado.....	145
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>150</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>157</b>
<b>APÊNDICE I.....</b>	<b>172</b>
<b>QL do Território Sociopolítico da Amazônia Legal - 1990.....</b>	<b>172</b>
<b>QL do Território Sociopolítico da Amazônia Legal - 2000.....</b>	<b>172</b>
<b>QL do Território Sociopolítico da Amazônia Legal – 2010.....</b>	<b>172</b>
<b>QL do Território Sociopolítico da Amazônia Legal – 2020.....</b>	<b>172</b>
<b>APÊNDICE II.....</b>	<b>173</b>
<b>APÊNDICE III.....</b>	<b>174</b>
<b>APÊNDICE IV.....</b>	<b>177</b>
<b>APÊNDICE V .....</b>	<b>178</b>
<b>APÊNDICE VI.....</b>	<b>178</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como propósito compreender a importância da magnitude do Estado na socioeconomia de Tocantins, sendo que, apesar dos indicativos empíricos dessa participação, existe certa escassez de trabalhos que pesquisaram a magnitude desse Estado na sua socioeconomia, uma vez que o Tocantins foi o primeiro estado da federação a ser criado a partir da Constituição Federal de 1988. Tal fato ocorreu por meio do artigo 13º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da mesma Constituição, em 5 de outubro de 1988. O Tocantins foi criado pela divisão da parte norte de Goiás, pelo texto constitucional de 05 de outubro de 1989 e pelas alterações adotadas pela Emenda Constitucional nº 01/1989, quando houve a promulgação da Constituição do estado de Tocantins. Desta forma, faz-se necessária a realização de uma pesquisa com o intuito de verificar a influência do Estado na sua socioeconomia regional.

Porém, para melhor entendimento, cabe esclarecer que o termo “magnitude” empregado nesta pesquisa refere-se ao tamanho da representatividade do estado do Tocantins na sua socioeconomia. Enquanto a expressão “socioeconomia” é a relação existente entre os fatores sociais e econômicos que afetam a sociedade. Ou seja, são as circunstâncias e aspectos que afetam tanto a ordem social como a economia de um local ou região, bem como as sociedades que prosperam, paralisam ou retrocedem influenciadas por fatores sociais e econômicos presentes na região.

Assim, a expressão “magnitude” utilizada nessa dissertação pode ser compreendida como a grandeza da importância do papel do poder público (Estado) no desenvolvimento de ações públicas que beneficiam a coletividade na promoção do desenvolvimento de determinada região. Já o termo “magnitude do Estado”, empregado para fins dessa pesquisa, refere-se à representatividade das ações públicas do Estado visando a promover o processo de desenvolvimento, no qual o Estado é o agente principal na condução das políticas que objetivam propiciar o desenvolvimento regional.

No decorrer da história tem sido debatida a importância da presença do Estado na socioeconomia, tendo em vista que os fatores socioeconômicos proporcionam transformações nas sociedades. Assim, esse tema tem-se intensificado em função do acalorado debate na esfera global atual sobre o papel da instituição “Estado” nas atividades econômicas e sociais. Dessa maneira, o fato de se debruçar sobre a análise de como as sociedades avançam, retroagem ou estagnam em razão da sua socioeconomia local, regional e global tem despertado o interesse de perceber o tamanho da representatividade do Estado na dinâmica do

processo do desenvolvimento, na medida em que vários fatores estão inseridos na dinâmica que promove o desenvolvimento.

Desta forma, compreender a representatividade do Estado, seja na economia ou na sociedade, requer um pressuposto de um ambiente de magnitude evolutiva do Estado no decorrer do tempo, pois o Estado Absolutista, o Estado Liberal, o Estado Social, o Estado Neoliberal e o Estado Ultraliberal são formas evolutivas da magnitude do Estado, cujos motivos são encontrados nas inquietações que confirmam os diversos planos das ações da sociedade. Isso vem ocorrendo conforme as eventualidades e circunstâncias, demonstrando que a relação entre Estado e a socioeconomia é dinâmica e que passa por transformações a depender das relações políticas, sociais e econômicas (Block; Evans, 2005). Assim, a ação direta do Estado nas regiões se mostra relevante por promover estímulo à instalação de indústrias, melhorias na produção regional, fortalecimento das conexões de inovação e incentivo às externalidades positivas regionais (Granito, 2007; Chelala, 2008; Felipim *et al.*, 2015).

Nesse contexto, o processo histórico indica que várias correntes de pensamento propuseram alguma forma de alcançar o desenvolvimento. Os primeiros passos foram dados pelos fisiocratas, que defendiam a limitação da atuação do Estado e instituíram um regime democrático, visando a controlar o poder absolutista monárquico por meio da lei. Na mesma linha dos fisiocratas, os clássicos formularam teorias econômicas da não intervenção dos Estados na economia, visando a contradizer as ideias existentes que permitiam regulamentar e proteger os mercados defendido pelos governantes absolutistas. Eles acreditavam que a utilidade da magnitude do interesse individual poderia conduzir de forma natural aos objetivos coletivos por meio de uma “mão invisível” (Oliveira; Gennari, 2017).

Entretanto, com a crise do capitalismo de 1930 e com a desconfiança nos princípios da livre concorrência, o modelo vigente da teoria econômica não conseguiu apresentar uma solução para tal situação, tendo surgido, então, uma nova forma de pensamento econômico conhecida como keynesianismo. Diferentemente dos clássicos que defendiam que o ciclo econômico não era autorregulador, por essa razão, o sistema capitalista era incapaz de gerar emprego para todos que queriam trabalhar. Nesses termos, a intervenção do Estado era vista como uma solução imediata para criar novos postos de trabalho, visando a garantir que a demanda efetiva continuasse aumentando, gerando um efeito multiplicador para os demais ramos da economia (Keynes, 1985).

Porém, com o endividamento do Estado, o modelo keynesiano perde força no debate econômico. Assim o princípio da não intervenção na economia emerge com uma nova

roupagem chamada de neoliberalismo, que logo ganha notoriedade no debate econômico, uma vez que o neoliberalismo se refere a uma forma de estratégia de desenvolvimento que abrange implicações econômicas, sociais e políticas, não apenas uma lista de soluções para problemas econômicos, porém trata-se de um conjunto de teorias econômicas que ligam políticas distintas coerentes para promover o crescimento e a modernização da economia (Boas; Gans-Morse, 2009).

No entanto, com a ocorrência de diversas crises econômicas, chegam ao poder governantes ligado mais à esquerda, especialmente na América Latina, dando, assim, início ao conhecido período *Pós-neoliberalismo*. Trata-se de um período de transição para a reorganização da economia e de uma configuração de um novo papel do Estado e do surgimento de novos atores sociais e da superação do discurso dos livres mercados. Em síntese, o *Pós-neoliberalismo* pode ser entendido como uma transição de uma forma de capitalismo para outra e de uma alteração no aspecto do bloco de poder (Sozzo, 2018).

Porém, o processo evolutivo da forma como os governantes e os mercados encaram as crises econômicas permite outras formas, ou formas reformuladas, para combater as mais diversas crises da economia mundial. Dessa maneira, emerge o debate ultraliberal, sendo que a concepção de *ultraliberalismo* poderia ser compreendida com uma espécie de subcategoria, que pleiteia uma análise que visa à conjectura da totalidade das transições capitalistas. Ou seja, a metodologia da totalidade procura abranger as mudanças e as peculiaridades que ocorrem no âmbito da estrutura e da superestrutura econômica. Desse modo, o *ultraliberalismo* como categoria teórica apresenta elementos que caracterizam as diversas correntes que foram formadas ao longo do século XX, sendo tais correntes, tradicionalmente, denominadas de *neoliberais* (Fontes, 2005).

Porém, após a segunda guerra mundial, em meados dos anos 1950, o debate sobre desenvolvimento das regiões ganhou intensidade em razão das dificuldades que as localidades encontravam para promover seu desenvolvimento, tendo em vista que as políticas econômicas nacionais não atendiam às especificidades locais, pois muitas regiões, antes prósperas, caíram em declínio, e outras que não eram desenvolvidas conseguiram emergir alcançando níveis de desenvolvimento que não existiam localmente.

Nesses termos, o desenvolvimento regional apresenta uma preocupação com os motivos das distribuições diversificadas das atividades econômicas no âmbito de uma determinada região, pois algumas regiões com economias antes desenvolvidas entraram em declínio em razão da conduta adotada para a execução de determinados objetivos econômicos, valendo salientar que o desenvolvimento é caracterizado não apenas pelo crescimento da

economia, ou seja, pelo aumento da produtividade, mesmo sendo ele uma condição essencial no processo que leva ao desenvolvimento regional.

Com relação ao Brasil, a magnitude do Estado se deu por meio das transformações que ocorreram direcionadas às concepções de desenvolvimento, dando início a uma política de substituição de importação com Getúlio Vargas. Tal política se manteve na sequência com a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), sendo intensificada no governo de Juscelino Kubitschek, que adotou um processo de desenvolvimento de política industrial voltada para a região Sul e Sudeste, gerando aumento nas diferenças regionais, em especial na região Nordeste (Pereira; Alves, 2021).

No que concerne à Amazônia Legal, ela foi criada como uma região de atuação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica (SPVEA), por meio da Lei 1.806, de 6 de janeiro de 1953, sendo que, posteriormente, tal órgão foi transformado na Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). O propósito do governo brasileiro era planejar e promover o desenvolvimento social e econômico dessa região. Para tanto, a magnitude do Estado ocorreu pela elaboração de vários instrumentos que visavam a promover o desenvolvimento da Amazônia Legal, incluindo a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) e os Incentivos Fiscais sobre Impostos Renda de Pessoa Jurídica (IFIRPJ). Tais instrumentos governamentais representam parte da participação do Estado nessa região com o intuito de promover o desenvolvimento regional da Amazônia Legal (Martha Junior, 2011; Assad, 2016).

Em se tratando do estado do Tocantins, sua criação ocorreu com a divisão da região norte de Goiás em razão da imensa insatisfação do povo dessa região com o abandono por parte do poder público goiano. Tal região era vista como atrasada, arcaica e representava uma espécie de fardo para o restante do estado de Goiás, pois os governantes goianos somente enxergavam essa região do Tocantins em período eleitoral (Nascimento, 2004).

Porém, a efetiva criação do estado de Tocantins ocorreu pela promulgação da Constituição Federal de 1988, trazendo no artigo 13º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias as disposições finais para a criação do Estado. Entretanto a estadualização somente ocorreu após a promulgação da Carta Magna de Tocantins em 05 de outubro de 1989. Esse Estado compreende uma área territorial de 277.620,914 km<sup>2</sup>, que corresponde a 3,26% do território nacional, a 7,19% da região Norte e a 5,41% da Amazônia Legal, tem 139 municípios, com densidade demográfica de 4,98 habitantes/km<sup>2</sup>, com uma população de 909.335 habitantes no ano de 1989 (IBGE, 2003).

O processo histórico de crescimento econômico do atual estado do Tocantins ocorreu pela construção da Rodovia Belém-Brasília (BR-153). Tal fato contribuiu com a implantação e o avanço de vários núcleos urbanos ao longo do seu trajeto, possibilitando a estruturação da rede urbana do estado de Tocantins (Marques de Oliveira; Piffer, 2016; Marques de Oliveira; Alves, 2022). Com relação a este Estado, é inegável sua evolução estrutural e econômica após a separação do Estado de Goiás.

Isto posto, as questões norteadoras dessa pesquisa podem ser resumidas em duas: i) Qual a magnitude do Estado na socioeconomia do Tocantins? e ii) Como se encontra o nível de tendência evolutiva nos aspectos representacionais da presença do estado de Tocantins na sua socioeconomia? Como hipótese, o Estado em Tocantins tem sido um importante agente protagonista na promoção da dinâmica econômica, no bem-estar social e no processo de desenvolvimento regional.

Assim, essa pesquisa, como em Chelala (2008), adotou o método de análise histórica da socioeconomia, como investigação da relação entre Estado e economia no decorrer do tempo, com um resgate do marco histórico do Tocantins, sob o aspecto da presença do Estado nos momentos relevantes. Dessa maneira, para atender aos propósitos desta pesquisa, além do método histórico, foi necessário também adotar alguns critérios de comparação, haja vista que o objetivo foi analisar a magnitude que representa “uma medida de grandeza” do Estado, tendo, desse modo, possibilitado a utilização do método da análise comparativa.

Outro aspecto relevante que merece ser mencionado é a utilização da grafia da palavra “estado” com “e” maiúsculo ou minúsculo, como definido por Chelala (2008), quando se referir a um instituição como “o papel do Estado na socioeconomia”, utilizou-se “Estado”. Mas quando se mencionou unidade da federação, a grafia usada foi “estado” a exemplo de “estado de Tocantins”.

### **1.1 Problema de pesquisa**

O problema da pesquisa consiste em compreender qual a magnitude do Estado na socioeconomia do Tocantins e como se encontra o nível de tendência evolutiva nos aspectos representacionais da presença do Estado em Tocantins na sua socioeconomia.

Ao demonstrar a magnitude do Estado na socioeconomia do Tocantins por meio o Índice de Magnitude do Estado (IME), pode-se inferir como a economia tocaninense tem se comportado em relação à representatividade do Estado na promoção da dinâmica social e econômica no que diz respeito aos demais agentes presentes na economia desse Estado.

### 1.1.2 Delimitação de Escopo

Dentro da temática da magnitude do Estado na socioeconomia tocantinense, recorte dessa dissertação, evidencia-se sua representatividade nas ações de promoção que visam a propiciar o desenvolvimento regional deste Estado, pois o Estado em Tocantins tem desempenhado uma função importante de agente protagonista na promoção do processo de desenvolvimento. Além disso, buscou-se verificar como está o nível tendência evolutiva da participação desse Estado nos aspectos socioeconômicos.

## 1.2 Objetivos

### 1.2.1 Objetivo Geral

Analisar a magnitude do Estado na socioeconomia do Tocantins entre 1990 e 2020.

### 1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Analisar o dinamismo do território da Amazônia Legal;
- b) Estimar o Índice de Magnitude do Estado (IME) na socioeconomia de Tocantins; e
- c) Comparar o nível da magnitude do Estado na socioeconomia de Tocantins com os demais estados da Amazônia Legal

## 1.3 Justificativa

A escolha desta temática se deve à minha inserção como servidor público do estado do Tocantins desde 2011, oportunidade em que tenho observado mudanças na evolução do crescimento e expansão de alguns indicadores nas áreas de saúde e educação. Nos últimos anos, tive essa inquietação em pesquisar com mais profundidade a participação do Estado em Tocantins nos processos que visam a promover o desenvolvimento regional. Assim, a escolha desse tema foi motivada pela necessidade de compreender qual seria a participação do Estado em Tocantins no processo do desenvolvimento socioeconômico, dado que, hipoteticamente, o Estado em Tocantins tem sido o principal agente econômico na promoção da dinâmica econômica, no bem-estar social e no processo de desenvolvimento regional.

Portanto, a relevância dessa análise de pesquisa na socioeconomia do Tocantins para a sociedade de forma geral e governantes é devida às características que envolvem o aprofundamento na compreensão das dificuldades que tem essa socioeconomia. Nesses termos, entender as dinâmicas socioeconômicas tocantinenses construídas ao longo do tempo permite uma melhor compreensão da realidade econômica deste estado. Desse modo, a execução dessa pesquisa foi relevante porque trouxe uma abordagem referente à socioeconomia do Estado em Tocantins, além disso, tal pesquisa pode ser usada como fonte

de consultas para o aprofundamento de novos trabalhos científicos em relação a essa temática, bem como de análises de políticas públicas territoriais tocantinenses.

#### **1.4 Estrutura da Dissertação**

Esta dissertação está estruturada em 7 seções, conforme a Figura 1. Tal divisão foi necessária para alcançar os objetivos propostos e responder à problemática desta pesquisa.

Seção 1 - Evidencia a introdução, explicitando o problema da pesquisa, objetivos gerais objetivos específicos, justificativa e a estrutura do trabalho, na qual a pesquisa se orienta.

Seção 2 – Disserta sobre revisão de literatura, expondo os pensamentos das correntes econômicas a respeito da magnitude do Estado na socioeconomia, além de apresentar a magnitude do Estado no processo de desenvolvimento regional, na socioeconomia brasileira e no território sociopolítico da Amazônia Legal.

Seção 3 - Concentra-se em apresentar a metodologia usada no desenvolvimento desta pesquisa, com destaque para os cálculos relativos das dimensões dos indicadores e dos cálculos estimativos dos Índices de Magnitude do Estado (IME).

Seção 4 - Apresenta as análises e os resultados obtidos na pesquisa, com destaque para o dinamismo do território sociopolítico da Amazônia legal e dos Estados que compõem esse território, além da macrotendência do Brasil, da Amazônia Legal e do Tocantins.

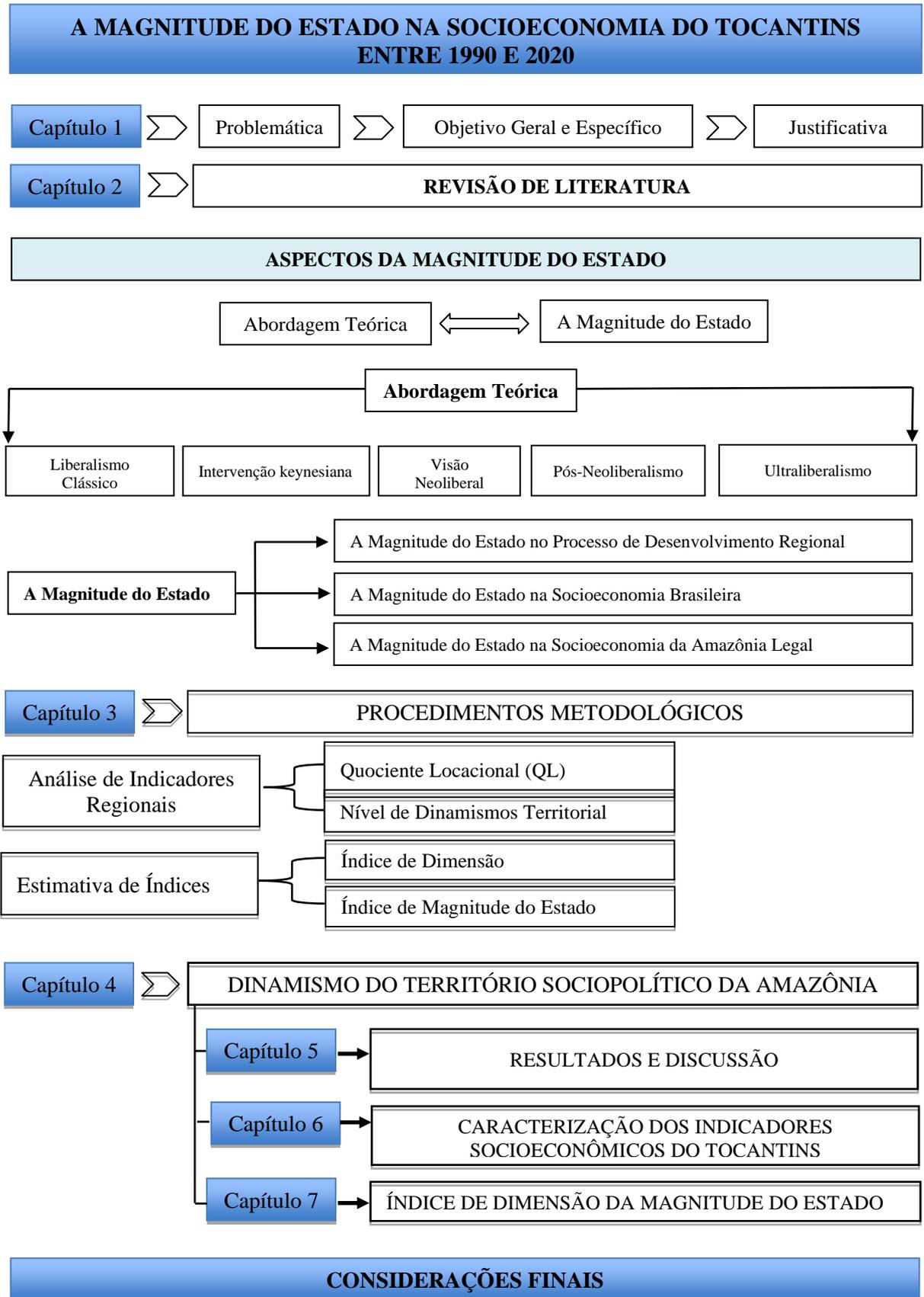
Seção 5 – Evidencia as análises e discussões dos resultados obtidos na pesquisa em relação magnitude do Estado na socioeconomia do Tocantins, com foco nos aspectos históricos e no processo de criação dos municípios do estado do Tocantins.

Seção 6 – Discorre sobre a caracterização dos indicadores socioeconômicos do Tocantins, com foco nos aspectos geográficos, demográficos e econômicos.

Seção 7 – Apresenta os resultados da pesquisa com foco nos cálculos relativos a cada uma das dimensões e os resultados estimados dos Índices de Magnitude do Estado.

Considerações Finais - Faz uma discussão dos resultados alcançados e apresenta as recomendações da pesquisas, além de apresentar as referências e os apêndices.

**Figura 1: Organograma da estrutura da Dissertação**



## 2 ASPECTOS DA MAGNITUDE DO ESTADO

De acordo a etimologia, a palavra “magnitude” vem do latim *magnitudo.inis*, aquilo que tem característica de qualidade ou condição do que é magno, sendo sinônimo de extensão, tamanho, relevante, amplitude, grandeza e importância (Geiser, 2012). Tendo em vista que o objetivo principal desta pesquisa é verificar qual a magnitude do Estado na socioeconomia de Tocantins, faz-se pertinente salientar o processo histórico das teorias econômicas que se debruçam sobre a discussão da presença do Estado nas relações sociais e econômicas no decorrer da história.

Desta forma, a presença física do Estado na socioeconomia deve ser entendida sob a ótica da importância que se manifesta no âmbito institucional. Assim, a ação direta do Estado nas regiões se mostra relevante por promover estímulo à instalação de indústrias, melhorias na produção regional, fortalecimento das conexões de inovação e incentivo às externalidades positivas regionais (Granito, 2007; Chelala, 2008; Felipim *et al.*, 2015).

Por isso, compreender a representatividade do Estado, seja na economia ou na sociedade, requer um pressuposto de um ambiente de magnitude evolutiva do Estado no decorrer do tempo, pois o Estado Absolutista, o Estado Liberal, o Estado Social, o Estado Neoliberal e o Estado Ultraliberal são maneiras evolutivas da sua magnitude, cujos motivos são encontrados nas inquietações que confirmam os diversos planos das ações da sociedade. Isso ocorreu conforme as eventualidades e circunstâncias, demonstrando que a relação entre Estado e socioeconomia é dinâmica e passa por transformações a depender das relações políticas, sociais e econômicas (Block; Evans, 2005).

### 2.1 Interferência do Estado na Socioeconomia

No decorrer dos anos, os debates sobre a relação entre Estado e socioeconomia têm se concentrado em torno da questão do tamanho da representatividade do Estado nas atividades econômicas. Ou seja, Estado e socioeconomia são esferas analíticas separadas que podem funcionar emancipadamente. De acordo com Block e Evans (2005), o Estado e a socioeconomia podem ser observados como esferas que têm ações reciprocamente constituintes, um não funcionando sem o outro.

Segundo Antunes (2014), o processo de interferência do Estado na socioeconomia passa pela integração das dimensões social, cultural e econômica, além de, poder fomentar o aprimoramento das vantagens de especialização e estímulos aos investimentos. Desse modo, vale lembrar que a prioridade é desenvolver ações destinadas a promover o desenvolvimento e estimular a estruturação das regiões, visando a diminuir as assimetrias existentes entre elas.

Entretanto, a magnitude do Estado na socioeconomia é pertinente, haja vista que as atividades econômicas afetam e são afetadas por fatores sociais, principalmente em regiões que têm dificuldades de fomentar seu próprio desenvolvimento regional.

## **2.2 Liberalismo Clássico do Estado na Socioeconomia**

O surgimento da formação do Estado Liberal Clássico decorreu das revoluções que aconteceram ao longo dos séculos XVII e XVIII. A Revolução Francesa de 1789 e a Constituição dos Estados Unidos da América de 1791 delimitaram a atuação do Estado e instituíram um regime democrático, visando a controlar o poder absolutista monárquico por meio de lei, emergindo, assim, direitos fundamentais como liberdade, igualdade e legalidade (Hunt, 1981; Oliveira; Gennari, 2017)

Segundo Bemvenuti (2014), o poder jurisdicional deixava de se concentrar na pessoa do rei e passava a ser substituído pelo Estado e regulado pela lei, evidenciando a vontade do povo. Ou seja, o cidadão, exaurido das truculências cometidas pelos governantes absolutistas e pelo autoritarismo, buscou na abstração do contrato social desenvolvido por Thomas Hobbes e na formulação de tripartição de poderes de Montesquieu a criação de um Estado limitado e regulado por lei.

Ainda na visão do autor, nesse contexto, várias revoluções sociais ocorreram no ocidente, procurando pôr limite à forma como o Estado atuava e, assim, garantir os direitos individuais do cidadão. Existem várias abordagens históricas que reconhecem estes movimentos sociais como constituintes do que se conhece como Estado de Direito, a consagração da lei como limitador do poder monarca, conseqüentemente possibilitando as garantias da sociedade civil. Percebe-se então uma evolução do Estado Liberal até a promulgação do que se reconhece como Estado Democrático de Direito.

A idealização do Estado Liberal traz no seu arcabouço a necessidade de uma democracia que pudesse garantir direitos fundamentais de cunho individual ao cidadão, face ao poder do Estado. Essa noção de democracia sofreu diversas modificações até os dias atuais, que aparecem claramente quando se observa a transição dos modelos de Estado ao longo dos séculos (Hunt, 1981; Oliveira; Gennari, 2017)

Na visão desses autores, os fisiocratas foram os precursores do liberalismo econômico, em que advogam a saída do Estado da economia. Tal corrente de pensamento econômico defendia que o mercado deveria funcionar como um processo natural, obedecendo às leis de mercado da livre concorrência.

Os princípios adotados pela fisiocracia eram que somente o trabalho produtivo tinha

capacidade de gerar um produto líquido, evidenciando que só a agricultura dispunha da propriedade de constituir excedente. Nesse contexto, a mão de obra utilizada na agricultura compõe a “classe produtiva” e as outras que são empregadas no comércio e nas manufaturas (trabalho improdutivo) constituem as “classes estéreis” (Oliveira; Gennari, 2017).

Ainda na visão desses autores, na agricultura percebe-se de forma simples que o produto obtido pelo labor do trabalhador rural no período de um ano, na condição de produtividade média, supera imensamente as necessidades de consumo e de reprodução por parte do trabalhador, sobrando um excesso que pode ser comercializado. Na agricultura, depreende-se que os valores de uso criados pelo trabalho e pela fertilidade do solo superam as expectativas com relação à quantidade de valores de uso necessários para a reprodução do produtor.

Assim, o excedente da produção se torna possível quando algumas condições preestabelecidas são atendidas, principalmente a divisão entre os meios de produção e o produtor direto. Essa separação permite visualizar as condições de produção dos meios necessários à vida. Dessa forma, é possível determinar ao trabalhador uma remuneração equivalente ao mínimo necessário para a reprodução de si próprio e da sua família, em contrapartida, há seu compromisso de desempenhar uma jornada durante a qual são gerados por seu trabalho os bens de consumo que o remuneram e um excedente que será apropriado pelo proprietário da terra (Oliveira; Gennari, 2017).

O pensador François Quesnay afirma que o excedente produzido na agricultura circula e é distribuído entre as várias classes sociais, visando a garantir a multiplicação do sistema econômico para o ano vindouro. Nesse modelo constituído pelos fisiocratas, fica evidente que o excedente agrícola não é somente uma precondição estabelecida nas relações que envolvem trocas que emergem na sociedade, mas condiciona e delinea o ritmo de desenvolvimento das atividades manufatureiras e comerciais, na medida em que o lucro desses setores e a mão de obra que eles empregam só permitem crescer com o aumento da produtividade e do excedente agrícola (Oliveira, 2017; Gennari, 2009, 2017).

Para esses autores, o capital disponível para investimento tornou-se função do nível de produtividade da agricultura. Ou seja, a contribuição dos fisiocratas foi evidenciar a profundidade da interdependência existente entre os setores da produção, da circulação, da distribuição e do consumo, mostrando que a produção é também imediatamente consumo e que o consumo concebe a produção e ativa as esferas da circulação, permitindo, assim, a distribuição, que será marcante na definição da vida econômica como um sistema.

Tanto os fisiocratas quanto os clássicos formularam teorias econômicas da não

intervenção dos Estados na economia, visando a contradizer as ideias existentes que permitiam regulamentar e proteger os mercados defendidos pelos governantes absolutistas. O principal formulador da teoria do liberalismo clássico foi Adam Smith, que publicou, em 1776, a obra “A Riqueza das Nações”. Esse pensador formulou as diretrizes de centralidade que visavam à não intervenção do Estado nas relações econômicas, seja entre países, ou no dia a dia de uma sociedade capitalista. Ele acreditava que a utilidade da magnitude do interesse individual poderia conduzir de forma natural aos objetivos coletivos por meio de uma “mão invisível” (Gennari; 2009, 2017).

Assim, para esse autor, essas ideias ganharam força, pois Adam Smith defendia que a sociedade civil tinha capacidade de organizar sua vida econômica de modo mais eficiente, a ponto de defender seus próprios interesses, de forma livre de intervenção de poderes contrários aos interesses dos indivíduos. Nesse caso, o Estado tem papel passivo como agente econômico de propiciar a legalidade com a qual o mercado deveria maximizar os benefícios dos indivíduos e atuar com maior liberdade.

Na visão de Antunes (2014), as forças econômicas se assentam na influência dos interesses privados, sendo livremente expressas no mercado, na liberação comercial, sendo responsáveis pela alocação ótima dos recursos, maximizando a produção e providenciando emprego para a população. Nesses termos, o desenvolvimento coletivo aconteceria de forma natural em razão da busca individual por melhoria na qualidade de vida.

Para esse autor, ao agir dessa forma em seu próprio interesse, o indivíduo, de forma particular, conduziria a coletividade e alcançaria a prosperidade e a superação das dificuldades. A satisfação dos desejos seria atendida pela produção e pela troca de mercadorias entre os indivíduos, uma vez que as trocas dos bens menos necessários seriam feitas por aqueles mais necessários. Assim, essa relação entre os indivíduos levaria ao bem comum.

Em relação à visão dos modelos econômicos clássicos na socioeconomia, no que concerne ao papel do Estado, considera-se que os agentes econômicos agem de forma racional e defendem a ideia de um estado mínimo, em que a atividade do Estado precisa ser direcionada para suprir as demandas na atividade privada à qual não possa se adaptar. Essa corrente de pensadores defende que o mercado tem a capacidade de promover o equilíbrio de pleno emprego, sem interferência do Estado.

Portanto, o estado liberal deve garantir direitos fundamentais de cunho individual ao cidadão em face do poder do Estado, pois a presença do Estado não era necessária, e sua ação gerava somente privilégios, tendo em vista que a sociedade civil tem capacidade de organizar

seu sistema econômico de maneira eficiente, no qual poderia defender seus próprios interesses. Dessa maneira, o Estado deveria desempenhar um papel passivo de agente econômico fornecedor de base legal, em que o mercado poderia maximizar os benefícios individuais e atuar com maior liberdade. Ou seja, cada indivíduo, agindo em prol do seu interesse, poderia conduzir a coletividade à prosperidade e a superar os empecilhos do crescimento econômico, e o bem-estar social seria alcançado pela produção e troca de mercadorias, e essa interação levaria a sociedade ao bem comum

### **2.3 A Intervenção Keynesiana do Estado na Socioeconomia**

A crise do capitalismo de 1930 trouxe certa desconfiança nos princípios da livre concorrência, então alguns pontos de vista teóricos passam a advogar a necessidade de uma intervenção exógena no mercado, visando a manter o crescimento e a oferta de emprego, com intuito de superar a crise da época, pois se entendia que o ciclo econômico não é autor-regulador como defendido por economistas clássicos. Por essa razão, e pela incapacidade de o sistema capitalista gerar emprego para todos que queriam trabalhar, a intervenção do Estado era vista como uma solução imediata para criar novos postos de trabalho, visando a garantir que a demanda efetiva continuasse aumentando, gerando um efeito multiplicador para os demais ramos da economia (Keynes, 1985; Opuszka; Fráguas, 2012).

Ainda na visão desses autores, o principal argumento para tal situação era que novos investimentos têm certo nível de incerteza e risco no longo prazo, e isso levaria os empresários a não investir, especialmente em períodos de crise. Além do mais, o nível de emprego poderia ser determinado pela propensão de consumo e pelo incentivo ao investimento, ou seja, quanto mais constantes fossem as instituições e a política econômica, mais aumentos de abertura de novos mercados seriam provocados, atraindo novos investimentos.

Segundo Keynes (1936), o capitalismo não dá garantias de pleno emprego, visto que ele só mantém a produção de bens e serviços quando existe expectativa otimista do mercado. Em outras palavras, no momento de negativa a respeito do mercado, decide-se pela redução da capacidade produtiva, dificultando o atingimento do pleno emprego.

Nesse contexto, as políticas keynesianas defendem a intervenção do Estado para alcançar o pleno emprego e a promoção do bem-estar social. Assim, ele se opõe aos pressupostos do liberalismo e afirma que, para garantir certo nível de vida com garantia mínima de bem-estar social à população, é necessária a intervenção do Estado na socioeconomia. Isto promove o aumento da demanda efetiva visando a aumentar a renda da

economia (Lima Filho; Pinheiro; Moreira, 2014). Para esses autores, vale ressaltar que os argumentos de Keynes sobre a relevância da demanda agregada sobre a influência da oferta agregada são vistos pela perspectiva de longo prazo da demanda agregada.

Nesse caso, depreende-se que a oferta efetiva de trabalho é efetivamente moldada pela sua demanda, pois níveis altos de demanda por emprego devem atrair pessoas para a força de trabalho; em contraponto, níveis baixos de demanda fazem com que as pessoas fiquem fora do mercado. Nessa situação, a política keynesiana de pleno emprego advoga que não é só a utilização da capacidade produtiva e da taxa de desemprego que é influenciada pela demanda agregada, mas também a economia de escala (Lima Filho; Pinheiro; Moreira, 2014).

Assim, a teoria econômica relacionada às transformações no papel do Estado na socioeconomia foi, sem dúvida, a teoria keynesiana, conhecida como “A teoria geral do emprego, do juro e da moeda”, em que o princípio da demanda efetiva era condição necessária para a determinação da renda. Dessa forma, o Estado deveria intervir somente em casos de crise, ou seja, quando o mercado não tivesse condições necessárias de criar demanda suficiente (Antunes, 2014).

Entretanto, o crescimento do Estado como tendência estaria associado à necessidade de afastar os serviços tecnicamente individuais e os tecnicamente sociais. Os últimos passam a ser função do Estado na medida em que nenhum setor da sociedade privada se dispõe a fazê-los. Assim, o Estado era visto como meio de aperfeiçoar a técnica do capitalismo moderno por meio de uma ação coletiva (Keynes, 1985). Dessa maneira, em 1936, o keynesianismo ganhou mais notoriedade e um dos pontos fundamentais da teoria é que o Estado poderia intervir na economia caso fosse necessário, visando a reerguê-la, garantindo o emprego e o sustento da população (Lima Filho; Pinheiro; Moreira, 2014).

No entanto, as várias determinações de cunho social, denominadas políticas protecionistas do Estado de bem-estar social, buscavam resgatar o emprego para a massa de trabalhadores que estava fora do mercado de trabalho. Assim, o Estado absorveu parte dessa mão de obra ociosa nas empresas estatais, além disso, ofereceu subsídios às empresas privadas visando a garantir a empregabilidade (Ferreira; Rossignoli, 2020).

Para Keynes (1972), seria possível tirar o mundo da recessão por uma atuação maior de intervenção do Estado no controle da economia, dado que não existia um princípio automático na economia capitalista que pudesse resolver problemas de cunho socioeconômico. Assim, esse autor fez críticas à doutrina clássica e evidenciou uma política econômica oposta ao liberalismo econômico. Nessa perspectiva, ele defendia a ideia de atuação do governo na economia visando a promover a estabilidade monetária com o objetivo

de alcançar o pleno emprego, que permitisse gerar desenvolvimento econômico e uma melhor distribuição da renda.

Na visão desse autor, o equilíbrio macroeconômico poderia ser alcançado abaixo dos níveis de pleno emprego, na medida em que, em situação de crise, era necessário ajustar de forma artificial a demanda efetiva. Isso seria possível pela atuação direta do Estado na socioeconomia, visando à função de produzir bens e serviços e, concomitantemente, proporcionar uma indução na economia em prol da acumulação capitalista.

Nessas condições, conforme Silva e Bezerra (2019), outro ponto da teoria keynesiana que merece ser evidenciado foi a forma como o Estado poderia suportar o aumento dos gastos públicos para ajustar a demanda efetiva. Isso ocorreu em razão de mudanças que aumentaram os gastos do governo, e tal aumento das despesas governamentais não poderia ser assegurado pelo aumento da tributação, haja vista que isso causaria redução na renda da população, especialmente em se tratando de um período de recessão, o que levaria a uma queda na demanda efetiva.

Então, para Keynes (1972), o déficit público, nessa situação, poderia ser a melhor opção para enfrentar o momento vivido pelas economias. Assim sendo, quando o governo gasta mais do que arrecada, é necessário que busque financiar essa situação deficitária, e isso pode ser feito pela emissão de títulos públicos ou empréstimos junto a outros países.

Dessa forma, o pensamento keynesiano defende que o capitalismo poderia ser conduzido por um Estado eficiente e assim promover o bem-estar social, erradicando os problemas de caráter social e econômico que causavam desigualdade e desemprego, considerando que o Estado não deveria intervir nas ações particulares que visavam ao lucro, pois contribuiria como uma força propulsora da atividade econômica (Silva; Bezerra, 2019).

Nesse contexto, esses autores entendem que o Estado não se arriscaria a agir de forma a impedir a livre iniciativa; pelo contrário, seria capaz de garantir sua sobrevivência como um agente ativo participante da economia, garantindo, assim, que o consumo e o investimentos não parassem de crescer, mesmo em momentos de incertezas que causassem instabilidades. Nessas condições, o Estado não poderia se ausentar das suas responsabilidades, pois se assim o fizesse, o desenvolvimento econômico seria impactado de forma direta, principalmente na área social.

Desse modo, a ação estatal possibilitaria combater os eventuais problemas do sistema capitalista, incluindo o desemprego involuntário, que não permitia à economia atingir o pleno emprego, e a falta de isonomia na distribuição de riqueza e rendimentos. Além disso, o Estado seria capaz de incentivar o desenvolvimento econômico e garantir mais justiça social. Na

visão da teoria keynesiana, o desenvolvimento poderia contribuir com o processo pelo qual a acumulação e a incorporação do progresso tecnológico dariam condições para o aumento da produtividade do trabalho e do nível de bem-estar social da população (Nunes, 2011).

Para o mesmo autor, nesse contexto, o Estado poderia agregar eficácia econômica ao progresso social, visando à responsabilidade social coletiva. Desse modo, o Estado seria capaz de intervir na economia, proporcionando distribuição da riqueza e, concomitantemente, regularizando as relações sociais e os direitos econômicos dos trabalhadores. Nessa visão, a intervenção do Estado na economia possibilitaria reduzir o fervor e a duração das crises cíclicas do capitalismo.

Entretanto, em razão da crise de fatores relacionados aos gastos dos Estados desenvolvidos, tais dispêndios extrapolaram a arrecadação tributária, ocasionando, por consequência, déficit fiscal. Por essa razão, houve necessidade de aumentar a assistência e a proteção aos trabalhadores, favorecendo, assim, uma crise na acumulação do Estado, uma vez que uma menor arrecadação de impostos sobre os assalariados, gerada por níveis maiores de desemprego, passa a dispor de menores investimentos na produção. Nesse contexto, os Estados nacionais se depararam com uma vultosa soma de dívidas públicas (internas e externas) na casa de centenas de bilhões de dólares (Nunes, 2011).

Assim, com a crise de 1930, a economia estava vivendo tempos difíceis, pois o modelo econômico vigente de livre mercado não estava conseguindo apontar uma solução eficiente para tirar a economia da recessão. Diante do exposto, o pensamento keynesiano de intervenção do Estado na economia ganhou espaço no debate econômico. Esse modelo teórico foi adotado por vários países para tirar suas economias da estagnação. Parte dessa recessão foi absorvida pelo Estado pelo aumento do déficit público. Assim, a intervenção do Estado era vista como uma solução imediata para criar postos de trabalho para garantir que a demanda efetiva continuasse aumentando, gerando um efeito multiplicador para os demais ramos da economia. Tal fato visava a manter o aumento da demanda efetiva e a promover a estabilidade monetária com o objetivo de alcançar o pleno emprego, desenvolvimento econômico e uma distribuição de renda que pudesse permitir bem-estar social para a sociedade.

#### **2.4 Visão Neoliberal do Estado na Socioeconomia**

O neoliberalismo refere-se a uma forma de desenvolvimento, ou seja, a uma estratégia de desenvolvimento que abrange implicações econômicas, sociais e políticas, não apenas uma lista de soluções para problemas econômicos, porém trata-se de um conjunto de teorias econômicas que ligam políticas distintas coerentes para promover crescimento e a

modernização da economia (Boas; Gans-Morse, 2009).

O pensamento neoliberal tem permitido modificações no papel do Estado e na gestão da vida pública. Essas transformações não escapam às políticas regionais. Desde a década de 1970, as economias mais relevantes do mundo deram início a um processo de modificação de suas plataformas político-econômicas. Tal processo culminou na ascensão de uma política da tradição neoliberal sobre seus Estados, visando a defender uma agenda sob a qual o mercado estaria apto a orientar a vida do país, proporcionando, assim, eficiência econômica, qualidade de vida e bem-estar social à população (Oliveira; Marques, 2020).

Entretanto, para seguir com a discussão referente ao neoliberalismo, cabe analisar seu próprio conceito. Embora o termo neoliberalismo seja muito utilizado, ele não representa uma filosofia política clara e concisa, uma vez que não existe um método concreto e bem delineado de sua implementação, ocasionando, assim, uma reflexão sobre os vários tipos de neoliberalismos existentes (Mirowski; Plehwe, 2009).

Segundo Brenner, Peck e Theodore (2010), vários exemplos em diferentes países em momentos distintos mostram que os projetos neoliberais existentes têm diferenças quanto ao pensamento neoliberal. Desse modo, esses autores sugerem o uso do termo "neoliberalização" de processos políticos de criação de sistemas de mercado, ou seja, um projeto múltiplo e socialmente produzido. Nesses termos, a tradição neoliberal não ampara as concepções teóricas ideológicas bem delineadas, ou seja, ela tem características diversas em vários locais de origem (Oliveira; Marques, 2020).

No que diz respeito às formas de neoliberalismo existentes e às variabilidades da "neoliberalização", há premissas de um processo transformador de reestruturação no papel do Estado na economia (Brenner, Theodore, 2002; Brenner *et al.*, 2010; Peck, Tickell, 2017), uma vez que essa transformação permitiu uma nova perspectiva de como tirar a economia da crise. Essa perspectiva é relevante dado que o pensamento econômico tradicional vigente do bem-estar social não tem capacidade para promover a saída da economia de tal situação (Peck; Theodore, 2010).

Na visão de Mirowski (2009), o neoliberalismo deduz que o mercado necessita ser desenvolvido de forma a prover condições para construir um modelo neoliberal de "boa sociedade", visto que essas condições não ocorrem naturalmente (Oliveira; Marques, 2020).

Dessa forma, o conceito de "boa sociedade" da tradição neoliberal tem a ver com a noção de liberdade, melhor dizendo, liberdade dos indivíduos, mercados, corporações, contratos, transações comerciais e financeiras. Ou seja, estas condições não são construídas de forma natural, sendo necessárias a ocupação e a modificação do Estado, "libertando" a

sociedade e os mercados do que seriam os laços danosos do intervencionismo do Estado (Brenner; Theodore; Peck, 2010).

Na visão desses autores, com a ascendência neoliberal, ocorreram mudanças nos percursos econômicos e nos métodos de políticas das nações desenvolvidas. Isso ocorreu em virtude da recessão global, considerando que as políticas tradicionais alicerçadas no protecionismo econômico e no Estado de bem-estar social não tinham capacidade para resolver a crise econômica, assim, vários governos ocidentais deram início a métodos de políticas alternativas baseadas nos princípios do neoliberalismo.

Por conseguinte, os apoiadores da política neoliberal afirmam que as forças do mercado tendem a propagar o crescimento, a inovação e a eficiência, ao passo que as regulamentações e despesas governamentais geralmente dificultam o crescimento por impossibilitar o empreendedorismo, gerando ineficiências nos setores públicos e privados (Gray; Barford, 2018; Pike *et al.*, 2018; Brenner; Peck; Theodore, 2010).

Por consequência, as transformações políticas e econômicas dos programas neoliberais causaram impactos em vários continentes sobre seus respectivos países. Um conjunto de regras teóricas e práticas, ações e recomendações para o governo e a economia nacional, a reforma nacional e suas políticas, não assumem a forma de uma abordagem completa para a administração pública. Pelo contrário, a especificidade e a semelhança da implementação dos pressupostos neoliberais em escala global remetem a estudos de caso, ao considerar a situação histórica de cada Estado. Desse modo, o neoliberalismo salvaguarda uma estratégia de desenvolvimento que abrange implicações econômicas, sociais e políticas, não apenas uma lista de soluções para problemas econômicos, e defende uma agenda sob a qual o mercado estaria apto para orientar a vida do país, proporcionando eficiência econômica, qualidade de vida e bem-estar social à população.

## **2.5 Pós-Neoliberalismo**

O termo *Pós-neoliberalismo* representa um período de transição para a reorganização da economia, uma configuração de um novo papel do Estado e o surgimento de novos atores sociais e a superação do discurso dos livres mercados. Em síntese, o pós-neoliberalismo pode ser entendido como uma transição de uma forma de capitalismo para outra e uma alteração no aspecto do bloco de poder (Sozzo, 2018).

Para esse autor, as experiências pós-neoliberais têm por base a recusa retórica do neoliberalismo e por reter muitas de suas peculiaridades fundamentais. O pós-neoliberalismo é embasado em continuidades e descontinuidades, que constituem um novo contexto histórico

que não tem forte intervenção estatal na economia, como do período do pós-guerra, porém reconfigura a atividade estatal em relação à sociedade civil a ponto de deixar de fora a retórica dos livres mercados como único meio da condução das políticas econômicas.

Desta forma, pós-neoliberalismo representa um conjunto de estratégias heterogêneas e de ações conjunturais de governos, que visam à formação de um Estado presente, acompanhado dos princípios dos estados de bem-estar social, sem nenhum dos recursos institucionais ou econômicos dos países desenvolvidos. Mas o termo representa, principalmente, uma categoria interpretativa relevante, porque resgata o verdadeiro peso da herança neoliberal, que não só marcou as crises econômica e política dos anos 1990, como também influenciou os espaços de negociação frente às ações dos governos (Sozzo, 2018; Stolowicz, 2020). Desse modo, a reconscientização do Estado tem o sentido de interpretá-lo como aparato que pode funcionar a favor dos menos favorecidos. Ou seja, o Estado seria um lugar de escuta e mediação de conflitos sociais, de negociações de respostas e de alianças entre setores populares.

Na visão de Chelala (2008) e Lechner (1996), a última década do século XX, por não ter uma proposta inovadora, o “neoliberalismo” demonstrava claros indicativos de que estava em direção ao esgotamento, melhor dizendo, a vitória dos governos de esquerda e as estratégias de despolitização instaladas nos anos 1990 serviram para desorganizar as estruturas neoliberais. Tendo em vista que há uma mudança na maneira de compreender o papel do Estado e das políticas públicas, que, ao longo de décadas, ficaram sistematizadas ao consenso tecnocrático e convertidas em veículo de desregulação, flexibilização e liberalização. Dessa maneira, recuperar a representatividade do Estado com o argumento de que os governantes defrontaram o *status quo neoliberal* não apenas por intermédio de políticas públicas, mas principalmente mediante o debate e a circulação de um conjunto informações que possibilitam explicar a realidade de outros modos, abrangendo o papel do Estado e suas responsabilidades (Stolowicz, 2020).

Assim, para essa autora, o pós-neoliberalismo defende que as democracias não representam um perigo que se opõe à continuidade da reestruturação capitalista, sendo, porém, vistas como uma oportunidade para criar consensos tênues a favor das reformas econômicas, nas quais a política e a democracia se apresentam como instrumentos de governabilidade de integração institucionalizada. Assim, as estratégias requerem um maior ativismo estatal para consolidar o setor privado, visando a reformar o Estado e a torná-lo “pequeno, porém eficiente”.

Dessa maneira, a concepção de Estado atuante tem centralidade no desenvolvimento

econômico e social, agindo como parceiro e facilitador, assim, na dimensão social o pós-neoliberalismo apresenta sinais diferentes visando a se mostrar como progressista e mesmo de esquerda. O processo sugere que, no curto prazo, a assistência direcionada à pobreza extrema fosse desenvolvida para reter as inquietações sociais. Mas o pós-neoliberalismo no longo prazo visa a atingir uma reestruturação social, que seria capaz de gerar entendimento social em torno da reformulação capitalista (Stolowicz, 2020).

Todavia, vale salientar que as diversas crises e o fracasso de governança não são suficientes para garantir uma transferência para uma variação progressista de pós-neoliberalismo, considerando que a mobilização, o reconhecimento e a valorização das diversas formas regionais de desenvolvimento presentes nas culturas locais, em valores e movimentos, devem ser compreendidas como uma economia progressivamente variada. Desse modo, mover-se na direção de formas de governo pós-neoliberais tem sido um desafio, uma vez que os fluxos financeiros globais, os regimes comerciais e as políticas de investimento mantêm-se orientadas por uma lógica de curto prazo e pela competição de preços, porém as formas progressivas multilaterais só podem ser negociadas nas longas sombras do poder *imperial* ou *neo-imperial* (Peck; Theodore; Brenner, 2012).

Nesse sentido, esses autores entendem que as potencialidades transformadoras progressistas, pós-neoliberais como a urgência social, ecológica e econômica, se não desenvolvidas objetivamente, podem ser antecipadamente restringidas, ou mesmo neutralizadas. Tal potencial continuará sendo imperativo, mas, para estimular transformações nas relações regulatórias inter-regionais e internacionais, não se deve simplesmente aceitar que regionalismos progressistas só serão garantidos, no longo prazo, por meio de intervenções complementares “de cima para baixo”, mas recomendar que a propagação efetiva dessas alternativas, como pré-requisitos para um pós-neoliberalismo, requererá uma mudança transformadora nas normas herdadas do jogo macroinstitucional.

Portanto, a magnitude da participação estatal na economia, a dinâmica de reestatização de diversas ações produtivas e serviços públicos, as políticas de relações exteriores e a expansão das políticas sociais são maneiras das inovações incorporadas nos processos de mudança política que implicaram uma identidade “pós-neoliberal”. Assim, o apelo social com relação à magnitude da atribuição do Estado na estabilização capitalista aparece como pós-neoliberal. Dessa maneira, o Estado é o ator principal em relação aos aspectos das funções governamentais visando a garantir a governabilidade por meio de políticas públicas.

## 2.6 Ultraliberalismo

O início dos fundamentos do *ultraliberalismo* nasceu na região da Europa e da América do Norte. Tem como texto base a obra “O Caminho da Servidão”, de Friedrich Hayek, publicada em 1944. Nesse livro, Hayek deprecia qualquer ação limitadora dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciando que tal limitação é uma intimidação à liberdade, não apenas econômica, mas também política. Os principais pensadores do *ultraliberalismo* do século XX são Rose Wilder Lane, Lysander Spooner, Milton Friedman, David Friedman, Ayn Rand, James McGill Buchana Jr., Friedrich Von Hayek, Ludwig Von Mises, Hans-Hermann Hoppe, Murray Rothbard e Walter Block. No que diz respeito às escolas e às correntes ultraliberais, foram constituídas no século XX, entre outras, as seguintes escolas: Escola Austríaca, Ordoliberalismo alemão, Escola de Chicago, Nova Escola Institucional, Economia Novo Clássico, Social Liberalismo e Libertarianismo (Sader; Gentili, 1995).

Na visão Hayek (1944), estaria sendo difundido um lento processo de constituição de um consenso socialista, visto pelo autor como uma ideologia totalitária que visava à interferência do Estado na economia e na vida particular dos indivíduos por intermédio do arbítrio e da coerção. Fascismo, nazismo e comunismo seriam exemplos deste totalitarismo que prejudicam as sociedades livres.

Sendo assim, a convicção na propriedade privada e nos mercados competitivos estaria debilitada perante a investida do intervencionismo estatal, do planejamento centralizado ou do totalitarismo. Diante desta incerteza, os ultraliberais defenderam um movimento que pudesse recompor os valores capazes de salvaguardar a liberdade e a dignidade humana. Esta reorganização deveria passar por seis pontos fundamentais: *1. um estudo da origem e da natureza da crise, com destaque para os fatores morais e econômicos; 2. a redefinição do papel do Estado, distinguindo o liberalismo do totalitarismo; 3. o restabelecimento do Regime da Lei; 4. a defesa do livre mercado; 5. o combate aos credos hostis à liberdade; e 6. a criação de uma ordem internacional asseguradora da paz, da liberdade e da harmonia nas relações econômicas mundiais* (Castelo, 2011).

Dessa maneira, a sugestão de Hayek (1944) é o combate à ideologia socialista intrínseca nas mentes dos homens comuns e nos gabinetes do governo, e isso deveria ser realizado por meio do resgate, disseminação e atualização dos pensamentos teóricos clássicos do liberalismo para os novos tempos, após o fim da Segunda Guerra. Vale ressaltar que esse autor não defendia uma volta ao passado do *laissez-faire*, ou seja, de um Estado mínimo ideal, uma vez que admite que o Estado deve regulamentar algumas atividades produtivas,

desenvolver legislações trabalhistas e sanitárias e oferecer certos serviços sociais. Assim, a ideia defendida era que o sistema de concorrência capitalista seria mais eficiente na perspectiva econômica, social e moral, do que o planejamento estatal, considerando que os procedimentos livres da concorrência poderiam se sobressair à intervenção do governo na economia, porém o Estado deveria ser o responsável por um moderno e ágil sistema de leis que na prática dessem garantias à propriedade privada e à livre iniciativa dos agentes econômicos (Castelo, 2011).

Isto posto, a concepção de *ultraliberalismo* poderia ser entendida como uma espécie de subcategoria, que pleiteia uma análise que visa à conjectura da totalidade das transições capitalistas. Ou seja, a metodologia da totalidade procura abranger as mudanças e peculiaridades que ocorrem no âmbito da estrutura e da superestrutura econômica. Assim, o *ultraliberalismo* como categoria teórica apresenta elementos que caracterizam as diversas correntes formadas ao longo do século XX, sendo tais correntes, tradicionalmente, denominadas de *neoliberais* (Fontes, 2005).

Tendo em vista que as diferentes correntes de pensamento ultraliberal apontam para um projeto histórico-social não se limitando apenas ao campo econômico, ainda que a reprodução ampliada do capitalismo seja o ponto principal. Desta forma, o termo ultraliberalismo é, por isso, o mais preciso para caracterizar um conjunto extenso de propostas político-econômicas, alicerçado no liberalismo radicalizado, implantado perante crise estrutural do capital, no período da globalização financeira, com consequências em todos os setores da vida humana. Desse modo, a principal fragmentação político-econômica está nos princípios epistemológicos, melhor dizendo, no processo teórico-metodológico de abordagem, observação e aprendizagem da realidade, de que partem as correntes ultraliberais (Castelo, 2011).

Para esse autor, tais correntes a priori pressupõem que a sociedade seja formada por agregado de indivíduos, sendo o mercado responsável pela conexão da coletividade. Entretanto esse pressuposto não é uma novidade dos ultraliberais, mas é uma herança do liberalismo clássico. Contudo, o desdobramento desse pressuposto é a primazia do mercado, estando intrínseco à radicalização ultraliberal. Desse modo, essa abordagem entende que os agentes econômicos têm a liberdade de competir entre si para oferecer um determinado bem ou serviço ao menor valor possível. Para tal propósito, precisam concorrer entre si, e aquele que conseguir o menor preço estará mais apto para oferecer o melhor bem e serviço. Para esta abordagem, o consumidor deve ter o direito de escolher entre este ou aquele bem ou serviço.

Dessa forma, a autorregulação do mercado, do ponto de vista ultraliberal, se origina

das características da sociedade, entendida como associação de indivíduos. Ao compreender a sociedade dessa maneira, as normas e regras são necessariamente o resultado de uma série de ações individuais dentro do mercado. Portanto, o estado não deve interferir nessa ordem especial. A intervenção do Estado, por exemplo através da regulação do mercado, é interpretada como uma rígida jaula de aço que confina, apazigua, desrespeita e obstaculiza tal condição humana (Castilho, 2021).

Destarte, o conjunto de políticas ultraliberais defende as políticas de liberalização econômica, incluindo as *privatizações, austeridade fiscal, desregulamentação, livre-comércio e corte de despesas governamentais*, visando a fortalecer a magnitude do setor privado, tendo tais ações sido implantadas de forma desigual em diversos países após a crise da segunda guerra mundial (Castelo, 2011).

Vale ressaltar que foi a partir de Pinochet no Chile em 1973, Thatcher em 1979 na Grã-Bretanha e Reagan em 1980 nos Estados Unidos que a agenda neoliberal foi sistematicamente empregada. Esses governos foram os primeiros a pressionar por uma implementação profunda e sistemática de uma agenda neoliberal, pressionando pela retirada dos direitos historicamente conquistados a duras penas por toda uma classe trabalhadora. Desta forma, promoveram a flexibilização e a intensificação das condições precárias de trabalho, estabelecendo relações dominadas pela subcontratação, trabalho temporário e a tempo parcial e atividades autônomas, desse modo encaixaram-se em uma agenda ultraliberal (Harvey, 2014).

Na América Latina, a agenda ultraliberal ganhou maior aplicação na década de 1980 com maior intensidade na Argentina, Bolívia, México e Venezuela. No Brasil, diante da resistência operária no quadro de uma complexa luta nacional, "formou-se um bloco de resistência relativamente eficaz", fazendo com que a implementação da agenda ultraliberal no país fosse retardada, sendo desenvolvida tardiamente na década de 1990 (Castelo, 2011)

No que diz respeito ao Brasil de forma mais geral, desde o processo de redemocratização, uma série de instituições hegemônicas privadas foram estabelecidas, as quais têm a função não apenas de disseminar diretrizes e regras ultraliberais, mas também de reconfigurar o Estado. Assim, o ultraliberalismo gradualmente assumiu a forma de liberalismo social desde o segundo governo social-democrata, mas somente sob o governo do Partido dos Trabalhadores essa tendência ultraliberal alcançou sua própria superioridade. A hegemonia ultraliberal alcançou um sucesso notável em um governo de esquerda por meio de uma combinação de políticas favoráveis ao grande capital e políticas sociais compensatórias que dão ao governo enorme apoio popular, acompanhado do controle dos movimentos sociais e

suas organizações, fragmentação e isolamento político da esquerda socialista (Maciel, 2010).

Desse modo, o pensamento ultraliberal no governo Temer em 2016 manteve a sua continuidade, e no governo Bolsonaro não só deu sequência à sua política econômica ultraliberal como a intensificou em sentido mais "puro" e extremo. Portanto, diante de uma crise estrutural, o avanço e a expansão do capital não pararam. A base é que a contradição do domínio do capital sobre o trabalho se intensificou, e a agenda ultraliberal desempenha papel fundamental como método econômico (Crusoé, 2018). Portanto, uma série de tendências ultraliberais será uma nova face da racionalidade, implementada de diferentes maneiras diante da crise, no sentido de manter o crescimento e o desenvolvimento econômico. Na visão política ultraliberal do Ministro Paulo Guedes em 2018<sup>1</sup>, as economias de mercado são tradicionalmente um grande mecanismo de geração de renda, emprego, prosperidade e inclusão social. Desta forma, por meio da implantação de políticas liberais, bilhões de pessoas estão sendo retiradas da miséria em todo o mundo, considerando que o liberalismo diminui a inflação, reduz os juros e aumenta a confiança e os investimentos, gerando crescimento econômico, emprego e oportunidades

## **2.7 Considerações sobre a Magnitude do Estado**

O presente capítulo objetiva apresentar os debates a respeito da magnitude do Estado na economia por diversas correntes de pensamento econômico ao longo do tempo e como cada uma dessas correntes defendia seus pontos de vista.

Portanto, vale ressaltar que o ponto central a ser compreendido é que o Estado não é uma instituição separada da sociedade e da socioeconomia, que se encontra acima da realidade das relações sociais, de produção de bens e serviços e da distribuição de produtos.

Ao longo do tempo, os debates sobre a relação entre Estado e economia têm se concentrado em torno da questão do tamanho do papel Estado na economia. No entanto, Estado e economia podem ser observados como esferas que têm ações reciprocamente constituintes, um não podendo funcionar sem o outro. Desta forma, essa dependência mútua não é contraditória, pois os Estados dependem da sua economia para gerar fluxos de receitas que proporcionam o financiamento da atividade estatal. Mesmo em países que têm forte viés, a economia liberal depende de estruturas e fortemente da eficácia das leis de propriedade e do contrato projetado para assegurar que os lucros sejam alcançados especialmente por meio da atividade produtiva, em vez de exploração predatória.

---

<sup>1</sup> A Liberal-Democracia de Paulo Guedes: **Os planos do futuro governo para a economia**. Edição 31. Disponível em <https://crusoe.com.br/edicoes/31>.

Assim, a economia de mercado está imersa em uma sociedade civil, que é estruturada e que, por sua vez, ajuda a estruturar o Estado. No entanto, as sociedades civis são profundamente submersas às leis e a outras práticas governamentais, às regras legais e os padrões institucionalizados. Porém, essa sociedade tem autonomia suficiente para cobrar do Estado limites e restrições sobre o exercício da autoridade governamental. Entretanto, entende-se que tanto o sucesso quanto o fracasso do desenvolvimento devem ser compreendidos em termos de cooperação ou de sua falta entre a sociedade civil, a economia e o Estado. Por fim, o debate deveria focar sua atenção nas questões qualitativas, ou seja, de como e para que fins economia e Estados podem ser combinados e que práticas na sociedade civil sustentarão uma colaboração produtiva entre Estado e economia.

Após essas reflexões a respeito das diversas formas de pensamento sobre o papel do Estado na economia, será discutida a contribuição do Estado no processo de desenvolvimento regional, dado que, no pós-guerra, as regiões encontravam dificuldade para alavancar seu desenvolvimento, tendo em vista que as políticas econômicas nacionais vigentes não atendiam às necessidades regionais.

## **2.8 A Magnitude do Estado no processo do Desenvolvimento Regional**

A magnitude do Estado no desenvolvimento regional inclui a regulação, financiamento, investimentos, incentivos fiscais, construção de obras públicas infraestruturais e fiscalização, das atividades econômicas de natureza privada, a intervenção indireta, bem como a atuação direta do Estado na esfera econômica, geralmente pela intervenção direta de empresas estatais. Ou seja, a intervenção é uma atividade privada típica, em que o Estado, em regime de monopólio ou de concorrência com particulares, é determinado pelo interesse público (Nunes, 2019).

Segundo Silva (2005a), apoiado em relatório do Banco Mundial (1997), a magnitude do Estado pode ocorrer na economia sob diferentes formas. Ou seja, o Estado tem cinco tarefas fundamentais, portanto, uma função interveniente que compreende formar uma base legal, manter políticas não distorcidas, incluindo estabilidade macroeconômica, investimento em serviços e infraestrutura essenciais, proteção de grupos vulneráveis e proteção do meio ambiente.

Na visão de Iglesias (2006), também está incluído o importante papel do Estado no desenvolvimento tecnológico e de inovação e na promoção do consenso nacional. Além disso, essas tarefas devem ser desempenhadas com eficiência pela administração pública para oferecer a melhor qualidade possível de serviço aos cidadãos.

Nas teorias econômicas desenvolvidas ao longo da história, o Estado assumiu diferentes funções na atividade econômica. Isso se deu conforme os acontecimentos e circunstâncias, ou seja, cada teoria tinha um papel distinto na ação do Estado. Assim, ele foi mero expectador da atividade econômica, cujas forças livres do mercado poderiam atuar livremente, tendo o Estado um papel passivo, bem como já atuou de forma ativa como o maior responsável por alavancar o crescimento da economia (Antunes, 2014).

Assim, a ação do Estado na promoção do desenvolvimento ocorre não apenas por sua importância como agente que tem a capacidade de impulsionar os fatores produtivos de uma região, mas também pela sua função coordenadora e reguladora com poder sobre a sociedade como um todo e pelas políticas que lhe são relevantes na estrutura estatal. Dessa maneira, pode-se entender que a forma como o Estado é concebido determina, pelo menos em parte, como a política, a economia e o desenvolvimento econômico são definidos (Fine, 2005).

Desse modo, esse autor afirma que as necessidades coletivas são variáveis e o Estado, como entidade maior, desenvolve atividades que incluem a prestação de serviços públicos, construção de estradas, defesa interna e externa e regulamentação jurisdicional, visando a atender às necessidades vigentes da coletividade. Tantas atividades mostram qual é o propósito da existência do Estado: o bem comum da sociedade.

Além do mais, vale ressaltar que a contribuição do Estado na promoção do desenvolvimento regional é relevante, principalmente naquelas regiões em que a capacidade local é bastante reduzida para promover o seu próprio desenvolvimento, considerando que tal contribuição é imprescindível pela existência de um círculo vicioso<sup>2</sup> negativo, que prejudica qualquer probabilidade de desenvolvimento. Assim, esse fenômeno negativo só será extinto se houver uma reversão desse processo e simultaneamente proporcionar o desenvolvimento, e isso pode acontecer quando houver intervenção de um fator exógeno neste circuito, que, do ponto de vista keynesiano, é entendido como intervenção estatal (Raiher; Ferreira de Lima, 2009).

Nesses termos, esses autores defendem que a intervenção estatal contribui tanto no controle do processo cumulativo negativo como também propicia efeitos propulsores na economia da região e, na mesma circunstância, incentiva, em ambos os casos, o desenvolvimento econômico. Desta forma, para Myrdal (1978), a reciprocidade desse círculo compreende um processo cumulativo que constitui o principal elemento do desenvolvimento

---

<sup>2</sup> Myrdal (1978) faz uso desse conceito para abordar um ciclo virtuoso ou vicioso, que tanto pode ocorrer de forma crescente quanto decrescente, ou seja, uma sequência de fatos que desencadeiam outros fatos de forma cumulativa e propulsora. Ele utiliza esse conceito tanto no campo econômico, quanto no campo social.

econômico, pois, quando numa região acontece um investimento, cujos resultados não se anulam imediatamente, será dado início a um processo cíclico com resultados cumulativos. Ou seja, se uma indústria, porventura, encerra suas atividades deixando um número grande de desempregados, a demanda é diminuída, resultando numa contração da produção de outras indústrias em função da queda na demanda efetiva. Se não ocorrer um efeito exógeno para estimular a demanda da região, ela se tornará menos atrativa para novos investimentos.

Desse modo, o desenvolvimento econômico é caracterizado quando existe melhoria quantitativa nos níveis de produtividade e também na alocação de recursos por diferentes setores da economia e por mudanças qualitativas nos indicadores de bem-estar econômico e social de uma região. Pensadores clássicos como Furtado (1983), Myrdal (1978), Hirschman (1961) e Perroux (1977) defendem que o ponto inicial do desenvolvimento acontece com o surgimento do crescimento econômico, estimulado e multiplicado pela intervenção de um fator exógeno, ou seja, o Estado (Raiher; Ferreira de Lima, 2009).

Nesses termos, a magnitude do Estado na socioeconomia é relevante, haja vista que as atividades econômicas afetam os fatores sociais, que, por sua vez, são moldadas por processos sociais. Assim sendo, as relações existentes entre os fatores econômico, social e cultural impactam a sociedade, considerando que as teorias e as pesquisas em socioeconomia expressam que os indivíduos não têm os mesmos objetivos racionais, como pressupõem as teorias econômicas clássicas. Essa linha de pesquisa entende que o grupo socioeconômico pode influenciar o indivíduo e até mesmo moldar suas concepções e atitudes, seus propósitos de vida e, conseqüentemente, o consumo (Granito, 2007; Felipim *et al.*, 2015).

Nessa perspectiva, Nunes (2019) defende que o desenvolvimento econômico percorre um caminho que permite à sociedade viver com dignidade, contribuindo para que haja um desenvolvimento integral da região, conquistando o bem-estar, mas também o desenvolvimento econômico, social e cultural. Assim, todas essas condições são fundamentalmente relevantes para satisfazer as necessidades básicas das populações e, por conseqüência, contribuir com o desenvolvimento regional.

Nesse contexto, a importância da participação da sociedade e os processos democráticos podem criar meios de subsistência que primam por um desenvolvimento em que a equidade social, proteção ambiental e a economia possam conviver harmoniosamente. Assim, o processo do desenvolvimento regional passa pela integração das dimensões econômica, social e cultural, além disso, deve-se fomentar o aprimoramento das vantagens de especialização e estímulos aos investimentos. Desse modo, vale lembrar que a prioridade é desenvolver ações destinadas a promover o desenvolvimento e estimular a estruturação das

regiões, visando a diminuir as assimetrias existentes entre as localidades (Eberhardt; Lima, 2015; Savi; Meza, 2019).

Assim, o processo que pode conduzir ao desenvolvimento regional de determinada região passa pela cooperação entre os vários agentes da economia, visando ao bem comum. Para tanto, é relevante lembrar os vários fatores envolvidos, incluindo o econômico, o social e o cultural, que necessitam fazer parte do planejamento que visa a promover o desenvolvimento de uma região. O desenvolvimento parte do princípio de que as pessoas terão acesso a bens, serviços e oportunidades que satisfaçam suas necessidades básicas. Nesse contexto, as necessidades básicas são evolutivas, não estagnadas, tendo em mente que tais necessidades são progressivas ao longo do tempo, e os níveis de exigência são cada vez maiores à medida que o desenvolvimento acontece (Cabugueira, 2000; Marques de Oliveira, 2019).

Desta forma, no processo de desenvolvimento regional, os governos locais têm participação relevante, razão pela qual devem se arriscar mais no sentido de ajudar a despertar na região uma vontade empreendedora. Nessas condições, devem assumir riscos na exploração de novas oportunidades de mercado em colaboração com empreendedores privados, considerando que o desenvolvimento será possível com a cooperação entre todos os agentes presentes na região, visando a atingir o bem comum, permitindo, assim, um processo contínuo e duradouro dessa evolução (Whitford, 2009).

Nesses termos, o desenvolvimento regional corresponde ao despertar de capacidades, competências e habilidades de gestão de uma região com interesses comuns, localizada em determinado território. Essa perspectiva destaca a necessidade de que a participação comunitária seja relevante, especialmente quando se trata de valorização das potencialidades regionais que visam a promover o desenvolvimento (Ávila, 2000; Pereira; Zacarias; Silva, 2021).

Assim sendo, a perspectiva do desenvolvimento de determinada região, conforme destacam Moraes e Schneider (2010), passa a ser um espaço em que as potencialidades e os recursos devem ser utilizados por meio de estratégia regional, em comum acordo com as oportunidades externas. Vale destacar que, independentemente do significado econômico contido na noção de desenvolvimento, para efetivamente pensar o desenvolvimento regional, é necessário envolver aspectos humanos e sociais, que são inseparáveis no processo do desenvolvimento de uma região (Pereira *et al.*, 2017).

Diante dessa dinâmica, vislumbra-se que o desenvolvimento pode ser compreendido por meio de uma concepção integrativa, que envolve todos os atores regionais, com a

colaboração da comunidade em função de suas capacidades regionais. O desenvolvimento regional deve se configurar como uma opção para as comunidades se tornarem responsáveis pelo seu próprio desenvolvimento, dando ênfase ao social, ao econômico e ao material construído por recursos naturais e tecnológicos (Araújo *et al.*, 2017).

Nesses termos, não se deve considerar que o Estado seja o único responsável pelas políticas de desenvolvimento, haja vista que a sociedade precisa ser corresponsável nesse processo de construção. Assim, o desenvolvimento não ocorre apenas por meio das políticas públicas e de programas elaborados pelo governo, longe disso, ele ocorre pelo envolvimento de todos os setores econômicos, sociais e culturais (Pinto, 2014).

Assim, as políticas de desenvolvimento regional podem incluir várias maneiras de superação das desigualdades regionais, haja vista que essas diferenças são geradoras de exclusão social. Nessa perspectiva, o projeto do desenvolvimento deve ter como ponto central o regional, dando ênfase à cooperação e à aprendizagem, na medida em que a formação de capital social e humano é relevante no processo que visa a promover o desenvolvimento regional (Granito, 2007).

Na visão Fratesi (2019), o desenvolvimento é uma característica estrutural que leva tempo para evoluir, principalmente nas regiões que têm ativos mais baixos ou um sistema desequilibrado, nessas condições não é possível esperar que as políticas mudem sua estrutura rapidamente. Porém, se essas políticas estruturais forem mantidas, elas podem influenciar o desenvolvimento estrutural da região e, nesse sentido, promover o desenvolvimento regional.

Dessa maneira, tal desenvolvimento é um processo de alcance da autonomia por parte das regiões, não se tratando de uma dimensão isolada, mas, de outro modo, de uma tomada de consciência buscando envolver-se e reforçar a internalização do processo do desenvolvimento endógeno, promovendo formas específicas e adaptadas às características e às necessidades regionais (Cabugueira, 2000; Cerutti; Braido, 2019).

Na visão dos mesmos autores, a conquista da autonomia regional não é alcançada de forma espontânea, ou seja, os poderes públicos têm um papel importante a desempenhar, pois o desenvolvimento regional necessita que as ajudas dos poderes públicos sejam dinamizadas do ponto de vista dos recursos e das capacidades regionais, respeitando as características e as necessidades endógenas. Nesse sentido, a melhoria desse desenvolvimento é uma atividade que pode promover a movimentação dos atores regionais em um processo que seja orientado para alavancar um crescimento econômico duradouro e, na sequência, contribuir com o desenvolvimento regional.

Dessa forma, o processo de desenvolvimento deve incorporar um esforço crescente de

inclusão social pela ação conjunta de políticas direcionadas à formação de capital humano e ao incentivo à participação regional, buscando a melhoria da capacidade de organização social como fator endógeno do desenvolvimento regional. Isso acontece pela articulação das instituições e dos atores locais, visando a dar condições para o processo de desenvolvimento se estabelecer, tendo por base uma estratégia que permita preparar os atores locais e regionais no sentido de modificar a realidade desfavorável em uma forma de desenvolvimento que aproveite as oportunidades em favor da sua região (Ferreira, 2002; Pereira, 2020).

Segundo Marques de Oliveira (2019), o desenvolvimento regional permite uma análise dos fatores sociais e econômicos da região, que constituem a mobilidade espacial do capital, do emprego e da inovação. Se plenamente explorados em uma determinada região, esses fatores podem reduzir ou acelerar a desigualdade regional. Na opinião do autor, tal desenvolvimento é um processo de transformação econômica, cultural e social. Essas mudanças são fundamentais para entender a evolução dinâmica do setor produtivo de uma região.

Desse modo, com a ampliação do desenvolvimento regional, surgirão novas atividades econômicas motrizes, que serão capazes de incentivar outras atividades e modificar o conjunto produtivo da economia. Assim, o conceito de desenvolvimento regional está relacionado a um processo de mudanças que norteiam a melhoria da renda, das relações sociais, das alterações nos métodos como se desenvolve a produção, da forma de aquisição de tecnologia e da introdução de inovações mais eficazes, que permitem gerar mais produtividade e maior oferta de bens e serviços à disposição da população (Furtado, 2000; Eberhardt; Ferreira de Lima (2015).

Segundo Haddad (2009), o desenvolvimento regional tem nas suas bases de formação não somente o consumo de bens e serviços, mas uma abrangência muito maior, que procura promover o bem-estar. Sendo assim, o desafio de promover esse desenvolvimento vai além de contribuir com a abertura de vagas de emprego e geração de renda à população. O autor entende que o lazer, o entretenimento, a diversão e as dimensões sociológicas, políticas, antropológicas, educacionais, culturais e ambientais também fazem parte do processo de desenvolvimento.

Nesta visão, percebe-se que o papel da economia é fundamental com relação à geração de renda, consumo e produção. Com relação aos aspectos sociais e antropológicos, eles desempenham papel importante na medida em que os vários movimentos culturais presentes nas sociedades podem ser considerados partes integrantes no momento da elaboração do planejamento de estratégias que visam a promover o desenvolvimento regional (Silva *et al.*,

2009; Marques de Oliveira, 2019).

No que tange ao conceito de desenvolvimento regional, de acordo Piacenti (2016), esse conceito é multifacetado e interdisciplinar. Dessa forma, a essência do desenvolvimento presente tem inspiração principalmente na idealização de desenvolvimento regional, remontada na década de 1950 com os textos de François Perroux (1958). Esse entendimento chamou a atenção para a necessidade de estudos que incluam a ideia de desenvolvimento na dinâmica regional.

Para o mesmo autor, a teoria do desenvolvimento regional compreende o papel do lugar e das regiões, visando à melhoria na qualidade de vida e também ao progresso econômico da sociedade. Por esta razão, há uma interação entre as concepções referentes à centralidade no que diz respeito às redes de informação, de atração, de repulsão, de distância, de ambiente de inovação, em um conjunto de amplas relações, tendo em vista que a região emerge como uma categoria de pesquisa pela sua capacidade de agregar territórios, o urbano, o meio ambiente, espaços diferentes de manifestações sociais e econômicas. Entretanto, uma deficiência inicial com que as regiões de menor desenvolvimento se depararam era a falta de investimento para impulsionar seus fatores de produção e, conseqüentemente, aumentar sua produtividade regional.

Tal deficiência é reforçada por Chang (2004), que relata que, em meados da primeira e segunda Guerra Mundial, a relevância do investimento estatal era limitada pelos padrões modernos, já que a arrecadação ínfima restringia o orçamento governamental e dificultava grandes desembolsos fiscais para promover o desenvolvimento. Por mais que o Estado estivesse empenhado em fazê-lo, as ferrovias eram uma notória exceção em certos países.

Assim, percebe-se a importância do papel do Estado na economia como um agente propulsor do desenvolvimento regional, ou seja, contribuindo com a participação da sociedade local no planejamento contínuo da ocupação do espaço e na distribuição dos frutos do processo de crescimento, permitindo às regiões condições necessárias para alavancar seu próprio desenvolvimento (Marques de Oliveira, 2019).

Nesse contexto, é possível compreender o papel do Estado como um agente que contribui para fomentar o desenvolvimento regional, pois a teoria econômica apresenta falhas de mercado que justificam a intervenção do Estado na economia, incluindo o monopólio, bens públicos, externalidades negativas e informação imperfeita, que são modalidades de falhas que requerem intervenção pública (Oliveira; Lima, 2003).

Vale ressaltar que o desenvolvimento regional com a participação da sociedade será plausível e consistente, havendo um amplo consenso de que os processos e as instâncias

regionais levam enorme vantagem sobre as instâncias governamentais centrais na medida em que estão mais bem situados em termos de proximidade com relação aos consumidores finais dos bens e serviços (Oliveira; Lima, 2003; Raiher; Ferreira de Lima, 2009, ).

Para esses autores, as instâncias regionais podem captar melhor as informações, além de poderem manter uma interação em tempo real entre produtores e consumidores finais. Sendo assim, o papel do Estado pode ser conseguido pela recuperação da capacidade de investimento regional a fim de melhorar e recuperar a infraestrutura e criar um efeito multiplicador sobre o emprego, produto, renda e investimentos privados, além de melhorar a produtividade dos fatores regionais. Nesses termos, o desenvolvimento regional depende do avivamento social da população local, melhor dizendo, da capacidade de a região gerar uma agregação de diretrizes políticas, institucionais e sociais capazes de orientar o crescimento desencadeado por forças exógenas. Dessa maneira, são essencialmente endógenas a busca pela autonomia na tomada de decisão da região e a capacidade regional para preservar e reinvestir o excedente gerado pelo processo de crescimento.

Dessa forma, as teorias de desenvolvimento regional partem da ideia de força propulsora exógena que afeta outras atividades econômicas por meio da distribuição nos demais ramos econômicos da região. No que diz respeito ao desenvolvimento regional, pode-se ter em mente que as comunidades precisam participar do planejamento para que os resultados alcançados sejam distribuídos na região como um todo (Oliveira; Lima, 2003; Savi; Meza, 2019).

Nesse contexto, ainda na visão desses autores, quando se pretende analisar o desenvolvimento de uma região, é preciso compreender que as economias locais não são meros modelos das economias nacionais, visto terem especificidades próprias da região e demandarem modelos teóricos adaptados para propor seu desenvolvimento. Nesse quesito, fica claro que as políticas macroeconômicas e setoriais têm capacidade de influenciar a região, sendo assim, tais políticas precisam passar por um método de adaptação visando ao seu planejamento e à aplicação para promover o desenvolvimento regional (Madureira, 2015).

Entretanto, buscar compreender as divergências econômicas resultantes das desigualdades regionais de desenvolvimento pode servir de base para que os modelos teóricos do desenvolvimento regional passem por adaptação. A razão é que as divergências de interesses regionais, ciclos econômicos diversos e desarranjos regionais tornaram-se um problema estrutural que fomenta essas diferenças na economia regional. Considerando que as políticas econômicas nacionais não atendiam às especificidades locais, muitas regiões, antes prósperas, caíram em declínio, e outras, que não eram desenvolvidas, conseguiram emergir,

alcançando níveis de desenvolvimento que não existiam localmente (Silva, *et al.*, 2009).

Portanto, depreende-se que o desenvolvimento regional poderá ser alcançado ao longo do tempo com a participação de vários atores, especialmente daqueles que vivem na região, de modo que a competição possa dar lugar à cooperação, visando a alcançar o bem comum da região. A essência do desenvolvimento regional bem como sua conceituação são diversas, evidenciando que o processo do desenvolvimento regional não é uma tarefa fácil, visto exigir das regiões uma forma de cooperação participativa de todos os membros da sociedade regional. Para tanto, essa cooperação deve ocorrer para desenvolver formas de alcançar o desenvolvimento da região. Sendo assim, é necessário que o bem comum seja uma prioridade no planejamento regional, considerando que todos poderão ser beneficiados pelos frutos desse avanço regional. Nesses termos, para alcançar o desenvolvimento, a participação do Estado e da sociedade é indispensável, tendo em vista que a ação política de governos na atividade econômica para fins específicos com a participação da sociedade local e do Estado de forma direta na economia pode proporcionar um desenvolvimento sustentável e duradouro.

## **2.9 A Magnitude do Estado na Socioeconomia Brasileira**

A participação do Estado na economia brasileira não é um fato recente, dado que, desde o século XIX, o Estado desenvolve ações no campo empresarial, visando a promover o crescimento da economia. Porém, tal participação se deu no decorrer dos anos de forma mais intensificada em certos momentos e retraída em outros. Desta forma, observa-se que o desenvolvimento brasileiro no decorrer da sua história apresenta vários ciclos, que podem ser definidos como fase de crescimento e como situação de crise. Nesses termos, pode-se explicar a participação do Estado na economia brasileira, aumentando em certos momentos e diminuindo em outros (Simon, 1985, Biasoto; Afonso, 2017).

Assim, a economia brasileira apresenta forte participação do Estado, isso ocorrendo no processo produtivo, institucional e regulatório. Desde do início do século XX, o Estado tem agido como condutor e operador financeiro das políticas de valorização do café, mais tarde, na função de agente estruturador do sistema tributário, do mercado de capitais e do sistema bancário. Ou seja, a presença do Estado na economia brasileira é um fator evidente no processo do desenvolvimento capitalista. Nesses termos, o ponto fundamental dessa relação acontece nas várias instâncias do Estado com o setor privado, gerando ação concreta na formação dos mercados, da estrutura produtiva e das relações de classe. Nesse contexto, o Estado brasileiro desenvolveu papel ativo na normatização da economia, desenvolvendo uma burocracia especializada, dando início a uma regularização e normatização das áreas

principais da atividade econômica (Biasoto; Afonso, 2017).

### 2.9.1 A Participação do Estado no projeto de desenvolvimento da economia brasileira

A partir da década de 1930, é perceptível o papel do Estado na economia brasileira, especialmente no processo de industrialização, pois foram criadas as bases para a indústria brasileira. A forma acelerada da industrialização do Brasil no período pós-guerra ocorreu em virtude das políticas industriais que foram desenvolvidas. Assim, a consolidação da indústria brasileira estava estruturada da seguinte forma: Estado, capital estrangeiro e capital nacional. Ou seja, o Estado era o responsável por garantir o desenvolvimento da infraestrutura, tendo papel determinante na indústria de base, o capital estrangeiro era voltado para as indústrias mais dinâmicas, enquanto o capital nacional fomentava as indústrias tradicionais (Suzigan; Furtado, 2006).

Desta forma, em 1932 o setor industrial apresenta crescimento maior que o setor agrícola, e, por volta de 1940, a participação da produção industrial no PIB ultrapassa o da agricultura, demonstrando uma estrutura cada vez mais consolidada para o avanço da economia brasileira, que viria acontecer a partir de 1954 (Bonelli, 2003; Kume; Piani; Miranda, 2012).

De acordo Biasoto e Afonso (2017), em decorrência da atuação do Estado, a economia brasileira no início dos anos cinquenta tinha enorme capacidade de intervenção do Estado no sentido de concretizar o projeto desenvolvimentista. Desta forma, o Estado constituiu um sistema público que pudesse financiar o investimento, com base na movimentação de recursos advindos de empréstimos e dos fundos administrados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), que logo depois se tornou o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), tendo papel indutor no processo de industrialização da economia brasileira.

Nesses termos, o aumento do investimento em infraestrutura, especialmente no setor de transporte, torna-se um dos fatores principais para promover o desenvolvimento das atividades econômicas, pois ocasiona externalidades para o setor privado bem como para a economia como um todo. Assim, tal investimento promove condições para que o Estado desenvolva políticas de crescimento e de defesa à indústria, ou seja, o setor principal da economia brasileira é definido pela iniciativa de implementação em 1950 do plano SALTE (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia). Desta forma, essa foi a primeira ação de planejamento estratégico no campo econômico do governo brasileiro, que visava a trazer resultados satisfatórios para alguns setores estruturais para o crescimento econômico (Abreu,

2013).

No ano de 1956, Juscelino Kubitschek (JK) assumiu a presidência da república com o *slogan* “50 anos em 5”. Tal governo desenvolveu planos e políticas que possibilitaram o desenvolvimento do país. Nessas condições, esse período é tido como os anos dourados da economia brasileira, pois possibilitou um crescimento em média 8,12% ao ano como pode ser visto na Tabela 1, além disso, favoreceu o crescimento do PIB *per capita* de 5,15% a.a, em média, como apresentado na Tabela 2 (Orenstein; Sochaczewski, 2014; Fausto, 2012).

**Tabela 1:** Variação do PIB do Brasil entre (1956-1960)

1956	1957	1958	1959	1960
2,90%	7,70%	10,80%	9,80%	9,40%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IPEA), Elaboração do autor (2022)

Como pode ser visto na Tabela 1, no início do governo de JK, a economia brasileira apresentava um crescimento de apenas 2,90% a.a. Mas com a implantação dos planos e políticas desse governo, a economia passou a apresentar crescimento econômico nos anos seguintes, evidenciando seu maior índice de crescimento em 1958, quando apresentou um crescimento de 10,80% a.a. No período de 1956 a 1960, a economia brasileira obteve em média um crescimento em torno de 8,12% a.a.

A Tabela 2 mostra a variação do PIB per capita entre os anos de 1956 e 1960, sendo percebida uma variação bastante modesta, diferentemente do que aconteceu com o crescimento da economia. Ou seja, o tal crescimento econômico não se refletiu no crescimento do PIB per capita.

**Tabela 2:** Crescimento do PIB *Per Capita* do Brasil entre (1956-1960)

1956	1957	1958	1959	1960
5,15%	5,87%	5,20%	5,13%	4,39%

Fonte: Bolt e Van Zanden (2014), Elaboração do autor (2022)

A Tabela 2 mostra que, em 1956, a economia brasileira apresentava um PIB *per capita* de 5,15% a.a, mesmo com o crescimento do PIB do país em torno de 2,90% a.a. Nos anos seguintes, o PIB *per capita* apresentou uma variação modesta, pois em 1958 foi de 5,20% a.a, o maior do período do governo JK. Em 1960, foi o menor do período em torno de 4,39% a.a, sendo inferior ao de 1956, que foi de 5,15%. Nesses termos, fazendo uma comparação em relação ao crescimento do PIB com o PIB *per capita* do país, percebe-se que o crescimento do primeiro não refletiu no crescimento do segundo.

Assim, isso demonstra que apenas buscar o crescimento da economia não leva ao melhoramento da renda do país e que o crescimento econômico como debatido no decorrer desta dissertação é apenas parte integrante do processo do desenvolvimento regional, haja

vista que a distribuição de renda, a educação, saúde, lazer, oportunidades locais, o ambiental e o bem-estar social são componentes importantes do processo de desenvolvimento regional de determinada região e devem ser levados em consideração no momento da elaboração de um projeto de planejamento que visa a promover o desenvolvimento local.

Nesse contexto, é possível observar que, ao longo da história da economia brasileira, foram apresentadas várias iniciativas governamentais, que visavam a promover o crescimento econômico. Isso não foi diferente no governo de JK, e seus principais planos lançados foram o Plano de Metas, o Plano de Estabilização Monetária e a Reforma Cambial, que visavam a promover o crescimento da economia brasileira. O Plano mais conhecido desse governo foi o Plano de Metas, que tinha como *slogan* “50 anos em 5”. Os principais objetivos de tal ação eram promover a substituição de importações, visando a reduzir a dependência de matérias-primas e de bens de capital, que eram importados e, conseqüentemente, incentivar o crescimento acentuado dos bens de capital, de consumo duráveis, intermediários, além de promover o investimento em transporte e energia (Fausto, 2012).

Assim, o planejamento em torno dos objetivos do Plano de Metas era uma ação da parte do Estado, que tinha 29 metas centradas em 5 pilares: Energia hidroelétrica, Transporte com foco na construção e pavimentação de rodovias, Indústria de Base e Alimentação. Desta forma, buscava diminuir as diferenças regionais, o que levou à construção da capital no centro do país (Orenstein, Sochaczewski, 2014).

Entre os anos 1961 e 1964, o Brasil experimentou um período ímpar de forte turbulência na política, pois a volatilidade no comando da política econômica brasileira proporcionou progressivamente a perda do controle da inflação. Nesses termos, com a inflação sem controle e o aumento dos investimentos, foi propiciado o aumento do capital agregado, promovendo assim o crescimento do PIB, que, por sua vez, gerou aumento da demanda agregada. Porém, as insatisfações cruciais para com o governo estavam na política de austeridade que se tentou implementar com o intuito de conter a inflação, a reforma cambial, que buscava eliminar os vários subsídios dos diversos setores industriais (Abreu, 2013).

Para esse autor, diante desta situação, o Brasil vivenciava uma dificuldade com relação à política econômica, pois a estagnação econômica e a inflação descontrolada eram fatores predominantes para agravar a condição da economia brasileira no período, ocasionando um forte entrave ao crescimento da economia. Desta forma, o governo procura posicionar a

economia de volta ao trilho do crescimento, colocando em prática o Plano Trienal de desenvolvimento econômico<sup>3</sup>.

Tal plano visava a reagir às condições de deterioração externa, bem como à aceleração inflacionária, uma vez que tinha como propósito uma aproximação do governo com a classe média e empresarial, expandindo sua sustentação para assegurar a aprovação das reformas de base pelo congresso. Porém a falta de apoio político e o declínio da situação econômica propiciaram a desistência do Plano Trienal de desenvolvimento econômico, colaborando para uma vertiginosa ruína do governo nos meses finais de 1963 e 1964, proporcionando, assim, a chegada dos militares ao poder em 1964 (Moreira, 2014).

Ainda na visão deste autor, o novo governo, visando a estabilizar e a retomar o crescimento da economia brasileira, proporcionou aumento dos investimentos, implementação de reformas institucionais, mitigação dos desequilíbrios regionais e a correção dos déficits no balanço de pagamentos. Assim, o governo militar desenvolve o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG). Tal plano foi primordial para o Governo Militar, pois contribuiu com o período que passou a ser conhecido como o “Milagre Econômico” brasileiro. Esse plano tem viés ortodoxo (1964-1967). Entre as mais importantes ações desenvolvidas pelas políticas do PAEG, estão , a Política Fiscal, a Política Monetária e de Crédito, a Política Cambial, a Política para o Setor Externo, as Reformas estruturais, institucionais e a Política Salarial.

O resultado apresentado pelas políticas desenvolvidas pelo PAEG foi a diminuição da inflação de 92,12% para 25,01% a.a. No período de 1964 a 1967, Tabela 3, de certa forma, obteve-se o controle da inflação, mas ainda em patamares elevados, porém essa redução inflacionária contribuiu para que ocorresse um crescimento econômico, uma vez que permitiu a retomada do crescimento já em 1964. Desta forma, vale ressaltar que o programa facilitou o aumento significativo da entrada de capital estrangeiro em torno dos 20%. Além disso, promoveu melhorias fundamentais com relação às reformas institucionais, contribuindo, assim, para o atingimento dos objetivos do PAEG (Lago, 2014).

**Tabela 3:** Inflação Brasileira -IPCA (% a.a.) - (1964 a 1967)

1964	1965	1966	1967
92,12%	34,24%	39,12%	25,01%

Fontes: IGP-DI/FGV (1948-1979); IPCA (inflação oficial/1980-2013), IBGE, BCB-Depec. Elaboração do autor (2022).

A Tabela 3 mostra que em 1964 a inflação anual era de 92,12%, com a implantação da das medidas defendidas pelo governo militar, esse índice foi reduzido para 34,24% já em

<sup>3</sup> O plano visava manter o crescimento econômico por meio de uma abordagem gradualista de combate à inflação, buscando baixar o aumento no nível geral de preços de 50% para 10% ao ano até 1965 (Loureiro, 2013).

1965, porém em 1967, ele foi de 25,01%, o menor índice do período entre 1964 e 1967. Dessa maneira, contribuiu com o melhoramento da economia brasileira, mas deve-se salientar que mesmo sendo o menor índice do período, ainda assim é um indicador alto quando se trata de indicadores inflacionários, pois a estabilização da inflação ocorreu em patamares elevados, o que poderia desencadear novos aumentos desse indicador.

### 2.9.2 A presença do Estado no desenvolvimento de programas de investimento na economia brasileira

Após o período do desenvolvimento do PAEG, especificamente entre os anos 1968 e 1973, que ficou conhecido como “Milagre Econômico” brasileiro, foram apresentados economicamente dois programas: O Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) e o Programa de Metas de Base e Ação (PMBA). Tais programas tinham como propósito o controle da inflação de custos, pois a inflação de demanda estava sob controle. Além do mais, esses planos eram uma forma de legitimar o Regime Militar e contribuir com o crescimento econômico pela expansão da demanda agregada, ocasionando vantagens para o setor privado, contribuindo, assim, com as exportações e gerando novos postos de trabalhos (Hermann *et al*, 2011).

Nesses termos, a finalidade desses programas era promover o crescimento da economia. Para esse fim, foram desenvolvidas políticas de expansão do crédito para agricultura, exportação, consumo, construção civil e sistema habitacional, tudo isso visando a promover o aumento da demanda agregada. Além disso, houve subsídio do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), desvalorização cambial, incentivo à entrada de investimentos estrangeiros, investimentos governamentais em infraestrutura e políticas expansionistas. A essência desses programas estava centrada na utilização da capacidade ociosa que se fazia presente na economia brasileira (Bonelli; Malan, 1976; Lago, 2014).

No ano seguinte, especificamente em 1974, foi lançado pelo o governo um plano que ficou conhecido como o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), que tinha como objetivo substituir importações e aumentar as exportações de manufaturados. Assim, desenvolveu o denominado tripé Estado, capital nacional e capital estrangeiro, com o intuito de constituir uma estrutura industrial e a infraestrutura brasileira. Paralelamente ao II PND, foi desenvolvido o projeto proálcool, que tinha a finalidade de incentivar a produção de matérias-primas, bens de capital, alimentos e energia, para fazer frente ao choque de oferta e poder enfrentar esse problema da economia brasileira (Suzigan; Furtado, 2006).

Para esses autores, esse plano tinha um viés heterodoxo desenvolvimentista. Nesse

contexto, com tal plano, optou-se por promover o incentivo ao crescimento, ao consumo e ao emprego, além do mais tinha o objetivo social de buscar reduzir as desigualdades de renda. Além disso, procurava aumentar a diversificação das exportações, visando a melhorar o saldo da balança comercial, o problema causado pelo primeiro choque do petróleo na balança comercial e na balança de pagamentos do país.

De acordo com Lago (2014), o papel do Estado foi de fundamental para a expansão dos investimentos realizados no período, simultaneamente ocorreu um aumento dos déficits públicos em razão das renúncias fiscais realizadas pelo governo visando a ajudar a indústria e as exportações. Porém, devido ao aumento dos gastos com os objetivos do II PND, a maior parte do investimento se deu no setor de energia, com a construção de Itaipu e Tucuruí. Nesses termos, o II PND economicamente obteve resultados satisfatórios, pois manteve o crescimento econômico no país, além de contribuir com uma nova estrutura industrial nos setores de transporte e energia, provendo a reestruturação da oferta e fomentando novas possibilidades de investimentos. Assim, colaborou com a nova política salarial que permitiu estancar as perdas do poder aquisitivo dos trabalhadores.

### 2.9.3 A contribuição do Estado brasileiro no desenvolvimento de planos econômicos

No final da década de 1970, especificamente em 1979, ocorreram o segundo choque do petróleo e o aumento repentino das taxas de juros internacionais, tendo contribuído para a aprofundar a crise externa brasileira por meio de uma série de questões como o aumento nos juros da dívida, orientação dos fluxos de capital especialmente para os EUA e Europa e o impacto negativo sobre os preços das "commodities", por se tratar de uma pauta de exportação que contribuía para a economia brasileira (Lago, 2014).

Assim, no início dos anos 1980, o problema fundamental da economia brasileira era a diminuição das reservas internacionais na liquidação de compromissos externos. Além disso, há uma súbita reversão na trajetória de crescimento econômico da economia brasileira, propiciando uma das mais severas crises da sua história (Ometto; Furtuoso; Silva, 1995). Ainda na visão desses autores, as bases dessa crise se manifestam num primeiro momento como uma crise de endividamento externo, porém, aceleradamente, passa a ser entendida como um desajuste interno da economia, em razão das políticas econômicas desenvolvidas na década anterior, quando se optou por manter o crescimento econômico em seguida ao primeiro choque do petróleo. Além do mais, a busca definitiva do processo de substituição de importações contribuiu para o Estado brasileiro assumir uma postura de financiamento apoiada no aumento do endividamento externo.

Assim, na segunda metade da década de 1980, o problema com que a economia brasileira se defronta é a persistente alta da inflação. Desta forma, visando a alcançar a estabilização da moeda, o governo adota medidas contracionistas que possibilitassem realizar o controle da inflação, tendo lançado, para isso, vários planos econômicos a partir da metade da década de 1980, incluindo “Plano Cruzado” (1986), “Plano Cruzadinho” (1986) “Plano Cruzado II” (1986), “Plano Bresser” (1987), “Política do Feijão com Arroz” (1987), “Plano Verão” (1989). Estes planos buscavam fundamentalmente combater o descontrole da inflação que o país estava vivenciando (Hermann *et al.*, 2011). Estes planos econômicos inicialmente apresentaram efeito positivo em relação ao crescimento do PIB e, de alguma forma, trouxeram expectativa momentânea a respeito do melhoramento da economia brasileira, mas não se sustentaram ao longo do tempo.

#### 2.9.4 A participação do Estado na abertura da economia brasileira e na implantação do Plano Real

A década de 1990 foi marcada por mudanças significativas na política de comércio exterior brasileira. Tal período se notabilizou por um processo de abertura comercial extensiva, que teve seu início no governo Collor e perdurou até o governo Fernando Henrique. Essa integração comercial brasileira acontece diante de um novo contexto de uma nova ordem mundial. Ou seja, a globalização, que tinha como base a expansão do comércio e de um Novo Regionalismo, sendo o objetivo principal a integração dos países por meio de acordos bilaterais e multilaterais com a criação de zonas de livre comércio, uniões aduaneiras e mercados comuns (AVERBUG *et al.*, 1999).

Assim, nos anos 1990, a estabilidade macroeconômica e a distribuição de renda passam a ser o alicerce principal para o poder político alcançar. Entretanto, o comando para essas ações já não estava mais no Ministério do Planejamento, nas empresas estatais e Bancos Públicos, estava no Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no Banco Central e nos bancos privados detentores de títulos estatizados da dívida externa. Nessas condições, a liberalização, a privatização e a desnacionalização permitiram a criação de novos mecanismos financeiros. Desta forma, as estratégias de valorização do capital produtivo e financeiro, que foram adotadas, ocasionaram algumas transformações que desfizeram ou reduziram o comprometimento com o desenvolvimento voltado para a proteção do mercado interno, liderado pelo Estado por meio dos investimentos públicos (Medeiros, 2017).

Dessa maneira, a abertura da economia brasileira se intensificou e forçou as empresas brasileiras a passar por um intenso ajuste, visando a se contrapor à nova realidade exigida por

uma competitividade desvantajosa, pois a abertura comercial não foi conduzida de forma que as empresas brasileiras pudessem se adaptar à competitividade dos padrões internacionais. Dessa forma, o governo brasileiro desenvolve dois programas que puderam ser implementados com o objetivo de aumentar a competitividade: o Programa de Competitividade Industrial (PCI) e o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP), que tinha como propósito melhorar o produto internamente produzido (Lacerda, 2003; Medeiros, 2017).

Para esses autores, a essência da estratégia da abertura comercial era a diminuição das tarifas de importações e a extinção de várias barreiras não tarifárias. Assim, a tarifa nominal média de importação, que girava em torno de 40%, reduziu-se gradativamente até atingir em 1995 o patamar de 13%. Nesses termos, o crescimento econômico subordinado à estabilidade monetária, a abertura comercial e financeira e a ausência de políticas industriais são a tônica desse novo regime de acumulação. Assim, os investimentos advindos do setor público em infraestrutura tornaram-se um mecanismo de ajuste macroeconômico inferior às restrições fiscais. Entretanto, como perceptível, o tripé do Estado Desenvolvimentista era formado pela macroeconomia expansiva, proteção e política industrial, com o investimento público, tendo o Estado o papel principal nesse processo. Assim, o novo tripé que passa a ser firmado no final da década de 1990 se resume em macroeconomia não expansiva visando a alcançar as metas de inflação, superávit primário e câmbio flutuante.

Além da abertura comercial, outro fato marcante na economia brasileira na década de 1990 foi certamente o lançamento do plano real, que ocorreu em dezembro de 1993. Tal plano era composto de três fases: ajuste fiscal, criação de um novo indexador Unidade Real de Valor (URV) e a introdução de uma nova moeda. Dessa maneira, esse plano tinha como elemento central o desenvolvimento da âncora cambial, visando a promover a estabilização, combatendo o processo inflacionário crônico existente na economia (Ianoni, 2009; Silva, 2020).

Assim, o plano real era um desafio para futuro, uma vez que não houve uma adesão consolidada e incondicional, pois grande parte do empresariado não apoiou todas fases desse plano. Nessas condições, a restauração sociopolítica aconteceu devido ao programa de mudança econômica conduzido pelo processo de estabilização da moeda, que permitiu agregar a diversidade das ações tidas em comum. Por isso, ocorreu a preservação dos interesses apoiados na existência de condições econômicas de acumulação e dos elementos ideológicos liberalizantes, que dominavam a conjuntura da globalização (Ianoni, 2009).

Nesse sentido, a estruturação do plano e as condições favoráveis da macroeconomia

foram importância para reduzir a inflação. Entretanto, o uso exagerado dos instrumentos de valorização cambial e as taxas de juros elevadas apresentariam posteriormente um custo extremamente elevado, dificultando o crescimento econômico e tornando o país imensamente dependente de capitais externos (Lacerda, 2003).

Para esse autor, o ponto central que permitiu a redução da inflação foi a preservação de uma taxa de câmbio artificialmente valorizada por um longo período, de 1994 a 1998, além disso, adotou-se uma taxa de juros interna elevada e uma significativa liquidez no mercado internacional. Porém, os efeitos ocorridos com as crises Russa e Asiática entre 1997 e 1998 mudaram de forma significativa a conjuntura externa, demandando uma transformação na postura dos investidores que tivessem maior aversão ao risco. Assim, a política cambial brasileira seria modificada no início de 1999 em razão da insustentabilidade do modelo, das novas circunstâncias do mercado internacional e do crescimento do déficit na conta corrente do balanço de pagamentos brasileiro.

#### 2.9.5 A cooperação do Estado na crise financeira da economia brasileira

Tendo em vista a crise da Rússia e Asiática, o Brasil abandonou o câmbio controlado em janeiro de 1999 depois do esvaziamento das reservas internacionais. Entretanto, com o câmbio flutuante, a base de sustentação do Real estava em risco, mas a balança comercial recebia um compensador natural. Assim, apesar do risco, a inflação se acabaria sendo controlada pela adoção de novas estruturas macroeconômicas como o Sistema de Metas de Inflação, a flutuação cambial e os superávits primários (Werneck, 2014).

Desta forma, com o novo milênio, a estruturação da economia global passa por mudanças, pois o aumento da procura por produtos primários e intensivos em recursos naturais é demandado pela economia da China. Tais mudanças se tornaram favoráveis ao crescimento das exportações brasileiras em razão do aumento dos preços das *commodities*, especialmente do preço das matérias-primas. Assim, tal ambiente internacional permitiu tanto o crescimento dos preços como das quantidades de produtos exportados (Fligenspan *et al.*, 2015).

Porém, no ano de 2008, a economia global sofre uma forte crise financeira, que teve seu início nos Estados Unidos, conhecida como *subprime*. Nessas condições, os países que dependiam da economia americana foram os primeiros afetados pelos efeitos desta crise. No entanto, as oscilações do dólar afetaram também a economia brasileira, bem como as decisões empresariais. Tal situação passa a exigir do Estado uma tomada de decisão visando a possibilitar o crescimento econômico brasileiro (Santos *et al.*, 2018).

Para esses autores, essa crise provocou a quebra do banco de investimento *Lehman Brothers* em 2008, dando início a um temor no mercado financeiro internacional, pois a contaminação financeira afetou de forma direta os bancos, ocasionando uma diminuição drástica das suas operações de crédito, provocando um ambiente de incerteza para os empresários. Tudo isso proporcionou prejuízos aos investimentos produtivos e, simultaneamente, ocasionou uma queda no PIB brasileiro. Entretanto, no início da crise de 2008, embora houvesse forte queda dos investimentos e da produção, a procura final do consumo foi pouco afetada em razão dos incentivos dados pelo governo brasileiro.

Embora as consequências dessa crise tivessem ocasionado efeitos diferentes entre os países, no Brasil os efeitos se tornaram perceptíveis no início de 2009. Nesses termos, o impacto imediato foi na redução da liquidez internacional e na escassez das linhas de crédito. Dessa maneira, setores importantes da economia brasileira como construção civil, automóveis, agricultura e produção de móveis e eletrodomésticos foram fortemente afetados. Porém, visando a não permitir o agravamento dos efeitos dessa crise na economia brasileira, o governo agiu adotando políticas que pudessem proporcionar a continuidade do crescimento da economia, mesmo com o clima de recessão. Mesmo assim, os setores principais da indústria não deixaram de ser afetados, mas as políticas econômicas desenvolvidas fizeram com que fosse incentivado o consumo nestes segmentos (Freitas, 2009).

Desta forma, tais setores sofreram as consequências da crise por estarem mais dependentes de crédito internacional do país, dado que os EUA são o maior credor internacional, assim, os primeiros setores que sofreram os efeitos da crise 2008 foram os mais dependentes. Nesses termos, no caso do Brasil, apesar de ter sido resistente à crise no período inicial, não ficou imune, haja vista que houve diminuição da produção industrial no último trimestre de 2008, provocando queda na arrecadação fiscal, que atingiu a União, Estados e Municípios (Lima; Deus, 2013).

Na visão de Freitas (2009), a participação estatal na economia em momentos de crise econômica se faz necessária pelo fato de o Estado ter mecanismo que possibilita à economia atravessar tais momentos de forma menos traumática. Nessas condições, o governo brasileiro participou de forma efetiva na economia, visando a minimizar os graves danos em razão da crise do *subprime*. Apesar de disso, o ano de 2009 mostrou aumento dos índices de crescimento do desemprego e diminuição considerável do PIB, mas as decisões tomadas permitiram que o país se recuperasse já no ano posterior, comprovando, assim, que a participação estatal na economia de um país é relevante para recuperar o seu crescimento em tempos de recessão.

Para esse autor, o Estado brasileiro esteve presente em todo período da crise de 2008, realizando investimentos públicos, incentivando o consumo e a produção, especialmente nos setores mais prejudicados. Tais medidas incluíram o aumento do limite de empréstimo para a construção civil, o aumento de crédito para financiamento da safra no setor agrícola, a isenção de IPI e IOF na compra de automóveis e produtos da linha branca de eletrodomésticos, bem como a redução da taxa de juros visando a estimular o consumo. Vale lembrar que as medidas adotadas eram de curto prazo e dentro do campo da macroeconomia, objetivando superar a crise de forma mais rápida.

#### 2.9.6 A presença do Estado no processo de recessão da economia Brasileira pós-2010

No ano de 2011, a economia brasileira apresentou início descendente do ciclo econômico, tendo o crescimento se reduzido até alcançar 0,5% em 2014. Entretanto, no biênio de 2015 e 2016, essa queda foi de -3,5%, assim a economia mergulhou em uma profunda recessão, ocasionando uma queda vertiginosa no produto, alcançando patamares incomparáveis na história recente da economia brasileira. Essa situação de recessão econômica associada a uma inflação persistente, dívida pública em trajetória crescente ocasionaram dificuldades para a economia brasileira encontrar o caminho do crescimento. Além disso, os juros médios com a dívida pública atingiram níveis elevados de 29,3% em outubro de 2015 (Bolle, 2016). Entretanto, vale lembrar que essa situação de complicação da economia brasileira se intensificou ainda em 2011 e se estendeu aos anos posteriores, pois a Nova Matriz Econômica adotada em 2011 visava ao movimento de ruptura da política econômica inaugurada com o tripé macroeconômico, que buscava um crescimento de resposta rápida num cenário externo turbulento e estagnado. Entre as formas de alcançar este crescimento, estavam a expansão fiscal, o crédito público subsidiado e ações intervencionistas (Bolle, 2016; Mesquita, 2014).

Em se tratando da política fiscal, entre 2011-2014, o cenário externo do miniciclo das *commodities* de 2010 diminuiu. E o valor das exportações brasileiras em dólares correntes, que apresentava crescimento quase continuamente entre 2004-2011, sofreu redução de 12% entre 2011-2014. Assim, a política econômica interna ficou responsável por estimular o crescimento por meio dos incentivos ao investimento privado. Nesses termos, boa parte deste estímulo incidiu sobre a política fiscal. Desta forma, entre 2011 e 2013, o superávit primário do setor público reduziu-se de 2,89% do PIB para 1,74% (IPEADATA, 2017).

Diante dessas condições, o governo adota medida contracíclica, promovendo a desoneração da folha de salários, tendo proporcionado isenção de impostos aos mais diversos

setores como automotivo, construção civil, bens de capital e cesta básica. Além disso, proporcionou uma redução da tarifa de energia elétrica e alterou as normas do plano de concessões de ferrovias e rodovias. Assim, essas medidas inicialmente foram aplicadas em alguns setores, expandindo-se posteriormente para outros setores, de maneira confusa e não criteriosa (Resende; Terra, 2020).

Na visão desses autores, a política fiscal emitiu indícios contraditórios, dado que o governo perseguia superávits primários e, concomitantemente, promovia a implantação de extensa política de isenção tributária, ocasionando redução das receitas do Estado, deteriorando o seu financiamento. Além do mais, as despesas financeiras do governo federal eram elevadas e crescentes posteriormente a 2013, alcançando 4,5% do PIB em 2014, somando-se a essa situação, o aumento da taxa básica de juro, o crescimento do endividamento público, a queda de receitas pelas desonerações e uma menor arrecadação em razão da desaceleração da economia. Tudo isso causava confusão nas finanças públicas e de certa forma inspiraram práticas pessimistas por parte dos agentes econômicos com relação a projetos de investimentos futuros. Desse modo, o investimento público não aumentou e o investimento privado não produziu o resultado esperado com a política de isenção tributária, as melhorias das margens de lucro no setor privado não proporcionaram novos investimentos, o que dificultou ainda mais a recuperação do crescimento da economia brasileira.

Tendo em conta a política cambial, a taxa de câmbio real (TCR) permaneceu apreciada durante o período 2011-2014, sendo que tal apreciação conduziu à diminuição dos lucros nos setores industrial e agrícola, ocasionando, assim, inibição dos planos de expansão de investimentos. Com relação à agricultura e à indústria extrativa, essa dificuldade foi superada entre os anos de 2003-2012 por meio das vantagens comparativas, do aumento dos preços internacionais de *commodities* minerais e agrícolas. Porém a apreciação cambial, somada ao enfraquecimento da demanda agregada, proporcionou redução dos investimentos na indústria de transformação, dificultando, assim, o crescimento da economia (Oreiro, 2015).

Para esse autor, a inconsistência das políticas cambiais com relação à TCR apreciada proporciona aumento do poder aquisitivo dos salários no curto prazo. Somando-se a isso, a política de transferência de renda, o aumento real do salário mínimo e a expansão do crédito estimulavam o consumo, sendo parte dele suprido por importações. Nesses termos, a política de incentivo ao consumo determina de certa forma um teto para o investimento na indústria de transformação. Tal teto de investimento decorrente do câmbio apreciado e a crescente importação de bens de consumo provocaram retração da estrutura produtiva e da pauta de exportações da economia brasileira. Isso, de certa maneira, prejudicou os ganhos de

produtividade na economia e, assim, propiciou uma barreira aos aumentos reais de salários a longo prazo, divergindo dos próprios objetivos da política social.

Entretanto, as políticas de crédito, sociais e salarial, conjuntamente com o miniciclo das exportações até 2011, favoreceram em alguma medida a economia, porém a TCR manteve-se apreciada, ocasionando deterioração dos lucros e das transações correntes e dos ganhos de produtividade. Tal situação inviabilizou os objetivos da política social tanto no médio quanto no longo prazo, por serem insustentáveis quando comparados às condições estruturais da produção, inviabilizando ganhos de produtividade, dada a ausência de investimentos (Resende; Bittes, 2020).

Para esses autores, a política monetária apostou na mudança dessa política. Assim, foram adotadas políticas macroprudenciais de controle do crédito e redução da taxa Selic de 12,5% para 7,25% entre agosto de 2011 e outubro de 2012. Entretanto, no segundo semestre de 2012, no início de 2013, a taxa de juros futura de mercado se desvinculou da Selic, dando sinais de que a política monetária estava passando por mudança em razão do aumento da inflação esperada relacionada à desvalorização cambial do período, além disso, havia uma pressão da demanda contra uma oferta que não aumentava. No entanto, o governo optou por estabilizar a inflação por meio de controle de preços administrados, especialmente o do petróleo e derivados, além do mais, ocorreu uma alteração de forma unilateral nos contratos de energia elétrica. Nessa perspectiva, o Banco Central (BC) passou a perseguir o teto da meta da inflação ao invés do seu centro.

Desta forma, a economia brasileira apresentou uma conjuntura de apatia nos anos de 2017, 2018 e 2019, pois a tônica da política predominante eram as reformas econômicas para reorientar o tamanho do estado e contribuir para tornar a mão de obra mais barata. Assim, esses diversos fatores possibilitam a explicação do crescimento econômico brasileiro de 1% em 2017 e 2018. Entretanto, a economia mundial ganhou força após 2015, impulsionando as exportações brasileiras. No plano interno, em 2017, a liberação de recursos do FGTS incentivou de forma direta a demanda agregada e contribuiu com o resgate de dívidas no sistema bancário, permitindo o acesso ao crédito. Ocorreu também uma safra agrícola recorde, além disso, os preços internacionais das *commodities* aumentaram, houve contínua queda da taxa de juros Selic e da inflação, causando estímulo na demanda agregada (Resende; Bittes, 2020).

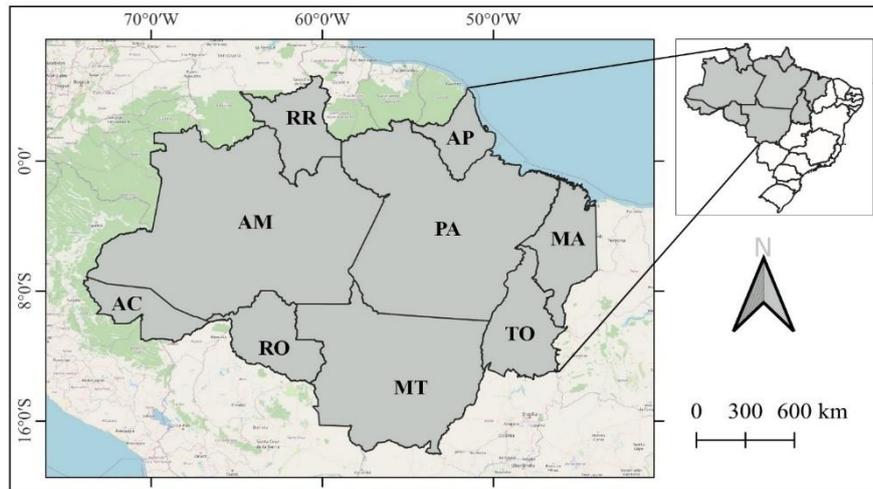
Na visão desses autores, a retomada do crescimento está sustentada em bases frágeis, em razão da capacidade ociosa que existe na economia brasileira, além do mais, a taxa de endividamento das famílias e das empresas era elevada. Do outro lado, a dívida pública

manteve-se alta e crescente, enquanto o resultado primário permanece deficitário, provocando cortes de investimentos públicos, que tinham como objetivo cumprir a meta do superávit primário, a Regra de Ouro e o Teto dos Gastos. Desta forma, a economia brasileira não consegue apresentar uma retomada do crescimento econômico de forma satisfatória, pois o investimento público continua limitado, enquanto os projetos de investimentos privados são postergados em razão das incertezas presentes na economia brasileira.

Por óbvio, percebe-se que, ao longo da história brasileira, o Estado sempre esteve presente na economia, seja desenvolvendo projetos que pudessem contribuir para que a economia pudesse crescer, além de atuar fazendo investimentos em áreas que, por vezes, o setor privado não tinha interesse em investir. E concomitantemente proporcionando proteção a uma indústria nascente, promovendo um estado desenvolvimentista, assim, no decorrer da história, o Estado brasileiro oscilou ora mais participante e em outros momentos menos participante, mas sem deixar de dar a sua contribuição à economia brasileira.

### **2.10 A Magnitude do Estado na Socioeconomia da Amazônia Legal**

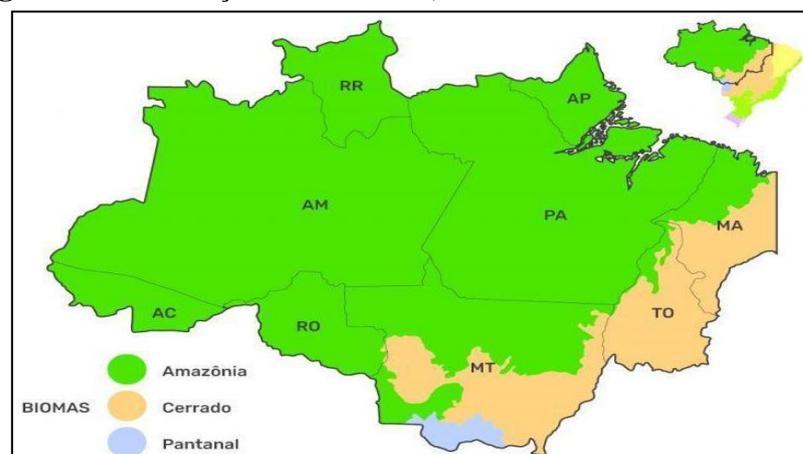
A Amazônia Legal é um conceito político que foi criado pelo governo brasileiro em 1953 com a finalidade de planejar e promover o desenvolvimento social e econômico dos estados da região amazônica, uma vez que tais Estados tradicionalmente compartilham das mesmas dificuldades econômicas, políticas e sociais. Essa região, Figura 2, abrange a totalidade dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do estado do Maranhão “a oeste do Meridiano 44°” (Assad, 2016). Amparados em análises estruturais e conjunturais, seus limites territoriais têm um viés sociopolítico e não geográfico, melhor dizendo, não são determinados pelo bioma Amazônia (Matos Neto, 2010). Isto posto, o presente tópico visa a evidenciar a magnitude do Estado na Amazônia Legal, demonstrando a importância das ações desenvolvidas pelo Estado brasileiro no decorrer dos anos, visando a promover o desenvolvimento regional desse território.

**Figura 2:** Localização da Amazônia Legal no Brasil

Fonte: Elaborado pelo autor.

A Amazônia Legal foi criada como uma região de atuação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica (SPVEA), por meio da Lei 1.806, de 6 de janeiro de 1953, posteriormente substituída pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Ela tem 808 municípios<sup>4</sup>, uma área de 5.217.423 km<sup>2</sup>, que equivale a 60% do território brasileiro. Abriga completamente o bioma da Amazônia brasileira, além de incluir 20% do bioma Cerrado e parte do Pantanal Matogrossenses (Figura 3). Desse modo, segundo Assad (2016), a composição atual da Amazônia Legal corresponde à área de abrangência da SUDAM, e as referências jurídicas que determina a área da Amazônia legal são:

- Lei 1.806, de 6 de janeiro de 1953 (criação da SPVEA);
- Lei 5.173, de 27 de outubro de 1966 (extinção da SPVEA e criação da SUDAM);
- Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977;
- Medida Provisória nº 2.146, de 4 de maio de 2001; e
- Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007.

**Figura 3:** Distribuição dos biomas (Amazônia, Cerrado e Pantanal)

Fonte: Santos; Salomão; Veríssimo (2021).

<sup>4</sup> IBGE, 2021

Assim, a Amazônia Legal reúne parte considerável dos recursos naturais globais, com papel essencial na abundância de produtos e serviços ambientais no ciclo do carbono. Dessa maneira, esse território sociopolítico<sup>5</sup> tem uma importância estratégica por seu extenso potencial de recursos minerais, hidrelétricos e para o manejo de recursos pesqueiros e aquicultura (Martha Júnior, 2011; Assad, 2016).

Apesar de sua enorme extensão territorial, no ano de 2022 a região apresenta estimativa de 27.790.232 habitantes, ou seja, 13,68% da população nacional, com uma densidade demográfica de cerca de 5,6 habitantes<sup>6</sup> por km<sup>2</sup>

Dessa forma, o propósito do governo brasileiro com a criação da Amazônia Legal inicialmente foi para uma delimitação administrativa, área de atuação da [SPVEA/SUDAM], com ênfase incentivos e estímulos fiscais regionalizados. Para tanto, a magnitude do Estado se desenvolveu com a criação desse território sociopolítico e também com a elaboração de vários instrumentos que visavam a promover o desenvolvimento da região da Amazônia Legal como a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) e os Incentivos Fiscais sobre Impostos Renda de Pessoa Jurídica (IFIRPJ). Tais instrumentos governamentais representa a participação do Estado nessa região com intuito de promover o desenvolvimento (Martha Júnior, 2011; Assad, 2016).

#### 2.10.1 Aspectos Históricos de Ocupação da Região da Amazônia Legal

Com relação aos aspectos históricos da ocupação e exploração da região da Amazônia Legal, é perceptível que ocorreu por meio de atividades extrativistas como o caso da borracha e da castanha (*Bertholletia excelsa*), porém somente a partir da metade do século XX é que a ocupação da Amazônia Legal teve seu ritmo mais intenso. Assim, especificamente nos anos de 1970, a ocupação dessa região tornou-se necessidade prioritária para o governo brasileiro, uma vez que passou a propiciar a viabilização da ocupação desse território. Tendo em vista que as políticas praticada pelo governo buscaram unir empreendimentos de exploração econômica com estratégias geopolíticas (Costa, 2009).

Desta forma, as políticas desenvolvidas nesse período contribuíram para a consolidação da ocupação da Amazônia Legal com intuito de proporcionar a integração dessa região com o restante do país e com o capital internacional. Nessa época, foram instituídas políticas públicas que promoveram a criação do Plano de Integração Nacional (PIN),

---

<sup>5</sup> Território sociopolítico representa um espaço que é administrado pelo Estado, em que é ao mesmo tempo social e político, ou seja, tem aspectos tanto sociais quanto políticos em sua análise (Assad, 2016).

<sup>6</sup> IBGE (2022)

Programa de Redistribuição de Terras (PROTERRA) e os Planos Nacionais Desenvolvimento (PND I e II). Outros fatores importantes nesse processo de ocupação da Amazônia Legal foram a construção de infraestruturas como rodovias, ferrovias, a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, o desenvolvimento de Programa Grande Carajás (PGC) e os incentivos fiscais direcionados para o estabelecimento da pecuária na região. Assim, tais ações governamentais geraram incentivos à migração para essa região da Amazônia Legal (Mello; Feitosa, 2020).

Desse modo, a abertura de rodovias na Amazônia como a Belém-Brasília, a Santarém-Cuiabá, a Transamazônica e outras foi essencial para alcançar o objetivo de integração imediata. Essas rodovias mostram a Amazônia para o Brasil e também para o mundo. Em decorrência desse processo, enormes contingentes populacionais colonizaram essa região, desenvolvendo frentes de ocupação e conflitos agrários, ambientais, entre outros (Hébette; Marin, 2004).

Dessa maneira, tal período foi definido como um modelo desenvolvimentista organizado por políticas de ocupação geopolítica. Essas políticas desenvolvidas para a ocupação da região da Amazônia Legal também contribuíram com outras necessidades que se apresentavam dentro do país, como a amenização de problemas sociais que aparecerem em outras regiões, conflitos agrários, falta de titularidades e a necessidade de uma reforma agrária brasileira (Becker, 1998). Isto posto, percebe-se que a magnitude do Estado na promoção da ocupação dessa região foi essencial para proporcionar uma grande migração, uma vez que o Estado facilitou e subsidiou vários investimentos na Amazônia, além de ter providenciado melhoria na infraestrutura visando a atender as necessidades dessa nova população da Amazônia Legal.

#### 2.10.2 Políticas de Desenvolvimento Regional da Amazônia Legal

Em relação às políticas de desenvolvimento regional (PDRs) no Brasil, elas tiveram seu ápice nos anos de 1960 e 1970 e a crise data dos anos de 1980. Hodiernamente, a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), que está vigorando desde 2007, tem como pressuposto reduzir as desigualdades regionais por meio de uma metodologia que mantém os princípios da multiescalaridade, multidimensionalidade e transversalidade (Alves; Rocha Neto, 2014). Tal método divide o país em mesorregiões e as classifica em tipologias, como alta renda, baixa renda, estagnada e dinâmica, sendo que as três últimas são objetivos da PNDR, que se propõe articular diversos instrumentos de ação, tanto na esfera governamental quanto do setor privado, visando a desenvolver os territórios destinados a receber a PNDR (Mourão, Silva, 2018).

Dessa forma, o princípio fundamental da atual PNDR trata de um aspecto institucional que, articulado aos diversos atores estatais e privados, defende a ideia de que a geração de emprego e renda não constitui exclusivamente um único fim, conquanto esteja de forma conectada a outras perspectivas como sustentabilidade e inclusão social (Mourão, Silva, 2018). Em vista disso, esses autores argumentam que o desafio da PNDR é desenvolver uma política que preconiza ser multidimensional, multiescalar e transversal, visando às características peculiares do território e à desigualdade entre pessoas, porém sem deixar de fora o crescimento econômico. Para tanto, a PNDR da Amazônia tem três instrumentos explícitos: Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e os Incentivos Fiscais sobre Impostos Renda de Pessoa Jurídica (IFIRPJ), sendo que o primeiro contempla a região Norte e os dois últimos englobam a Amazônia Legal.

#### 2.10.2.1 Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)

Em razão das enormes desigualdades regionais brasileiras, foram criados os Fundos Constitucionais pela Lei nº. 7.827, de 27 de setembro de 1989, em conformidade com o art. 159, inciso I, alínea “c” da Constituição Federal de 1988. Entre eles, foi desenvolvido o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), que tinha por objetivo principal fomentar o desenvolvimento da região Norte, constituindo o principal mecanismo financeiro da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) para a diminuição das disparidades regionais (Gumiero, 2022).

Sendo assim, essa lei regulamenta que os recursos do FNO sejam direcionados ao financiamento dos setores produtivos da indústria, agroindústria, agropecuária, mineral, turismo, comércio e prestação de serviços, inovação, tecnologia e produtos essenciais da biodiversidade, acompanhado pelo suporte à infraestrutura econômica da região, apoiando projetos orientados à logística e ao saneamento (Banco da Amazônia, 2022).

Desse modo, em virtude dos ciclos econômicos, os recursos do FNO têm alimentação pelos retornos e resultados de suas aplicações, remuneração dos recursos não aplicados e disponibilizados no exercício anterior. Atualmente, a execução dos recursos do FNO ocorre por intermédio dos programas de financiamento desenvolvidos pelo BASA, em conformidade com as orientações gerais do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR). Além disso, são levadas em consideração as prioridades setoriais definidas pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), respeitando os projetos regionais de desenvolvimento. Portanto, as ações do FNO englobam uma enorme e desafiadora área

territorial composta pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e do Tocantins, sendo que todos fazem parte da região Norte Brasil (Banco da Amazônia, 2022).

Dessa maneira, o FNO representa uma ferramenta essencial de desenvolvimento e implantação de políticas públicas direcionadas pelas instruções do MDR e SUDAM, posicionando a região Norte na trajetória do desenvolvimento, contribuindo, assim, para atender ao objetivo fundamental de desenvolvimento do país, ou seja, a redução da pobreza e das desigualdades regionais (Cutrim *et al.*, 2021).

Portanto, como o FNO é um instrumento de crédito direcionado ao desenvolvimento regional, ele tem contribuído nos últimos anos com as vantagens comparativas para a produção e as exportações amazônicas, pois os financiamentos ofertados pelo FNO de certa forma contribuem positivamente na economia dos Estados que recebem tais recursos. Os créditos desse Fundo oportunizam aumento de emprego, renda e produção nos Estados onde são executados os empreendimentos financiados. Assim, a importância do fundo como ferramenta econômico-financeira que impulsiona o desenvolvimento regional sustentável é favorecer a diminuição das desigualdades regionais e fortalecer o melhoramento dos indicadores sociais dos Estados beneficiados.

#### 2.10.2.2 Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA)

O Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) é um instrumento financeiro de natureza contábil, gerenciado pela SUDAM. Esse fundo foi constituído pela Medida Provisória nº 2.157-5, de 24 de agosto de 2001, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 124, de 03 de janeiro de 2007, regulamentado pelo Decreto nº 10.053, de 09 de outubro de 2019, e pela Resolução Condelsudam nº 82, de 16 de dezembro de 2019. O FDA tem por finalidade financiar o desenvolvimento de projetos que possibilitem atrair investimentos para a Amazônia Legal nos setores de infraestrutura, em serviços públicos e em empreendimentos que promovam geração de negócios e novas atividades produtivas (SUDAM, 2023).

Assim, o FDA é um instrumento da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), sendo atualmente regulado pelo Decreto nº 7.839/2012. A origem dos seus recursos na sua maioria é de dotações do Orçamento Geral da União (OGU) (arts. 1 e 2 do Decreto nº 7.839/2012). Em resumo, o FDA tem o objetivo de atrair empreendimentos que possam gerar grandes efeitos multiplicadores sobre a renda, ocasionando crescimento econômico e redução das desigualdades regionais. Esse fundo tem suas orientações nas prioridades estabelecidas

anualmente pelo conselho deliberativo da SUDAM, conforme os segmentos primordiais da PNDR (Portugal; Silva; Mourão, 2019).

Desta forma, a política macrorregional do Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDA) objetivou implementar um modelo econômico para a Amazônia com base nas atividades primário-exportadoras. Em razão disso, foram desenvolvidos os polamazônias, com o propósito de evidenciar um programa para as sub-regiões que tinham vantagens comparativas locais. Tais vantagens foram balizadas por projetos de extração mineral e por infraestruturas logísticas, como geração de energia e transportes ferroviários e rodoviários (Gumiero, 2022).

Para esse autor, o Polamazônia foi o projeto incumbido de institucionalizar os programas que tinham vínculos com as diretrizes do PDA nos territórios, por meio da implementação da infraestrutura e da urbanização. Desse modo, os valores investidos no Polamazônia para a incorporação econômica da Amazônia foram orientados para as rodovias Belém-Brasília, BR-230 Transamazônica, BRs 222-235-158, PA-150, PA 279 e para a Ferrovia Carajás-Itaqui, como também, para a ampliação do plano diretor da urbanização de Marabá/PA, considerada ponto central do projeto de extração de minério na Serra dos Carajás e setorial para o modelo de desenvolvimento da Amazônia.

No entanto, os projetos de infraestrutura financiados pela FDA foram concentrados em microrregiões de alta renda e dinâmicas, ou seja, em municípios considerados polos ou subpolos na hierarquia urbana. Dessa maneira, os projetos desenvolvidos estimularam a especialização produtiva por intermédio de infraestrutura na geração e na transmissão de energia, de planta de frigorífico e de produção de óleo vegetal, limitados às atividades agropecuárias na Amazônia Legal. Assim, o FDA propiciou o fortalecimento dos projetos em infraestrutura em empreendimentos de geração de energia e transmissão como a Usina Hidrelétrica de Energia (UHE), a Central Geradora Termelétrica (CGTE), Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) e linhas de transmissão) no Amazonas, em Rondônia, no Maranhão e no Tocantins. Os investimentos do FDA ficaram concentrados no Pará e em Rondônia em projetos de geração de energia, plantas de frigoríficos, siderurgia e mineração, bem como em atividades agropecuárias (Gumiero, 2022).

Assim, o FDA, é atualmente um dos principais instrumentos dos fundos que compõem a PNDR e evidencia-se como um importante mecanismo de desenvolvimento em razão da sua capacidade de atrair empreendimentos infraestruturantes para a região da Amazônia Legal, além disso, apresenta uma enorme capacidade de gerar efeitos multiplicadores sobre os investimentos (Mourão; Amin, 2017).

Portanto, mesmo o FDA sendo direcionado ao desenvolvimento de projetos infraestruturantes e de grande porte, dando prioridade para os projetos do setor energético, se constitui em uma importante ferramenta não somente de atração de investimentos produtivos para a região, como também um elemento de atração de capital privado para a realização de grandes obras de infraestrutura, tão importantes e necessárias ao desenvolvimento da região da Amazônia Legal.

#### 2.10.2.3 Incentivos Fiscais sobre Impostos Renda de Pessoa Jurídica (IFIRPJ)

Incentivos fiscais são instrumentos de política pública da PNDR que objetivam beneficiar pessoas jurídicas que mantêm empreendimentos em operação na Amazônia Legal. Ou seja, o governo promove a redução de cargas tributárias para atrair e manter investimentos na região. Assim, as empresas podem pleitear o benefício para projetos de implantação, ampliação, modernização e diversificação das suas atividades empresariais (SUDAM, 2015). Desse modo, esse instrumento é direcionado ao setor industrial que faz a opção de trabalhar na modalidade de Lucro Real. Entre 2007-2016, foram concedidos 1.983 incentivos a empreendimentos localizados na Amazônia Legal. Entre os Estados, o Amazonas, em função do Polo Industrial de Manaus e sua Zona Franca, desponta como o principal demandante dos incentivos com 1.020 concessões (51,4% do total), seguido por Mato Grosso (436 incentivos) e o Pará com 251 empreendimentos incentivados (Mourão; Amin, 2017).

Isto posto, os incentivos fiscais, assim como os demais Fundos Constitucionais, são instrumentos da PNDR, que visam a promover a redução das desigualdades regionais por intermédio do planejamento estatal e da ativação das potencialidades locais no território brasileiro.

Dessa forma, os Incentivos Fiscais têm enorme participação no processo de atração de novas indústrias para a Amazônia Legal, contribuindo com a industrialização, agregação de valor ao produto, verticalização da produção e a geração de emprego e renda. Portanto, tais incentivos têm um importante papel na atração e manutenção de empreendimentos produtivos ligados ao setor industrial, gerando emprego, renda e permitindo a verticalização da produção e a agregação de valor ao território regional. Assim, a magnitude da PNDR na Amazônia Legal evidencia a importância das ações desenvolvidas pelo governo brasileiro e pelos os Estados integrantes dessa região com a finalidade de promover o desenvolvimento regional desse território sociopolítico. Tais ações possibilitam maior dinamização da economia dessa região, favorecendo o surgimento de novos empreendimentos.

Por fim, depreende-se que o território sociopolítico da Amazônia Legal foi criado pelo

governo brasileiro com o objetivo de proporcionar a ocupação e de promover o desenvolvimento regional desse território, tendo em vista que tal região tem dificuldades de acesso por parte de empresas e de pessoas de outros Estados. Dessa forma, o governo desenvolveu diversos incentivos para que as pessoas pudessem se mudar para tal território, além de construir estrutura que pudesse atender as necessidades dessa nova população. Outra questão relevante são os programas de financiamento que o governo federal disponibiliza para os Estados e empresas privadas para fomentar a economia deste território. No entanto, a Amazônia legal atualmente ainda necessita dessas políticas públicas para manter o processo de desenvolvimento em constante transformação, visto que a iniciativa privada não consegue atender a todas as demandas existentes nesta região.

### 3 METODOLOGIA

A metodologia adotada nesta dissertação está dividida em duas partes. A primeira analisa a dinâmica e a macrotendência dos indicadores socioeconômicos do Brasil, da Amazônia Legal e do Tocantins. A segunda parte faz uma análise histórica da socioeconomia, como investigação da relação entre Estado e economia no decorrer do tempo, com um resgate do marco histórico do Tocantins, sob o aspecto da presença do Estado nos momentos relevantes. Dessa maneira, para atender aos propósitos desta pesquisa, além do método histórico, foi necessário adotar alguns critérios de comparação, haja vista que o objetivo foi analisar a magnitude que representa “uma medida de grandeza” do Estado, tendo, desse modo, possibilitado a utilização do método da análise comparativa. Além disso, é uma pesquisa de caráter quantitativo, de natureza descritiva, embasada em análise de conteúdo documental, observação e análise de dados secundários. Assim, a pesquisa documental possibilita a oportunidade de compreender a realidade, pois o contato direto do pesquisador com a situação a ser investigada permite uma melhor interpretação da realidade a partir das informações disponíveis para análise (Ludke; André, 1986; Lima Junior *et al.*, 2021)

Dessa forma, o levantamento dos dados dessa pesquisa quantitativa, descritiva e documental favoreceu a compreensão dos fenômenos sociais e econômicos a partir da magnitude do estado na socioeconomia do Tocantins. Os dados secundários foram coletados no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Secretaria de Planejamento e Orçamento do Estado do Tocantins (SEPLAN), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério da Economia, Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do setor público brasileiro (SICONFI), Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Sistema de Contas Nacionais (SCN), Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio Contínua (PNAD contínua), Cadastro Central de Empresas (CEMPRE-IBGE) e Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ).

Segundo Bardin (2004), a verificação de conteúdo é a indução de conhecimentos referentes às circunstâncias de produção, inferência que pode analisar indicadores, sejam eles quantitativos ou não.

O analista é como um arqueólogo. Trabalha com vestígios: os documentos que pode descobrir ou suscitar. Mas os vestígios são a manifestação de estados, de dados e de fenômenos. Há qualquer coisa para descobrir por e graças a eles. Tal como a etnografia necessita da etnologia para interpretar as suas descrições minuciosas, o analista tira partido do tratamento das mensagens que manipula para inferir (deduzir de maneira lógica) conhecimentos sobre o emissor da mensagem ou sobre o seu meio, por exemplo. Tal como um detetive, o analista trabalha com índices

cuidadosamente postos em evidência por procedimentos mais ou menos complexos. Se a descrição (a enumeração das características do texto, resumida após tratamento) é a primeira etapa necessária e se a interpretação (a significação concedida a estas características) é a última fase, a inferência é o procedimento intermediário, que vem permitir a passagem, explícita e controlada, de uma à outra (Bardin, 2004, p. 34).

Segundo Knechtel (2014), a pesquisa quantitativa, ao se debruçar sobre os problemas sociais e econômicos, tem por base o teste de uma teoria composta por variáveis quantificadas em números, as quais podem ser analisadas de modo estatístico, com o objetivo de estabelecer se as generalizações previstas na teoria se sustentam. Dessa forma, essa modalidade de pesquisa está vinculada ao dado imediato. Ou seja, tem preocupação com a quantidade dos dados, verificando se uma teoria é aceita ou não a partir de análises estatísticas. Assim, essa pesquisa está diretamente ligada à quantificação dos dados no experimento, à estimação e ao controle rigoroso dos fatos.

Ainda na visão da autora, nessa modalidade de pesquisa, a análise se baseia na quantificação dos dados, buscando mensurar opiniões e informações por meio de recursos da estatística, como a porcentagem, a média e o desvio-padrão. Os dados quantitativos são valores que podem ser verificados dentro de um conjunto de variáveis que devem representar alguns componentes ou todos os componentes de uma sociedade de uma certa população. Assim, os tais dados podem ser plotados em tabelas, mapas, figuras, gráficos ou textos. Esse tipo de método é empregado na execução de pesquisas sociais, econômicas, comunicação, mercadológicas, administrativas por se tratar de uma pesquisa vinculada a uma investigação empírico-descritiva, visando a descobrir e a classificar a vinculação entre as variáveis, ou seja, uma situação de causa e efeito entre os diferentes fenômenos.

Nesse contexto, o método é relevante quando se trata de produzir conhecimento. As ciências são constituídas pela formulação de problemas e hipóteses que podem ser testadas mediante observações empíricas. Assim, os procedimentos requerem decisões contínuas e metodológicas a respeito da realidade e técnicas mais adequadas para apreender a realidade que se pretende analisar. Ou seja, cada pesquisa, cada investigação, necessita de uma metodologia particular que se adapte ao objeto, pois as decisões com relação à escolha do método estão na base das pesquisas e colaboram para a construção do conhecimento tanto no campo teórico quanto na experiência cotidiana (Lima, 2016).

Assim, a investigação de dados quantitativos estabelece em um trabalho certo nível de precisão que a lógica quantitativa exige, ou seja, o pesquisador precisa fazer escolhas. Nesses termos, no esforço de operacionalizar uma concepção teórica, o pesquisador necessita transformá-lo em indicadores empíricos, objetivos e verificáveis. Dessa forma, o que poderia

ser entendido como uma fragilidade parece ser exatamente o contrário, haja vista que o ponto forte deste método de pesquisa é obrigar o pesquisador a evidenciar suas decisões, ao especificar como implementou sua investigação, e o método científico, diferencial de outros tipos de conhecimento, fica mais bem delimitado (Linhares; Alves, 2014).

Sendo assim, os dados secundários, a exemplo do PIB, receitas do governo, gastos do governo, investimentos do governo, farão parte desta análise para medir a magnitude do estado na socioeconomia do Tocantins.

Além do mais, esta pesquisa tem como pressuposto um panorama histórico do desenvolvimento regional e da participação do Estado na economia em diferentes períodos da história, evidenciando os esforços para alcançar o desenvolvimento. Nessa perspectiva, vale ressaltar o papel do Estado na economia, agindo no sentido de ser um agente que promove o desenvolvimento, principalmente naquelas regiões que não têm capacidade para fazê-lo. Nesses termos, cabe lembrar também das teorias voltadas a promover o desenvolvimento das regiões, haja vista que estavam direcionadas para compreender a realidade local e, assim, propor estratégias que pudessem ser adaptadas para cada região, considerando suas particularidades.

Tendo em vista o estado do Tocantins, essa pesquisa é relevante, na medida em que este Estado da federação foi o primeiro a ser criado a partir da constituição de 1988. Tal pesquisa visa a contribuir com o debate sobre a necessidade de serem feitas investigações para compreender a realidade econômica e social do Estado e, nesse sentido, entender a magnitude do estado na socioeconomia do Tocantins é determinante para promover o processo de desenvolvimento regional.

### 3.1 Perfil Locacional do emprego formal nos Estados da Amazônia Legal

O Quociente Locacional (QL) indica o comportamento locacional dos setores de atividades econômicas, bem como aponta os setores mais especializados (potenciais) nas diferentes regiões, comparando-os com uma macrorregião de referência. Essa pesquisa aplica essa medida por permitir a comparação e a análise da participação de uma região em um setor particular com a participação da mesma região, ou seja, o QL se apresenta como uma ferramenta metodológica capaz de avaliar o setor de atividade mais propício ao desenvolvimento de uma determinada região, considerando suas circunstâncias, características e potencialidades (Nascimento; Ricci; Rodrigues. 2014).

$$E_{ij}E_{ij} = \text{Mão de obra no ramo produtivo } i \text{ do estado } j; \quad (1)$$

$$\sum_j E_{ij} \sum_j E_{ij} = \text{Mão de obra no ramo produtivo } i \text{ de todos os Estados}; \quad (2)$$

$$\sum_i E_{ij} \sum_i E_{ij} = \text{Mão de obra em todos os ramos produtivos do estado } j; e \quad (3)$$

$$\sum_i \sum_j E_{ij} \sum_i \sum_j E_{ij} = \text{Mão de obra em todos os ramos produtivos de todos os estados} \quad (4)$$

De acordo com as equações anteriores (1, 2, 3 e 4), pôde ser organizado o Quadro 1 do modo como mostra o Quociente Locacional (QL).

**Quadro 1: Quociente Locacional**

Indicador	Equação	Interpretação dos resultados
Quociente Locacional - QL	$QL_{ij} = \frac{E_{ij} / \sum_j E_{ij}}{\sum_i E_{ij} / \sum_i \sum_j E_{ij}}$	QL ≤ 0,49 localização fraca 0,50 ≤ QL ≤ 0,99/ localização intermediária QL ≥ 1 localização significativa

Fonte: Oliveira; Alves (2022).

Portanto, por meio do QL, podem ser analisados os setores econômicos individualmente e/ou em seu conjunto, podendo, assim, verificar qual segmento econômico é mais representativo na promoção do desenvolvimento regional.

“se o valor de QL ≥ 1, poderia indicar que a atividade na região é básica, ou seja, voltada para exportação, e um QL < 1 representaria uma atividade não básica, voltada para o mercado da própria região” (Rield; Maia, 2007).

Nesses termos, QL ≥ 1 indica que a atividade em determinada região tem um padrão de localização mais significativo, por isso, indica a especialização regional das atividades produtivas e sua tendência de concentração; enquanto QL < 1 representa uma atividade considerada não básica da economia, voltada para o mercado interno da região. Desta forma, os Estados pertencentes à Amazônia Legal foram analisados utilizando como base os empregos formais dos oito setores do IBGE, que são: Extrativa Mineral, Indústria de Transformação, Serviços Industriais de Utilidade Pública, Construção Civil, Comércio, Serviços, Administração Pública e Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca. Tais dados são disponibilizados pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE). Esta análise foi feita com todos os estados que compõem a Amazônia Legal, considerando que essa amostra apresenta características sociais, econômicas e políticas semelhantes, além de pertencerem ao mesmo território sociopolítico, favorecendo, assim, a realização de uma comparação. Dessa maneira, o período analisado compreendeu 1990, 2000, 2010 e 2020.

O QL se configura com uma ferramenta capaz de avaliar o setor de atividade que mais tem propensão ao desenvolvimento endógeno de uma região, considerando suas potencialidades (Pelinski, Lima, Staduto 2009). Por fim, de acordo Ferreira de Lima (2022), o uso da metodologia do QL está na capacidade de demonstrar informações que possibilitam ser

compreendidas do ponto de vista do território, bem como do ponto de vista da distribuição das atividades. Os resultados obtidos por intermédio do QL permitem generalizações sobre a localização das atividades produtivas, como também da especialização do território.

### 3.2 Nível de Dinamismo do Território da Amazônia Legal

Em se tratando da dinâmica do território, ela pode ser analisada por meio do nível de dinamismo em relação aos outros território ou macrorregião em que está inserido. Desta forma, os indicadores de dinamismo do território terão como parâmetro o crescimento econômico examinado a partir do Produto Interno Bruto (PIB) (equação 5) (Ferreira de Lima, 2022). Tal equação evidencia o indicador do nível da dinâmica do crescimento econômico do território.

$$NDT = (\check{V}_i / \check{V}_m) \quad (5)$$

Nesse caso:

NDT é o nível de dinamismo do território da Amazônia Legal;

$\check{V}_i$  é o PIB dos Estados que compõem o território da Amazônia Legal; e

$\check{V}_m$  é PIB médio do território da Amazônia Legal.

Nesta pesquisa, para estimar o NDT, foi usada a variável PIB de cada Estado que compõe a Amazônia Legal. Tal adaptação foi necessária para melhor retratar a realidade dessa região, uma vez que o *PIB Per Capita* utilizado por Ferreira de Lima (2022), no caso em específico, não se mostrou fidedigno à realidade. Portanto, para evidenciar o nível de dinamismo foi adaptado o parâmetro utilizado por Ferreira de Lima (2022), parâmetro Alto  $NDT \geq 1,0$ ; Mediano  $0,50 \geq NDT \leq 0,99$ ; e Baixo  $NDT \leq 0,49$ . Assim, foi possível estimar os níveis de dinamismo de todos os Estados que compõem a Amazônia Legal entre os anos de 1995, 2000, 2005 e 2010, 2015 e 2020

### 3.3 Índice da Magnitude do Estado (IME)<sup>7</sup>

Por se tratar de uma instituição que apresenta diversas configurações, o Estado pode atuar de várias formas, procurando regulamentar e normatizar o funcionamento da sociedade. Entretanto, aferir as maneiras diversas de atuação do Estado do Tocantins e compará-las entre as unidades da federação da região da Amazônia Legal do Brasil não é uma tarefa fácil, porém é o que esta dissertação se propõe investigar.

A escolha da Amazônia Legal para a comparação do IME se deu em razão de tradicionalmente compartilharem das mesmas dificuldades econômicas, políticos e sociais, ou

<sup>7</sup> Para o cálculo desse índice, essa pesquisa se baseou na análise de Chelala (2008, p.117)

seja, uma característica comum entre os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do estado do Maranhão “a oeste do Meridiano 44<sup>o</sup>” pertencentes a esse território sociopolítico. Uma vez que uma amostra é uma parte extraída de um conjunto maior que apresenta pelo menos uma característica comum entre todos os elementos (Bardin, 2004). Portanto, como o Tocantins e os Estados que terão seus IME estimados, todos pertencem ao mesmo território sociopolítico, e tal situação favorece que seja feita uma comparação do nível de magnitude desses Estados.

Dessa forma, a dinâmica inicial do processo de escolha de um instrumento que possibilitou fazer uso de índices de formato e grandezas diversas foi a adoção da metodologia que o PNUD usa para medir o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos países (Pnud, 2006). Tal metodologia foi adaptada por Gonçalves (2003) na formulação do Índice de Desempenho do Presidente (IDP) e também por Chelala (2008) na sua formulação do Índice de Magnitude do Estado (IME).

No entanto, para atender aos pressupostos desta dissertação, foram adotados cinco indicadores da presença do estado na socioeconomia do Tocantins, enquanto Chelala (2008) adotou oito indicadores. Outra alteração ocorrida foi em relação aos indicadores que trata da participação percentual da quantidade de estabelecimento público por unidade da federação em relação à quantidade de estabelecimentos empresariais e do indicador referente ao investimento público em relação a Receita Corrente Líquida (RCL). Em Chelala (2008), tais indicadores não compuseram o índice de magnitude do Estado na socioeconomia. Uma outra medida feita diferentemente de Chelala (2008) foi com relação aos pesos das variáveis, pois tal autor atribuiu peso a cada indicador a partir da percepção no caso concreto da sua pesquisa, enquanto essa dissertação estimou cada peso por entender que tal metodologia pode facilitar a aplicação desse método em outras regiões, sem se preocupar com os pesos adotados nesta dissertação. Tais alterações foram necessárias para se adequar à nova realidade da pesquisa, considerando que a amostra utilizada é diferente da amostra de Chelala (2008). Porém a base central da pesquisa de Chelala (2008) se manteve, inclusive na forma da realização dos cálculos para determinar o índice de dimensão como também o índice de magnitude do Estado

Dessa forma, na execução dessa pesquisa, foram adotados cinco indicadores da presença do Estado na socioeconomia do Tocantins:

- a) A participação percentual da quantidade de estabelecimento público por unidade da federação em relação a quantidade de estabelecimento empresariais;

- b) A participação percentual do investimento estadual em relação à receita corrente líquida (RCL) arrecadada;
- c) A participação percentual da administração pública no Produto Interno Bruto da unidade da federação;
- d) A quantidade proporcional de servidores públicos em relação à força de trabalho ocupada na unidade da federação; e
- e) A despesa total do setor público em relação à população da unidade da federação (gasto público *per capita*).

Entretanto, antes de calcular o IME, foi estimado o Índice de Dimensão (ID), conforme metodologia do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que é composto por três indicadores: educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (esperança de vida ao nascer) e economia (*PIB per capita*). No entanto, para determinar o (IME), é necessária a formulação de um Índice de Dimensão para cada um dos indicadores anteriormente citados, conforme a seguinte fórmula:

$$\text{Índice de dimensão} = \frac{(\text{Valor efetivo} - \text{Valor mínimo})}{(\text{Valor máximo} - \text{Valor mínimo})} \quad (6)$$

Após a determinação de cada índice desses indicadores, foi construído um peso para cada variável. Tal procedimento é importante para garantir que os indicadores que têm maior evidência da presença do Estado possam fazer parte do indicador final com maior peso do que os indicadores de menor relevância. Assim, pôde-se evidenciar que o IME fosse classificado como Muito Alto (Resultado > 0,799), Alto (Resultado > 0,600 e ≤ 0,799), Intermediário (Resultado > 0,499 e ≤ 0,600), Baixo (Resultado > 0,200 e ≤ 0,499) e Muito baixo (Resultado ≤ 0,200) (Chelala, 2008; Rodrigues; Santos, 2018). Já que a equação (5) não resulta em valores definidos para um limite de variação para cada indicador, mas, sim o valor entre 0 (valor mínimo) e 1 (valor máximo), sendo que quanto mais próximo de 1, maior será a Magnitude do Estado, ou seja, o Estado tem uma maior representatividade na economia, e quanto mais próximo de 0, menor será a Magnitude do Estado. Ou seja, o Estado tem uma menor representatividade na economia, o que exige uma estimativa de pesos para os indicadores. Segundo Ferreira de Lima (2022), os pesos poderiam ser atribuídos *ad hoc*, a partir da percepção daqueles que constroem tal procedimento metodológico. Porém, para dirimir a arbitrariedade da atribuição de pesos por percepção, os pesos foram estimados pela seguinte equação:

$$v_j = \ln \left[ \frac{n}{\sum_{i=1}^n \sum x_{ij} n_i} \right] \quad (7)$$

Em que:

$V_j$  = É o peso das variáveis estimadas

$X_{ij}$  = É o valor do índice de dimensão de cada variável “j” dos Estados e do Brasil “i”

$n$  = É quantidade de Estados mais o Brasil

$n_i$  = É a quantidade de Estados pertencentes à Amazônia Legal

Desta forma, essa pesquisa se baseou na estimativa de peso proposto na metodologia de Ferreira de Lima (2022), que visa a obter a vitalidade de determinado território e compará-lo com outros territórios. No entanto, para atender à proposta dessa pesquisa, foi necessário adaptar tal metodologia para o caso em específico, porém sem deixar de retratar a realidade pesquisada. Assim, foi necessário promover a agregação de todas as dimensões. Essa junção é feita por uma média aritmética ponderada dos indicadores de dimensão, ressaltando que a ponderação é dada pelos pesos estimados.

Desse modo, o Índice de Magnitude do Estado (IME), que foi constituído por uma média aritmética ponderada entre as medidas de acordo com seu nível de importância de cada índice, foi desenvolvido com a determinação de cinco pesos distintos na composição do Índice de Magnitude do Estado, os quais foram estimados de acordo com a equação 7, na devida ordem 3,21; 3,05; 3,03; 3,00 e 2,57 (Tabela 4).

**Tabela 4:** Distribuição dos pesos que compõem o IME

Dimensão	Peso
Participação de estabelecimento público em relação ao estabelecimentos empresariais	3,21
Participação do Investimento público em relação à receita corrente líquida	3,05
Participação da administração pública no PIB	3,03
Quantidade proporcional de servidores públicos	3,00
Gasto público <i>Per Capita</i>	2,57

Fonte: Adaptado pelo autor de Chelala (2008, p.119).

O IME foi calculado da seguinte maneira:

$$\text{IME} = \frac{(ID_1 * P_1) + (ID_2 + P_2) + (ID_3 + P_3) + (ID_4 + P_4) + (ID_5 + P_5) + (ID_6 + ID_7) + (ID_8 + P_8)}{P_1 + P_2 + P_3 + P_4 + P_5 + P_6 + P_7 + P_8} \quad (8)$$

Assim, a metodologia é essencial na ponderação dos valores apurados, de tal forma que seja possível expressar o resultado em uma escala que delimite os valores máximo e mínimo de cada dimensão estudada. Dessa forma, explícita em Pnud (2006), “O desempenho em cada dimensão é expresso como um valor entre 0 e 1, utilizando o Índice de Dimensão” (Chelala, 2008). Por fim, com a determinação do índice magnitude do Estado na

socioeconomia do Tocantins e dos demais estados da Amazônia Legal, pôde-se evidenciar a representatividade da presença de cada Estado desse território nas suas respectivas economias.

Desse modo, o critério da escolha dos Estados (AC, AP, AM, MT, PA, RO, RR, TO e parte do MA) foi em razão de todos pertencerem à mesma região administrativa, no caso, o território sociopolítico da Amazônia Legal. Por si só, essa justificativa já seria suficiente para fundamentar a escolha desses Estados, uma vez que apresentam uma característica comum, ou seja, todos fazem parte da composição da Amazônia Legal. Além dessa questão, como apontado por Assad (2016), tais Estados compartilham das mesmas dificuldades econômicas e sociais, bem como das diversas ações e programas conduzidos pelos governos estaduais e federal, que são desenvolvidos nesse território desde 1953 com a criação (SPVEA), que posteriormente foi sucedida pela (SUDAM). Tudo isso contribui para analisar a magnitude do Estado no território da Amazônia Legal com a perspectiva de verificar qual o nível de dependência da economia desses Estados em relação ao setor público.

Vale ressaltar também que em todas as dimensões foi demonstrado o valor médio do país, o que propicia, entre outras ações, requerer os dados das unidades federativas selecionadas com a média das demais que não fizeram parte dessa seleção.

Já no caso de Tocantins, a pesquisa resgatou a evolução histórica de trinta anos de (1990 a 2020), tendo tal medida sido adotada com o objetivo de estabelecer os movimentos tendenciais passados e projetar o seu comportamento futuro.

Por fim, pode-se sintetizar que o indicador final é consequência do resultado da análise dos dados disponíveis que mais representaram a magnitude do Estado nas unidades da federação, sendo tais dados sempre analisados de forma relativa para não incidir no erro de comparar dados absolutos, o que poderia conduzir a um desfecho incorreto.

#### **4 DINAMISMO DO TERRITÓRIO SOCIOPOLÍTICO DA AMAZÔNIA LEGAL**

A dinâmica de um território pode ser entendida como o movimento que deriva de uma força, que gera estímulos e induz a evolução. Já a dinâmica econômica requer mudança progressiva, que inspira o território ao aumento da riqueza, sendo aqui classificada como prosperidade material e melhoria das condições de vida da população. Tal prosperidade está vinculada ao aumento da produção e à geração de emprego e renda (Ferreira de Lima, 2022).

Para esse autor, o processo histórico de dinamismo indica que a força dinâmica econômica de determinado território é estabelecida por fatores endógenos ou exógenos, cujo estímulo acontece por motivos que agem internamente ou externamente ao território. Assim, essa conjectura à priori pressupõe que fatores endógenos ou exógenos instituem estímulos que transformam a condição de um território, afastando-o do estado estacionário e posicionando-o em movimento, desde que não existam obstáculos internos a esses fatores. Dessa maneira, o entendimento da dinâmica econômica de um território requer a distinção de três conceitos: fatores endógenos, fatores exógenos e estado estacionário.

Em se tratando dos fatores endógenos, percebe-se que tais fatores estão diretamente relacionados com os agentes econômicos e as peculiaridades locais, sendo elas geográficas ou não, tangíveis ou intangíveis, representam as particularidades internas do território que geram riqueza, porém estritamente em virtude das suas características internas e da ação dos seus atores. Dessa forma, os fatores endógenos produzem e ao mesmo tempo são os resultados das forças territoriais. Ou seja, emergem pela ação do empreendedorismo individual ou coletivo, pela movimentação e cooperação dos agentes econômicos e das organizações da sociedade civil, como também pela atuação das lideranças e são desencadeadas no interior do território. Desse modo, o sentimento de pertencimento e a cooperação entre os agentes econômicos têm uma função primordial para criar arranjos produtivos e preservar o dinamismo econômico, mesmo quando ocorrem dificuldades políticas, logísticas e técnicas (Ferreira de Lima, 2022).

Já as forças exógenas para esse autor somente se mantêm operantes enquanto o território tiver atratividade e ao mesmo tempo for capaz de gerar lucro, tanto do ponto de vista produtivo quanto político. Isto é, quando essas forças exógenas são de caráter exclusivamente privado, elas tendem a enviar seus lucros para outros territórios, ocasionando o vazamento de rendas.

Em relação ao estado estacionário do território econômico, é possível de acontecer, uma vez que o aumento da riqueza material não é ilimitado. Então para se criar ou expandir a produção, são necessários o uso e a alocação dos fatores de produção, melhorias nas

condições técnicas, vontade e estímulo para produzir, pois se não houver acréscimos e acumulação de capital e, conseqüentemente, riqueza, o território tende a ficar em condição estacionária. Assim, novas formas de desenvolver a produção, novas tecnologias e técnicas produtivas são essenciais que sejam introduzidas nas atividades produtivas do território, visando a diversificar e a expandir a acumulação de capital, geração de emprego e renda. Assim, ações que promovam o desenvolvimento e se sustentem no decorrer do tempo são importantes para promover o desenvolvimento regional do território (Ferreira de Lima, 2022).

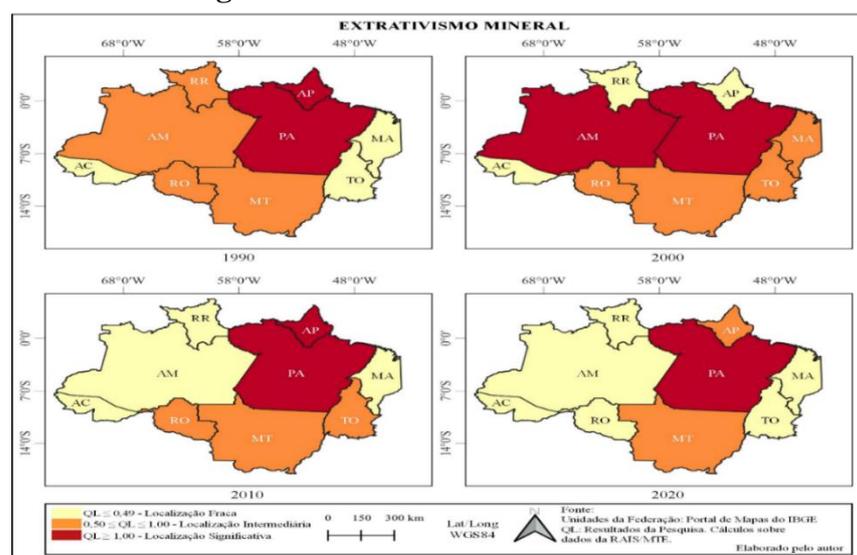
Isso posto, para analisar a dinâmica do território sociopolítico da Amazônia Legal, foram feitas análises por meio do Quociente Locacional (QL) e do Nível Dinamismo do Território (NDT), visando a verificar como a dinâmica regional do desenvolvimento da Amazônia Legal tem ocorrido nas últimas décadas.

#### 4.1 Quociente Locacional do emprego formal nos Estados da Amazônia Legal

O Quociente Locacional (QL) indica o comportamento locacional dos setores de atividades econômicas, bem como aponta os setores mais especializados (potenciais) nas diferentes regiões, comparando-os com uma macrorregião de referência

Desse modo, a Figura 4, relacionada à atividade econômica extrativismo mineral, mostra que, nos de 1990, 2000, 2010 e 2020, os Estados pertencentes à Amazônia Legal têm dinâmicas diversas em seu perfil locacional com relação a esse segmento, indicando que cada Estado desse território sociopolítico desenvolve características próprias relacionadas a essa atividade produtiva.

**Figura 4** Extrativismo Mineral



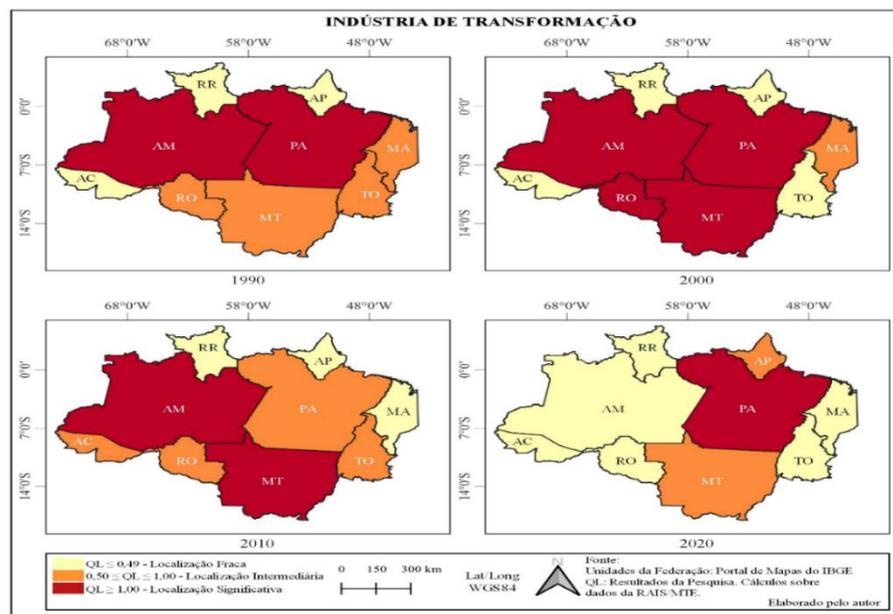
Fonte: Elaborada pelo autor.

Tendo em vista a Figura 4, o estado do Acre nos de 1990, 2000, 2010 e 2020 tem um

$QL \leq 0,49$ , demonstrando que essa atividade econômica nesse Estado tem baixa capacidade significativa, ou seja, tal atividade é irrisória nesse Estado. Já o estado do Pará, nos 1990, 2000, 2010 e 2020 destacou-se no segmento do extrativismo mineral com  $QL \geq 1$ , indicando que, nesse Estado, essa atividade econômica tinha relevância superior em relação aos demais estados da Amazônia Legal. Já os estados do Tocantins e Maranhão também ano de 1990 apresentaram  $QL \leq 0,49$ , baixa significância, indicando que o extrativismo mineral nesses Estados era uma atividade econômica pouco explorada para a geração de emprego e renda. No ano de 2010, os estados do Amapá e Pará se destacam nesse atividade produtiva, ou seja, apresentaram  $QL \geq 1$ , mostrando capacidade significativa no extrativismo mineral no território da Amazônia Legal. Em 2020, apenas o estado do Pará se mantém em destaque nessa atividade produtiva, evidenciando que a atividade do extrativismo mineral no Pará foi significativa entre os anos de 1990, 2000, 2010 e 2020, já que evidenciou  $QL \geq 1$ , demonstrando que tal atividade favorece o desenvolvimento regional deste Estado.

No tocante à indústria de transformação, Figura 5, é possível perceber, no decorrer dos anos, como tal atividade produtiva tem se desenvolvido nos estados da Amazônia Legal.

**Figura 5: Indústria de Transformação**



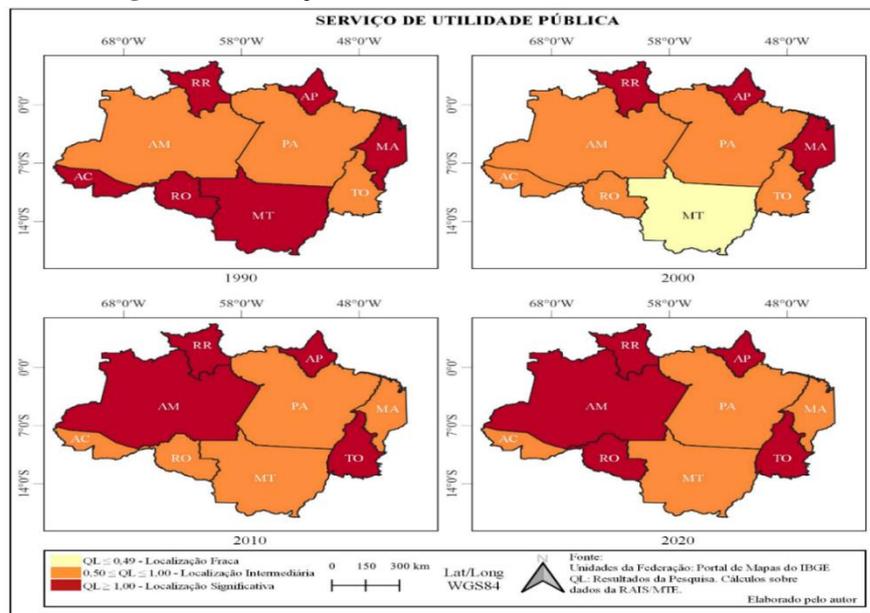
Fonte: Elaborada pelo autor

Com base na Figura 5, percebe-se que, no de 1990, os estados do Amazonas e Pará apresentaram ( $QL \geq 1$ , demonstrando que essa atividade produtiva nesses Estados ganhou força em razão dos diversos programas e incentivos do governo brasileiro para que as indústrias pudessem se instalar nesse território. Já em 2020, apenas o estado do Pará apresenta  $QL \geq 1$ , sendo que tal Estado nos anos de 1990, 2000, 2010 e 2020 se destacou de forma significativa nessa atividade produtiva, como também no segmento do extrativismo mineral.

Vale ressaltar que a maioria dos estados da Amazônia Legal (Roraima, Amazonas, Acre, Rondônia, Tocantins e Maranhão) em 2020 apresentou  $QL \leq 0,49$ , o que indica uma questão preocupante, uma vez que tal segmento econômico tem forte potencial de multiplicador de emprego por se tratar de um segmento básico da economia que pode contribuir com o desenvolvimento da Amazônia Legal, por óbvio, tal atividade precisa ser cada vez mais incentivada nesses Estados.

Em se tratando da Figura 6, serviços industriais de utilidade pública, pode-se observar que essa atividade produtiva é de suma relevância para a melhoria na qualidade de vida da população, haja vista que a expansão desse segmento econômico possibilita, por exemplo, o acesso à água encanada e à energia elétrica.

**Figura 6:** Serviços Industriais de Utilidade Pública



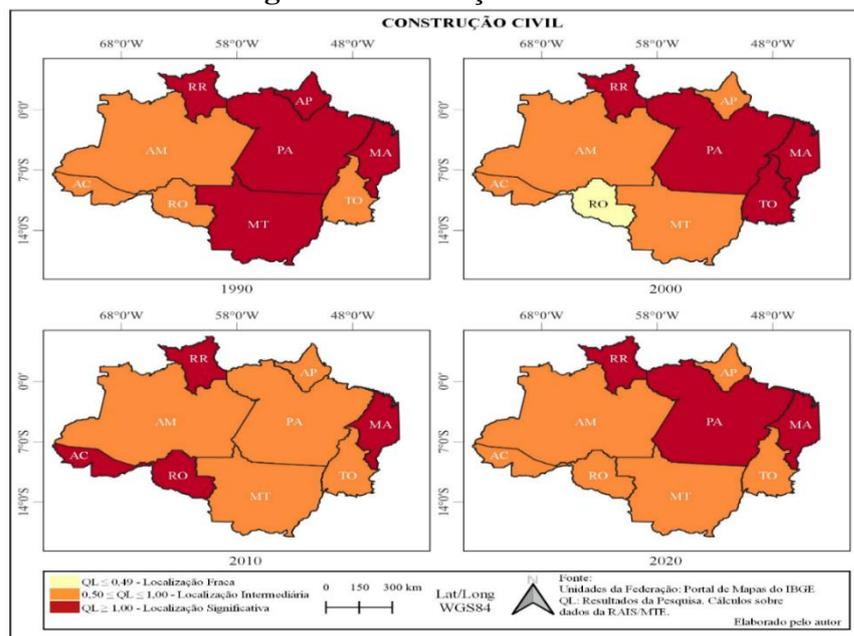
Fonte: Elaborada pelo autor

Em relação aos serviços industriais de utilidade pública, Figura 6, o crescimento dessa atividade econômica provoca melhoria na qualidade de vida da população. E em 1990, os estados de Roraima, Acre, Rondônia, Mato Grosso, Maranhão e Amapá apresentam  $QL \geq 1$ , demonstrando que houve expansão dos serviços públicos nesses estados. Porém, nesse mesmo ano, Amazonas, Pará e Tocantins apresentaram  $0,50 \leq QL \leq 0,99$ , indicando carência e limitação nessa atividade econômica, ocasionando dificuldade no processo que promove o desenvolvimento regional, sendo assim, nesses Estados este é um setor que indica várias limitações de expansão para assumir o protagonismo no crescimento econômico. Já, em 2000, na contramão do avanço desse segmento, está o Estado de Mato Grosso, que antes apresentava nível significativo em 1990, no ano de 2000 passa apresentar  $QL \leq 0,49$ , evidenciando que esse Estado deixa de expandir uma atividade tão importante no processo de

desenvolvimento regional. No ano de 2010 os estados de Roraima, Amazonas, Tocantins e Amapá apresentavam  $QL \geq 1$ , indicando expansão dessa atividade nesses estados. Já em 2020, os estados de Roraima, Amazonas, Rondônia, Tocantins e Amapá apresentam  $QL \geq 1$ , mostrando a existência de um aumento dessa atividade. Ainda, em 2020, Acre, Mato Grosso, Pará e Maranhão apresentam  $0,50 \leq QL \leq 0,99$ , isso demonstra que esses Estados têm dificuldade de promover a expansão dessa atividade produtiva, que é tão importante para a qualidade de vida da população. Vale ressaltar que apenas os estados de Roraima e Amapá nos anos de 1990, 2000, 2010 e 2020 apresentaram  $QL \geq 1$ , destacando que tal segmento econômico é de suma relevância no processo de desenvolvimento regional desses Estados. Por isso, o aumento desse setor é essencial para promover o desenvolvimento regional desse território sociopolítico.

Tendo em vista a Figura 7, o setor da construção civil nos anos de 1990, 2000, 2010 e 2020, a maioria dos estados da Amazônia Legal apresentou nível de localização significativa ou intermediária, mostrando que tal segmento econômico é essencial no processo de desenvolvimento regional desse território sociopolítico.

**Figura 7: Construção Civil**



Fonte: Elaborada pelo autor

No ramo da construção civil, em 1990,  $QL \geq 1$  foi encontrado nos estados de Roraima, Amapá, Pará, Mato Grosso e Maranhão, sendo importante frisar que tal segmento econômico é fundamental para a economia de qualquer Estado, uma vez que esse setor da construção demanda grande número de mão de obra, favorecendo, assim, a redução do número de trabalhadores desempregado. Já em 2000, Mato Grosso e Amapá perdem força nessa

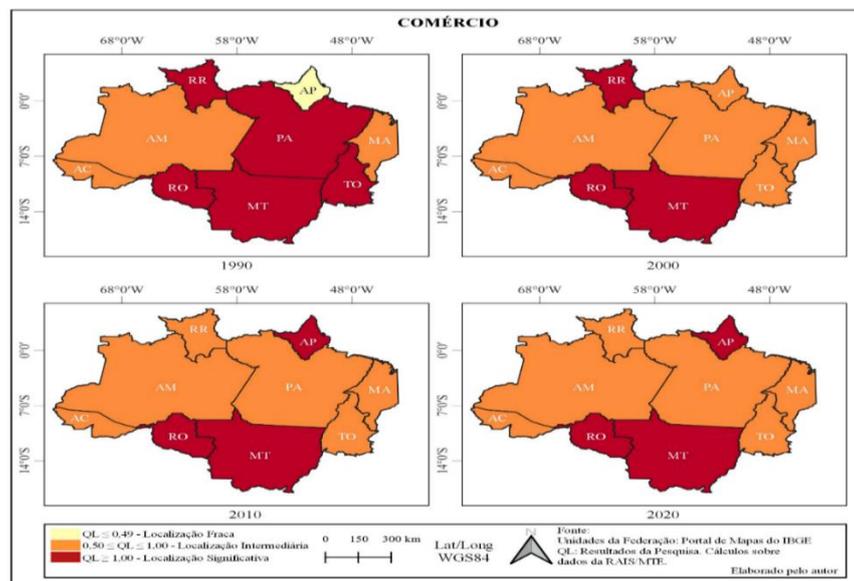
atividade, porém o Tocantins passa a integrar os Estados com  $QL \geq 1$ . Em 2010, Roraima, Acre, Rondônia e Maranhão aparecem com  $QL \geq 1$ , demonstrando que o ramo de construção civil está aquecido, favorecendo o desenvolvimento regional nesses Estados.

No entanto, em 2020, somente Roraima, Pará e Maranhão apresentam  $QL \geq 1$ , e os demais estados da Amazônia Legal  $0,50 \leq QL \leq 0,99$ , isso pode ter sido em razão da redução da construção civil nesses estados em virtude da COVID-19, que resultou em efeito negativo nessa atividade econômica nesses Estados.

Em se tratando da atividade econômica comércio, é possível observar que os estados da Amazônia Legal têm características semelhantes, ou seja, apresentam resultados de nível localização significativa ou intermediária entre os anos de 1990, 2000, 2010 e 2020. Porém, apenas o estado do Amapá em 1990 apresenta nível fraco de significância com relação à geração de trabalhos formais.

Tendo em vista a Figura 8, no ano de 1990, a maioria dos estados da Amazônia Legal, especificamente Roraima, Rondônia, Mato Grosso, Tocantins e Pará, apresentam  $QL \geq 1$ , indicando que tal atividade econômica estava aquecida nesses estados, favorecendo, assim, o desenvolvimento regional da Amazônia Legal.

**Figura 8: Comércio**



Fonte: Elaborada pelo autor

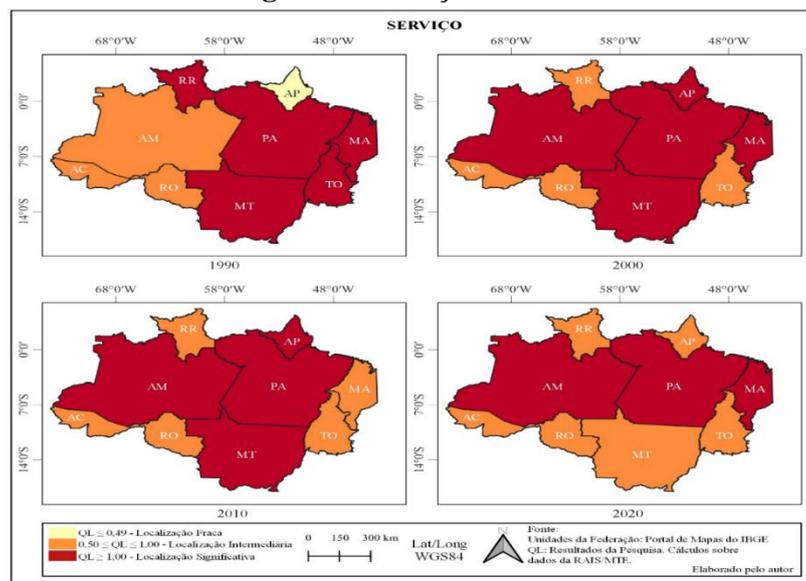
No entanto, nos anos que se seguiram, especificamente 2000, 2010 e 2020, apenas três estados apresentaram  $QL \geq 1$ . Isso mostra que tal segmento econômico perdeu força na Amazônia Legal. Tal fato mostra uma situação complexa do ponto de vista da dinamicidade econômica, já que a atividade econômica comércio é essencial no processo que promove o desenvolvimento regional. Relações comerciais aquecidas possibilitam o aumento de novos

postos de trabalho que, conseqüentemente, aumentam o consumo interno de uma região, contribuindo, assim, para a existência de um círculo virtuoso. Os demais estados da Amazônia Legal apresentaram  $0,50 \leq QL \leq 0,99$ , demonstrando que esses estados precisam avançar nessa atividade, uma vez que ela favorece e dinamiza o desenvolvimento regional.

Outro setor econômico que tem a possibilidade de se destacar nos estados da Amazônia Legal é o segmento de Serviços, tendo em vista que a maioria dos estados apresentou nível significativo e intermediário de empregos formais nos anos de 1990, 2000, 2010 e 2020.

O setor de serviços, Figura 9, é um ramo de atividade que mostrou resultados significativos no ano de 1990, nos estados de Roraima, Pará, Mato Grosso, Tocantins e Maranhão, com  $QL \geq 1$ , ou seja, esse segmento nesses estados favoreceu o processo de desenvolvimento regional, uma vez pôde ser constatado um nível de localização significativo

**Figura 9: Serviço**



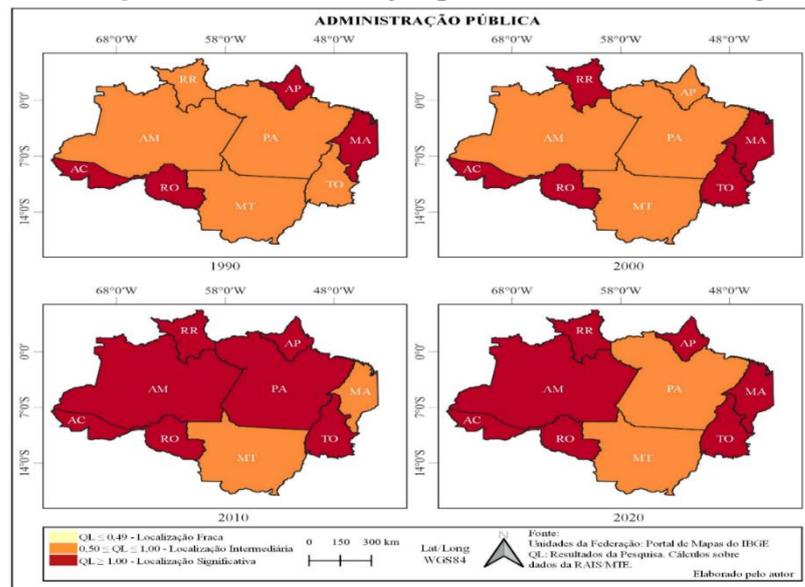
Fonte: Elaborada pelo autor

Em se tratando do ano de 2000, os estados do Amazonas e do Amapá passaram a integrar o grupo dos estados com  $QL \geq 1$ . Nesse ponto, vale ressaltar a mudança ocorrida no estado Amapá, que apresentava  $QL \leq 0,49$ , significância fraca em 1990. Já no ano de 2010, com exceção ao estado do Maranhão, que apresenta  $QL \geq 1$ , todos mantiveram a sua importância nesse segmento, indicando que tal atividade favoreceu o desenvolvimento regional da Amazônia Legal. Já em 2020, apenas três estados (Amazonas, Pará e Maranhão) apresentaram  $QL \geq 1$ , indicando que tal segmento perdeu força no ano de 2020 na maioria dos estados que compõem a Amazônia Legal. Os demais estados evidenciaram  $0,50 \leq QL \leq 0,99$ , porém vale ressaltar que esse segmento no período da COVID-19 foi o primeiro setor a ter

suas atividades paralisadas, o que pode ter afetado esse ramo da economia nesses Estados, que demonstraram significância intermediária.

De acordo com a administração pública, Figura 10, pode-se perceber que nos anos de 1990 e 2000 o desempenho dessa atividade na maioria dos estados tinha significância intermediária, já em 2010 e 2020, a maioria dos estados apresentou uma melhoria nessa atividade.

**Figura 10:** Administração pública da Amazônia Legal



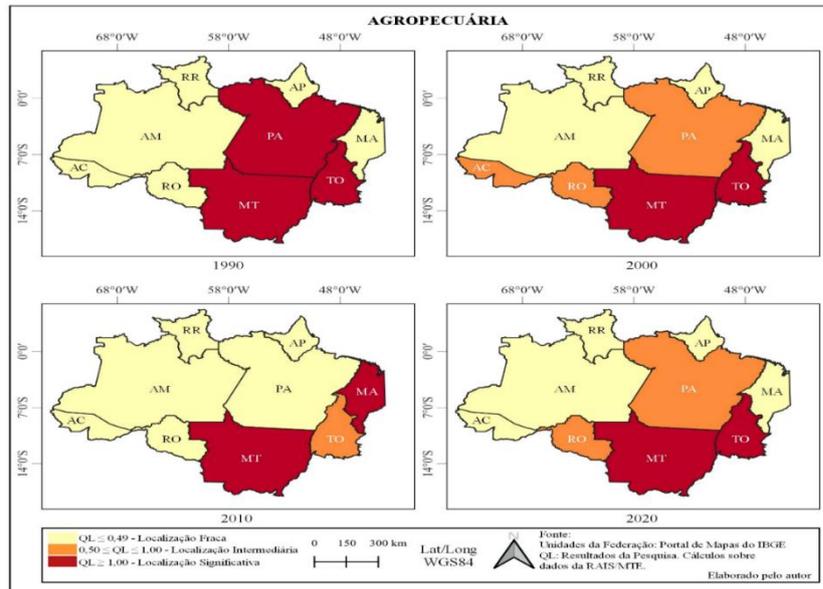
Fonte: Elaborada pelo autor

Com relação ao segmento econômico da administração pública, Figura 10, no ano de 1990, apenas quatro estados (Acre, Rondônia, Maranhão e Amapá) apresentaram  $QL \geq 1$ , ou seja, nesse período, nos demais estados da Amazônia Legal, a administração pública tinha significância intermediária com relação à geração de empregos formais na maior parte dos Estados que fazem parte desse território sociopolítico. Já em 2000, notam-se cinco estados com  $QL \geq 1$ , ou seja, ainda em 2000 continua uma certa paralisia desse segmento nos restantes dos estados da Amazônia Legal. No entanto, nos anos de 2010 e 2020, dos nove Estados da Amazônia Legal, apenas dois apresentaram  $0,50 \leq QL \leq 0,99$ , os demais indicaram  $QL \geq 1$ . Isso indica que tal atividade econômica, a partir de 2010, fez-se presente de forma significativa nessa região, ou seja, as ações da administração pública ganham força na maior parte desses Estados, contribuindo com processo que visa a promover o desenvolvimento regional da Amazônia Legal, demonstrando que a participação do setor público na Amazônia Legal tem uma atribuição fundamental no processo de dinamização econômica.

Em se tratando do ramo da atividade econômica Agropecuária, Extração Vegetal,

Caça e Pesca, Figura 11, os Estados que compõem a Amazônia Legal apresentaram, entre os anos de 1990, 2000, 2010 e 2020, níveis significância diversos, indicando que essa atividade produtiva não é predominante em todos os estados desse território sociopolítico.

**Figura 11:** Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca da Amazônia Legal



A Figura 11 mostra que no ano de 1990 três estados da Amazônia Legal (Pará, Mato Grosso e Tocantins) apresentaram  $QL \geq 1$ , salientando que essa atividade produtiva nesses estados tem capacidade de favorecer o desenvolvimento regional, por se tratar de um setor básico da economia. Já nos demais estados, percebe-se um  $QL \leq 0,49$ , expondo que tal atividade precisa ser incentivada, dada sua relevância produtiva, além disso, tal segmento promove efeito multiplicador de empregos nos demais ramos econômicos da região por se tratar de uma atividade básica da economia deste território sociopolítico. Com relação aos anos de 2000, 2010 e 2020, apenas dois estados apresentaram  $QL \geq 1$ . Isso mostra que essa atividade produtiva não tem nível de significância forte na maioria dos estados pertencentes à Amazônia Legal, o que se nota apenas no estado do Mato Grosso,  $QL \geq 1$ , período de 1990, 2000, 2010 e 2020.

A significância desse segmento econômico no Mato Grosso acontece porque tal Estado tem como principais atividades econômicas a agricultura e a pecuária. Assim, esse Estado é conhecido como o celeiro do país por ser o maior produtor de soja, milho, algodão e de rebanho bovino (SEPLAN, 2014). Já o Tocantins nessa atividade produtiva também apresenta enorme potencial como já apontado por Oliveira; Piffer (2018), quando se trata de contribuir com o desenvolvimento regional deste Estado. Porém, vale destacar que quando se compara a participação dessa atividade econômica nos respectivos Produto Interno Bruto

(PIB) de todos os estados que compõem a Amazônia Legal, o setor de serviço prevalece em detrimento das outras atividades econômicas.

Portanto, percebe-se que, ao analisar a dinâmica dos setores econômicos da Amazônia Legal - Extrativa Mineral, Indústria de Transformação, Serviços industriais de Utilidade Pública, Construção Civil, Comércio, Serviços, Administração Pública e Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca -, com relação à geração de empregos formais no período de 1990, 2000, 2010 e 2020, nota-se que, nesse território, nenhum dos Estados tem predominância em todas essas atividades, sendo que alguns se destacam em determinado ramo como é caso do estado do Mato Grosso, que se destaca nas atividades de Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca e no Comércio. O estado do Pará se destaca na atividade produtiva (Extrativa Mineral e no Serviço), já os estados de Roraima e o Amapá, no segmento econômico (Serviço de Utilidade Pública). Isso mostra que na Amazônia Legal os estados enfrentam dificuldades semelhantes com relação ao processo que visa a promover o desenvolvimento regional, sendo assim, as políticas públicas desempenham papel fundamental no intuito de contribuir com essa região no sentido de promover seu desenvolvimento de forma permanente e duradoura.

#### 4.2 Dinamismo dos Estados da Amazônia Legal

A dinâmica de um território pode ser analisada pelo nível de dinamismo em relação aos outros territórios ou macrorregiões em que está inserido. Desta maneira, os indicadores de dinamismo do território terão como parâmetro o crescimento econômico, examinado a partir do Produto Interno Bruto (PIB). Tal medida foi adaptada de Ferreira de Lima (2022), pois esse autor utiliza a variável PIB *Per Capita*, porém, no caso específico desta pesquisa, essa variável não retratava a realidade dos fatos, sendo necessário adotar o PIB global de cada Estado da Amazônia Legal e o PIB médio desse território sociopolítico. Assim, foi possível estimar os níveis de dinamismo de todos os Estados integrantes da Amazônia Legal nos anos de 1995, 2000, 2005, 2010, 2015 e 2020 (Tabela 5).

**Tabela 5:** Nível de Dinamismo dos estados da Amazônia legal (1995-2020)

Estados	ANO					
	1995	2000	2005	2010	2015	2020
Pará	2,28	2,18	2,08	2,29	2,33	2,54
Amazonas	2,08	1,92	1,77	1,76	1,54	1,37
Mato Grosso	1,51	1,71	1,99	1,75	1,91	2,11
Maranhão	1,32	1,37	1,35	1,33	1,39	1,26
Rondônia	0,65	0,68	0,68	0,69	0,65	0,61
Tocantins	0,38	0,42	0,48	0,51	0,51	0,51
Amapá	0,31	0,27	0,23	0,24	0,25	0,22

Acre	0,26	0,25	0,24	0,25	0,19	0,19
Roraima	0,21	0,20	0,17	0,19	0,18	0,19

Fonte: Elaborado pelo autor, dados do IBGE e SUFRAMA.

A Tabela 5 mostra que os Estados do Pará, Amazonas, Mato Grosso e Maranhão apresentaram nível de dinamismo alto com  $NDT > 1$ . Porém, vale destacar que, a partir de 2005, o estado do Mato Grosso supera o nível de dinamismo do estado do Amazonas e assume a segunda posição de Estado mais dinâmico da Amazônia Legal. O estado do Pará mantém seu dinamismo ao longo do tempo, enquanto que Amazonas vem desacelerando as atividades produtivas no período analisado. Nesta pesquisa observa-se que as unidades da federação que apresentaram os maiores PIBs foram consideradas as mais dinâmicas. O Estado de Rondônia apresentou NDT entre 0,50 e 0,99, evidenciando nível de dinamismo mediano, mostrando evolução em sua estrutura produtiva. Já o Tocantins apresentou nível baixo de dinamismo em 1995, 2000 e 2005 e nível mediano em 2010, 2015 e 2020, demonstrando que a economia desse Estado está em constante transformação em razão da diversificação das atividades econômicas que vêm sendo desenvolvidas neste Estado na última década. Isso tem acontecido principalmente no setor Agropecuário em razão dos diversos projetos desenvolvido neste segmentos no estado do Tocantins. Por fim, os Estados do Amapá, Acre e Roraima apresentaram nível baixo de dinamismo no período analisado com  $NDT \leq 0,49$ . O preocupante nessas unidades da federação é a manutenção numa faixa contínua sem nenhuma tendência de aumento e de melhoria nessa dinâmica.

Porém, ao analisar representatividade dos PIBs de cada Estado pertencente a Amazônia Legal em relação ao PIB desse território sociopolítico ao longo do tempo ver Tabela (6), nota-se que, os estados que apresentaram resultados significativos no período analisado foram os estados do Pará e Matogrosso. Já os estados de Roraima, Acre, Amapá e o Tocantins foram os que apresentaram as menores representatividades.

**TABELA 6:** Representatividade dos PIBs dos Estados no PIB da Amazônia Legal (1995-2020)

Unidades da Federação	1995	2000	2005	2010	2015	2020
Pará	25,28%	24,27%	23,12%	25,41%	25,84%	28,27%
Mato Grosso	16,82%	18,95%	22,14%	19,45%	21,20%	23,39%
Amazonas	23,15%	21,34%	19,71%	19,51%	17,09%	15,19%
Maranhão	14,69%	15,17%	14,97%	14,77%	15,49%	14,00%
Rondônia	7,21%	7,58%	7,61%	7,69%	7,22%	6,76%
Tocantins	4,23%	4,68%	5,35%	5,63%	5,71%	5,72%
Amapá	3,46%	3,00%	2,58%	2,70%	2,74%	2,42%
Acre	2,84%	2,74%	2,65%	2,77%	2,69%	2,16%

Roraima	2,31%	2,26%	1,88%	2,07%	2,02%	2,10%
---------	-------	-------	-------	-------	-------	-------

Fonte: Elaborado pelo autor, dados do IBGE e SUFRAMA.

De acordo com a Tabela 6, percebe-se que, o Estado mais representativo na formação do PIB da Amazônia Legal ao longo de 1995 a 2020, foi o estado do Pará, evidenciando em 1995, 2000, 2005, 2010, 2015 e 2020, porém nota-se neste processo uma representatividade constante. Já na segunda posição destaca-se o estado Mato Grosso com uma participação no PIB da Amazônia Legal de 16,82%; 18,95%; 22,14%; 19,45%; 21,20%; 23,39% no período analisado. No entanto, quando se analisa em termos de evolução dessa representatividade, o estado do Mato Grosso foi o Estado que mais evoluiu na participação ao longo período em questão. Isso indica que as atividades produtivas têm propiciado o aumento da diversificação dos segmentos econômicos desse Estado e tal condição tem se refletido no processo de crescimento do seu PIB.

Tendo em vista o estado do Amazonas, nota-se uma representatividade decrescente pois em 1995 apresentava uma representação de 23,15% e fecha em 2020 com 15,19% evidenciando redução significativa nessa participação, demonstrando que as atividades produtivas desse Estado precisa melhorar sua produtividade e diversificar seus segmentos produtivos.

Já o estado do Maranhão evidenciou em 1995 uma representatividade de 14,69% e em 2020 alcança 14%, indicando que ao longo desse período ocorreu uma oscilação na sua produtividade e tal condição se refletiu na estagnação do seu PIB.

O Estado de Rondônia apresentou processo constante de participação, pois em 1995 essa participação era 7,25% e fecha em 2020 com 6,7%, porém na maior parte do período analisado esse Estado apresenta uma representatividade em torno dos 7%. Com relação ao Tocantins em 1995 nota-se uma representatividade de 4,23% e alcança em 2020 5,72%, esse Estado também apresentou um leve crescimento da sua representatividade, já que a partir de 2005 ultrapassa os 5% de participação no PIB do Território Sociopolítico da Amazônia Legal.

Tendo em conta os Estados do Amapá, Acre e Roraima, nota-se que em 1995 uma participação nessa ordem de 3,46%; 2,84% e 2,31%, evidenciando uma baixa representatividade. Tal situação manteve-se ao longo do período analisado, alcançando em 2020 respectivamente 2,42%; 2,16% e 2,10%, indicando que esses Estados possuem uma baixa capacidade para dinamizar sua economia.

Portanto, quando se analisa a dinamicidade dos Estados que compõem a Amazônia Legal por meio do PIB, percebe-se que os Estados que têm maior dinamicidade classificadas são aqueles que apresentaram os maiores PIBs. Isso indica que o aumento do PIB está ligado

à dinamicidade das atividade econômicas, ou *vice-versa*, uma menor dinamicidade dos segmentos econômicos produz um menor crescimento do PIB. Assim, nos Estados que apresentaram baixo dinamismo, é necessária a atuação do setor público e privado no sentido de promover uma maior diversificação das atividades econômicas.

#### **4.2 Macrotendência dos indicadores socioeconômicos do Brasil, da Amazônia Legal e do Tocantins.**

Macrotendências são mudanças comportamentais que têm efeitos amplos e de longo prazo na sociedade. Ou seja, além de afetar diretamente os hábitos de consumo, também podem trazer mudanças relevantes nas mais diversas áreas, incluindo ambientes sociais, políticos, tecnológicos, econômicos e culturais (Geiser, 2012).

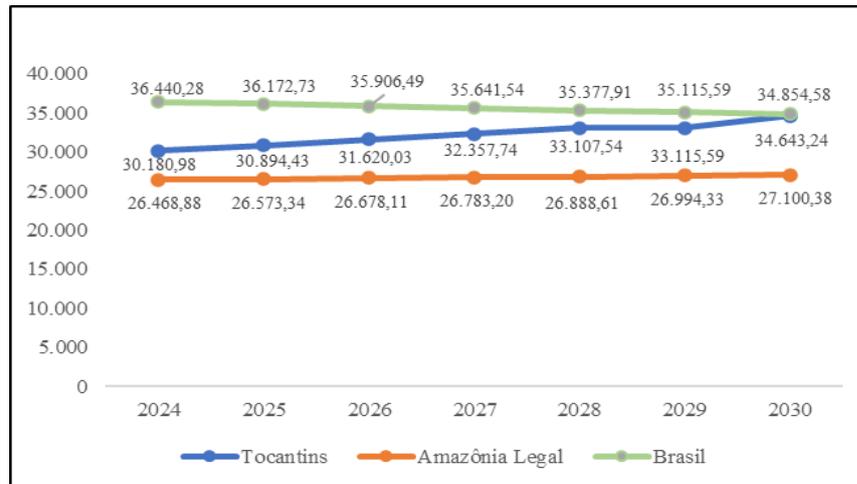
Assim, esse tópico trata da macrotendência dos indicadores socioeconômicos do Brasil, da Amazônia Legal e do estado do Tocantins, para o período de 2024 a 2030, com o intuito de verificar qual será a tendência desses indicadores em relação à sua evolução no decorrer do tempo. Portanto, à medida que o mundo atravessa grandes mudanças no crescimento econômico, nos rendimentos, na mobilidade, no consumo e na maneira de se relacionar, é necessário conhecer em que direção apontam tais variáveis, uma vez que elas são relevantes no processo de tomada de decisão que promove desenvolvimento regional.

Nesse contexto, serão analisados cinco macrotendências de indicadores socioeconômicos do Brasil, da Amazônia Legal e do Tocantins, incluindo *PIB Per Capita*, Taxa de desemprego, Renda domiciliar *Per Capita*, Investimento estadual em Ciência e Tecnologia em relação à renda líquida e o Percentual de Pobre e seus possíveis efeitos nesta esfera sociopolítica.

- *PIB Per Capita*<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> Fonte: IBGE. Obs: crescimento médio real. \* A tendência foi obtida a partir de projeções logísticas com base na série histórica. Para o cálculo do indicador da Amazônia Legal, foram considerados os nove estados da região.

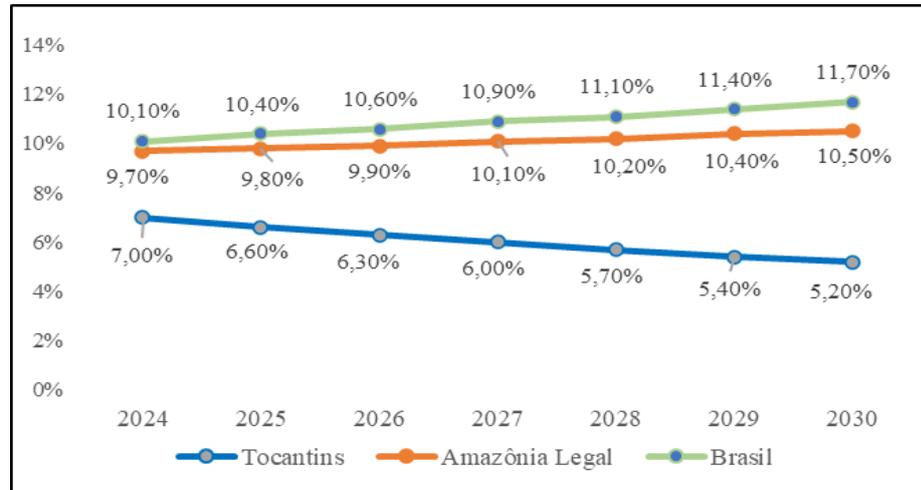
**Gráfico 1:** Macrotendência do PIB *Per Capita* do Brasil, da Amazônia Legal e do Tocantins

Fonte: Elaborado pelo autor, dados da PNAD Contínua Amazônia Legal em dados. \* A tendência foi obtida a partir de projeções logísticas com base na série histórica, foram considerados os nove estados da região.

O Gráfico 1 mostra a macrotendência do *PIB Per Capita* do Brasil, da Amazônia Legal e do Tocantins. Percebe-se que, entre os anos de 2024 e 2030, a Amazônia Legal apresenta tendência de crescimento do seu *PIB Per Capita* em torno de 2,39%, enquanto o país mostra uma queda -4,35% na mesma variável. Tal tendência de crescimento dessa variável na Amazônia Legal pode ser em razão da produtividade dos meios de produção e dos investimentos realizados tanto pelo governo federal, por meio da PNDR, quanto pelos Estados que compõem esse território sociopolítico. Já o estado do Tocantins entre 2024 e 2030 apresenta tendência de crescimento do *PIB Per Capita* de 14,79%, bem acima do valor da Amazônia Legal e do Brasil, indicando que o PIB do Tocantins vai continuar crescendo e, conseqüentemente, também o *PIB Per Capita*, mostrando certa pujança na economia desse Estado até 2030.

- Taxa de Desemprego

**Gráfico 2:** Macrotendência da taxa de desemprego do Brasil, da Amazônia Legal e do Tocantins

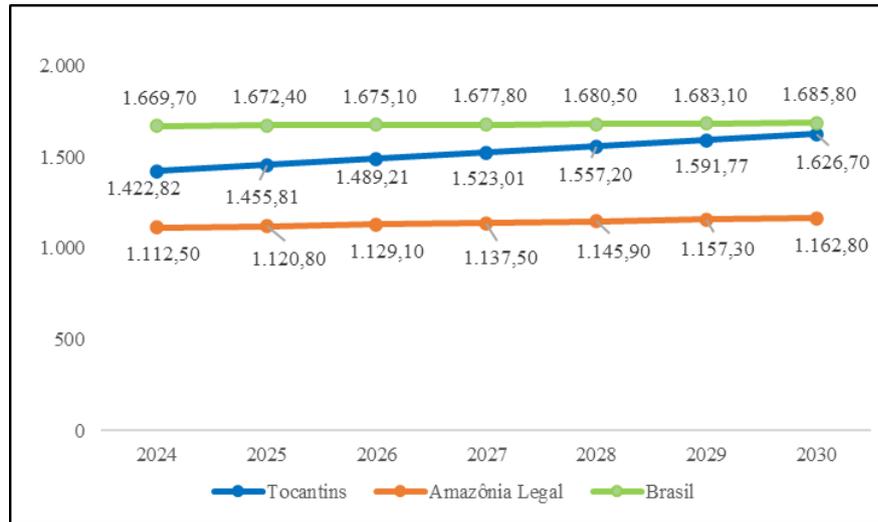


Fonte: Elaborado pelo autor, dados da PNAD Contínua, Amazônia Legal em dados.  
 \* A tendência foi obtida a partir de projeções logísticas com base na série histórica, foram considerados os nove estados da região.

O Gráfico 2 mostra a macrotendência da taxa de desemprego do Brasil, da Amazônia Legal e do Tocantins, entre os anos de 2024 e 2030. Percebe-se tendência de aumento, pois o percentual em 2024 com relação ao país é de 10,10%, enquanto a Amazônia Legal evidencia 9,70%, porém essa propensão continua aumentando e, em 2030, atinge 11,70% para o país e 10,50% para a Amazônia Legal. Tal predisposição exige já no presente políticas públicas que possam combater essa tendência, uma vez que essas taxas são representativas tanto para o Brasil como para a Amazônia Legal, dado que essa situação pode causar efeito nocivo ao desenvolvimento regional. Na contramão da tendência da Amazônia Legal e do Brasil, o estado do Tocantins em 2024 indica uma estimativa de desemprego de 7%, já a projeção para ano de 2030 é reduzida e mostra que a taxa de desemprego na economia tocantinense pode chegar a 5,20%, bem abaixo da taxa nacional como também da Amazônia Legal.

- Renda domiciliar Per Capita

**Gráfico 3:** Macrotendência da *Renda Per Capita* do Brasil, da Amazônia Legal e do Tocantins



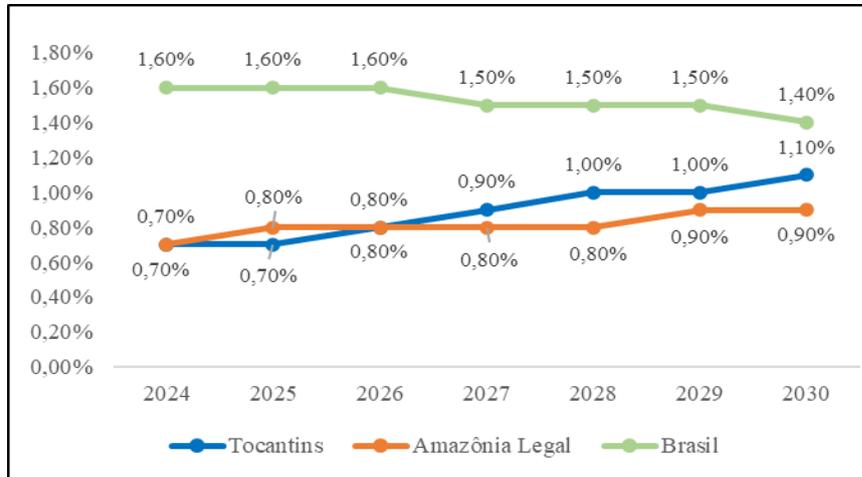
Fonte: Elaborado pelo autor, dados da PNAD Contínua, Amazônia Legal em dados. \* A tendência foi obtida a partir de projeções logísticas com base na série histórica, foram considerados os nove estados da região.

Ao analisar a tendência da *Renda Per Capita* da Amazônia Legal e do Tocantins e compará-las, constata-se que, em 2024 e 2030, a *Renda Per Capita* do estado do Tocantins aumentará 27,89% e 39,90%, respectivamente, sendo superior ao da renda da Amazônia Legal, indicando que esse Estado tem potencial para continuar crescendo no decorrer do tempo.

Porém, quando se compara a tendência de crescimento da *Renda Per Capita* entre 2024 e 2030, nota-se que a Amazônia Legal mostra propensão de crescimento de 4,52%, o Brasil, de 0,96%, e o estado do Tocantins, 14,33%. Tal situação mostra uma diminuição relevante na projeção entre a *Renda Per Capita* nacional e a *Renda Per Capita* do Tocantins, indicando que o Estado pode superar essa renda nacional em curto espaço de tempo de acordo com tal estimativa. No entanto, vale ressaltar que apesar da tendência de crescimento da *Renda Per Capita* da Amazônia Legal, ela continua inferior ao da renda nacional e da renda do Tocantins, isso pode ocasionar efeitos negativos no processo que visa a promover o desenvolvimento regional dessa região.

- Percentual de investimento em ciências e tecnologias em relação à receita

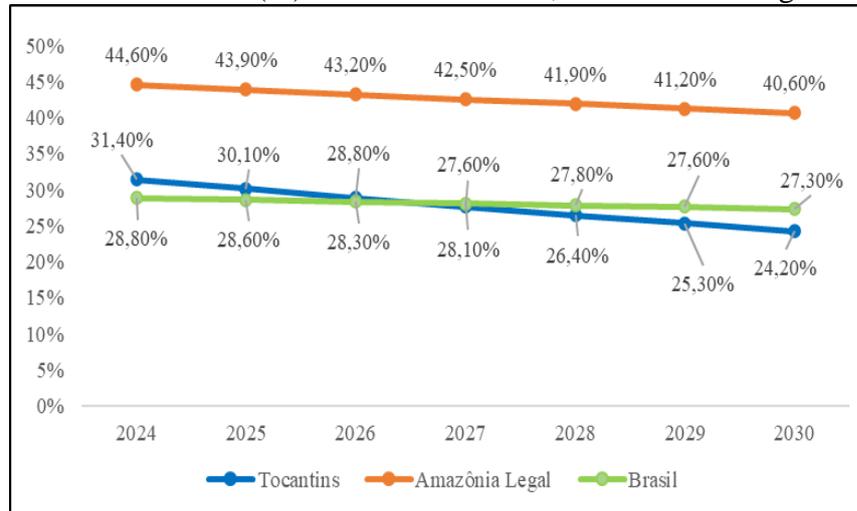
**Gráfico 4:** Macrotendência do percentual de investimento em ciências e tecnologias em relação à receita líquida do Brasil, da Amazônia Legal e do Tocantins



Fonte: Elaborado pelo autor, dados do MCTIC/INPI, Amazônia Legal em dados, \* A tendência foi obtida a partir de projeções logísticas com base na série histórica, considerando a velocidade do Estado que mais avançou no indicador. Para o cálculo do indicador da Amazônia Legal, foram considerados os nove estados da região.

O Gráfico 4 mostra a macrotendência de investimentos em ciências e tecnologias em relação à receita líquida do Brasil, da Amazônia Legal e do estado do Tocantins, representando um esforço e estímulo para desenvolver essa atividade, dado que tal segmento é relevante no movimento que visa a alcançar o desenvolvimento regional. Assim, em relação ao Brasil, percebe-se que a tendência do percentual de investimentos em ciências e tecnologia entre anos 2024 e 2026, atinge 1,60%, já entre 2027 e 2029, atinge 1,50%. No entanto, em 2030 essa estimativa se reduz e alcança 1,40%. Na Amazônia Legal, esse percentual entre os anos 2024 e 2030 apresenta uma evolução entre 0,70% e 0,90%, respectivamente, evidenciando uma dificuldade desse território sociopolítico em realizar investimentos em ciência e tecnologia. O estado do Tocantins também apresenta dificuldade de investimento em tecnologia, pois entre 2024 e 2030 a estimativa indica uma variação de 0,70% e 1,10%, respectivamente. A Figura 14 mostra que tais tendências percentuais tanto no país como na região da Amazônia Legal e também no Tocantins são reduzidas, dada a relevância dessa atividade. Isso em termos de evolução pode causar efeitos nocivos na dinâmica do processo que visa a promover o desenvolvimento do país e também da região da Amazônia Legal.

- Percentual de Pobres

**Gráfico 5: Macrotendência do (%) de Pobre no Brasil, na Amazônia Legal e no Tocantins**

Fonte: Elaborado pelo autor, dados da PNAD Contínua, Amazônia Legal em dados, Obs: Percentual da população com rendimento domiciliar per capita inferior a 6,85 dólares PPC (2017) por dia, equivalente a uma linha média de pobreza de aproximadamente R\$ 327 mensais em valores de 2022. \* A tendência foi obtida a partir de projeções logísticas com base na série histórica. Para o cálculo do indicador da Amazônia Legal, foram considerados os nove estados da região.

O Gráfico 5 evidencia a macrotendência do Percentual de Pobres do Brasil, da Amazônia Legal e do estado do Tocantins. Nota-se que, entre 2024 e 2030, o Tocantins tem melhor estimativa para 2030, cerca de 24,20%, o Brasil tem cerca de 27,30% e a Amazônia Legal, cerca de 40,60%. Vale ressaltar que a projeção histórica revela uma situação preocupante com relação à estimativa percentual de pobres para Amazônia Legal entre 2024 e 2030, evidenciando que tal percentual de tendência se mantém acima de 40% em todo o período estimado. Isso indica que a questão da pobreza na Amazônia Legal necessita de forma urgente da elaboração de políticas públicas que possam combater tal situação para permitir que todos possam fazer parte do processo que visa a promover o desenvolvimento.

Portanto, a macrotendência das variáveis desemprego, investimento em tecnologia e o percentual de pobres na Amazônia Legal apresentou resultados ruins. A variável desemprego, que deveria apresentar tendência de queda, é a variável que indica um crescimento que pode superar os 10 % em 2030. O Brasil também apresenta uma alta estimativa de desemprego, que gira em torno dos 11,70% em 2030. Tal situação pode prejudicar o processo da dinamicidade econômica do Brasil como também da Amazônia Legal e, conseqüentemente, prejudicar o desenvolvimento regional desse território sociopolítico. Outra variável que merece atenção é a estimativa do percentual de pobres para o país como também para a Amazônia Legal, pois tal situação pode prejudicar alcançar um crescimento econômico robusto e duradouro, o que

pode, por sua vez, prejudicar o processo que visa a alcançar o desenvolvimento regional, isto porque as pessoas são parte integrante do processo.

No estado do Tocantins, a macrotendência das variáveis PIB *Per Capita*, Taxa de Desemprego, Renda *Per Capita* indica um melhoramento, uma vez que o PIB *Per Capita* estima uma continuidade no crescimento até 2030. A taxa de desemprego projeta uma redução relevante no decorrer dos anos, ficando com uma projeção bem abaixo da taxa Nacional e da taxa da Amazônia Legal. A Renda *Per Capita* apresenta tendência de crescimento até 2030, indicando que a economia do Tocantins tem propensão ao crescimento e ao melhoramento na dinâmica econômica do Estado. Já a tendência das variáveis Investimentos em Tecnologias e Percentual de Pobres apresenta projeções que podem prejudicar o bom andamento das atividades econômicas do estado do Tocantins, pois, em relação aos investimentos em tecnologias, nota-se uma baixa variação percentual no período analisado, o que poderá dificultar o avanço dos segmentos econômicos, uma vez que a tecnologia possibilita um melhoramento na dinâmica econômica de qualquer setor produtivo. Outro fator preocupante é o número de pobres projetado até 2030 no estado de Tocantins. Apesar de apresentar tendência de diminuição ainda é um número significativo para uma população pequena. A tendência indica que em 2030 o Tocantins poderá ter 24.20% de pobres, o que poderá prejudicar o alcance de níveis ainda melhores de desenvolvimento, visto que as pessoas são parte relevante no processo que promove o desenvolvimento regional.

## **5 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **5.1 A Magnitude o Estado na Socioeconomia do Tocantins: Aspectos Históricos do Norte do Goiás antes da criação do Estado do Tocantins**

O objetivo deste capítulo foi evidenciar e analisar a perspectiva histórica do Norte do Goiás antes da criação do estado de Tocantins, mostrando que se trata de um processo longo ocorrido no decorrer do tempo.

O estado de Tocantins tem uma longa história que teve seu início ainda no século XVIII, época das descobertas do ouro, quando essa região ainda pertencia à Capitania de São Vicente. No ano de 1749, Goiás tornou-se independente, e o ápice da produção do ouro goiano ocorreu na primeira década de instalação das minas (1726-1735), período em que o ouro aflorava por toda a região, assim, nas décadas de 1730 e 1740 ocorreram as descobertas auríferas no norte de Goiás. Em função desse ocorrido, houve a formação dos primeiros arraiais no território do atual estado de Tocantins. Nessa época, as minas localizadas ao norte da capitania de Goiás eram consideradas mais ricas do que aquelas do centro-sul (Nascimento, 2004).

Todavia os primeiros movimentos de separação entre o norte e o sul de Goiás estão associados à proibição da navegação pelo Rio Tocantins em 1737, visando a combater o contrabando do ouro. Tal insatisfação levou ao rompimento do norte de Goiás ao se aproximar de Belém, principalmente da via do Rio São Francisco. Assim, tal situação possibilitou o surgimento de uma nova atividade econômica por meio desta última rota, sendo tal atividade conhecida como pecuária, que, ao fornecer seus pastos naturais para os pecuaristas vindos de Pernambuco e Bahia, facilitou o desenvolvimento dessa atividade no norte de Goiás (Marques de Oliveira, 2018).

Ainda na visão do autor, outra situação que causou divergência entre o norte e o sul de Goiás foi a cobrança do imposto de captação em 1735. Tal imposto estabelece cobrança de altas taxas ao adquirir escravos, ou seja, tais impostos foram uma imposição da capitania do sul de Goiás sobre as minas do norte. Essas discordâncias contribuíram para o surgimento de uma oposição entre o norte e o sul de Goiás. Ou seja, as duas regiões mantinham relacionamento somente em atos administrativos isolados com o intuito meramente fiscal ou jurídico. A expansão geográfica causava dificuldades no relacionamento interno norte-sul. O norte de Goiás era visto como uma região árida e de difícil acesso, com baixo povoamento e esparso, uma vez que era distante da sede administrativa, localizada no sul de Goiás. Desta forma, o sentimento que se espalhou na população do norte de Goiás era de desprezo político

e de abandono administrativo da parte sul de Goiás em razão das precariedades em infraestruturas básicas vivenciadas no norte goiano.

Dessa forma, visando a facilitar o processo administrativo, aplicação da justiça, o povoamento da região e o desenvolvimento da navegação dos Rios Tocantins e Araguaia, foi aprovada em 18 de março de 1809 a divisão da capitania de Goiás em duas comarcas: a Comarca do Sul e a Comarca do Norte. A Comarca do Norte foi nomeada de Comarca de São João das duas Barras, sendo seu primeiro ouvidor o desembargador Joaquim Theotônio Segurado (Nascimento, 2004).

No ano de 1821, o ouvidor rebelou-se contra o isolamento da região e proclamou o Governo autônomo de Tocantins. Mesmo com a curta duração desse governo, tal atitude serviu para disseminar um sentimento separatista por parte da população que habitava essa região. Porém tal ideário de separação não atingiu seu objetivo, mas incentivou outros líderes (Lysias Augusto Rodrigues, Osvaldo Aires da Silva, Dom Alano, Feliciano Braga e por fim, Siqueira Campos) a persistir nesse processo de separação do atual Tocantins, do estado de Goiás (Barbosa, 1999).

Ainda na visão desse autor, nos anos 20, 30 e 40 do século XX, a ocupação econômica do extremo norte e do médio Tocantins foi confirmada essencialmente pelo extrativismo mineral e vegetal como o do babaçu e do cristal. E a partir da década de 1930, o discurso separatista volta a ser debatido na esfera nacional, especialmente após a criação, pela Constituição de 1937, dos territórios do Amapá, Rio Branco, Guaporé, atual Rondônia, Iguaçu e Ponta Porã, extintos pela Constituição de 1946. Houve também a defesa da criação do território do Tocantins.

Já na década de 1950, prevaleciam no país as políticas do desenvolvimento e da integração nacional desenvolvidas pelo governo de Juscelino Kubitschek. Ou seja, tal governo busca a viabilização de projetos como a BR-153 e a construção da capital do país (Brasília). Essa situação promove um destaque ao estado de Goiás no cenário nacional, com a consolidação da ampliação capitalista no centro-sul. No entanto, o norte de Goiás não vislumbra os efeitos da década de 1950. Assim, a tentativa de integração do então norte goiano partiu da promoção do discurso separatista evidenciando a situação de abandono da região. Dessa maneira, em 13 de maio de 1956, em Porto Nacional, foi lançado o movimento pró-criação do estado de Tocantins (Barbosa, 1999). Dessa forma, razões para a criação do estado de Tocantins se mantiveram, sendo expressas em artigos de jornais relacionando a importância de Brasília com a criação do novo estado para a interiorização do Brasil.

Com a construção da BR-153, foi promovida uma nova rearticulação do comércio inter-regional que inexistia e tinha ficado ainda mais enfraquecido depois da construção da ferrovia no sudeste goiano, no início do século XX. Outro fator importante foi a construção da estrada de ferro que integrou economicamente o centro-sul de Goiás ao centro-sul do país, alargando ainda mais a distância das relações entre o norte e o sul de Goiás. Com a BR-153, essa situação foi amenizada. Porém só a rodovia não foi capaz de superar a fragilidade da relação entre o norte e o sul de Goiás, devido ao desequilíbrio estrutural viário do Estado, pois os investimentos federais ou estaduais direcionados para essa área eram alocados principalmente para promover a integração do centro sul de Goiás com o ,centro sul do país (Chagas, 2007).

Todavia a BR-153 ocasionou a ligação do Centro-Oeste com a orla marítima do norte proporcionando uma transformação de uma nova fronteira de desenvolvimento, assim, favoreceu, a partir da década de 1970, que o norte de Goiás pudesse receber investimentos governamentais com o objetivo de proporcionar a incorporação da região ao mercado nacional como produtora de bens que pudessem ser exportados. Dessa maneira, o governo federal desenvolveu programas direcionados à Amazônia, mas também difundidos em 60 municípios do norte goiano, iniciando uma nova fase de modernização no processo de ocupação, ocasionando impactos na organização da produção e na estrutura fundiária da região (Correia, 2015).

Na visão desse autor, a nova estrutura fundiária e o novo modelo de desenvolvimento propiciaram uma concentração de terras com a formação de latifundiários destinados à produção pecuária. No entanto, a consequência desse processo ocasionou a desapropriação dos antigos moradores locais pelos grandes proprietários de capitais de investimentos. Tal situação desencadeou graves conflitos sociais, pois, nas décadas de 1970 e 1980, a região norte de Goiás evidenciou uma nova situação marcada pela ruptura e pela heterogeneidade da expansão modernizadora.

Isso posto, o discurso separatista volta à tona novamente, principalmente quando o estado do Mato Grosso do Sul se mobiliza em torno de sua autonomia até conseguir em 1977 a aprovação pelo governo federal do projeto de criação do estado de Mato Grosso do Sul. Diante desse cenário, o deputado Siqueira Campos, que representava o norte goiano, retomou a proposta de criação do Tocantins. Assim, a criação do estado de Tocantins foi aprovada apenas em 27 de julho de 1988 pela Comissão de Sistematização e pelo Plenário da Assembleia Nacional Constituinte e legitimada no dia 05 de outubro de 1988, com a

promulgação da oitava Constituição Brasileira, que trouxe em seu bojo a criação desse Estado 194 anos após as primeiras iniciativas de separação (Nascimento, 2004).

Portanto, percebe-se que a justificativa para a criação do estado de Tocantins a partir da separação do estado de Goiás não é fato recente, pois ao longo da história dessa região, vários movimentos separatista buscaram, a seu tempo, a realização dessa separação por diversos motivos. Uma das principais alegações dos mais diferentes movimentos separatistas ao longo do tempo era o abandono dessa região pela parte mais desenvolvida de Goiás. Além disso, essa região sofria de isolamento do restante do país, esquecimento por parte do poder público, falta de identidade cultural da população do norte com a do centro-sul de Goiás e ausência de perspectiva com relação ao processo de desenvolvimento, pois a situação caótica de abandono político-administrativo pela qual a região passava causava inquietação nos moradores da região do atual estado de Tocantins, favorecendo assim a luta pela criação desse Estado, que se consolidou 194 anos após as primeiras tentativas de separação, evidenciando que, mesmo em gerações diferentes, as inquietações do desmembramento se mantiveram ao longo do tempo.

## **5.2 Processo de criação dos municípios do estado de Tocantins**

O objetivo dessa parte foi analisar o processo de emancipação dos novos municípios do estado de Tocantins a partir da sua criação em 1988, uma vez que o Estado, quando criado, tinha apenas 79 municípios e, na sua Constituição em 1989, já trazia os nomes de mais 60 municípios a serem emancipados.

A Constituição Federal de 1988 trouxe a prerrogativa para os Estados criarem novos municípios por meio da Assembleia Legislativa. Assim, a fundação de novos municípios como unidade administrativa é garantida por leis, por outro lado, essas leis têm conteúdo político-ideológico que, normalmente, corresponde a um momento histórico, os interesses individuais ou de grupos, principalmente pela apropriação do poder, com intuito de aprovar uma emancipação de uma localidade, sendo, no entanto, necessário cumprir um rito político constituído de normas, tanto materiais quanto formais (Nascimento, 2013).

Na visão Tomio (2002), essas normas são arranjos institucionais que promovem procedimentos restritivos ou permissivos para autonomia de novos municípios. Assim, esses mecanismos são alterados conforme as circunstâncias políticas, tanto para incluir novos povoados<sup>9</sup> ou excluir da condição de emancipado. Para esse autor, esse “artifício” é usado quando termina o “estoque” de municípios, sendo a legislação reformulada para consentir a

---

<sup>9</sup> Local habitado por um número reduzido de pessoas (Tomio, 2002)

criação de novos municípios com exigências e pressupostos menores.

Isso posto, Tomio (2002) argumenta que existem quatro fundamentais atores políticos que participam do processo de deliberação visando a promover a criação de novos municípios, incluindo: 1. Lideranças políticas locais; 2. Eleitores da localidade; 3. Deputados estaduais; e 4. Executivo estadual. O primeiro são os indivíduos que moram na região a ser emancipada que detêm a prerrogativa de iniciar o processo de autonomia. Já o segundo, por sua vez, participam de duas etapas, no abaixo assinado e no momento do plebiscito. O terceiro, em razão das normas previstas na legislação, eles dispõem de vários mecanismos para monitorar o processo legislativo das emancipações, ou seja, participam de todas as etapas da criação de novos municípios com direito de paralisar a emancipação da localidade a qualquer momento. Nesta situação, eles fazem uso das leis de criação de municípios como meio de ampliação das suas bases eleitorais ao barganhar com outros deputados a aprovação da emancipação de determinado município. E por fim, o executivo estadual, que pode ser contrário, favorável ou indiferente à criação de novos municípios, o que vai depender da sua força na Assembleia Legislativa.

No tocante ao Tocantins, o processo de criação dos novos municípios a partir da Lei nº 251, de 20 de fevereiro de 1991, não foi diferente, pois todos esses atores foram importantes no processo de autonomia dos novos 60 municípios, uma vez que, quando criado, o estado do Tocantins tinha 79 municípios, atualmente tem 139, ver Tabela 7. Dessa maneira, em um curto espaço temporal, vários povoados e distritos<sup>10</sup> que apresentavam situação de pobreza, abandono e isolamento conseguiram o *status* de emancipados, configurando novos arranjos na economia regional do estado de Tocantins (Nascimento, 2013).

**Tabela 7:** Evolução da quantidade de municípios do estado de Tocantins

Ano	1900	1940	1950	1960	1970	1980	1990	2000	2010	2020
Municípios	9	14	34	52	52	30	79	139	139	139

Fonte: Nascimento (2013)

De acordo com o Tabela 7, percebe-se a criação de municípios antes e depois da separação do Tocantins do estado de Goiás. Pois, esta região possuía extensa área de terra com pouca habitação e enorme isolamento, o que dificultava a integração dessa região com as demais regiões do país. Porém, na visão Nascimento (2013), as razões para a criação dos novos municípios no estado de Tocantins estão ligadas a três fatores: 1. Ordem Política; 2. Ordem econômica; e 3. Cumprimento dos requisitos legais pela localidade.

<sup>10</sup> São territórios em que se subdividem os municípios, normalmente se subdividem em bairros (Tomio, 2002)

Tendo em vista a criação dos novos 60 municípios, 40 deles foram criados por meio de atalho jurídico, via Emenda Constitucional nº 01/89, sem levar em consideração nenhum dos critérios até então vigentes na Lei Complementar nº 01/89. Conforme Nascimento (2013), não houve discussão do estudo técnico, que foi protocolado, analisado e votado em menos de duas horas. Outro fator intrigante é que, quando foram analisados os dados populacionais na recontagem de 1996, observou-se que 10 municípios não poderiam ter sido criados, uma vez que não atenderiam à exigência de ter 2.000 habitantes (Nascimento, 2013). Ainda na visão do autor, os outros vinte municípios foram emancipados por meio de leis, sendo que em muitos deles não foram observados os requisitos, tendo sido criados como arranjos institucionais com o objetivo de fortalecer agentes políticos ou financeiros, seja de capital estrangeiro, privado nacional ou de públicos federais, com interferência do poder, aqui entendido como econômico e político.

De acordo com a entrevista semiestruturada do então presidente da Assembleia Legislativa Raimundo Nonato Pires, no período da aprovação da emenda constitucional nº 01/1989, *“a criação desses municípios era importante para a população e para a economia do Estado, pois possibilitou a disponibilidade de recursos federais e atendeu às demandas locais”*. Quando se pensa em demandas locais, o então deputado estava se referindo à construção de escolas, postos de saúde, praças, aberturas de ruas e saneamento básico (Nascimento, 2013; Rodrigues; Santos, 2015).

Isso posto, percebe-se que o território vem passando por diversas transformações, que são desconstruídas pela fragmentação, numa maneira de controle e apropriação, seja por indivíduos ou grupos, de uma relação desigual de forças, que envolvem o domínio ou o controle político-econômico do espaço (Santos, 2000; Haesbaert, 2004). Dessa maneira, Santos (2014) argumenta que o território deve ser sempre estudado não pela sua criação, mas pelas relações sociais que nele acontecem, uma vez que tais relações são sempre dinâmicas e evolutivas.

Portanto, percebe-se que diante do exposto, a emancipação dos 60 municípios do estado de Tocantins, após a sua criação, em sua maioria é dotada de um pretenso, pelo menos no discurso, viés de interesse econômico e político, uma vez que na ordem política os interesses políticos prevaleceram em detrimento das regras para a criação de novos municípios, ou seja, o projeto de poder político superou os requisitos legais previstos em lei. Essa situação é percebida até nos dias atuais, uma vez que os deputados se declaram representantes de determinada região como se as diversas regiões do Estado não pertencessem ao mesmo Tocantins, e as conhecidas emendas parlamentares são direcionadas de acordo aos

reduzidos eleitorais de cada um dos deputados. Na ordem econômica, prevaleceu o potencial econômico que determinada região tinha e que seria capaz de dar um retorno ao capital investido. Outro fator determinante foi a concepção de que se determinada vila e povoado fosse emancipado poderia ter acesso aos recursos que não tivera anteriormente, e isso poderia promover o desenvolvimento da região, proporcionando melhoria na qualidade de vida da população.

## **6 CARACTERIZAÇÃO DOS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DO TOCANTINS**

Este capítulo analisa a caracterização dos indicadores socioeconômicos do Estado de Tocantins, sendo esta análise relevante para compreender o andamento do processo evolutivo do desenvolvimento regional, uma vez que tais indicadores revelam como as relações sociais, políticas e econômicas se desenvolvem dentro de um determinado território ao longo do tempo. Desta forma, para compreender tais relações no estado do Tocantins foi feita sua caracterização por meio dos aspectos geográficos, demográficos e econômicos.

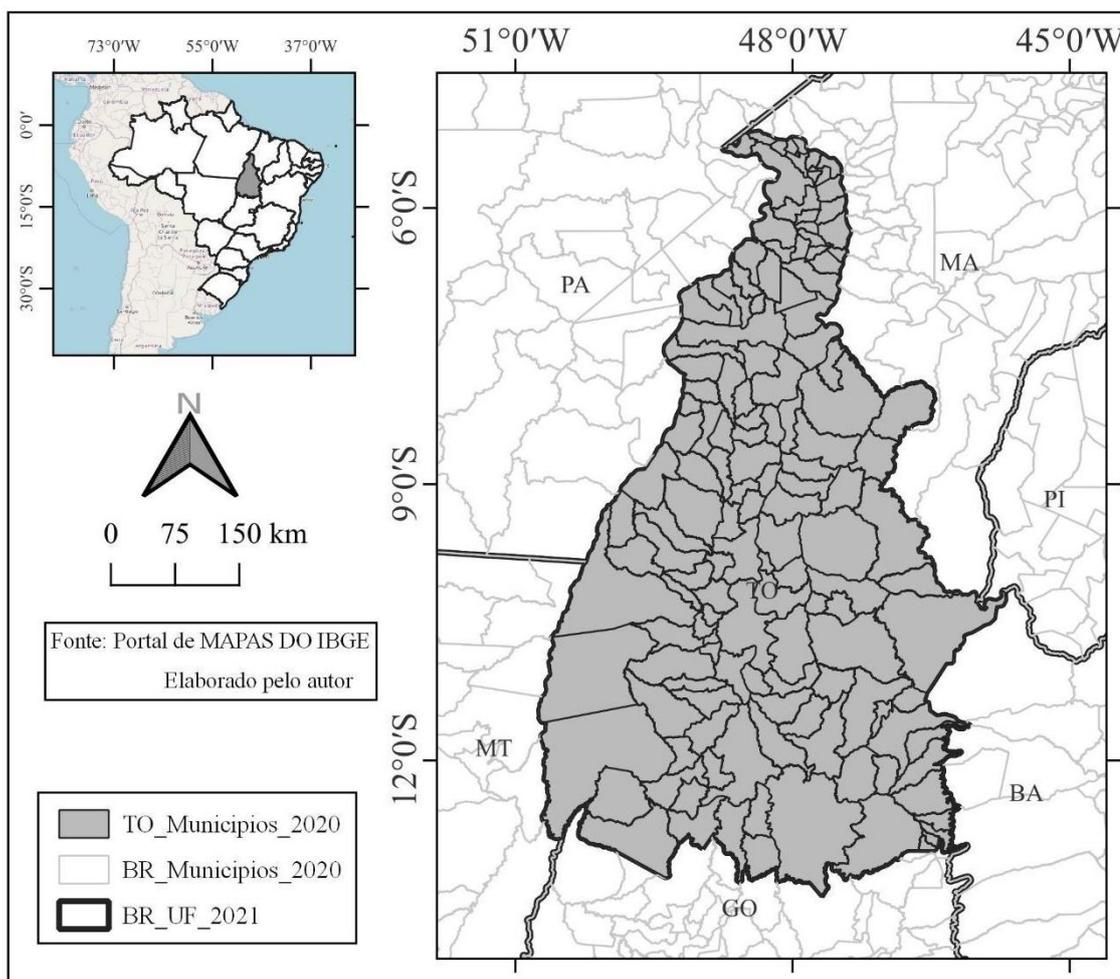
### **6.1 Características dos Aspectos Geográficos**

A criação do estado de Tocantins ocorreu pela promulgação da Constituição Federal de 1988, trazendo no artigo 13º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias as disposições finais para a criação do Estado. Entretanto a estadualização somente ocorreu após a promulgação da Carta Magna de Tocantins em 05 de outubro de 1989. Esse Estado tem uma área territorial de 277.620.914 km<sup>2</sup>, correspondendo 44% do território de Goiás, 3,26% do território nacional, 7,19% da região Norte e 5,41% da Amazônia Legal, tem 139 municípios, com densidade demográfica de 4,98 habitantes/km<sup>2</sup>, com uma população de 909.335 habitantes no ano de 1989 (IBGE, 2003; Nascimento, 2004). O estado de Tocantins tem localização privilegiada, Figura 17, que, por sua vez, permite uma fácil ligação entre os Estados das regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste. A partir da Constituição de 1988, ele passou a integrar a região norte país, limitando-se com o Estado de Goiás pelas divisas norte dos municípios de São Miguel do Araguaia, Porangatu, Formoso, Minaçu, Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Campos Belos, conservando a leste, norte e oeste as divisas atuais de Goiás com os Estados da Bahia, Piauí, Maranhão, Pará e Mato Grosso (Nascimento, 2004; Marques de Oliveira; Piffer, 2016).

Em razão da sua localização geográfica, Figura 17, posicionado no centro do Brasil, o estado de Tocantins pode desenvolver um importante centro de distribuição de bens e serviços para os demais estados do Brasil, uma vez que a sua capital Palmas tem condições para oferecer estrutura que possibilita a comercialização e a distribuição de bens e serviços para o

restante do país. Dispõe de uma rede hoteleira satisfatória e aeroporto capaz de suprir tal necessidade de distribuição, favorecendo, assim, uma maior rapidez nas entregas de produtos vindos das demais regiões do Brasil. Sua localização estratégica pode ser vista como ponto forte de enormes fluxos de cargas que atravessam o Tocantins, podendo favorecer o potencial de desenvolvimento de um grande polo logístico no Estado. Além do mais, o Tocantins tem infraestrutura de transporte que permite acesso aos eixos de transporte rodoviário, ferroviário e aeroportuário, favorecendo a integração com as principais rotas logísticas do país.

**Figura 12:** Localização geográfica do Brasil e do estado do Tocantins



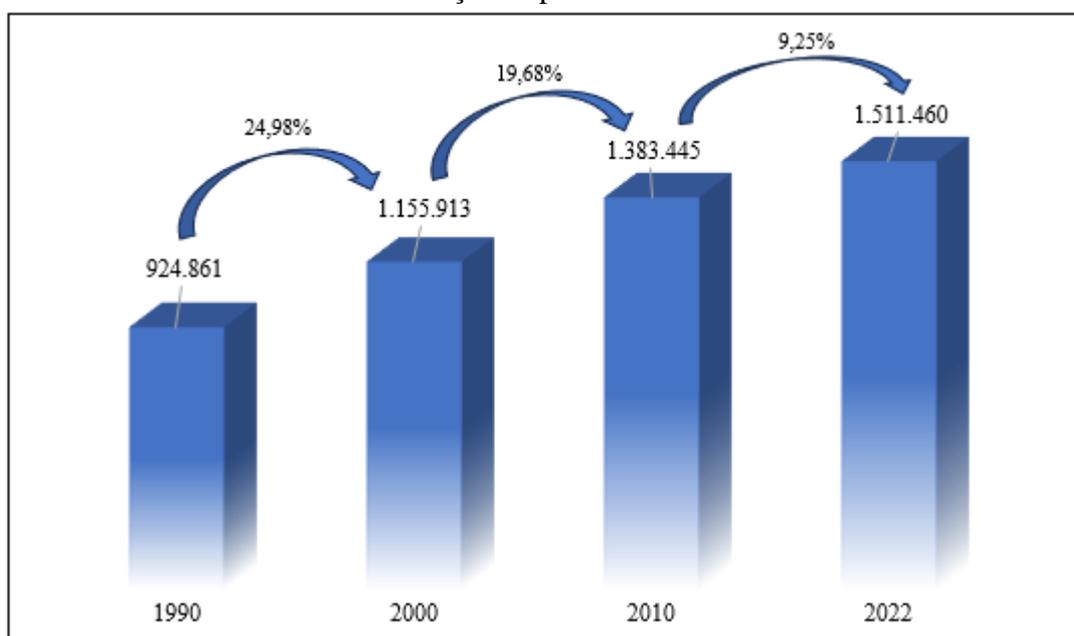
O estado do Tocantins está localizado na zona de transição entre o cerrado e a Floresta Amazônica. Seu relevo é constituído por depressões, em que predominam planícies na parte central, e por depressões nas porções sul. Já o nordeste é definido por planaltos. Em se tratando do clima, o estado de Tocantins é de influência tropical, com temperatura anual de 26° C, em média, na estação de chuvas. Na estação seca, os termômetros marcam em torno de 32° C. Tendo em vista a bacia hidrográfica do estado, a principal é a Araguaia-Tocantins, que escorre aproximadamente em 800 km<sup>2</sup>, representando 9,5% do território nacional, sendo

assim, a maior bacia totalmente brasileira (Nascimento, 2004). Em relação à vegetação, na visão do autor, o estado de Tocantins tem cobertura florestal e campestre, formada por enorme superfície plana, sendo o principal ecossistema o cerrado, que abrange uma área de 87% desse estado. No que concerne à floresta amazônica, ela representa 10% do estado, encontra-se ao norte do Estado, à margem do Rio Araguaia.

## 6.2 Características dos Aspectos Demográficos

Tendo em vista o aspecto demográfico, Gráfico 6, o estado de Tocantins tem apresentado um crescimento de forma positiva, porém tal crescimento tem ocorrido com taxas decrescentes.

**Gráfico 6:** Evolução Populacional do Tocantins



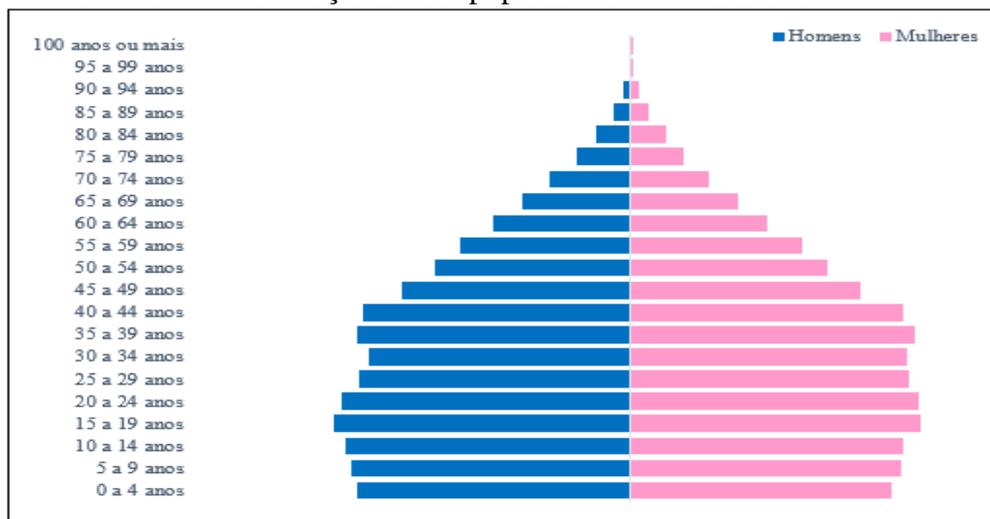
do pelo autor, dados do IBGE, Censo Demográfico (2022)

O estado de Tocantins, após sua implantação em 1989, favoreceu a migração para essa região de pessoas que vinham em busca de novas oportunidades, seja de trabalho ou para fixar moradia. Assim, na primeira década da criação desse Estado, principalmente entre os anos 1990 2000, o Tocantins apresentou um crescimento populacional de 24,98%, saindo de uma população de 924.861 para 1.155.913, evidenciando que esse Estado apresentava um potencial de crescimento populacional, uma vez que, a expectativa de oportunidades ao novo Estado, novos municípios e a construção de nova capital, favoreceu o aumento da população nesta região que antes da criação do Tocantins apresentava um enorme vazio populacional em razão do isolamento deste território. No entanto, com o passar dos anos, o que se percebeu foi uma grande rotatividade de pessoas vindo e saindo do Tocantins, fazendo com que o crescimento acontecesse, porém em taxa decrescente. Ou seja, de 2000 a 2010, cresceu

19,68%, de 2010 a 2022, essa taxa foi apenas de 9,25%, demonstrando que aquela expectativa de crescimento populacional do início da sua criação não se concretizou ainda nos dias atuais. Mas vale ressaltar que entre os anos de 1990 e 2022 a taxa de crescimento representa 63,43%.

De acordo como o último censo realizado no ano de 2022 pelo o IBGE (2022), a população por gênero do Tocantins está distribuída conforme pode ser visto no Gráfico 7, evidenciando certa paridade na quantidade de pessoas do gênero masculino e feminino.

**Gráfico 7:** Distribuição sexual populacional do Tocantins em 2022



Fonte: Elaborado pelo autor, dados do IBGE, Censo Demográfico (2022)

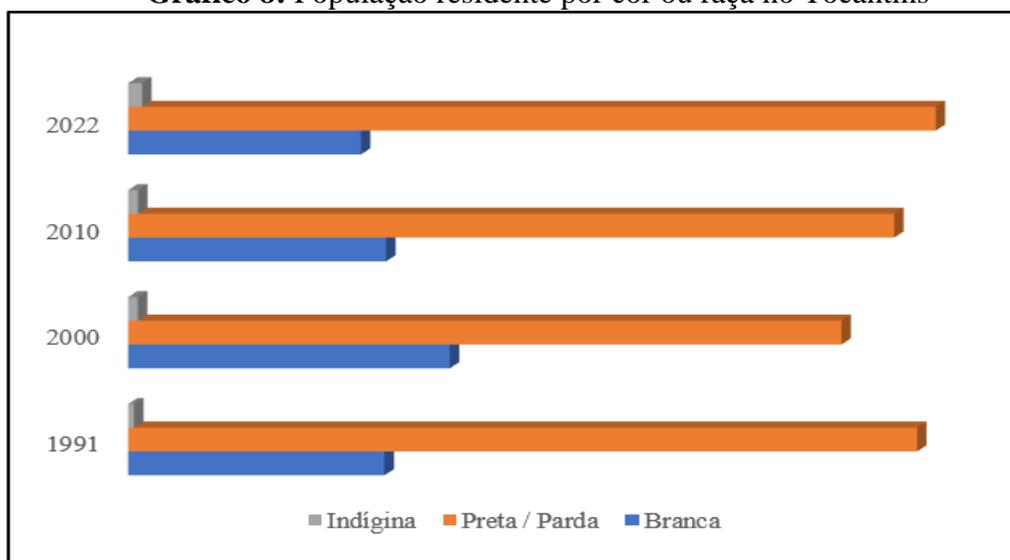
O Gráfico 7 evidencia que a população tocantinense está dividida em 50,10% para o gênero masculino e 49,90% para o feminino. Em se tratando das faixas etárias, a maior parte da população está entre 0 e 59 anos de idade.

Quando se analisa por faixa etária, mais especificamente, percebe-se que a maior parte da população, seja para o gênero masculino ou feminino, se situa na faixa de 15 a 19 anos, 8,37% para masculino e 8,22% para feminino. Nota-se também que na faixa etária de 20 a 24 anos o segundo maior percentual populacional tanto para o masculino quanto para o feminino é, respectivamente, de 8,17% e 8,16%. As demais faixas etárias entre os anos de 0 a 4, 5 a 9, 10 a 14, 25 a 29, 30 a 34, 35 a 39 e de 40 a 45 apresentaram representatividades em torno dos 7,5% para ambos os gêneros, evidenciando que a maior parte da população do estado de Tocantins é jovem e precisa de políticas públicas que possam atender as necessidades de educação, moradia, saúde, empreendedorismo, novos postos de trabalho e bem-estar social.

Considerando a população residente no estado de Tocantins por cor ou raça, percebe-se no Gráfico 8 que a maior parte da população se declara preta/parda. Assim, como no Brasil, o estado de Tocantins também teve influência do índio, do branco e dos negros, sendo tais traços percebidos de forma marcante até nos dias atuais na população desse Estado. Vale

ressaltar que esses povos foram fundamentais na colonização e povoamento da região do atual Tocantins, tendo sido o negro a base da mão de obra na mineração de ouro e, posteriormente, na agricultura. Tais povos se multiplicaram dando origem à base da sociedade tocantinense (Nascimento, 2004)

**Gráfico 8:** População residente por cor ou raça no Tocantins



Fonte: Elaborado pelo autor, dados PNAD Contínua (2022) e IBGE, Censo Demográfico (2022)

O Gráfico 8 mostra a composição da população tocantinense. Percebe-se que no ano de 1991 a população autodeclarada preta/parda representava 74,83%, a população branca, 24,31%, e a população indígena, 0,55%. Já no ano de 2000, a população preta/parda sofre redução na autodeclaração, sendo registrado um percentual de 67,65%, enquanto a raça branca passa por um aumento e atinge 30,49%, e os indígenas também aumentam sua representatividade populacional e alcançam 0,91%. No entanto, no ano de 2010, pessoas autodeclaradas pretas/pardas têm sua população aumentada e passam a representar 72,6%, brancas, 24,46%, e indígenas, 0,93%. Por fim, o Censo demográfico de 2022 revela que a população autodeclarada preta/parda alcança seu maior patamar de representatividade na população tocantinense chegando a 76,60%, os brancos, a 24,46%, e os indígenas, a 1,32%. Isso revela que o estado de Tocantins é formado na sua maior parte desde da sua criação por pretos/pardos, evidenciando que tal raça foi e continua sendo importante no processo de desenvolvimento regional, mas, para isso, se faz necessário o desenvolvimento de políticas públicas que possam incluir essa população no processo que visa a promover o desenvolvimento do estado de Tocantins.

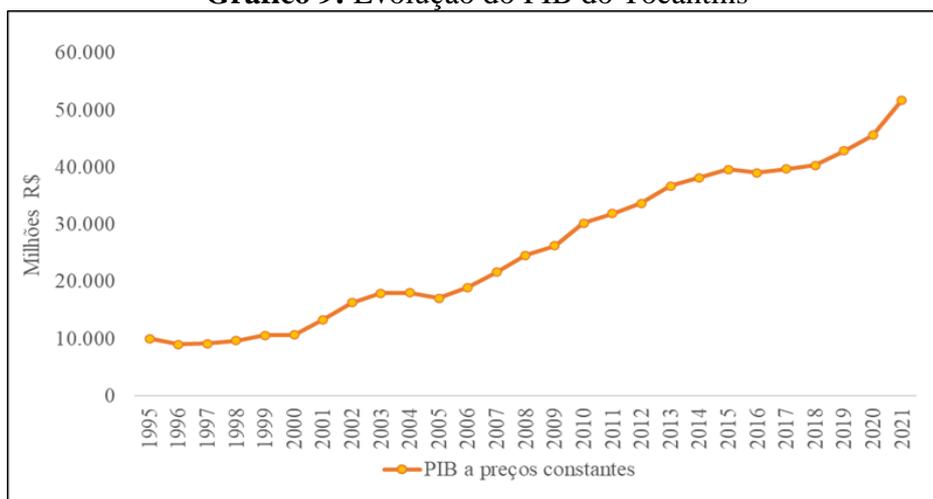
### 6.3 Características dos Aspectos Econômicos

A economia tocantinense tem apresentado a cada ano uma evolução no crescimento do

seu Produto Interno Bruto (PIB), porém, no ano de 2021, sua representatividade, quando comparada com o PIB nacional, é de apenas 0,58%. No âmbito da Amazônia Legal, essa participação corresponde a 5,61%, percentual que faz o estado do Tocantins ocupar a 6ª posição de maior PIB na Amazônia Legal em 2021. O estado do Pará detém o maior PIB desse território sociopolítico, com 28,50% de representatividade, ocupando a 1ª posição. Na sequência, vêm o estado do Mato Grosso, com 25,30%, 2ª posição; o Amazonas, com 14,26%, 3ª posição; o Maranhão, com 13,55%, 4ª posição; Rondônia, com 6,31%, 5ª posição; Acre, com 2,32%, 7ª posição; Amapá, com 2,18%, 8ª posição; e Roraima, com 1,97%, 9ª posição (IBGE, 2022).

O PIB do Tocantins é composto pelos setores de Serviço, Agropecuária e Indústria, sendo o setor de serviços o principal responsável pela formação do PIB desse Estado. No Tocantins, essa atividade econômica tem maior concentração na capital, Palmas, e nas cidades localizadas ao longo da Rodovia Belém-Brasília, uma vez que o fluxo de pessoas é intenso nessas localidades. O segmento da agropecuária é o maior responsável pelas exportações do estado de Tocantins com destaque para o cultivo de arroz, mandioca, milho e especialmente soja. A pecuária bovina de corte é um importante elemento econômico que também favorece as exportações desse Estado. Em se tratando do setor industrial, tal atividade tem concentração nas cidades de Palmas, Gurupi, Porto Nacional e Paraíso do Tocantins, sendo os principais segmentos industriais: a construção civil e do mobiliário, indústria mecânica, metalúrgica de material elétrico e indústria de alimentação (FIETO, 2018; Marques de Oliveira, 2022).

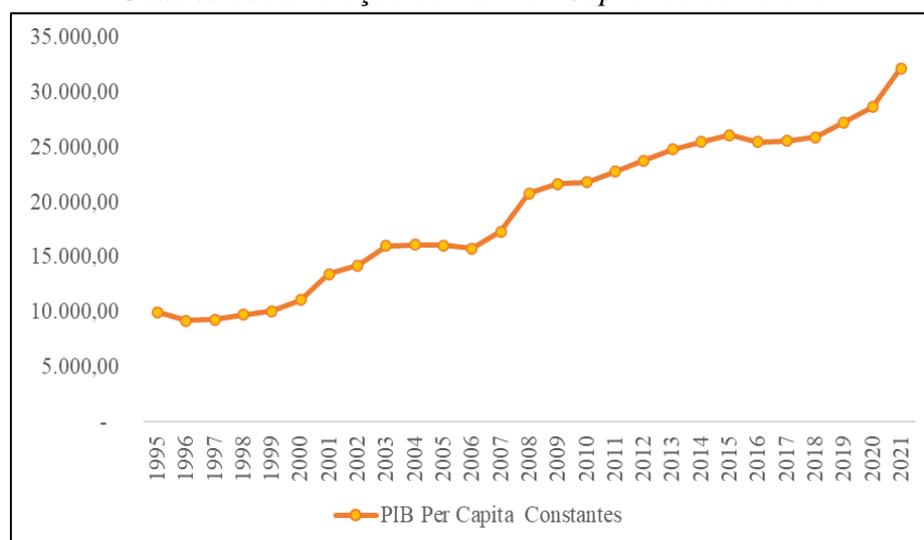
Tendo em vista o PIB do estado de Tocantins, Gráfico 9, nota-se que desde de 1995 tal variável tem mostrado evolução no decorrer do tempo, evidenciando que as atividades econômicas apresentam características crescentes, seja em relação à quantidade produzida ou ao aumento dos preços da economia, bem como em relação à combinação de ambas as variáveis.

**Gráfico 9:** Evolução do PIB do Tocantins

Fonte: Elaborado pelo autor, Fonte: IBGE: Contas Regionais 2003 a 2007, PNAD Contínua (2019) – Amazônia Legal em dados, e IBGE (2023)- preços constantes em 2021.

Vale ressaltar que o PIB do estado do Tocantins entre 1995 e 2004 teve crescimento de 79,73%. Tal crescimento pode ser atribuído à construção de infraestrutura que o Estado promovia para atender as demandas existentes nessa região, uma vez que tinha apenas 15 anos de sua implantação. Na década seguinte, entre 2005 e 2014, esse crescimento foi significativo, alcançando 122,41%. Isso se deve à continuidade da construção e ao melhoramento de infraestrutura do Estado, além da chegada de novos investimentos, principalmente no segmento da agricultura, com o plantio de soja, o aumento da pecuária com gado de corte e a instalação de alguns segmentos industriais. Por fim, entre 2015 e 2021, nota-se um crescimento do PIB de 30,66%, evidenciando que o Estado continua apresentando crescimento da sua economia ao longo do tempo, em razão da dinamicidade produtiva que vem sendo desenvolvida no Tocantins nos últimos anos.

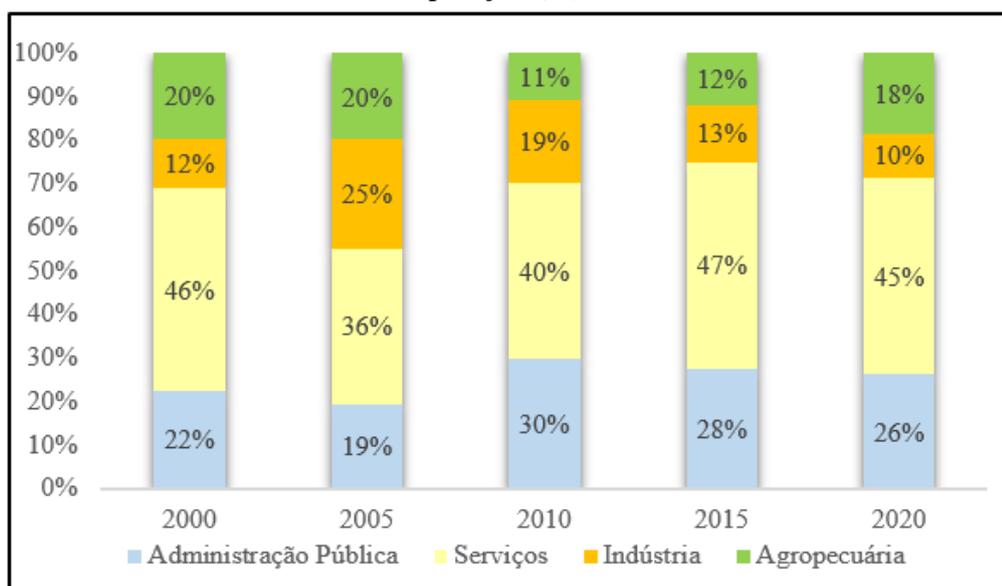
Em se tratando do *PIB per capita*, o estado de Tocantins apresentou seu maior valor em 2021 (Gráfico 10). Essa variável é importante na análise, porque favorece medir a produção por habitante, indicando o nível de riqueza econômica de um País, Estado e Município, favorecendo a comparação no decorrer do tempo.

**Gráfico 10:** Evolução do PIB *Per Capita* do Tocantins

Fonte: Elaborado pelo autor, Dados do: IBGE: Contas Regionais 2023, PNAD Contínua (2019) – Amazônia Legal em dados, e IBGE (2023)- preços constantes em 2021.

De acordo com o Gráfico 10, a década 1995/2004 apresentou um crescimento do PIB *per capita* de 61,54%. Na década seguinte, 2005/2014, esse crescimento foi de 57,95%, mas, quando se compara com a década anterior, percebe-se que houve uma redução no crescimento, ou seja, saindo de 61,54% de 1995/2004 para 57,95% entre 2005/2014. Por fim, no período de 2015/2021, o PIB *per capita* atingiu um crescimento de 23,17%, evidenciando que ele se manteve em crescimento. Tal situação também é percebida no PIB global do Estado, em razão da expansão das atividades econômicas desenvolvidas no estado do Tocantins no decorrer do tempo.

No tocante ao PIB do Valor Agregado Bruto (VAB), que representa o valor de cada setor da economia, sendo acrescentado ao valor final da somatória de tudo o que foi produzido em determinada região durante um ano, trata-se de uma medida importante para inferir como está o desempenho das atividades econômicas setoriais de uma região, favorecendo, dessa forma, a elaboração de políticas públicas que possibilitem fomentar o setor que tem maior dificuldade de promover o crescimento econômico. Em se tratando do estado do Tocantins, o setor de serviço é o maior representante na composição do PIB desse Estado (Gráfico 11).

**Gráfico 11:** Composição (%) do PIB do Tocantins

Fonte: Elaborado pelo autor, dados do IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

O Gráfico 11 mostra que o setor de serviço nos anos 2000, 2005, 2010, 2015 e 2020, foi o de maior representatividade na composição do PIB do estado de Tocantins. Isso mostra que esse setor é importante para o desenvolvimento econômico do Estado, porém vale lembrar que tal situação deixa a economia do Tocantins relativamente vulnerável a crises, uma vez que esse segmento é um dos primeiros a ser afetado por crises econômicas.

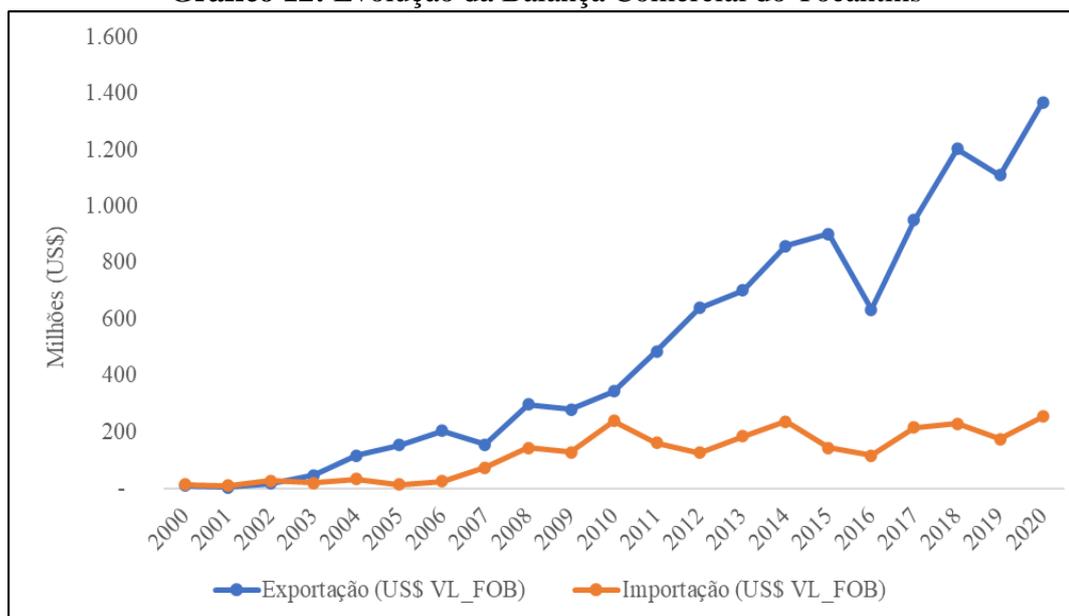
Outra atividade econômica que se destaca nesse composição é a administração pública, que tem representado uma parcela significativa nesse conjuntura do PIB. Nos anos analisados, tais percentuais têm representatividades de 22%, 19%, 30%, 28%, 26%, respectivamente, nos anos supracitados. Isso mostra que a economia do Tocantins tem uma relativa dependência do setor público na geração de renda e de novos postos de trabalho, no entanto, a partir de 2010, sua participação na composição do PIB vem se reduzindo, evidenciando que outros setores vêm ganhando espaço na economia, mostrando diversificação nos setores produtivos. No entanto, quando se soma a participação do setor de serviço com o da administração pública, ou seja, o setor terciário da economia, percebe-se que a dependência da economia desse Estado em relação a esses segmentos alcança os seguintes percentuais, 68%, 55%, 70%, 75%, 71%. Isso indica que os dois segmentos econômicos são as principais atividades econômicas que têm contribuído para o crescimento e o desenvolvimento do estado de Tocantins.

No que diz respeito à atividade econômica industrial do estado de Tocantins, de certa forma ela tem se mostrado incipiente, evidenciando que perdeu força na última década,

alcançando representatividade percentuais na composição do PIB de 12%, 25%, 19%, 13%, 10%, respectivamente, no período analisado. Tal condição indica que esse setor precisa de uma atenção maior por parte da administração pública no sentido atrair novas indústrias que possam operar nesse Estado. Porém o desenvolvimento não passa somente pela instalação de novas empresas industriais, mas também pela manutenção das indústrias operando no Tocantins, e a mão de obra qualificada, a profissionalização e a educação de qualidade são fatores determinantes nesse processo.

No tocante à agropecuária, apesar de ser um setor de maior representação nas exportações, ainda é o segmento que tem na conjuntura do PIB uma baixa participação, porém evolutiva como pode ser visto na Figura 23. Os percentuais nos anos 2000, 2005, 2010 e 2020 representa 20%, 20%, 11%, 12%, 18%, respectivamente. Assim como a indústria, a agropecuária é um setor relevante para a economia de uma região, uma vez que são setores básicos da economia que têm efeito multiplicador de emprego maior que os demais setores não básicos, isto é *la* Hirschman (1961) e Noth (1955).

Em se tratando da agropecuária tocantinense, esse segmento econômico é a atividade que mais contribuiu com as exportações do Tocantins no ano de 2021. A soja triturada correspondeu a 70%; a carne bovina fresca, refrigerada ou congelada, a 20%; e as demais exportações corresponderam a 10%. Com relação às importações, os principais produtos importados são: óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, exceto óleos brutos 54%; adubos ou fertilizantes químicos (exceto fertilizantes brutos) 18%; produtos residuais de petróleo e materiais relacionados 14%; e os demais produtos também 14%. Os principais parceiros comerciais para exportações são: a China 56%, Espanha 8%, Tailândia, Holanda, Egito e Turquia cada um correspondendo a 3%, Paquistão e Hong Kong 2%, Já do lado das importações entre os principais parceiros estão: Estado Unidos 61%, Rússia e China 12%, Argentina 4%, Egito e Alemanha 2% e Marrocos 1% (SEPLAN, 2021). Assim, o segmento da agropecuária caracteriza-se como um setor relevante no processo de exportação, contribuindo para um saldo positivo da balança comercial do Tocantins(Gráfico 12).

**Gráfico 12: Evolução da Balança Comercial do Tocantins**

Fonte: Elaborado pelo autor, dados do MDIC - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços Evolução da Balança Comercial do Tocantins, no período de valores até dezembro de 2020.

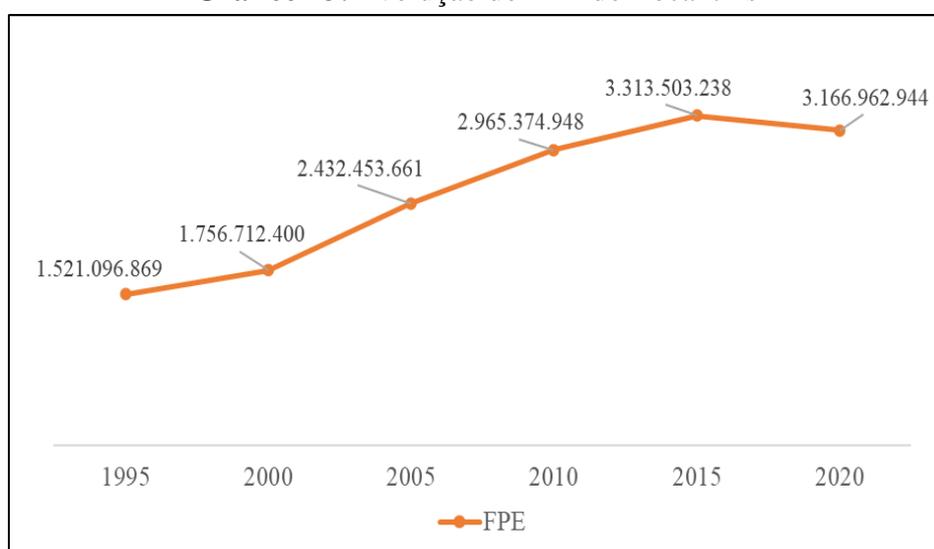
Tendo em conta o Gráfico 12, o estado do Tocantins tem apresentado resultados expressivos em relação às exportações. No entanto, no início da década de 2000, os resultados da balança comercial deste estado foram deficitários até 2002. A partir de 2003, os resultados dessa balança passaram a ser positivos. Assim, o Tocantins tornou-se mais competitivo no mercado internacional principalmente no segmento agropecuário, fornecedor de *commodities*. No ano de 2000, os valores das exportações eram de cerca de oito milhões de dólares, enquanto os valores das importações giravam em torno de treze milhões de dólares, causando, assim, um déficit na balança comercial do estado do Tocantins por volta de cinco milhões de dólares. Já em 2010, esse cenário mudou e o Tocantins exportou aproximadamente trezentos e quarenta e três milhões de dólares, ou seja, 4038% superior ao ano de 2000. Nesse mesmo ano, as importações alcançaram duzentos e trinta e sete milhões de dólares, dessa maneira, o saldo da balança comercial atinge positivamente um saldo de aproximadamente cento e seis milhões de dólares.

Por fim, em 2020 os valores das exportações ultrapassaram um bilhão de dólares, ou seja, alcançaram cerca de um bilhão e trezentos e sessenta e oito milhões de dólares, contra duzentos e cinquenta e três milhões de dólares de importação. Nesse sentido, percebe-se na Gráfico 12 tendência do aumento das exportações do estado do Tocantins, isso indica que esse Estado precisa fomentar cada vez mais seus setores produtivos visando a atender essa demanda externa principalmente em relação ao segmento agropecuário.

Outro fator importante para economia do estado do Tocantins é o repasse do Fundo de

Participação do Estado (FPE)<sup>11</sup>, que constitui um dos principais mecanismos de transferência intergovernamental do Brasil. Na visão de Mendes (2011), esse fundo é uma transferência federal aos Estados e ao Distrito Federal, com o objetivo de equilibrar a capacidade fiscal das unidades federativas. Desse modo, é transferido aos Estados 21,5% da arrecadação de Imposto sobre a renda retido na fonte (IRRF) e do Imposto sobre produtos industrializados (IPI). Assim, o Fundo de Participação do Estado deve ser visto como um mecanismo de equalização parcial das receitas estaduais, assegurando mais recursos aos Estados que têm base tributária diminuta. Tal recurso tem sido pertinente para a economia do estado do Tocantins e, ao longo dos anos, esse valor atingiu a casa dos bilhões de reais (Gráfico 13).

**Gráfico 13:** Evolução do FPE do Tocantins



Fonte: Elaborado pelo autor, dados do Tesouro Nacional Transparentes, valores constantes em 2020.

O Gráfico 13 evidencia que o FPE do estado do Tocantins, entre 1995 e 2020, superou a casa dos bilhões de reais, indicando que tal repasse é considerável na contribuição quando se trata de equilibrar as contas públicas do Tocantins. Entre 1995 e 2000, esse fundo teve um aumento de 15,49%; entre 2000 e 2005, de 38,58%; e entre 2005, 2010, de 21,81%. Porém entre 2010 e 2015, esse crescimento perde força e alcança 12,75%, e fecha em 2015 e 2020 com redução, alcançando 5,28%. Isso pode ser explicado pelas sucessivas dificuldades pelas quais a economia brasileira passou, especialmente a partir de 2015. No entanto, quando se compara o FPE com o PIB do Estado, percebe-se a relevância desse fundo para a economia do Tocantins, pois em 1995, 2000 e 2005, o FPE representou no PIB dessa unidade da federação 16,55%, 15,73%, 13,57%, respectivamente. Já em 2010, 2015 e 2020, essa representatividade aconteceu da seguinte forma: 9,38%, 8,40% e 7,26%, respectivamente. Apesar de uma

<sup>11</sup> O FPE está previsto no art. 159, inciso I, alínea a, da Constituição Federal (Mendes, 2011).

diminuição percentual na comparação com PIB, o valor absoluto do FPE tem se mostrado considerável no decorrer do tempo, favorecendo o equilíbrio das contas públicas estaduais.

Com relação à geração de empregos formais, a administração pública tem conseguido gerar o maior número de empregos no estado do Tocantins entre 1990 e 2020, Tabela 8, indicando que tal setor é relevante no processo de geração de novas vagas de trabalho formalizado.

**Tabela 8:** Empregos formais do Tocantins (1990-2020)

<b>Atividades econômicas</b>	<b>1990</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>	<b>2020</b>
Extrativa Mineral	38	363	1.004	1.035
Indústria de Transformação	1.651	5.196	14.607	15.812
Serviços Industriais de Utilidade Pública	367	1.584	2.876	3.349
Construção Civil	605	9.642	13.741	9.124
Comércio	4.823	14.770	40.246	50.431
Serviços	5.765	15.552	39.148	62.208
Administração Pública	4.920	53.583	112.649	102.035
Agropecuária	927	5.350	14.684	22.901
<b>Total Geral</b>	<b>19.096</b>	<b>106.040</b>	<b>238.955</b>	<b>266.895</b>

Fonte: Elaborado pelo autor, dados da RAIS/MTE

Os principais segmentos econômicos que geram empregos formais na economia do Tocantins são os setores de administração pública, serviços, comércio e agropecuária. De acordo com Tabela 8, em 1990, tais atividades econômicas nessa ordem representavam 25,76%, 30,19%, 25,26% e 4,8%. Já em 2000, os setores de serviços e comércio perdem força, e a administração se destaca na geração de emprego, e a representatividade ocorre da seguinte forma: Administração pública 50,53%, serviço 14,67%, comércio 13,93% e a agropecuária 5,05%. Uma década depois, especificamente em 2010, essa representação encontra-se dessa maneira: a Administração pública 47,14%, serviço 16,38%, comércio 16,84% e agropecuária 6,15%. E por fim, em 2020, esses segmentos apresentam uma participação de 38% administração pública, reduzindo sua participação em relação a 2010; 23,31% serviços, 18,90% comércio e a agropecuária 8,58%.

Isso posto, percebe-se que a economia do estado do Tocantins tem passado por um processo de evolução no decorrer do tempo, isso pode ser percebido no PIB, no PIB *Per Capita*, na Balança Comercial, no VBA, e também no número de empregos formais. Nota-se que, após a criação do estado do Tocantins, tal região, que era tida como arcaica e precária, apresentou uma evolução considerável, permitindo que a população tivesse acesso a bens e serviços, impossível há trinta e cinco anos atrás. Rodrigues (2023), em uma entrevista ao

jornal<sup>12</sup> opção, defende a *tese de que a criação do Tocantins foi muito boa para a região norte de Goiás, e que foi a última experiência bem-sucedida de desenvolvimento regional no Brasil. Pois essa divisão propiciou expectativas de desenvolvimento, favorecendo que a economia do Tocantins pudesse crescer acima da média nacional, indicando uma pujança na economia desse Estado.*

### 6.3.1 Atividades econômicas do estado de Tocantins

As principais atividades produtivas do Tocantins baseiam-se na produção agrícola, com destaque para a produção de arroz, milho, soja, mandioca e cana-de-açúcar. A pecuária também é significativa e inclui bovinos, suínos, equinos e bubalinos. Outras atividades significativas são as indústrias de processamento de alimentos, a construção civil, móveis e madeireiras e também o setor de serviços. O Estado tem ainda jazidas de estanho, calcário, dolomita, gipsita e ouro (Nascimento, 2013; Marques de Oliveira; Piffer, 2016; Rodrigues; Santos, 2018)

#### 6.3.1.2 Atividade econômica de Serviço

O setor de serviços é a principal atividade econômica na composição do PIB do Estado do Tocantins e se desenvolveu em suas principais cidades como também em torno do principal eixo de transporte do Estado, a BR-153, via que atravessa o estado de norte a sul. Entre as atividades que influenciaram o volume dos Serviços, destacam-se serviços pessoais, serviços administrativos complementares, serviços de transportes rodoviários e outros transportes e atividades mobiliárias (Nascimento, 2013; Marques de Oliveira, 2022).

A Tabela 9 mostra que o estado do Tocantins alcançou um aumento de 77% da receita bruta produzida pelo setor de serviço, quando se compara o ano de 2010 com o ano de 2020. Isso evidencia um crescimento significativo para a economia deste Estado. Esse setor é relevante para a economia do Tocantins, pois nesse mesmo período ocorreu um aumento de novos postos de trabalho, sendo notado um crescimento percentual de 54% em relação à pessoa ocupada. Esse aumento relevante no número de pessoas ocupadas em um período de 10 anos se deve ao surgimento de novas empresas de prestação de serviços instaladas no Tocantins, com aumento percentual de 207%, ou seja, saindo de 1.040 empresas instaladas em 2010 para 3.189 em 2020.

---

<sup>12</sup> <https://www.jornalopcao.com.br/tocantins/waldecy-rodrigues-tocantins-foi-a-ultimo-experiencia-de-sucesso-em-desenvolvimento-regional-545079/>.

**Tabela 9: Evolução da atividade econômica Serviço no Tocantins (2010-2020)**

Grandes Regiões, Unidades da Federação e atividades	Receita Bruta de prestação de Serviços (1) (R\$ 1.000)		Pessoal Ocupado em (2) Até 31.12		Número de Empresas (3)	
	2010	2020	2010	2020	2010	2020
<b>Tocantins</b>	<b>2.511.107</b>	<b>4.446.291</b>	<b>16.153</b>	<b>24.807</b>	<b>1.040</b>	<b>3.189</b>
<b>Serviços prestados principalmente às famílias</b>	<b>152.654</b>	<b>322.146</b>	<b>2.529</b>	<b>4.066</b>	<b>288</b>	752
Serviços de alojamento e alimentação	135.961	275.742	2.184	2.789	234	448
Atividades culturais, recreativas e esportivas	8.852	14.117	92	262	19	74
Serviços pessoais	909	17.487	35	454	4	76
Atividades de ensino continuado	6.932	14.800	218	561	31	154
<b>Serviços de informação e comunicação</b>	<b>1.119.814</b>	<b>854.820</b>	<b>1.470</b>	<b>1.364</b>	<b>77</b>	207
<b>Serviços profissionais, administrativos e complement</b>	<b>405.771</b>	<b>1.048.768</b>	<b>6.598</b>	<b>11.022</b>	<b>401</b>	1.353
<b>Transportes, serviços auxiliares aos transportes e cor</b>	<b>550.868</b>	<b>1.832.865</b>	<b>3.071</b>	<b>5.606</b>	<b>110</b>	275
Transporte rodoviário	292.706	1.103.084	1.545	4.033	74	215
Outros transportes	135.208	632.630	581	397	6	10
Armazenamento e atividades auxiliares aos transportes	34.333	54.522	178	332	19	22
Correio e outras atividades de entrega	88.621	42.629	767	844	11	28
<b>Atividades imobiliárias</b>	<b>116.271</b>	<b>273.779</b>	<b>433</b>	<b>833</b>	<b>41</b>	291
<b>Serviços de manutenção e reparação</b>	<b>43.194</b>	<b>56.006</b>	<b>533</b>	<b>830</b>	<b>86</b>	190
<b>Outras atividades de serviços</b>	<b>122.536</b>	<b>57.907</b>	<b>1.519</b>	<b>1.086</b>	<b>37</b>	121

Fonte: Elaborado pelo autor, dados do IBGE, Pesquisa Anual de Serviços – (2010 e 2020), são considerados valores constantes de 2020.

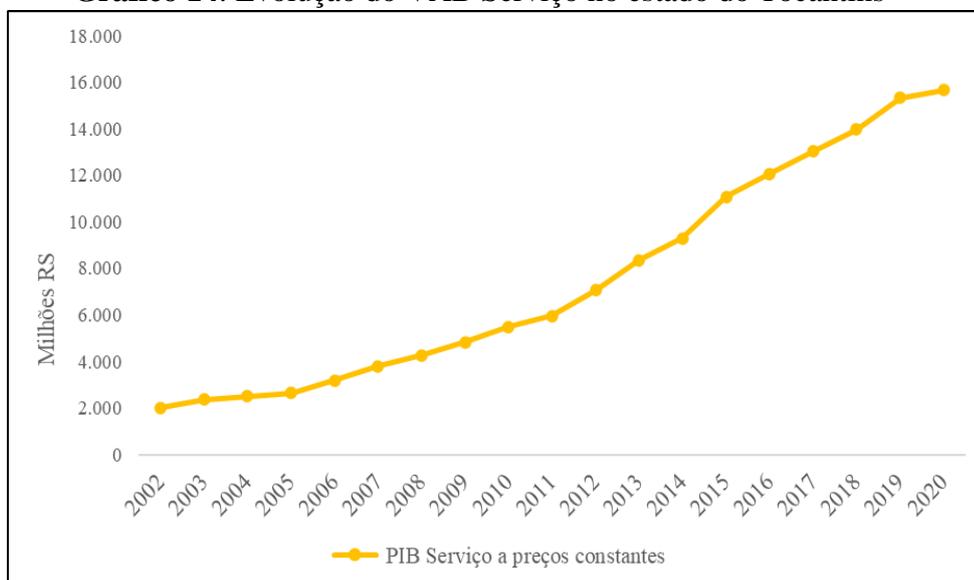
A Tabela 9 mostra os principais segmentos de serviços que mais se destacaram no período analisado. Com relação à receita bruta, estão os serviços pessoais, com aumento de 1824,38%, outros transportes, 367%; transporte rodoviário, 276%; Serviços profissionais, administrativos e complementares, 158%; atividades mobiliárias, 135,47%; serviços de ensino continuado, 113,51%; e serviços de alojamento e alimentação, com aumento de 102,81%. Já os segmentos de serviços que tiveram sua receita bruta reduzida de forma significativa foram os serviços de correio e outras atividades de entrega, com aumento de 51,90%, serviço de informação e comunicação 23,66% e outras atividades de serviços 52,74%.

Com relação ao segmento dos serviços que tiveram maior representatividade na abertura de novas empresas estão os serviços pessoais, com 1800%; atividades mobiliárias, com 610%; atividades de ensino contínuo, com 397%; serviços pessoais, com 289%; e transporte rodoviário, com 191%. No geral, considerando todos segmentos de serviços, o estado do Tocantins alcançou 207% de aumento na instalação de novas empresas prestadoras de serviços no período analisado.

Isso posto, percebe-se o por que o setor de serviço tem se destacado na composição do PIB do estado do Tocantins, uma vez que na última década apresentou uma evolução significativa tanto de receita, quanto de abertura de novos postos de trabalho, além do aumento de abertura de novas empresas, evidenciando que o Tocantins tem forte potencial neste segmento, possibilitando a continuidade de abertura de novas empresas.

Assim, a importância desse segmento para a economia do Tocantins pode ser visto no Gráfico 14, que retrata a evolução do VAB do serviço a preços constantes neste Estado.

**Gráfico 14:** Evolução do VAB Serviço no estado do Tocantins



Fonte: Elaborado pelo autor, Dados do IBGE (2023) e Contas Regionais (2023)

Analisando a evolução do VAB do serviço no estado do Tocantins, percebe-se que tal atividade econômica é fundamental no processo de desenvolvimento regional deste Estado, uma vez que é o setor mais representativo na composição do PIB dessa unidade da federação. Em 2002, essa representatividade foi superior a 2 bilhões de reais, em 2010 superou 5 bilhões e fecha em 2020 com valor superior aos 15 bilhões, evidenciando aumento expressivo. De 2002 para 2010, obteve o aumento de 172,8%, e de 2010 para 2020, esse aumento representou 180%, ou seja, tanto na primeira década de 2000 quando na segunda década o VAB do serviço apresentou crescimento expressivo, demonstrando que o estado do Tocantins tem potencial nesses segmentos, posto que na Gráfico 14 não está sendo considerada a administração pública.

### 6.3.1.3 Atividade econômica industrial

A forma de promover o desenvolvimento de uma região também passa por sua capacidade de agregar valores em sua economia pelo aprimoramento de suas cadeias produtivas e arranjos produtivos locais. O estado do Tocantins, nesse sentido, apresenta condições necessárias para realizar um processo de industrialização, especialmente a partir dos recursos naturais de que dispõe, principalmente aqueles relacionados à produção agropecuária, recursos hídricos e biodiversidade. O setor industrial do Tocantins apresenta forte potencial de aprendizagem, uma vez que mostra capacidade competitiva nas indústrias

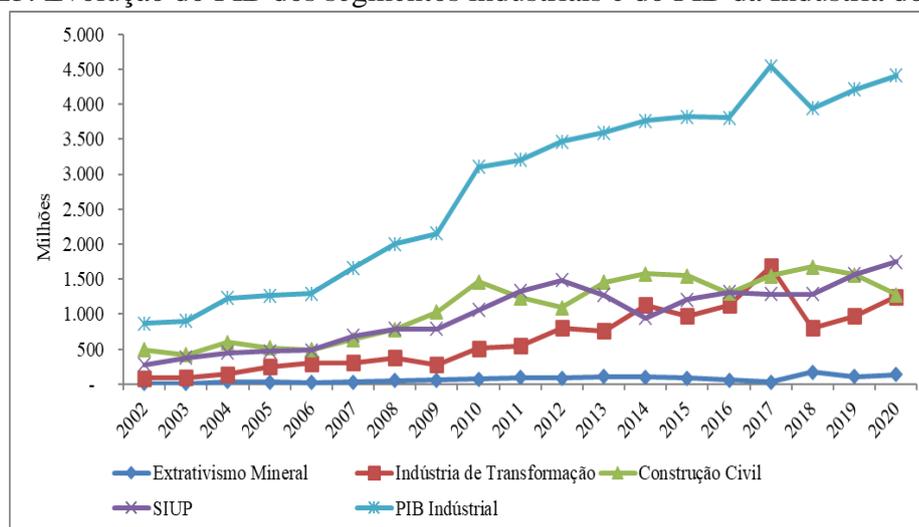
frigoríficas e no beneficiamento de arroz. Além disso, pode, em um curto espaço de tempo, ser importante em setores ligados às cadeias produtivas de origem vegetal e animal (Rodrigues, 2020).

Os principais segmentos industriais do Tocantins estão distribuídos da seguinte forma: 31,2% na construção civil e no mobiliário; 29,4% na mecânica, metalúrgica e material elétrico; 13,7% na alimentação; 8 % no vestuário e no artefato de couro; 4,3% na área urbana; e 4,3% na área gráfica. Em se tratando do porte das empresas industriais, elas se dividem em: 36% Microempreendedor individual, 50% microempresa, 10% empresas de pequeno porte, 4% empresas de médio porte e 1%, de grande porte (FIETO, 2023).

Pode-se perceber que o estado do Tocantins tem enorme espaço de crescimento industrial, uma vez que a maioria das empresas industriais ainda está classificada como microempreendedor individual e microempresa, representando 86% das indústrias instaladas no estado, considerando que tais empresas têm contribuído na geração de emprego e renda. .

Tendo em vista a evolução do Valor Adicionado do Bruto (VAB) da indústria do estado do Tocantins, Gráfico 15, percebe-se que a construção civil assim como o serviço industrial de utilidade pública (SIUP)<sup>13</sup> são os segmentos industriais que apresentaram maior crescimento entre 2002 e 2020. Tal situação evidencia que existe um enorme espaço para a expansão da indústria de transformação e também do extrativismo mineral.

**Gráfico 15:** Evolução do PIB dos segmentos industriais e do PIB da Indústria do Tocantins



Fonte: Elaborado pelo autor, dados das contas regionais do IBGE em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA. São considerados os preços constantes de 2020.

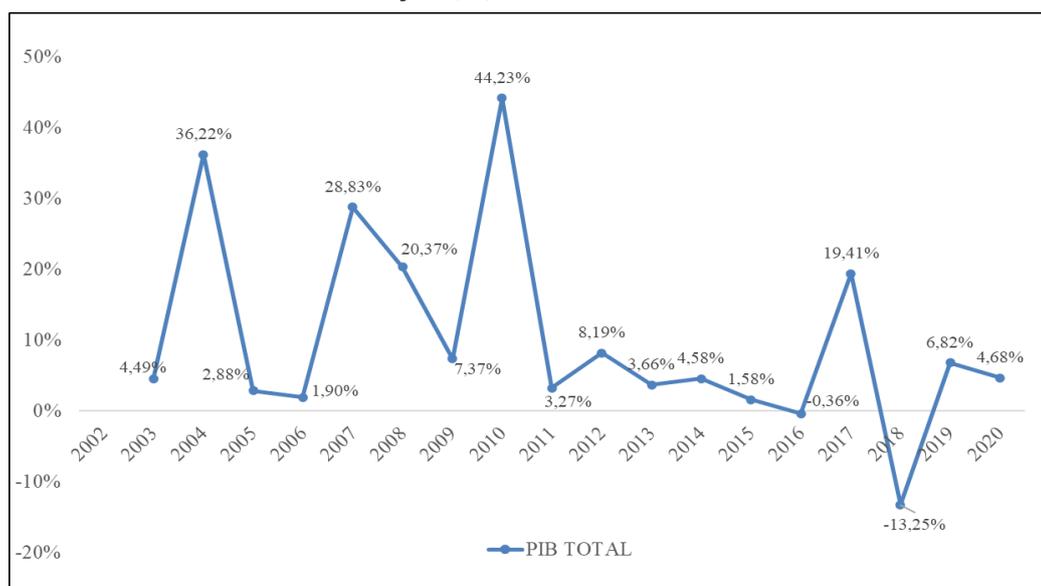
<sup>13</sup> Estão incluído no SIUP a produção e a distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto, atividade de gestão de resíduos e descontaminação.

O Gráfico 15 mostra que o segmento da indústria do extrativismo mineral no período analisado é o que contribui com o menor valor em termos absolutos a preços constantes na formação do PIB industrial do Tocantins. Em 2002, esse segmento industrial tinha um VAB de R\$ 9.312.563, enquanto a indústria de transformação participava com R\$ 88.070.230, a construção civil com R\$ 488.357.694 e o SIUP com R\$ 280.593.609. Já em 2010, esses segmentos industriais atingem aumentos significativo e alcançam no extrativismo mineral R\$ 8.807.017, na indústria de transformação, R\$ 512.351.929, na construção civil R\$ 1.465.363.014 e no SIUP alcançam R\$ 1.056.326.013.

Isso mostra que tanto o setor da construção como também o SIUP foram os setores que mais contribuíram com o VAB na formação final do PIB da indústria do Tocantins, demonstrando que tais segmentos são relevantes para a economia desse Estado. Por fim, em 2020, os valores do VBA do extrativismo mineral alcançaram R\$ 135.431.682, os da indústria de transformação, R\$ 1.250.451.399; na construção civil, R\$ 1.278.114.165; e no SIUP alcançaram R\$ 1.744.434.133. Nota-se que em 2020 a indústria de transformação teve aumento significativo em relação a 2010, sendo que nesse mesmo período a construção civil perde força alcançando um VBA menor do que o de 2010. Outro setor que se manteve na rota de crescimento do VAB foi SIUP, evidenciando que tal segmento no período analisado foi fundamental no processo de crescimento da economia do Tocantins.

Em se tratando do PIB total da indústria tocantinense em termos absolutos a preços constantes, entre os anos de 2002 a 2020, percebe-se uma evolução significativa, pois em 2002, esse PIB era de R\$ 886.0334.096. No entanto, no ano de 2010 alcança R\$ 3.104.547.972. Isso mostra uma evolução de 258% do PIB industrial de 2010 em relação ao PIB industrial de 2002. Já em 2020, esse PIB do estado do Tocantins atinge R\$ 4.408.431.379, entretanto quando se analisa a evolução desse PIB entre 2010 e 2020, percebe-se um crescimento de 42%, evidenciando que entre 2002 e 2010 esse crescimento foi superior ao do período de 2010/2020. Isso mostra uma desaceleração no crescimento do PIB da indústria tocantinense na última década.

Tal situação pode ser visto no Gráfico 16, em que é analisada a evolução percentual do PIB da indústria do estado do Tocantins entre 2002 e 2020.

**Gráfico 16:** Evolução (%) do PIB da indústria do Tocantins

Fonte: Elaborado pelo autor, dados das contas regionais do IBGE em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA. São considerados os preços constantes de 2020.

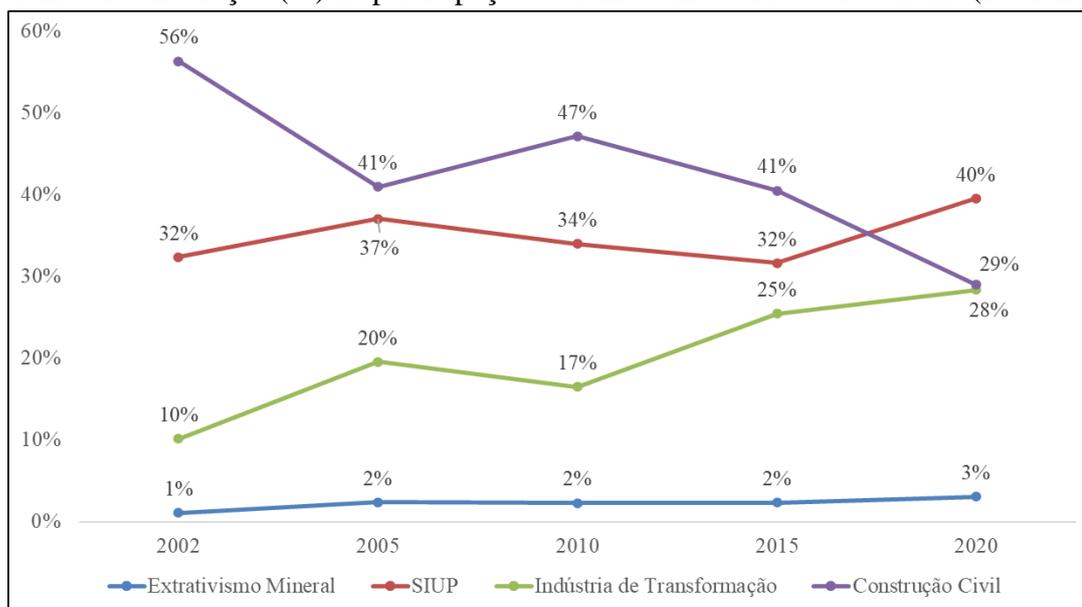
Nota-se no Gráfico 16 que o crescimento do PIB industrial do Tocantins na primeira década dos anos 2000 mostrou-se volátil, ora com crescimento acentuado, ora com crescimento reduzido. Isso indica que tal segmento estava em constante transformação e de não atração industrial, apresentando picos de crescimento em certos momentos e picos de redução em outros. Isso pode ser explicado pelo fato de tal atividade econômica ser e ainda continuar sendo incipiente no estado do Tocantins quando comparada com as outras atividades econômicas desse Estado.

A partir de 2002/2003, o crescimento do PIB industrial foi de 4,49%, já no período de 2003/2004, o crescimento foi 36,22% e no período 2010/2011, o crescimento foi 44,23%, tal período representa o maior crescimento da série histórica de 2002 a 2020. A partir de 2011 até 2016, o crescimento do PIB industrial do Tocantins gira em torno de 3,27%; 8,19%; 3,66%; 4,58%; 1,58% e - 0,36%, respectivamente, nesse intervalo de tempo. Tal segmento a partir de 2011 passa por um período de queda na produção industrial, refletindo-se na participação da formação final do PIB industrial. Já em 2017/2018, esse PIB volta a crescer e alcança 19,41%, porém tal situação não se sustenta e em 2018/2019 a indústria passa por problemas de produção e seu PIB sofre uma redução de -13,25%. Após esse período de queda acentuada, ele volta a crescer 4,68% em 2020. Isso indica que na última década a produção industrial do estado do Tocantins tem passado por dificuldades que precisam ser revistas para superar os desafios que impedem o crescimento dessa atividade econômica. Apesar dos avanços, a industrialização no Tocantins enfrenta desafios como a falta de mão de obra qualificada, a

necessidade de mais investimentos em pesquisa e desenvolvimento, além da dependência econômica das atividades agropecuárias.

Tendo em vista cada segmento industrial que compõe a indústria como um todo do estado do Tocantins, percebe-se como cada atividade tem se comportado no período de 2002 a 2020, Gráfico 17, evidenciando percentualmente os segmentos que mais têm contribuído na formação final do VAB da indústria do Tocantins. Tal análise permitiu perceber que o segmento da construção civil tem passado por dificuldades nesse intervalo de tempo e sua participação na composição do valor final do PIB da indústria tem-se reduzido ao longo tempo, principalmente na última década. Esse segmento industrial perde força significativa na indústria tocantinense, e tal situação pode ser vista como preocupante, uma vez que o setor da construção civil emprega uma grande quantidade mão de obra menos qualificada, o que ajudaria a alcançar os trabalhadores que têm baixa qualificação profissional, reduzindo, assim, o número de trabalhadores desempregados que fazem parte desse grupo.

**Gráfico 17:** Evolução (%) na participação do PIB da indústria do Tocantins (2002-2022)



Fonte: Elaborado pelo autor, dados das contas regionais do IBGE em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA. São considerados os preços constantes de 2020.

De acordo com o Gráfico 17, no ano de 2002 o setor industrial da construção civil foi o que mais contribuiu na formação final do PIB da indústria do estado de Tocantins, com cerca de 56%, o SIUP com 32%, a indústria de transformação com 10% e o extrativismo mineral com 1%. Já no ano de 2010, percebe-se que o setor da construção civil perde força e sua participação diminui e alcança 47%, porém ainda é uma participação significativa quando comparada com os demais segmentos industriais. Nesse mesmo ano, o SIUP atinge 34% , a indústria de transformação alcança 17% e o extrativismo mineral, 2%. Por fim, em 2020, o

SIUP supera a construção civil em termos de participação percentual na formação final do PIB da indústria do Tocantins, tendo tal segmento alcançado 40%, enquanto a construção contribui com 29%, ou seja, em um período de 10 anos a construção civil saiu de uma contribuição de 47% para apenas 29%, essa situação pode ser explicado pela queda das construções de infraestrutura realizada nas décadas de 1990 e 2000, período em que, as construções do poder público impulsionava a construção civil no Tocantins, porém a estabilização dessas grandes construções do setor público ocasionou então essa diminuição da representatividade desse segmento no PIB da Indústria. Isso indica que a construção civil passou por um período de recessão que precisa ser superado, dada a importância desse segmento industrial para economia do estado de Tocantins. Nesse mesmo ano, a indústria de transformação alcança 28%, evidenciando uma evolução considerável, pois saiu de 17% em 2010 para 28% em 2020, ou seja, em um período de uma década tal segmento passou por transformações importantes. Porém vale salientar que o estado do Tocantins tem espaço para expansão desse segmento industrial. Já o setor de mineração apresentou 3% da sua participação na composição final do PIB da indústria do Tocantins, evidenciando que tal segmento no período analisado representou a menor participação em todo período, indicando que tal atividade pode ser mais bem explorada no decorrer dos anos vindouros.

Portanto, nota-se que o setor industrial quando se analisa o PIB da indústria do estado do Tocantins percebe-se que a primeira década dos anos 2000, especialmente de 2002/2010 apresentou picos de crescimento expressivo, e na média esse crescimento foi bem superior ao da última década de 2010/2020, indicando que a atividade industrial do Tocantins tem potencial de crescimento. Mas para isso, como indicado por Rodrigues (2020), é necessário que os atores que visam a promover o desenvolvimento industrial do Tocantins possam agir de forma estratégica, buscando as melhores práticas tanto nacionais como internacionais em processos que envolvam a iniciativa pública e privada, visando a tornar o estado de Tocantins um dos grandes produtores de matérias-primas renováveis, alimento e produtos de alto valor agregado.

#### 6.3.1.4 Atividade econômica Agropecuária

A atividade econômica produtiva agropecuária é um dos principais segmentos econômicos do Tocantins e se encontra em quase todos os municípios desse Estado. Tal fato se intensificou principalmente após a abertura da rodovia Belém-Brasília, dos programas de incentivos fiscais e do fomento à ocupação de terras a preços módicos. Assim, as culturas agrícolas comerciais ganharam impulso, o que ocasionou uma ampliação e ocupação de várias

áreas do Estado (Feitosa, 2019).

Assim sendo, a agropecuária do estado do Tocantins está em plena expansão, tanto para o mercado interno quanto para o mercado externo, pois o agronegócio tem impulsionado a economia tocantinense com recordes consecutivos de superávits primários, sendo a soja um dos principais produtos, destacando-se também a carne bovina, que impulsionam a agropecuária estadual (CODEVASF, 2021).

Dessa forma, vale ressaltar que as bases conjunturais para o avanço da agropecuário no estado de Tocantins, de acordo Marques de Oliveira (2018), tiveram sua intensificação nas décadas de 1970 e 1980, quando a região tocantinense impulsionou a produção de carne bovina, expandiu a produção de arroz no Vale do Rio Araguaia e deu início ao plantio de soja. Em razão dessa situação, a região foi contemplada com programas fiscais como projetos de mineração, frigoríficos, usina de álcool e laticínios.

Outro fator marcante no processo de expansão da agropecuária no estado do Tocantins foi a técnica desenvolvida pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) de cultivo para as condições climáticas do Cerrado. Essa técnica possibilitou o plantio em larga escala, entretanto vale destacar que sem os programas de desenvolvimento e os incentivos fiscais, protagonizados pelo governo federal, poucos seriam os resultados alcançados pelo norte goiano (Silva; Alves, 2021).

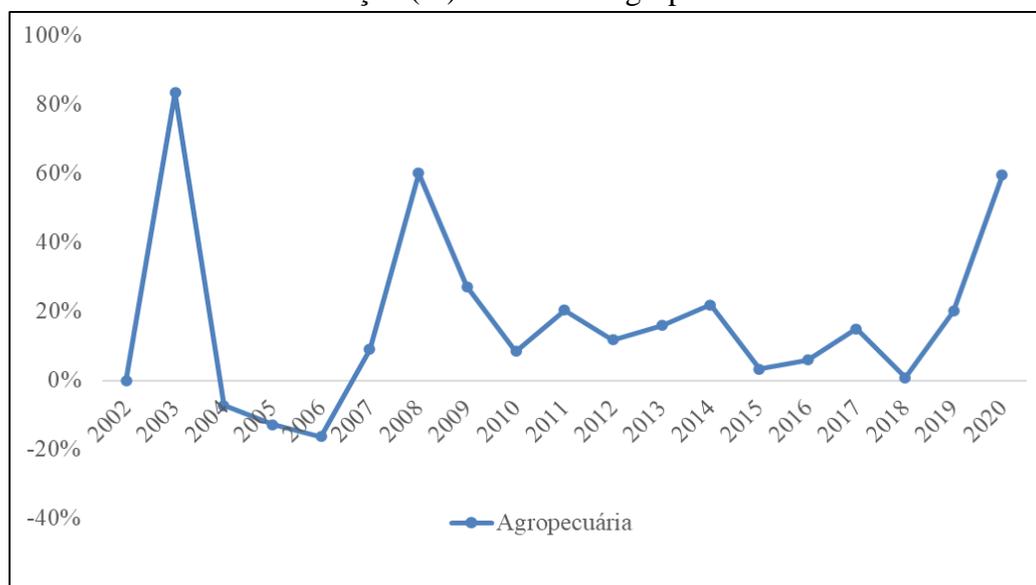
Dessa maneira, o agronegócio pôde adentrar as fronteiras tocantinenses no início da década de 2000, visando a explorar o cerrado, possibilitando desenvolver economicamente a região do Tocantins (Silva; Alves, 2021). Na visão de Santos (2020), existem três frentes de modernização do agronegócio no estado do Tocantins. A primeira frente foi a dos investimentos privados na região do Formoso do Araguaia, Lagoa da Confusão, onde se destaca a produção de arroz e soja. A segunda frente trata dos investimentos feitos pelo Prodec III<sup>14</sup> na cidade de Pedro Afonso, visando a promover políticas de desenvolvimento regional, com a criação de novos projetos agropecuários. E na terceira frente foi a iniciativa privada na região sudeste do estado que possibilitou a ampliação das lavouras de soja no oeste baiano. Isso posto, percebe-se que todas as transformações que aconteceram na conjuntura econômica do Tocantins foram para o processo de desenvolvimento dos municípios tocantinenses. Os avanços tecnológicos, os investimentos públicos e privados transformaram o cenário agropecuário do estado do Tocantins.

---

<sup>14</sup> Prodecer III, Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados foi um dos projetos da política nacional de desenvolvimento, voltado diretamente ao desenvolvimento regional do cerrado. Tal programa foi negociado entre os governos do Brasil e do Japão (Santos, 2020).

O Gráfico 18 mostra o processo evolutivo percentual do VAB, gerado na agropecuária entre os anos 2002 e 2020.

**Gráfico 18:** Evolução (%) do PIB da Agropecuária do Tocantins



Fonte: Elaborado pelo autor, dados das contas regionais do IBGE em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA. São considerados os preços constantes de 2020.

Tendo em vista o Gráfico 18, nota-se que PIB da agropecuária em 2002/2003 apresentou maior crescimento no período analisado, atingindo um crescimento de 83%. Nos anos seguintes, 2004, 2005 e 2006, houve uma redução significativa, evidenciado uma queda de 7,23%, 12,77% e 16,23 %, respectivamente, nesse período. No ano de 2007/2008, volta a apresentar um crescimento e alcança 60,02%. Por fim, no ano de 2019/2020, o PIB da agropecuária consegue um crescimento de 59,49%. Entretanto, quando se compara a média do crescimento da primeira década dos anos 2000 com a segunda década, observa-se que a média do crescimento da primeira década alcança 18,96% contra 17,45% da segunda década. Isso indica que o crescimento do início se deve à expansão da agropecuária no estado do Tocantins, uma vez que tal segmento era rudimentar antes dos diversos programas desenvolvidos pelo governo federal e dos investimento públicos e privados que foram feitos no decorrer do tempo, permitindo, assim, a expansão da fronteira agrícola do Estado. Na segunda década, percebe-se um crescimento com pouca variação percentual de ano para outro, destacando-se os anos de 2018/2019 e 2019/2020, que apresentam crescimento de 20,15% e de 59,49%, respectivamente.

Portanto, depreende-se que o setor agropecuário do estado do Tocantins a partir de 2018/2019 volta a apresentar crescimento significativo, evidenciando que tal setor é relevante para economia desse Estado. No entanto, como apontado por Santos (2020), tal crescimento

não tem sido capaz de reduzir os índices de pobreza e a concentração de renda. Sendo assim, faz-se necessário que o Estado possa garantir uma melhor distribuição de renda, possibilitando que as pessoas sejam atendidas em seus direitos e, com isso, possam ter melhor qualidade de vida nos territórios em que estão inseridas.

#### **6.4 Considerações das atividades econômicas do estado do Tocantins**

Em se tratando do setor de serviço, percebe-se seu destaque na composição do PIB do estado do Tocantins, pois na última década indicou uma evolução significativa tanto de receita, quanto de abertura de novos postos de trabalho, evidenciando que o Tocantins tem potencial neste segmento, o que possibilita a continuidade de abertura de novas empresas.

Com relação ao setor industrial o PIB da indústria do Tocantins na primeira década dos anos 2000, principalmente de 2002/2010, apresentou picos expressivos de crescimento, uma vez que a média desse crescimento foi bem superior ao da última década de 2010/2020. Porém, na visão de Rodrigues (2020), é necessário que os atores que visam a promover o desenvolvimento industrial do Tocantins possam agir de forma estratégica, buscando as melhores práticas tanto nacionais como internacionais em processos que envolvam a iniciativa pública e privada, objetivando tornar o estado de Tocantins um dos grandes produtores de matérias-primas renováveis, alimento e produtos de alto valor agregado.

Por fim, tendo em vista a atividade econômica agropecuária, depreende-se que esse setor do estado do Tocantins a partir de 2018/2019 voltou apresentar crescimento significativo, mostrando-se relevante para economia desse Estado. No entanto, tal crescimento precisa ser capaz de reduzir os índices de pobreza e de concentração de renda. Sendo assim, faz-se necessário que o Estado possa garantir uma melhor distribuição de renda, possibilitando que as pessoas sejam atendidas em seus direitos e, com isso, possam ter melhor qualidade de vida nos territórios em que estão inseridos. Desta forma, percebe-se que magnitude do Estado dialoga com essas observações de duas formas: a primeira por meio da economia do contracheque, na qual os salário tanto do setores de serviços, comércio e administração publica produz um certo aquecimento mensal na economia do Tocantins. A outra forma, são os programas governamentais de estímulos e pesquisa agropecuária tanto federal quanto estadual visando diversificar e melhorar a capacidade produtiva desses fatores de produção, tornando-a economia do Tocantinense mais competitiva no mercado internacional, principalmente em relação aos produtos de *commodities*.

## **7 ÍNDICE DE DIMENSÃO DA MAGNITUDE DO ESTADO**

O propósito deste capítulo é apresentar o Índice de Dimensão (ID) de cada uma das variáveis utilizadas no desenvolvimento do Índice de Magnitude do Estado (IME), evidenciando ID de representatividade dos Estados que compõem a Amazônia Legal, com foco na comparação com o estado do Tocantins. Desta forma, com o índice de dimensão estimado foi possível realizar o desenvolvimento do IME para cada Estado, que foi calculado pela média ponderada entre as dimensões de acordo com seu nível de relevância para propiciar a Magnitude do Estado na Socioeconomia. Assim, as dimensões que serão apresentadas e analisadas seguem a ordem da Tabela 4 presente na metodologia.

Assim, como em Chelala (2008), em cada dimensão também é demonstrado o indicador de dimensão do país, o que possibilitou cortejar os dados dos demais Estados que não fizeram parte da seleção. Já para o caso específico do Tocantins, essa pesquisa resgatou a evolução histórica dos últimos anos em cada dimensões, e tal medida desenvolvida visou a concluir os movimentos tendenciais referentes ao passado e projetar o comportamento futuro dessas dimensões no estado do Tocantins.

### **7.1 Índice de dimensão de Estabelecimento Econômico Público**

O intuito desta dimensão é evidenciar a magnitude do Estado em cada uma das unidades da federação que compõem a Amazônia Legal e comparar com o estado do Tocantins. Para construir essa dimensão, foram utilizados os dados da Central de Empresas (CEMPRE), disponibilizados pelo IBGE (2020). Desta forma, a primeira dimensão a ser apresentada e analisada é a participação percentual da quantidade de estabelecimentos públicos em relação à quantidade de estabelecimentos empresariais instalados em cada Estado que compõe esse território sociopolítico, Tabela 10, pois tal situação indica quanto as instituições públicas têm participado da sua socioeconomia.

**Tabela 10:** Participação (%) de estabelecimento público<sup>15</sup> por unidade da federação em relação à quantidade de estabelecimentos empresariais – 2020

Unidade da Federação	Total de Estabelecimentos empresariais (A)	Total de Estabelecimentos Públicos (B)	Instituição Pública/Estabelecimento empresariais ( B/A)	Índice de Estabelecimentos Públicos
Tocantins	28.967	710	0,025	1,000
Acre	8.588	122	0,014	0,510
Roraima	5.643	74	0,013	0,459
Amapá	7.311	88	0,012	0,407
Maranhão	65.806	636	0,010	0,295
Amazonas	34.981	286	0,008	0,224
Pará	77.154	634	0,008	0,226
Rondônia	33.466	241	0,007	0,178
Mato Grosso	100.863	518	0,005	0,080
Amazônia Legal	362.779	3.309	0,009	0,269
Brasil	5.434.091	18.803	0,003	0,000

Fonte: Elaborado pelo autor, dados do IBGE – Cadastro Central de Empresas CEMPRE - 2020

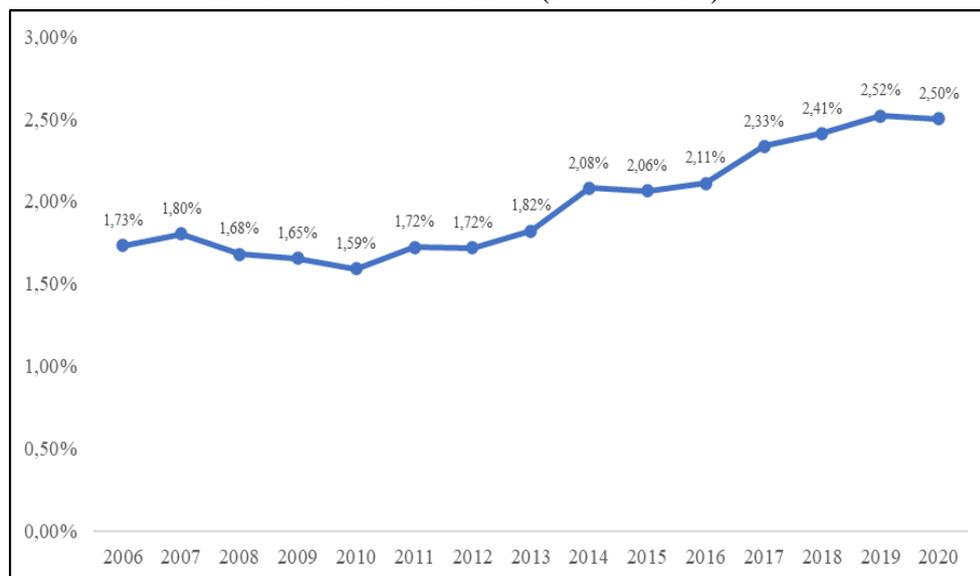
De acordo com a Tabela 10, nota-se maior representatividade percentual de estabelecimentos públicos em relação ao total de empresas instaladas nos Estados. O Tocantins tem a maior representatividade, cerca de 2,5%, seguido pelos estados do Acre, Roraima e o Amapá, que têm, nessa ordem 1,40%; 1,30% e 1,20%. Os demais estados como o Maranhão, Amazonas, Pará, Rondônia e Mato Grosso evidenciaram uma representatividade de 0,10%, 0,08% 0,08%, 0,07% e 0,05%, respectivamente. Já o território da Amazônia Legal evidencia 0,09%, isso mostra que tal região apresenta um percentual superior aos dos Estados que apresentaram os menores percentuais como (Maranhão, Amazonas, Pará, Rondônia e Mato Grosso). Esta dimensão fornece um indicador relevante para análise, uma vez que se percebe o percentual da empresa pública existente em cada Estado deste território.

Além disso, vale ressaltar que as instituições públicas desempenham papel relevante para sociedade, uma vez que, por meio delas, são desenvolvidas e executadas políticas públicas que podem beneficiar a sociedade como um todo, a exemplo da melhoria nas políticas sociais como educação, saúde, segurança pública, proteção ao meio ambiente, fomento à abertura de novos postos de trabalho, inclusão social e o desenvolvimento de novas tecnologias. Em tudo isso, as instituições públicas estão inseridas como agentes propulsores do desenvolvimento regional.

Considerando a evolução percentual da representatividade de instituições públicas no estado do Tocantins em relações aos segmentos empresariais, o Tocantins tem apresentado uma evolução moderada(Gráfico 19).

<sup>15</sup> Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais

**Gráfico 19:** Evolução (%) de instituições públicas em relação ao total de empresas instaladas no Tocantins – (2006 – 2020)



Fonte: Elaborado pelo autor, dados do IBGE – Cadastro Central de Empresas CEMPRE

De acordo com o Gráfico 19, o segmento das instituições públicas no estado do Tocantins tem apresentado evolução na sua quantidade, pois em 2006, de todos os segmentos empresariais instalados no Estado, 1,73% eram instituições públicas; em 2010 e 2020, tais percentuais alcançaram, nessa ordem, 1,59% e 2,50%. Vale ressaltar que a criação e o encerramento de uma instituição pública dependem da gestão e da vontade política de quem estiver no poder, por isso, não há como prever se o número de instituições públicas vai aumentar ou diminuir do decorrer do tempo no estado do Tocantins. Porém vale ressaltar, que o aumento de instituições públicas no Estado do Tocantins no período analisado, envolve uma série de questões que possibilitou esse aumento como: A criação de novos municípios e novas instituições bem como a criação da capital Palmas que foi criado do zero, tudo isso favoreceu o aumento das instituições no Tocantins como também uma maior magnitude do Estado em Tocantins.

## 7.2 Índice de dimensão do Investimento Público

Este índice evidencia o investimento realizado pelo setor público na economia do Tocantins, dado que o investimento público como também o investimento privado promove um efeito multiplicador na geração novos postos de trabalho, aquecimento nos segmentos econômicos, principalmente quando esses eventos acontecem em setores básicos das atividades econômicas como a indústria de transformação e a agropecuária.

**Tabela 11:** Investimento Público em relação à Receita Corrente Líquida - 2020

Unidade da Federação	Receita Corrente Líquida (Em milhão) - (A)	Investimentos (Em R\$ milhão)- (B)	Relação Investimento sobre Receita Corrente Líquida - RCL ( B/A)	Índice de Investimento sobre RCL
Pará	31.952	2.180	0,0682	1,000
Maranhão	18.238	914	0,0501	0,663
Mato Grosso	23.820	914	0,0384	0,445
Rondônia	9.581	319	0,0333	0,350
Tocantins	10.760	343	0,0319	0,324
Amazonas	22.878	711	0,0311	0,309
Acre	6.352	193	0,0304	0,296
Amapá	6.740	112	0,0166	0,040
Roraima	4.905	71	0,0145	0,000
Amazônia Legal	135.226	5.757	0,0426	0,523
Brasil	1.513.686	47.217	0,0312	0,311

Fonte: Elaborado pelo autor, dados do SICONFI/FINBRA)

Em se tratando do investimento público em relação à Receita Corrente Líquida (RCL)<sup>16</sup> dos Estados selecionados para esta pesquisa, percebe-se que ainda se trata de um valor irrisório, sendo o estado do Pará o que apresenta o maior percentual, cerca de 6,82%, seguido do Maranhão com 5,01%, Mato Grosso com 3,84%, Rondônia com 3,33% e o Tocantins com 3,19%. Os demais estados como o Amazonas, Acre, Amapá e Roraima apresentaram os percentuais de 3,11%, 3,04%, 1,66% e 1,45%, respectivamente. Já o território sociopolítico da Amazônia Legal apresentou 4,26%, ficando apenas atrás dos estados do Pará e Maranhão evidenciando que o investimento público nesta região tem sido um fator importante na promoção do desenvolvimento regional desta região. Essa dimensão é importante para se perceber a capacidade que cada Estado possui para realizar seus investimentos com seus próprios recursos. Nesse quesito, o estado Tocantins possui uma certa deficiência como pode ser visto na Tabela (11), onde evidencia uma baixa capacidade de investimento a partir de seus recursos. Isso mostra que esse Estado precisa captar capital financeiro para realizar seus grandes investimentos, e isso acontece por meio de convênios com o governo federal, parcerias públicas-privadas e empréstimos junto a instituições financeiras nacionais ou internacionais

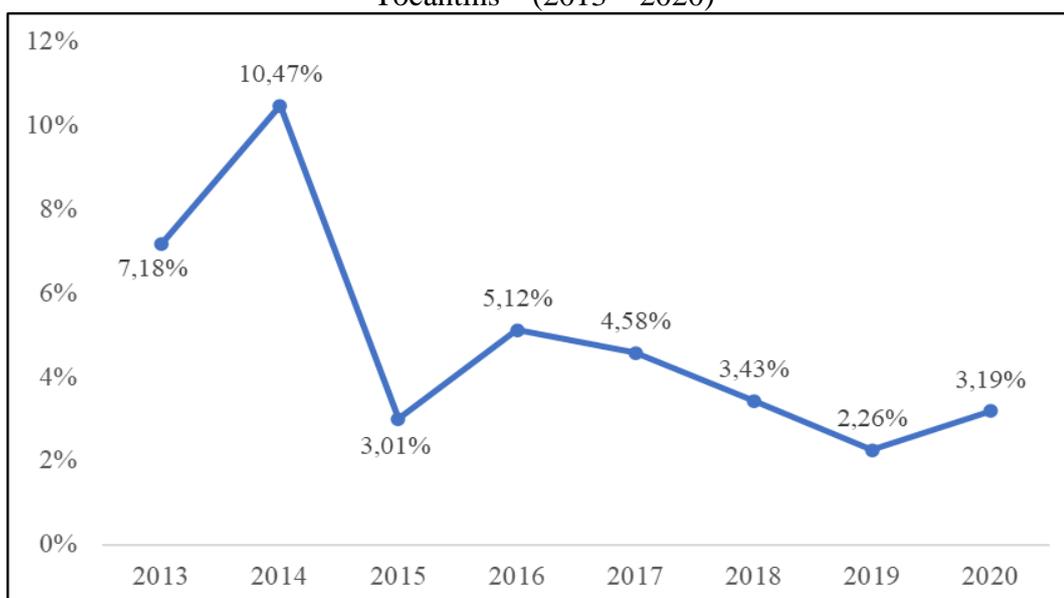
Tal dimensão é importante por revelar a capacidade que os estados têm de realizar investimentos a partir das suas receitas correntes líquidas. Na visão Myrdal (1965), os investimentos públicos são necessários para sua alocação em setores de infraestrutura, transporte, tecnologia agrícola, como também na educação, saúde e capacitação, uma vez que

<sup>16</sup> Receita Corrente Líquida, corresponde à Receita Corrente Bruta menos os repasses constitucionais.

as políticas governamentais, além de democráticas, podem focar nos *spread effects*<sup>17</sup>. Para esse autor, a elaboração de planos estratégicos de desenvolvimento não deve se preocupar com a relação custo/lucro, visto que os investimentos fundamentais nem sempre são lucrativos em termos de mercado, mas o que deve ser levado em consideração é a criação de economias externas que aumentem a competitividade do país ou da região.

Tendo em vista a evolução do investimento público em relação a RCL, nota-se que esse percentual se tem reduzido no decorrer do tempo principalmente entre (2010-2020). No entanto nos anos de 2013 e 2014 representou os maiores percentuais de crescimento, alcançando 7,18% e 10,47% na devida ordem (Gráfico 20). Isso indica que, nesse período, o estado do Tocantins tinha uma capacidade percentual de investimento público com relação à sua RCL significativa, possibilitando uma maior diversificação dos investimentos públicos. Porém, a diminuição do investimento nos anos seguintes estão vinculados ao aumento da despesas de custeio principalmente as despesas com pessoal.

**Gráfico 20:** Evolução do Investimento Público em relação à Receita Corrente Líquida do Tocantins – (2013 – 2020)



Fonte: Elaborado pelo autor, dados do SICONFI/FINBRA.

Conforme o Gráfico 20, nota-se que no decorrer do tempo o estado do Tocantins perde força na evolução quando se compara o investimento público em relação à RCL, pois os maiores percentuais ocorrem em 2013 e 2014. Já em 2015, esse percentual se reduziu de forma significativa, alcançando 3,01%, indicando que esse Estado estava diminuindo sua capacidade de investimento. Em 2016, esse percentual aumenta para 5,12% e se mantém em queda até 2019. Em 2020, volta a expandir o investimento, mas com um percentual ainda

<sup>17</sup> Efeitos de Propagação

reduzido, alcançando 3,19%. Isso indica uma possível tendência leve de crescimento, uma vez que, após o crescimento em 2016, manteve-se em decréscimo nos 3 anos seguintes, passando a melhorar em 2020. O Tocantins reduziu a capacidade de investimento pelo aumento das despesas de custeio para manter a máquina pública funcionando e também do aumento do custo com pessoal da administração pública (Costa; Marques de Oliveira; Lima, 2020)

### 7.3 Índice de dimensão do PIB da Administração Pública no Produto Interno Bruto

O Produto Interno Bruto (PIB) é um indicador das atividades produtivas de uma economia, haja vista que tal variável é a mensuração monetária de tudo o que foi produzido em determinado espaço de tempo. O PIB é composto pelos setores de Serviço, Agropecuária e Indústria, sendo que o setor de serviços é o principal responsável pela formação do PIB do estado do Tocantins. Porém, nesta seção, o objetivo é apresentar apenas a participação do PIB da Administração Pública no PIB global do Estados que fazem parte da Amazônia Legal e comparar com o Estado do Tocantins. Assim, poderão ser percebidos o tamanho da presença de setor público na formação dos respectivos PIBs estaduais e a importância que o setor público tem dentro das respectivas economias do Estados da Amazônia Legal.

**Tabela 12:** Participação (%) do PIB Administração da Pública no PIB total das unidades da federação (em milhões - 2020)

Unidade da Federação	PIB total (A)	PIB Administração Pública (B)	Relação B/A	Índice do PIB Adm. Pública
Amapá	18.469	8.255	0,4470	1,000
Roraima	16.024	6.538	0,4080	0,876
Acre	16.476	6.031	0,3660	0,743
Tocantins	43.650	11.408	0,2614	0,410
Maranhão	106.916	26.496	0,2478	0,367
Rondônia	51.599	12.000	0,2326	0,318
Amazonas	116.019	20.464	0,1764	0,139
Pará	215.936	37.614	0,1742	0,132
Mato Grosso	178.650	23.687	0,1326	0,000
Amazônia Legal	763.739	152.493	0,1997	0,213
Brasil	6.534.337	1.146.900	0,1755	0,137

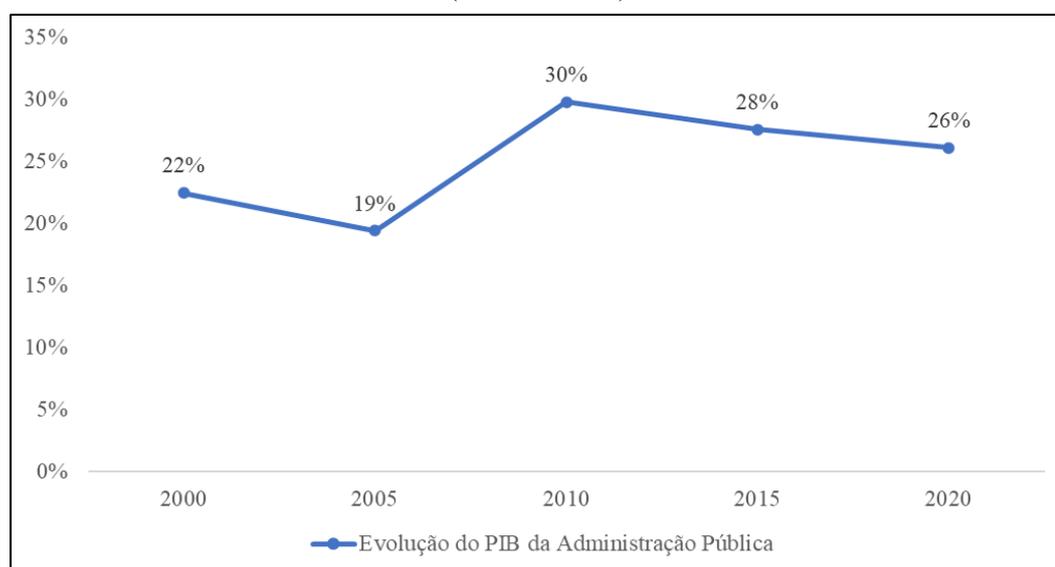
Fonte: Elaborado pelo autor, dados do IBGE – Sistema de Contas Nacionais (SCN)

A Tabela 12 indica que a unidade da federação que tem a maior representatividade no PIB entre os Estados da amostra é o estado do Amapá, com 44,70%, acompanhado de Roraima, Acre, Tocantins, Maranhão e Rondônia, com, respectivamente, 40,80%, 36,60%, 26,14%, 24,78%, 23,26% de participação nos PIBs destes Estados. Isso indica que a Administração Pública é um segmento econômico importante nessas economias, evidenciando que existe certa dependência do setor público por parte dessas unidades da federação. Já os demais estados como o Amazonas, Pará e Mato Grosso, nessa ordem, detêm

17,64%, 17,42% e 13,26% de participação. No entanto, percebe-se na região da Amazônia Legal um percentual de 19,97% indicando que o PIB da administração nesta região possui uma participação significativa na composição desta variável neste território sociopolítico. Isso posto, percebe-se que o estado do Mato Grosso tem a menor participação do percentual da Administração Pública no seu PIB, evidenciando que os outros segmentos econômicos têm avançado na produção de bens e serviços finais nesse Estado.

Em se tratando da evolução da participação do PIB da Administração Pública no estado do Tocantins, percebe-se uma redução desse percentual de forma moderada (Gráfico 21). Essa redução indica que outras atividades econômicas neste Estado tem apresentado transformação produtiva no decorrer do tempo.

**Gráfico 21:** Evolução da participação do PIB da Adm. Pública no PIB total do Tocantins – (2000 – 2020)



Fonte: Elaborado pelo autor, dados do IBGE – Sistema de Contas Nacionais (SCN)

De acordo com o Gráfico 21, o estado do Tocantins, apesar de ter uma participação expressiva do PIB da Administração Pública no PIB global do Estado, esse percentual tem-se reduzido a partir de 2010, evidenciando que outros segmentos econômicos nesse Estado têm apresentado uma evolução, tendo assim, ocasionado uma diminuição da dependência desta unidade da federal em relação ao setor público.

O participação do PIB da administração pública tem se mostrado significativo no período analisado, especialmente em 2010 quando atinge seu maior nível de representatividade, isso indica que o segmento da administração pública é importante para economia do tocantinense, principalmente no quesito de geração de renda e de novo empregos formais no decorrer tempo, evidenciando um certa dependência da economia tocantinense ao setor público.

## 7.4 Índice dos servidores públicos

Este índice verifica a quantidade proporcional de servidores públicos em relação ao total da força de trabalho ocupada nas unidades da federação selecionadas nesta amostra. Tal indicador é relevante para a composição do IME, uma vez que analisa a representatividade de servidores públicos no mercado de trabalho de uma região, no caso específico, os Estados que compõem a Amazônia Legal. Desta forma, para desenvolver essa dimensão, foi utilizada a base de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD Contínua), elaborada pelo IBGE, e a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), de responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego, uma vez que tais bancos de dados são os mais utilizados nas pesquisas quando se trata de contagens do número de trabalhadores formais no país.

### 7.4.1 Índice dimensão de Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)<sup>18</sup>

Nesta dimensão, o objetivo foi estimar o índice de servidores públicos em relação à população ocupada, na semana de referência, do 4<sup>a</sup> trimestre de 2020.

Isso posto, foi possível verificar a representatividade dos servidores públicos no mercado de trabalho em relação à população total de 14 anos ou mais de idade ocupada, com a população de 14 anos ou mais de idade ocupada no setor público, incluindo os militares e os servidores públicos estatutários.

**Tabela 13:** População de 14 anos ou mais de idade ocupada, População ocupada no setor público, incluindo militares e servidores públicos estatutários. Relação entre o total servidores ocupados e o total da população ocupada na semana de referência, 4<sup>a</sup> trimestre/2020 (Valores em 1.000)

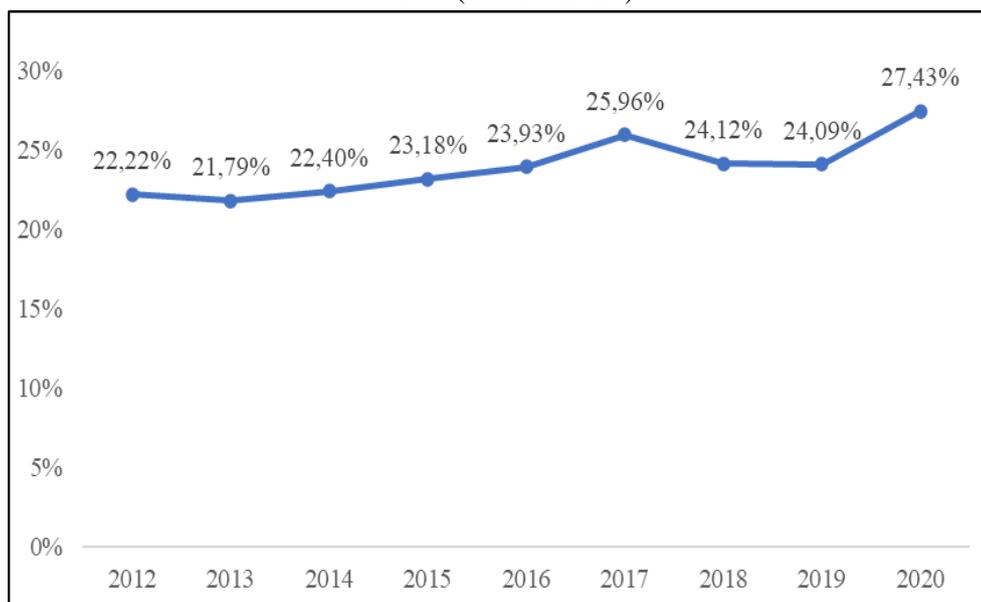
Unidade da Federação	População Ocupada (A)	Servidores Públicos (B)	Relação B/A	Indicador PNAD
Amapá	312	86	0,2756	1,000
Tocantins	638	175	0,2743	0,988
Roraima	210	57	0,2714	0,963
Acre	301	73	0,2425	0,713
Maranhão	2.138	428	0,2002	0,346
Amazonas	1.583	300	0,1895	0,253
Pará	3.419	620	0,1813	0,182
Rondônia	751	125	0,1664	0,053
Mato Grosso	1.653	265	0,1603	0,000
Amazônia Legal	11.005	2.129	0,1935	0,287
Brasil	87.225	16.173	0,1854	0,218

Fonte: PNAD contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua - 2020

<sup>18</sup> A PNAD Contínua evidencia os dados do mercado de trabalho associados à demografia e educação como também sobre desenvolvimento socioeconômico do país (IBGE, 2023).

Nesta dimensão, o Estado que tem a maior proporção de servidores públicos em relação ao total da população ocupada é o Amapá, com 27,56%. Na sequência, aparecem os estados do Tocantins, Roraima, Acre e Maranhão, com 27,43%, 27,14%, 24,25% e 20,02%, respectivamente. Os demais Estados apresentaram proporções inferiores a 20%, porém maiores que 16%. Em relação a região da Amazônia Legal, nota-se um percentual de 19,35% demonstrando que número de servidores públicos neste território representam uma parcela importante quando se analisa a população ocupada. Portanto, isso indica que nos Estados que compõem a Amazônia Legal o número de trabalhadores no serviço público é significativo principalmente quando se trata da formação do mercado consumidor, haja vista que tais servidores recebem suas remunerações em datas preestabelecidas mensalmente, favorecendo, desta forma, o aumento do consumo nesse período. Já em relação à evolução da proporção dos servidores públicos em relação ao total da população ocupada no estado do Tocantins, nota-se uma leve variação (Gráfico 22).

**Gráfico 22:** Evolução (%) de servidores públicos em relação à população ocupada PNAD entre (2012 e 2020)



Fonte: PNAD contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua - 2020

Tendo em vista o Gráfico 22, o estado do Tocantins apresenta uma tendência de crescimento da proporção de servidores públicos em relação à população ocupada entre 2019 e 2020, porém não se pode afirmar que tal projeção irá se manter no decorrer do tempo, uma vez que tal ampliação está vinculada ao aumento da prestação de serviços públicos, bem como ao desempenho da economia.

No entanto vale ressaltar que a partir de 2013 até 2017 o cenário apresentou crescimento proporcional de servidores públicos em relação à população ocupada, isso devido

aos concursos realizados a partir de 2012, que ofereceu cerca de 6 mil vagas, e ao ingresso no serviço público a partir de 2013 nesse Estado, ocasionando aumento dessa proporção.

#### 7.4.2 Índice dimensão Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)

A RAIS é uma forma de coletar dados trabalhistas formais desenvolvida pelo governo federal em 1975. Desta forma, a RAIS pode ser considerada o censo anual do mercado de trabalho formal. Por isso, a RAIS também foi integrada como um indicador da dimensão dos servidores públicos, do Índice de Magnitude do Estado.

**Tabela 14:** Relação entre Servidores Públicos e Trabalhadores Formais (RAIS) – 2020

Unidade da Federação	Trabalhadores formais (A)	Servidores Públicos (B)	Relação B/A	Indicador RAIS
Roraima	101.770	49.691	0,4883	1,000
Amapá	124.619	60.374	0,4845	0,988
Acre	132.851	57.011	0,4291	0,808
Tocantins	266.895	102.035	0,3823	0,656
Maranhão	744.033	280.830	0,3774	0,640
Rondônia	342.766	115.513	0,3370	0,509
Amazonas	592.188	191.505	0,3234	0,465
Pará	1.081.037	325.325	0,3009	0,392
Mato Grosso	856.817	154.507	0,1803	0,000
Amazônia Legal	4.242.976	1.336.791	0,3151	0,438
Brasil	46.236.176	8.662.695	0,1874	0,023

Fonte: Elaborado pelo autor, dados da RAIS – Relatório Anual de Informações (Valores em 1.000)

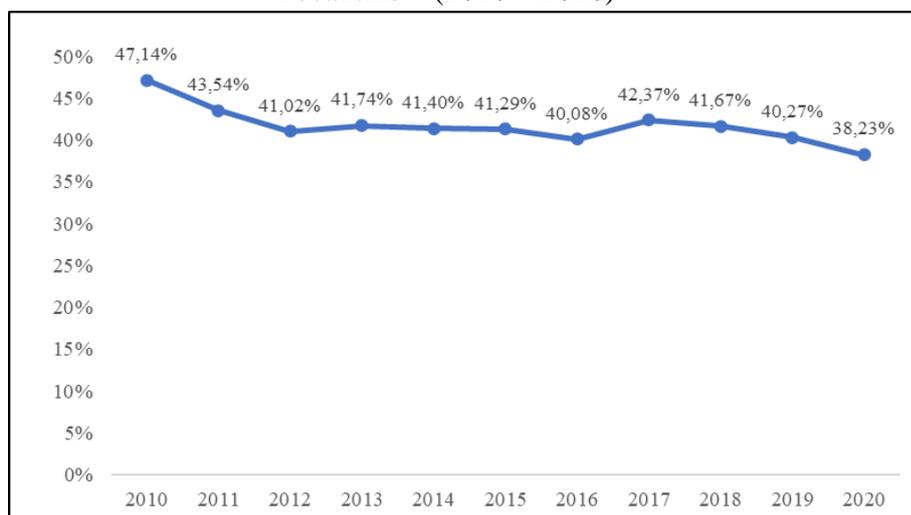
Analisando a proporção de servidores públicos em relação aos trabalhadores formais da RAIS, nota-se que a maior representatividade é observada no estado de Roraima, com 48,83%, em segundo lugar o Amapá, com 48,45%, e o Acre em terceiro evidenciando, com 42,91%. Já os estados do Tocantins, Maranhão, Rondônia, Amazonas e Pará, nessa ordem apresentam 38,23%, 37,74%, 33,70%, 32,34% e 30,09%, evidenciando que o emprego público em relação ao trabalho formal nesses estados tem proporção significativa, demonstrando certa dependência em relação ao setor público na geração postos de trabalho formais. Ainda conforme a Tabela 12, somente o estado do Mato Grosso apresenta proporção inferior a 20%, indicando que nesse estado outras atividades econômicas conseguem ofertar números significativos de trabalhos formais que não sejam no setor público. Já o território sociopolítico da Amazônia Legal, evidencia um percentual de 31,51% de servidores públicos com relação a população ocupada em empregos formais. Isso mostra uma certa dependência desta região ao setor público quando se refere a geração de empregos formais.

Quando se compara a proporção de servidores públicos pela PNAD contínua com a RAIS, percebe-se uma diferença em relação aos resultados. Isso se deve, segundo Chelala (2008), às características metodológicas e à base de dados. Para o autor, a PNAD Contínua é

uma pesquisa realizada por questionário e por amostragem para todo universo. Já a RAIS se baseia nas informações que as empresas enviam ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o que garante mais confiabilidade nos dados. Desta forma, as características da pesquisa da RAIS alcançam somente o mercado de trabalho formal, enquanto a PNAD contínua abrange todo o universo de emprego formal e informal. Porém, analisar qual é mais apropriada não é objeto desta dissertação, assim, para gerar IME, foi feita uma média entre as dimensões da PNAD Contínua e da RAIS, haja vista que os dois bancos de dados são os mais utilizados nas pesquisas referentes às quantidades de emprego do país.

No que diz respeito à evolução da proporção de servidores públicos com base nos dados da RAIS, Gráfico 23, nota-se uma leve tendência de redução dessa proporção.

**Gráfico 23:** Evolução (%) de Servidores Públicos em relação ao trabalho Formal (RAIS) – Tocantins – (2010 – 2020)



Fonte: Elaborado pelo autor, dados da RAIS – Relatório Anual de Informações-2020

Tendo em conta o Gráfico 23, percebe-se que a proporção de servidores públicos em relação ao trabalho formal da RAIS no estado do Tocantins evidencia uma suave tendência de queda nessa proporção, indicando que outros setores econômicos têm absorvido mão de obra formal entre 2010 e 2020. Isso revela uma situação importante, pois o estado do Tocantins aos poucos tem diminuído sua dependência do setor público na geração de emprego formal nesse período, isso se deve ao melhoramento de outras atividade econômicas como serviço, comércio, indústria e agropecuária.

#### 7.4.3 Índice de dimensão de Servidores Públicos

A composição desta dimensão foi desenvolvida pela média simples das dimensões PNAD contínua e RAIS. Os resultados obtidos farão parte da composição do IME e os alcançados podem ser visto na Tabela 15.

**Tabela 15: Índices Servidores Públicos - 2020**

Unidade da Federação	Índice PNAD (A)	Índice RAIS (B)	Índice Servidores Públicos Média(A, B)
Amapá	1,000	0,988	0,994
Roraima	0,963	1,000	0,982
Tocantins	0,988	0,656	0,822
Acre	0,713	0,808	0,760
Amazonas	0,253	0,465	0,359
Pará	0,182	0,392	0,287
Rondônia	0,053	0,509	0,281
Maranhão	0,346	0,640	0,493
Mato Grosso	0,000	0,000	0,000
Amazônia Legal	0,287	0,438	0,362
Brasil	0,218	0,023	0,120

Fonte: Elaborado pelo autor, dados da PNAD Contínua e da RAIS

Neste índice de dimensão, três estados se destacaram. A primeira posição é ocupada pelo estado do Amapá, na sequência, Roraima e Tocantins, Isso se deve aos altos subíndices alcançados tanto na PNAD contínua como na RAIS, evidenciando que, na média, o setor público, com relação ao mercado de trabalho nesses Estados, tem relevância significativa.

### **7.5 Índice de dimensão de despesa total do setor público em relação à população**

Gastos públicos podem ser entendidos como despesa pública, que é a aplicação dos recursos arrecadados para custear a prestação dos serviços da administração pública para sociedade ou na realização de investimentos. Na visão de Chelala (2008), o gasto público é tido como uma das principais evidências da presença do Estado na economia, pois o montante de gasto feito pelo setor público torna o Estado um dos principais agentes demandantes de bens e serviços de dada economia, assim, nesta dimensão, foram consideradas as despesas pagas.

Desta forma, para obter o índice dessa dimensão, foram utilizados os gastos públicos das unidades da federação da amostra e dos seus respectivos municípios, desse modo, foi possível estimar o índice de dimensão dos Gastos Públicos *Per Capita*.

Já o levantamentos dos dados ocorreram por meio da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e no Sistema de informações contábeis e fiscais do setor público (SICONFI) na Abra (FINBRA). A partir desse levantamento, foi possível consolidar o resultado do Índice Gasto Público *Per Capita* (Tabela 16).

**Tabela 16:** Gasto Público em relação à população residente dos Estados da amostra - 2020

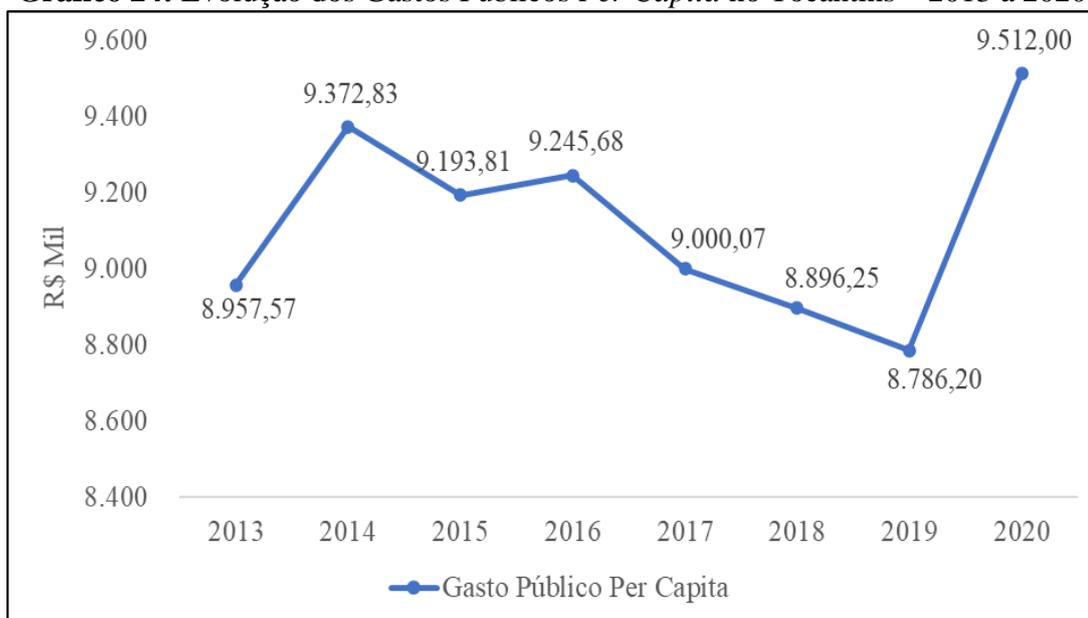
Unidade da Federação	População(A)	Despesas (em R\$ Milhões)		Total de Gasto Público (B+C) - (Em Milhão)	Gasto Público <i>Per Capita</i> (E/A), (Em R\$ 1,00)	Índice de Gasto Público
		Estados (B)	Municípios ( C )			
Acre	894.470	6.474	2.130	8.604	9.619	1,000
Tocantins	1.590.248	9.598	5.528	15.126	9.512	0,989
Mato Grosso	3.526.220	18.561	13.991	32.552	9.231	0,960
Roraima	631.181	3.619	1.915	5.534	8.768	0,911
Amazonas	4.207.714	20.307	12.622	32.929	7.826	0,813
Amapá	861.773	4.316	1.707	6.023	6.989	0,726
Rondônia	1.796.460	7.303	4.720	12.023	6.693	0,696
Pará	8.690.745	30.175	22.048	52.223	6.009	0,625
Maranhão	7.114.598	16.793	18.203	34.996	4.919	0,511
Amazônia Legal	29.313.409	117.146	82.864	200.010	6.823	0,405
Brasil	211.755.692	955.753	711.925	1.667.678	7.875	0,819

Fonte: Elaborado pelo autor, dados do SICONFI, STN

O índice de dimensão dos Gastos Públicos *Per Capita* é um importante índice da presença do Estado em determinada economia. Isto se deve ao simples fato de os entes federativos serem grandes demandantes de bens e serviços para manter o funcionamento da máquina pública.

Desta forma, quando se analisa a Tabela 16, nota-se que o estado do Acre apresentou o maior Gasto Público *Per Capita*, cerca de R\$ 9.619. Na sequência, estão os estados do Tocantins e Mato Grosso, com gastos superiores a nove mil reais. O estado de Roraima supera os 8 mil, o Amazonas e o Brasil estão na casa dos 7 mil e os estados do Amapá, Rondônia, Pará bem como também o território sociopolítico da Amazônia Legal têm gastos *Per Capita* na casa dos 6 mil. Já o Maranhão apresentou um gasto público *Per Capita* na casa dos 4 mil, evidenciando que esse estado não tem aumentado seus gastos públicos na mesma proporção de aumento da população. Tal situação tem dificultado nesta unidade da federação o acesso aos serviços públicos por parte da sociedade maranhense.

Em relação à evolução dos Gastos Públicos *Per Capita* no estado do Tocantins, pode ser visto no Gráfico 24 que, entre 2013 e 2020, tal gasto se manteve superior a 8 mil.

**Gráfico 24:** Evolução dos Gastos Públicos *Per Capita* no Tocantins – 2013 a 2020

Fonte: Elaborado pelo autor, dados do SICONFI, STN, valores constantes em 2020

A evolução dos Gastos *Per Capita* no estado do Tocantins apresentou uma variação decrescente na maior parte do período analisado. No entanto, observa-se um crescimento entre 2013 e 2014, atingindo esse gasto R\$ 9.372,00. porém, de 2016 até 2019, tal dispêndio apresentou uma variação decrescente, ou seja, os gastos públicos não acompanharam o aumento da população na mesma proporção. Entretanto, em 2020, o Gasto Público *Per Capita* volta a crescer no estado do Tocantins e alcança R\$ 9.512,00. Vale ressaltar que 2020 foi o período auge da COVID-2019, quando os governantes aumentaram seus gastos para enfrentar essa pandemia. Entretanto, observa-se crescimento significativo dos Gastos Públicos *Per Capita* em 2020, assim infere-se haver uma possível tendência de crescimento ao longo do tempo em situação de normalidade econômica, visando a contribuir com a diversificação da economia do estados do Tocantins.

## 7.6 Mensuração dos índices de dimensões

### 7.6.1 Resultados Alcançados

Os resultados alcançados em cada uma das dimensões que retratam a magnitude do Estado na socioeconomia da amostra utilizada estão plotados na Tabela 17 e foram utilizados na composição do Índice de Magnitude do Estado - IME.

**Tabela 17: Índices das Dimensões de Magnitude do Estado - 2020**

Unidade da Federação	1- Índice de Estabelecimento Público	2- Índice de Invest. Sobre RLC	3- Índice do PIB ADM.	4- Índice de Serv. Público	5- Índice de Gasto Público
Amapá	0,407	0,040	1,000	0,994	0,726
Roraima	0,459	0,000	0,876	0,982	0,911
Acre	0,510	0,296	0,743	0,760	1,000
Tocantins	1,000	0,324	0,410	0,822	0,989
Rondônia	0,178	0,350	0,318	0,281	0,696
Amazônas	0,224	0,309	0,139	0,359	0,813
Pará	0,226	1,000	0,132	0,287	0,625
Maranhão	0,295	0,663	0,367	0,493	0,511
Mato Grosso	0,080	0,445	0,000	0,000	0,960
Amazônia Legal	0,269	0,523	0,213	0,362	0,405
Brasil	0,000	0,311	0,137	0,120	0,819

Fonte: Elaborado pelo autor

Tendo em conta a Tabela 17, referente aos índices de dimensões da amostra utilizada, nota-se que o estado do Tocantins esteve em primeiro lugar no ranking da dimensão 1, *Índice de Estabelecimento Público*, distanciando de forma significativa do Acre, estado que ocupa a segunda posição. Já na dimensão 4, *Índice de Servidores Públicos*, o Tocantins ocupa a terceira posição. Nessa dimensão, o estado do Tocantins fica atrás apenas dos estados do Amapá e Roraima, evidenciando ter uma quantidade de servidores expressiva em comparação com a população ocupada. Na dimensão 5, *Índice de Gasto Público Per Capita*, o Tocantins ocupa a segunda posição do ranking, figurando atrás somente do estado do Acre, porém essa diferença não é expressiva, ou seja, os Gastos Públicos *Per Capita* desses dois Estados são bem parecidos, evidenciando uma maior participação do setor pública nas suas socioeconomias.

Outras unidades da federação que mereceram destaque e apresentaram resultados significativos foram os estados do Acre, Roraima e o Amapá. O Acre obteve a primeira colocação na dimensão 5, uma segunda posição na dimensão 1 e uma quarta posição na dimensão 3. Já o estado de Roraima figura no ranking da dimensão 3 na segunda posição, na dimensão 4 também na segunda posição e na dimensão 5 na terceira posição. O Amapá destaca-se na dimensão 3, ocupando a primeira posição, na dimensão 4, ocupa também a primeira posição.

Já os estados do Maranhão e Pará, na maioria das dimensões, aparecem mais na posição intermediária para o fim, sendo uma exceção na dimensão 2, quando os estados do Pará e do Maranhão ocupam a primeira e a segunda posição, respectivamente, evidenciando que tais Estados apresentaram de forma relativa os maiores percentuais de investimentos públicos em comparação com sua Receita Corrente Líquida.

Os estados do Amazonas e Rondônia figuram na maioria das dimensões nas posições finais, evidenciando uma menor participação do setor público na sua socioeconomia. Isso indica que o setor privado nesses estados detém maior participação nas suas atividades socioeconômicas. Já o Estado do Mato Grosso ficou na maioria das dimensões nas últimas posições, mostrando que o setor privado vem ganhando espaço na socioeconomia, diminuindo assim a sua dependência do setor público. Tal situação pode ser visto na Tabela 18, referente à classificação do IMEs dos estados selecionados.

### 7.7 Composição do Índice Magnitude do Estado

A classificação das unidades da federação na obtenção dos IMEs pode ser vista na Tabela 18, que apresenta os IMEs estimados de cada Estado. Nota-se que essas unidades da federação têm grupos semelhantes desses índices. Grupo 1: Tocantins; Acre, Roraima e Amapá Grupo 2: Maranhão, Pará, Amazonas, Rondônia e Mato Grosso apresentam semelhanças entre seus IMEs. Porém, o estado do Mato Grosso evidenciou o menor IME entre todos os Estados que compõem a Amazônia Legal.

**Tabela 18:** Índice de Magnitude do Estado – 2020

<b>Ordem</b>	<b>Unidade da Federação</b>	<b>Índice de Magnitude dos Estados</b>
1º	Tocantins	0,703
2º	Acre	0,649
3º	Roraima	0,634
4º	Amapá	0,626
5º	Maranhão	0,462
6º	Pará	0,447
7º	Amazonas	0,353
8º	Rondônia	0,352
9º	Mato Grosso	0,274
-	Amazônia Legal	0,352
-	Brasil	0,258

Fonte: Elaborado pelo autor

O estado do Tocantins, em relação ao Índice de Magnitude do Estado (IME), calculado a partir das 5 dimensões utilizadas e multiplicado pelo peso de cada dimensão e estimado pela média ponderada, foi a unidade da federação que tem a maior magnitude da presença do Estado na sua Socioeconomia, notabilizando um IME 0,703. Na sequência, vêm os estados do Acre, Roraima e Amapá, com IMEs 0,649, 0,634 e 0,626, respectivamente. Assim, atende aos pressupostos da escolha da amostra nesta pesquisa, em razão das

semelhanças sociais, econômicas e políticas apresentada pelos os Estados que compõem a Amazônia Legal, referendando, desta forma, que a escolha foi acertada, pois os grupos dos Estados têm IMEs semelhantes. No entanto, vale ressaltar, que as quatro primeiras posições são compostas por três ex-Território Federais e um estado novo. Dessa forma, suas construções históricas de um capitalismo tardio periférico e da periferia faz com que a magnitude do Estado seja alta, porém fraca.

Os estados do Pará e Maranhão apresentaram, nessa ordem, IMEs de 0,462 e 0,447. Tais índices mostram que esses Estados estão distantes dos 4 primeiros e acima da média nacional. Porém, quando se comparam seus IMEs, percebe-se que suas participações nas suas socioeconomias são semelhantes, mas distantes dos primeiros colocados.

Já os estados do Amazonas e Rondônia apresentaram, nessa sequência, os IMEs 0,353 e 0,352, se situando entre as 3 últimas posições dos Estados pertencentes à Amazônia Legal, também apresentam IMEs próximos, evidenciando que esses Estados participam pouco das suas socioeconomias.

Por fim, aparece o Estado do Mato Grosso com um IME 0,274, bem abaixo dos primeiros colocados como também dos Estados que aparecem na posição intermediária, porém abaixo da média do território sociopolítico da Amazônia Legal, que foi um IME de 0,352. No entanto acima da média nacional que evidenciou um IME de 0,258. Tal Estado mostra que a sua participação na socioeconomia é reduzida, o que indica que o setor privado vem ganhando espaço nas atividades econômicas, contribuindo, dessa forma, com o desenvolvimento regional deste Estado.

Portanto, percebe-se que a escolha dessa amostra foi acertada, pois os Estados apresentaram IMEs semelhantes, no grupo dos quatro primeiros, no grupo de IMEs baixos, sendo que os Estados que apresentaram os maiores IMEs são aqueles que, já em Chelala (2008) figuraram entre os 5 primeiros. Na referida pesquisa, estavam o estado de São Paulo e o Distrito Federal. Porém, esses dois, nesta dissertação, não compuseram a amostra selecionada porque não fazem parte da Amazonia Legal. Assim, realmente os estados do Tocantins, Acre, Roraima e Amapá têm os maiores Índices de Magnitude do Estado no Território Sociopolítico da Amazônia Legal.

No entanto quando se analisa o processo histórico da Magnitude do Estado na socioeconomia do território Sociopolíticos dos Estados que compõem a Amazônia Legal, nota-se que, os estados do Tocantins, Acre, Roraima e o Amapá são os que ocupam as primeiras posições ao longo do tempo como pode ser visto na Tabela (19).

**TABELA 19:** Evolução dos IMEs dos Estados da Amazônia Legal (2000; 2010 e 2020)

Ordem	Estados	IMEs / 2000	Ordem	Estados	IMEs / 2010	Ordem	Estados	IMEs / 2020
1º	Acre	0,566	1º	Acre	0,767	1º	Tocantins	0,703
2º	Tocantins	0,556	2º	Roraima	0,673	2º	Acre	0,649
3º	Roraima	0,510	3º	Tocantins	0,649	3º	Roraima	0,634
4º	Amapá	0,506	4º	Amapá	0,609	4º	Amapá	0,626
5º	Amazonas	0,254	5º	Rondônia	0,266	5º	Maranhão	0,462
6º	Rondônia	0,251	6º	Maranhão	0,264	6º	Pará	0,447
7º	Pará	0,227	7º	Amazonas	0,226	7º	Amazonas	0,353
8º	Maranhão	0,180	8º	Mato Grosso	0,188	8º	Rondônia	0,352
9º	Mato Grosso	0,142	9º	Pará	0,177	9º	Mato Grosso	0,274
-	Amazônia Legal	0,243	-	Amazônia Legal	0,277	-	Amazônia Legal	0,352
-	Brasil	0,091	-	Brasil	0,196	-	Brasil	0,258

Fonte: Elaborado pelo autor

De acordo a Tabela 19, percebe-se que o processo evolutivo da magnitude do Estado na socioeconomia dos Estados pertencentes ao território sociopolítico da Amazônia Legal, tem apresentado um aumento dessa magnitude, pois em 2000, os estados do Acre, Tocantins Roraima e Amapá evidenciaram IMEs superior aos demais Estados. Tal fato se repete em 2010 e 2020, ou seja, esses Estados saíram de um IMEs intermediário em 2000 e passaram apresentar IMEs alto nos anos de 2010 e 2020, como pode ser visto na Tabela(19). Isso indica que, estas unidades da federação possuem um certo protagonismo no processo que visa promover o desenvolvimento regional, o bem-estar social e a melhoria na qualidade de vida das suas respectivas populações.

No entanto, vale lembrar que uma magnitude alta ou intermediária da presença do Estado nas suas respectivas socioeconomias, indica uma certa dependência das atividades econômicas ao setor público, ou seja, uma certa fragilidade econômica, por se tratar do setor de serviço na qual apresenta características sensíveis com relação a crise na economia, uma vez que, são os primeiros a serem afetados.

Portanto, fica evidente que os IMEs evidenciado especialmente em 2010 e 2020, nos estados do Tocantins, Acre, Roraima e Amapá, revela que se trata de uma presença do Estado alta, porém fraca, pois, dependem do desempenho econômico dos respectivos Estados para promover, fomentar e dinamizar suas respectivas socioeconomias. Pois, nestas unidades da federação, os principais segmentos econômicos que mais geram empregos formais na economia são os setores de administração pública, serviços, comércio e tais segmentos econômicos possuem capacidade significativa na geração de renda e de novos empregos.

Assim, percebe-se nestes Estados a existência de uma economia do contracheque, na qual, o setor de serviço, é o principal dinamizador da economia.

Em se tratando da evolução dos últimos anos do estado do Tocantins, com base nas dimensões utilizadas, percebe-se na Quadro 2 que essa unidade da federação apresenta tendência de manutenção da presença desse Estado na sua socioeconomia.

**Quadro 2:** Tendência evolutiva das dimensões de magnitude do estado no Tocantins

Dimensão	Classificação do Tocantins	Tendência
Participação de Estabelecimento Público	Muito Alto	Indeterminada, pois depende da ideologia do governante que estiver no poder. A tendência é se manter e estabilizado.
Participação do Investimento Público	Baixo	Apresenta leve tendência de crescimento
Participação da administração Pública/PIB	Alto	Apresenta leve tendência de diminuição
Servidores Públicos	Muito Alto	Apresenta tendência de aumento, porém vai depender da dinâmica econômica
Gasto público <i>Per Capita</i>	Muito Alto	Apresenta leve tendência de crescimento

Fonte: Elaborado pelo autor

Tendo em conta a tendência evolutiva das dimensões da magnitude do Estado no Tocantins, nota-se que, das 5 dimensões pesquisadas, 3 apresentam tendência de aumento, uma apresenta tendência de se manter estabilizada e uma, tendência de diminuição. Porém a maior parte das evidências aponta para uma estabilização ou aumento da magnitude do Estado na socioeconomia do Tocantins. Entretanto, vale ressaltar que entre os indicadores apenas um possui baixa magnitude do Estado e os outros são de alta e muito alta magnitude do Estado. Logo a magnitude do estado do Tocantins é grande. Mas, por ser o setor de serviço o que mais se evidencia na economia tocantinense, é também uma magnitude fraca, devido o setor serviço ser o primeiro afetado por crises econômicas.

No entanto para reduzir a magnitude do estado na socioeconomia do Tocantins requer uma abordagem estratégica e sustentável, visando promover o desenvolvimento econômico e social da região. Para tanto é necessário incentivar a participação do setor privado no desenvolvimento econômico. Isso pode ser feito por meio de políticas que facilitem a abertura de empresas, simplifiquem processos burocráticos e ofereçam incentivos fiscais para atrair investimentos.

Além disso, deve-se promover a diversificação produtiva da economia, visando

reduzir a dependência de setores específicos, como a agropecuária e administração pública. Investir em setores como tecnologia, turismo sustentável e energias renováveis pode criar novas oportunidades de emprego e renda.

Neste processo, investir na educação é importante para capacitar a população local. Programas de formação técnica e profissional, parcerias com instituições de ensino e incentivos à pesquisa e inovação podem impulsionar a qualificação da mão de obra, tornando-a mais competitiva.

Além do mais, melhorar a infraestrutura é essencial para atrair investimentos e facilitar o desenvolvimento econômico. Isso inclui investimentos em estradas, portos, aeroportos e telecomunicações, contribuindo para a integração regional e nacional.

Outra ação importante é o desenvolvimento da sustentabilidade ambiental, pois, práticas agrícolas sustentáveis, preservação de áreas naturais podem promover o desenvolvimento socioeconômico sem comprometer os recursos naturais.

O fortalecimento da governança é importante, para promover a transparência e a eficiência na administração pública. Isso pode ser alcançado por meio da implementação de políticas anticorrupção, participação da sociedade civil na tomada de decisões e aprimoramento dos processos de gestão pública.

Apoiar pequenos negócios e empreendedores locais contribui para o desenvolvimento econômico sustentável. Programas de microcrédito, incubadoras de empresas e redes de apoio podem fortalecer o tecido empresarial local.

Atrair investimentos estratégicos por meio parcerias público-privadas pode impulsionar setores específicos da economia. Identificar oportunidades de investimento e oferecer um ambiente favorável aos negócios são passos importantes. Desta forma, uma abordagem abrangente que combine estratégias de desenvolvimentos, o Tocantins pode reduzir a magnitude do Estado na socioeconomia, promovendo um desenvolvimento regional mais equilibrado, inclusivo e sustentável, considerando as características da região e as necessidades da população local.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito dessa pesquisa foi analisar a magnitude do Estado na socioeconomia do estado do Tocantins entre 1990 e 2020. No entanto, para compreender o processo da magnitude do Estado na socioeconomia, foi necessário fazer um resgate histórico das teorias econômicas que pudessem dar respaldo a essa compreensão, sem adotar uma especificamente, mas analisar o pensamento de cada corrente selecionada, incluindo Liberalismo Clássico, Intervenção Keynesiana, Neoliberalismo, Pós-Neoliberalismo e Ultraliberalismo.

Assim, foi possível fazer uma discussão do papel do Estado na economia nas diferentes formas de pensamento. Esta condição, propiciou, além de verificar a magnitude do Estado na socioeconomia do Tocantins, foco desta pesquisa, possibilitou também discorrer sobre a participação do Estado no processo que visa a promover o desenvolvimento regional, a presença do Estado na economia brasileira e na Amazônia Legal e a comparar com o Estado Tocantins, enriquecendo ainda mais essa pesquisa. Desta maneira, foi possível compreender que a magnitude do Estado se refere à extensão e à importância do papel desempenhado pelo governo em uma determinada sociedade. Ela abrange várias dimensões, temporalidade, institucionalidade, espacialidade e territorialidades, incluindo a extensão das funções governamentais, a intervenção nas atividades econômicas, o grau de regulamentação e o alcance das políticas públicas.

Desse modo, a magnitude do Estado pode ser medida em termos da quantidade de instituições públicas face ao total de segmentos empresariais presentes em cada Estado, do investimento público em relação à receita corrente líquida, do PIB da administração pública face ao PIB global dos Estado, da quantidade de servidores públicos em relação ao total de mão de obra ocupada e dos gastos públicos *per capita*, além da complexidade regulatória e da extensão das políticas sociais. Assim, os objetivos estabelecidos foram alcançados e os dados mostraram melhorias nos indicadores sociais e econômicos do estado do Tocantins nas últimas três décadas.

No entanto, é importante notar que o debate sobre a magnitude do Estado não é uma questão de *tudo ou nada*. Muitos países adotam abordagens mistas, incorporando elementos de liberalismo e intervencionismo para atender às necessidades específicas de suas sociedades. A discussão sobre a magnitude do Estado continuará a ser um ponto de controvérsia, pois as sociedades buscam equilibrar a procura pela eficiência econômica com a promoção da justiça social e da equidade.

Desta forma, a magnitude do Estado é evidenciada pela sua capacidade de investir em infraestrutura básica, como estradas, ferrovias, portos e telecomunicações. Esses investimentos não apenas melhoram a conectividade regional, facilitando o transporte de bens e pessoas, mas também criam condições propícias para o estabelecimento de atividades econômicas. Desta maneira, o Estado pode implementar políticas fiscais e de incentivo para atrair investimentos e promover o desenvolvimento de setores específicos em determinadas regiões. Isso pode incluir isenções fiscais, subsídios e outras medidas que estimulem o crescimento econômico local.

Em relação à magnitude do Estado no processo que visa a promover o desenvolvimento regional, o Estado desempenha um papel importante, influenciando diretamente a dinâmica econômica, social e política de uma determinada área geográfica. O Estado, como entidade governamental, detém o poder e os recursos necessários para implementar políticas públicas, regulamentar atividades econômicas, promover investimentos e fornecer serviços essenciais à população. Por fim, a magnitude do Estado no processo de desenvolvimento regional é um fator determinante que pode moldar significativamente o panorama econômico e social de uma área geográfica específica. Uma atuação eficaz do Estado, com políticas bem planejadas e implementação consistente, pode contribuir para o crescimento sustentável e equitativo das regiões. Nesses termos, para se alcançar desenvolvimento a participação do Estado e da sociedade é indispensável. Uma vez que, por meio da ação política de governos na atividade econômica para fins específicos com a participação da sociedade local e do Estado de forma direta na economia, pode proporcionar um desenvolvimento sustentável e duradouro.

Em se tratando da magnitude do Estado no contexto da socioeconomia brasileira, percebe-se uma situação complexa e multifacetada, envolvendo diversos aspectos da governança, políticas públicas, regulação e intervenção estatal na economia do país. O Estado desempenha um papel significativo em moldar o cenário socioeconômico brasileiro, influenciando áreas que vão desde a distribuição de renda até o desenvolvimento econômico. Desse modo, o Estado desempenha um papel chave na implementação de políticas de bem-estar social, abrangendo áreas como saúde, educação e seguridade social. A prestação de serviços públicos nessas áreas tem um impacto direto na qualidade de vida da população e na formação de capital humano, fatores fundamentais para o desenvolvimento sustentável.

Já a magnitude do Estado na Amazônia Legal se desenvolveu com a criação desse território sociopolítico, uma vez que o propósito do governo brasileiro era planejar e promover o desenvolvimento social e econômico dessa região. E para tanto, a participação do

Estado ocorreu pela elaboração de vários instrumentos que visavam a promover o desenvolvimento da região, incluindo a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) e os Incentivos Fiscais sobre Impostos Renda de Pessoa Jurídica (IFIRPJ). Tais instrumentos governamentais representam a magnitude do Estado nessa região com o intuito de promover o desenvolvimento regional. Apesar da riqueza em recursos naturais, a Amazônia Legal enfrenta desafios socioeconômicos significativos como a pobreza, a falta de infraestrutura adequada e as desigualdades regionais. Muitas comunidades enfrentam dificuldades de acesso à educação, saúde e a outros serviços básicos.

Outra questão preocupante é a pressão por atividades econômicas que muitas vezes resultam em conflitos sociais e ambientais, envolvendo comunidades tradicionais, povos indígenas e grupos que dependem diretamente dos recursos naturais. Portanto, a magnitude do Estado na socioeconomia da Amazônia Legal transcende as fronteiras nacionais, pois desempenha um papel vital no desenvolvimento econômico do Brasil. Assim, a busca por soluções sustentáveis e a preservação responsável dos recursos naturais são imperativas para garantir um futuro equilibrado e próspero para esse território sociopolítico.

Assim, para atender aos pressupostos desta pesquisa, foi realizado uma análise do dinamismo do território da Amazônia Legal. Dado que, a dinâmica de um território pode ser entendida como o movimento que deriva de uma força, que gera estímulos e induz a evolução. Desse modo, para analisar a dinâmica do território sociopolítico da Amazônia Legal, foram feitas análises por meio do Quociente Locacional (QL) e do Nível Dinamismo do Território (NDT), visando a verificar como a dinâmica regional do desenvolvimento da Amazônia Legal tem ocorrido nas últimas décadas.

Com relação QL, percebeu-se que nenhum dos Estados que compõem o território sociopolítico da Amazônia Legal, possui o predomínio em todas as atividades econômicas, sendo que, alguns se destacam em certos segmentos como é o caso do Mato Grosso com relevância nas atividades (Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca e no Comércio). O estado do Pará se destaca nas atividades produtivas (Extrativa Mineral e no Serviço) e os estados de Roraima e o Amapá no segmento econômico (Serviço de Utilidade Pública). O estado do Maranhão destaca-se na (Construção Civil). O Acre na atividade econômica (Administração Pública) e o Amazonas evidencia potencial no segmento econômico (Serviço).

No que tange ao nível de dinamismo, percebeu-se que os Estados que têm maior dinamicidade são aqueles que apresentaram os maiores PIBs. Isso indica que o aumento do PIB está ligado à dinamicidade das atividade econômicas, ou *vice-versa*, uma menor

dinamicidade nos segmentos econômicos produz um menor crescimento do PIB. Sendo assim, os estados do Pará, Amazonas, Mato Grosso e Maranhão apresentaram níveis de dinamismo alto, com  $NDT > 1$ .

Com relação ao estado do Tocantins, apresentou nível baixo de dinamismo em 1995, 2000 e 2005 e nível mediano em 2010, 2015 e 2020, evidenciando que a economia desse Estado está em constante transformação em razão da diversificação das atividades econômicas que vêm sendo desenvolvidas neste Estado nas últimas décadas.

Em relação à representatividade na formação do PIB da Amazônia Legal ao longo de 1995 a 2020, o estado do Pará evidenciou o maior percentual seguido pelos estados do Mato Grosso, Amazonas e o Maranhão. Rondônia aparece de depois do Maranhão mas, apresentando uma distância significativa. Por fim, os estados do Tocantins, Amapá, Acre e Roraima aparecem nas últimas posições, indicando que nestes Estados existe uma baixa capacidade para dinamizar sua economia.

Tendo em vista o processo de estimativa do Índice de Magnitude do Estado na socioeconomia do Tocantins, percebeu-se que, desde a sua criação, essa unidade da federação tem sido considerada o mais importante agente econômico desse Estado, principalmente em relação aos investimentos em infraestrutura e na promoção do bem-estar social. Assim, a magnitude do Estado na socioeconomia do Tocantins pode ser analisada sob diversos aspectos.

Em se tratando das atividades econômicas, o Tocantins tem buscado diversificar sua economia, investindo em setores industriais e de comércio. O crescimento desses setores é importante para a criação de empregos e o fortalecimento da economia local, reduzindo a dependência do setor público. Assim, as principais atividades produtivas do Tocantins baseiam-se na produção agrícola, com destaque para a produção de arroz, milho, soja, mandioca e cana-de-açúcar. A criação pecuária também é significativa, com bovinos, suínos, equinos e bubalinos. Outras atividades significativas são as indústrias de processamento de alimentos, a construção civil, móveis e madeireiras e também o de serviços.

O setor de serviço é o principal segmento econômico na composição do PIB do Tocantins e se desenvolveu nas suas principais cidades e também no entorno do principal eixo de transporte do Estado, a BR-153, via que atravessa todo o Estado de norte a sul. Entre as atividades que influenciaram o volume dos serviços, destacam-se serviços pessoais, serviços administrativos complementares, serviços de transportes rodoviários e outros transportes e atividades mobiliárias.

Já a administração pública tem representado uma parcela significativa na conjuntura

da composição do PIB, pois entre 2000, 2005, 2010, 2015 e 2020 tais percentuais representaram 22%, 19%, 30%, 28%, 26%, respectivamente. Isso indica que a economia do Tocantins tem uma relativa dependência do setor público, no entanto, a partir de 2010, essa participação tem-se reduzido, evidenciando que outros setores vêm ganhando espaço na economia, mostrando diversificação nos setores produtivos.

No que diz respeito à atividade econômica industrial, a sua participação na composição do PIB do Tocantins entre 2000, 2005, 2010, 2015 e 2020, tem se mostrado incipiente, evidenciando que perdeu força na última década, alcançando representatividade percentuais de 12%, 25%, 19%, 13% e de 10%, respectivamente. Tal condição indica que esse setor precisa de uma atenção maior da parte do atores envolvidos no processo de industrialização do Estado no sentido de atrair novas indústrias que possam operar nessa unidade da federação. Entretanto o desenvolvimento não passa somente pela instalação de novas empresas industriais, mas também pela manutenção das indústrias operando no Tocantins, pela mão de obra qualificada, pela profissionalização, sendo a educação de qualidade fator determinante nesse processo.

No tocante à agropecuária, o Tocantins é reconhecido por sua expressiva produção, sendo a agroindústria, especialmente a ligada à produção de grãos como soja e milho, a que desempenha um papel importante na economia local. A expansão do agronegócio no Estado contribuiu para o aumento do PIB agropecuário e para a geração de empregos na área rural. Apesar de a agropecuária ser o setor de maior representação nas exportações, ainda é um segmento que pode ampliar sua contribuição na composição do PIB, pois os percentuais evidenciados entre 2000, 2005, 2010 e 2020 representam 20%, 11%, 12% e 18%, respectivamente. Esse segmento econômico foi a atividade que mais contribuiu com as exportações do Tocantins em 2021: a soja triturada correspondeu a 70%, a carne bovina fresca, refrigerada ou congelada, a 20%, e as demais exportações corresponderam a 10%.

Tendo em vista a mensuração comparativa quantitativa da magnitude do Estado na socioeconomia dos Estados da Amazônia Legal, foi desenvolvido um índice que sintetizou as manifestações da representatividade do Estado em 5 dimensões: i) Participação das instituições públicas em relação aos segmentos empresariais; ii) Participação do investimento público em relação à Receita Corrente Líquida; iii) Participação do PIB da administração pública em relação ao PIB Total dos Estados selecionados; iv) Participação de servidores públicos em relação à mão de obra ocupada; e v) Gastos Públicos *Per Capita*.

O Tocantins figurou nas primeiras posições do ranking em 3 das 5 dimensões utilizadas na composição do IME. Esta condição lhe conferiu a primeira posição no Índice de

Magnitude do Estado (IME) em relação às demais unidades da federação da Amazônia Legal.

Na dimensão Instituição Pública face ao total de estabelecimento empresarial, o Tocantins aparece na 1ª posição, sendo tal dimensão importante para analisar a magnitude do Estado, uma vez que revela a quantidade representativa de instituições públicas presentes em cada unidade da federação.

Na dimensão Gastos Públicos *Per Capita*, que se referem ao gasto público em relação à população, tem-se que esse indicador é fundamental para entender a participação do Estado na promoção da dinâmica econômica, isso porque os Estados estão entre os maiores agentes econômicos das suas respectivas economias. Nesta dimensão, o estado do Tocantins ocupa a 2ª posição, evidenciando que esses gastos públicos têm possibilitado maior dinamização da economia tocaninense.

Já na dimensão que se refere aos empregos formais, estimados pela média da PNAD contínua e RAIS, com relação ao número de servidores públicos em relação à quantidade de mão de obra ocupada, o Tocantins figurou na 3ª posição. Esta dimensão, nesse Estado se mostra expressiva, indicando certa dependência ao setor público com relação à geração de empregos formais.

Analisando a Tabela 17, percebe-se que os dois indicadores de dimensões que influenciaram diretamente na posição dos 4 primeiros Estados foram as dimensões 1-Índice de estabelecimento público e 2-índice de investimento público, adotadas nesta pesquisa. Sendo assim, tanto o Tocantins como o Acre superaram os estados de Roraima e do Amapá.

Vale ressaltar que, ao analisar o nível de dinamismo e o índice de magnitude do Estado na socioeconomia das unidades da federação da Amazônia Legal, percebeu-se que, os Estados de maiores PIBs, apresentaram os menores índices de magnitude do Estado, evidenciando que, quanto mais dinâmico as atividades produtivas menor será a participação do Estado na sua socioeconomia.

No estado do Tocantins entre 1990 e 2020, nota-se que, após a criação dessa unidade da federação, esta região, que era tida como arcaica e precária, apresentou uma evolução considerável, permitindo acesso da população a bens e serviços que 35 anos atrás era impossível. No entanto, a continuidade desse processo, depende dos atores envolvidos no processo que visa a promover o desenvolvimento regional, na qual possam construir uma visão de longo prazo, além de desenvolver políticas que possam compreender o papel da grande economia, bem como da pequena economia no cenário econômico do estado do Tocantins.

Apesar dos avanços econômicos, o Tocantins enfrenta desafios sociais, como a

necessidade de melhorias na educação e na saúde. O desenvolvimento de políticas públicas voltadas para essas áreas é fundamental para garantir uma sociedade mais equitativa e preparada para os desafios futuros. Portanto, a magnitude do estado do Tocantins na socioeconomia é notável, sendo, porém, necessário enfrentar os desafios sociais e promover a diversificação econômica para garantir um desenvolvimento sustentável e equitativo ao longo prazo.

Por fim, o propósito desta pesquisa foi alcançado, dado que a magnitude da situação da socioeconomia do Tocantins foi evidenciada alta, tanto na trajetória histórica, quanto na análise comparativa (análise quantitativa). Assim, para uma pesquisa futura em relação a esse tema, podem ser analisados de forma aprofundada os prós e os contras de uma alta presença do Estado na sua socioeconomia ao longo do tempo, uma vez que a regulação de atividades econômicas pode apresentar diversos desafios para a administração pública.

Esta pesquisa traz uma colaboração ao debate a respeito da magnitude do Estado, ao estimar seu índice de magnitude na socioeconomia do Tocantins e comparar com os demais Estados da Amazônia Legal. Isso posto, percebe-se o nível de participação de cada unidade da federação em suas respectivas relações sociais e econômicas, sendo, ao mesmo tempo, revelando o grau de dependência em relação ao setor público que, no caso dos estados do Tocantins Acre, Roraima e Amapá, principalmente em 2010 e 2020 é Grande, por essa razão, essa pesquisa foi útil, pois atendeu aos questionamentos e pressupostos levantados, permitindo, assim, compreender a magnitude do Estado.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU Marcelo Paiva. Crise, Crescimento e Modernização Autoritária, 1930-1945. IN: Abreu, Marcelo de Paiva (org). **A Ordem do Progresso: dois séculos de política econômica no Brasil.** (2014). Rio de Janeiro. Elsevier. 2ed., 442p.
- AVERBUG, André. Abertura e integração comercial brasileira na década de 90 . In: GIAMBIAGI, Fábio; MOREIRA, Maurício Mesquita (Org.). **A economia brasileira nos anos 90.** Rio de Janeiro : Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 1999. p. 43-82. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/12695>. Acesso em: 18 jul. 2023.
- ASSAD, Eduardo Delgado. **Amazônia Legal: propostas para uma exploração agrícola sustentável (RELATÓRIO COMPLETO).** EESP-Escola de Economia de São Paulo, 2016. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/17672>, Acesso: 07 jul. 2023.
- ÁVILA, Vicente Fideles de. Pressupostos para formação educacional em desenvolvimento local. **Interações (Campo Grande)**, 2000. Revista Internacional de Desenvolvimento Local. v. 1, n. 1, p. 63-76, 2000. Disponível em: <https://www.multitemas.ucdb.br/interacoes/article/view/616>. Acesso em: 12 mai. 2022.
- ANTUNES, Felipe da Silva. A Importância do Papel do Estado na Atividade Econômica. **A Economia em Revista-EURE**, v. 22, n. 1, p. 15-30, 2014. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EconRev/article/view/56719>. Acesso em: 05 jun. 2022.
- ARAÚJO, Wilson Alves de; TEMOTEO, Joelma Abrantes Guedes; ANDRADE, Maristela Oliveira de; TREVISAN, Salvador Dal Pozzo. Desenvolvimento local, turismo e populações tradicionais: elementos conceituais e apontamentos para reflexão. **Interações (Campo Grande)**, v. 18, n.4, p. 05-18, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/LPnFdBHDCPb48ZQ4RHCWYWv/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 mai. 2022.
- ALVES, Adriana Melo; ROCHA NETO, João Mendes da. A nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR II: entre a perspectiva de inovação e a persistência de desafios. **Revista Política e Planejamento Regional**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, julho/dezembro 2014, p. 311 a 338. ISSN 2358-4556. Disponível em: <https://www.revistappr.com.br/artigos/extra/59e5f257ada7d.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2023.
- BANCO MUNDIAL. Relatório sobre o desenvolvimento mundial. **Washington, DC**, 1997. Disponível em: <https://acervo.enap.gov.br/cgi-bin/koha/opac-detail.pl?biblionumber=3819>. Acesso em: 09 mai. 2022.
- BANCO DA AMAZÔNIA, Programação Financeira FNO 2022 (**Plano de Aplicação dos Recursos do FNO 2022**). Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/fundos-regionais-e-incentivos-fiscais/PlanodoFNO2022publicao.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2023.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 2004. 229 p.
- BEMVENUTI, Cássio Schneider. O Estado Liberal Clássico e o Surgimento do État Legal na França: As Garantias Individuais e ao Papel do Juiz no Processo (Liberal State Classic and the

Emergence of Legal État In France: The Warranties Individual and Judge's Role In The Process). [TESTE] **Revista Eletrônica do Mestrado em Direito da UFAL**, v. 5, n. 2, p. 36-50, 2014. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/ojs2-somente-consulta/index.php/rmdufal/article/view/1507>. Acesso em: 13 jul. 2022.

BECKER, Bertha Koiffmann, **Amazônia**. São Paulo: Editora Ática, 1998. p. 112.

BIASOTO, Geraldo; AFONSO, José Roberto. Estado e novo arranjo para o financiamento do investimento público no Brasil. **Economia e Sociedade**, v. 26, p. 189-213, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/xLGTHW9zWMz7Gd4XhDwtQcw/>. Acesso em: 10 jun. 2023

BONELLI Regis. 2003 Nível de atividade e mudança estrutural. *In*: Brasil. **Estatística do Século XX**. Rio de Janeiro. IBGE. 2003. 543 p.

BONELLI, Régis; MALAN, Pedro Sampaio. Os limites do possível: notas sobre o balanço de pagamentos e indústria dos anos 70. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 6, n. 2, p.353-406, 1976.

BRENNER, Neil, and Nik Theodore. "**Cities and the Geographies of Actually Existing Neoliberalism**." v.34, n.3, p. 349-79, 2002. Web. Disponível em: <https://www-periodicos-capes-gov-br.ez6.periodicos.capes.gov.br/index.php/buscaador-primo.html>. Acesso em: 03 abr. 2022.

BRENNER, Neil, Jamie Peck, and Nik Theodore. "**Variegated Neoliberalization: Geographies, Modalities, Pathways**." *Global Networks (Oxford)* v. 10, n. 2, p. 182-222, 2010. Web. Disponível em: <https://www-periodicos-capes-gov-br.ez6.periodicos.capes.gov.br/index.php/buscaador-primo.html>. Acesso em: 03 abr. 2022

BOAS, Taylor C.; GANS-MORSE, Jordan. "Neoliberalism: From New Liberal Philosophy to Anti-Liberal Slogan." **Studies in Comparative International Development** v.44, n.2, p. 137-61, 2009. Web. Disponível em: <https://www-periodicos-capes-gov-br.ez6.periodicos.capes.gov.br/index.php/buscaador-primo.html>. Acesso em 02 jun. 2022

BLOCK, Fred; EVANS, Peter. The State and the Economy. *In*: SMELSER, Neil Joseph.; SWEDBERG, Richard. **The Hand Book of Economic Sociology**, 2ª Edição, New York, Published by Princeton University, 2005, p. 518-539. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6037509/mod\\_resource/content/1/3.%20The\\_Handbook\\_Economic%20sociology.pdf#page=518](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6037509/mod_resource/content/1/3.%20The_Handbook_Economic%20sociology.pdf#page=518). Acesso em: 06 dez. 2022

BARBOSA, Ycarim Melgaço. **As políticas territoriais e a criação do estado do Tocantins**. 1999, p.215. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo (USP), 1999. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001028310>. Acesso em: 29 nov. 2023.

CASTELO, Rodrigo. O social-liberalismo: uma ideologia neoliberal para a “questão social” no século XXI. **Rio de Janeiro: UFRJ/ESS**, 2011. Disponível em: [https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/61060072/Rodrigo\\_Castelo\\_O\\_social-liberalismo\\_Tese\\_de\\_doutorado\\_UFRJ](https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/61060072/Rodrigo_Castelo_O_social-liberalismo_Tese_de_doutorado_UFRJ). Acesso em: 27 jul. 2023.

CASTILHO, Paulo Cesar Baria de. **Subordinação por Algoritmo**. LTr Editora, 2021, 150 p. Disponível em: <https://books.google.com.br/books>. Acesso em: 20 jul. 2023

CABUGUEIRA, Artur Carlos Crespo Martins. Do desenvolvimento regional ao desenvolvimento local. Análise de alguns aspectos de política econômica regional. **Gestão e Desenvolvimento**, n. 9, p. 103-136, 2000. Disponível em:

<https://revistas.ucp.pt/index.php/gestaoedesenvolvimento/article/view>,

<https://doi.org/10.7559/gestaoedesenvolvimento.2000.9>. Acesso em: 04 abr. 2022.

CERUTTI, Bernardete Bregolin; BRAIDO, Gabriel Machado. Desenvolvimento econômico e expansão das liberdades: desafios e possibilidades. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, v. 6, n. 3, p. 5-16, 2019. Disponível em:

<https://bu.furb.br/ojs/index.php/rbdr/article/view/6735>, DOI: <http://dx.doi.org/10.7867/2317-5443.2018v6n3p5-16>. Acesso em: 15 abr. 2022.

COSTA, Kelerson Semerene. Apontamentos sobre a formação histórica da Amazônia: uma abordagem continental. **Série de Estudos e Ensaios/Ciências Sociais/FLACSO-Brasil**, p. 1-25, 2009. Disponível em: [http://flacso.org.br/files/2014/12/Kelerson\\_Costa.pdf](http://flacso.org.br/files/2014/12/Kelerson_Costa.pdf). Acesso em: 23 ago. 2023

COSTA, Reinado Pereira de Brito; MARQUES DE OLIVEIRA, Nilton; LIMA, Fernando Silva. Análise da Situação Financeira do Estado do Tocantins por Categoria Econômica. *Revista desafios v.7, n especial-4 2020*. Disponível em:

<https://sistema.uft.edu.br/artigo/download>. Acesso em: 28 jan. 2024.

CORREIA, Luiz Soares. **A influência da BR-153 no crescimento e desenvolvimento econômico de Araguaína**. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília (UNB), 2015, p.153. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/19332>. Acesso em: 29 nov. 2023

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba. **Caderno de Caracterização do estado do Tocantins**, 2021, p. 75. Disponível em:

<https://www.codevasf.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/biblioteca-geral-rocha/publicacoes/outras-publicacoes/caderno-de-caracterizacao-estado-do-tocantins.pdf>.

Acesso em 08 jan. 2024.

CHANG, Ho-Joon, **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica** / Ho-Joon Chang; tradução Luiz Antônio Oliveira de Araújo – São Paulo: Editora UNESP, 2004. 255 p.

CHELALA, Charles Achcar. A Magnitude do Estado na Socioeconomia Amapaense.

Dissertação (Mestrado Integrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Amapá, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Amapá, 2008.

Disponível em: [https://www2.unifap.br/ppgdas/files/2023/04/Magnitude\\_Estado-Charles-2008.pdf](https://www2.unifap.br/ppgdas/files/2023/04/Magnitude_Estado-Charles-2008.pdf). Acesso em: 10 de jun. 2022.

CRUSOÉ, Revista Digital. **A Liberal-Democracia de Paulo Guedes: os planos do futuro governo para a economia**. Edição 31. Disponível em <https://crusoe.com.br/edicoes/31>.

Acesso em: 29 jul. 2023.

CUTRIM, André Carvalho et al. A Contribuição do Fundo Constitucional do Norte para o desenvolvimento regional no período de 2012-2018. In: **Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), 59. Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo (EBPC), 6., 2021, Brasília**. 2021. Disponível em:

[https://www.livroaberto.ufpa.br/jspui/bitstream/prefix/1111/1/CapitulodeLivro\\_FundoConstitucionalNorte.pdf](https://www.livroaberto.ufpa.br/jspui/bitstream/prefix/1111/1/CapitulodeLivro_FundoConstitucionalNorte.pdf). Acesso em: 30 ago. 2023.

CHAGAS, Rodolfo Pereira das. **Políticas territoriais no Estado do Tocantins: um estudo de caso sobre o Jalapão**. 2007, p.134. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-27112009-133840/pt-br.php>. Acesso em: 29 nov. 2023.

EBERHARDT, Paulo Henrique; FERREIRA DE LIMA, Jandir. Estágios de desenvolvimento econômico regional no sul do Brasil. **A Economia em Revista-AERE**, v. 24, n. 1, p. 119-136, 2016. Disponível em <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EconRev/article/view/56704>, DOI: <https://doi.org/10.4025/aere.v24i1.23806>, Acesso em: 09 jul. 2022

FINE, Ben. Beyond the Developmental State: Towards a Political Economy of Development. In: **Beyond Market-Driven Development**. Routledge, 2007. p. 17-33. Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/chapters/edit/10.4324/9780203007518-3/beyond-developmental-state-ben-fine>, Acesso em: 15 ago. 2022.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo. Editora Universidade de São Paulo. 2ed., 2012. 325 p.

FERREIRA, Henrique Villa da Costa. Programa de desenvolvimento integrado e sustentável de mesorregiões: uma experiência inovadora de desenvolvimento regional do governo brasileiro. In: VII CONGRESSO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA. Anais. Lisboa: Centro Latino-americano de Administración para el Desarrollo. Out. 2002. Disponível em: <https://clad.org/congresos-antiores/vii-portugal-2002/>, Acesso em: 15 jul. 2022.

FERREIRA DE LIMA, Jandir. **Economia Territorial: Teoria e Indicadores**. Campo Grande: EDUEPB, 2022. 158 p.

FERRER, Walkiria Martinez Heinrich; ROSSIGNOLI, Marisa. O Estado Brasileiro e o Desenvolvimento Econômico: Uma Análise pela Perspectiva da Economia Política. **Revista Húmus**, v. 10, n. 28, p.13-23, 2020. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/revistahumus/article/view/12632>. Acesso em: 20 jul. 2022.

FRATESI, Ugo; PERUCCA, Giovanni. EU Regional Development Policy and Territorial Capital: A Systemic Approach. **Papers in Regional Science**, v. 98, n. 1, p. 265-281, 2019. Disponível em: <https://rsaiconnect.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/pirs.12360>. Acesso em 02 ago. 2022.

FELIPIM, Daniele Grandotto; ROSA, Caroline da; SANTOS, Vinícius Ribas Samuel dos; ALLEBRANDT, Sérgio Luís. "O Papel do Estado e da Sociedade Civil na Elaboração dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento: O Caso dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento Ceiro e Noroeste Colonial (2015): **Revista Jovens Pesquisadores**, v.5 n. 2, p. 1-15, 2015. Web. Disponível em: <https://www-periodicos-capes-gov-br.ez6.periodicos.capes.gov.br/buscar-prim.html>. Acesso em: 15 mai.2022.

FEITOSA, Cid, Olivera. Panorama das atividades agropecuárias de exportação do Tocantins: soja e carne. v. 34, n. 71, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/1982-5153.2019v34n71p154>. Acesso em 08 jan. 2023.

FONTES, Virgínia Maria. **Reflexões Im-pertinentes: História e Capitalismo Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005. 327 p.

FIETO – FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE TOCANTINS, **Perfil da Indústria do Tocantins** 2018. Disponível em: <http://www.fieto.com.br/DownloadArquivo.aspx?c=575f5751-40fe-44f1-96d5-c96816f19338>. Acesso em: 13 nov. 2023.

FEITO - FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE TOCANTINS, **Perfil da Indústria do Tocantins**, 2023. Disponível em: <http://guiaindustrial.fieto.com.br/perfil-da-industria>. Acesso em: 28 dez. 2023.

FURTADO, Celso. **Introdução ao Desenvolvimento: Enfoque Histórico-Estrutural**. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, Ed. 3ª. 2000. 125 p.

FURTADO, Celso. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 8ª Ed. 1983. 225 p.

GEISER, Paulo, Novíssimo Aulete, dicionário contemporâneo da língua portuguesa, Editora Lexikon, ISBN: 9788586368752, 2012, p. 1456. Niterói/RJ

GENNARI, Adilson Marques. **História do Pensamento Econômico**. São Paulo. Saraiva Educação AS. 2ª Ed. 2009. 452 p.

GONÇALVES, Reinaldo. **A Herança da Ruptura: Cem Anos de História Econômica e Propostas para Mudar o Brasil**. São Paulo. Garamond, 1ª Ed. 2003. 176 p.

GRAY, Mia; BARFORD, Anna. The Depths of the Cuts: The Uneven Geography of Local Government Austerity. **Cambridge Journal of Regions, Economy And Society**, v. 11, n. 3, P. 541-563, 2018. Disponível em: <https://academic.oup.com/cjres/article/11/3/541/5123936?login=false>, Acesso em 07 set. 2022.

GRANITO, Roberta Aparecida Neves et al. Desenvolvimento regional e novos paradigmas: iniciativas de promoção do desenvolvimento na comunidade da Mangueira. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 5, n.2 p. 1-14, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/j8dBBbHHg3NtxDY8GQfbCcF/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 10 jun. 2022.

GUMIERO, Rafael Gonçalves. O FNO na região amazônica de Carajás: aprofundando o caráter primário e deletério da economia regional. **Novos Cadernos NAEA**, v. 25, n. 4, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/12830>. Acesso em: 31 ago. 2023.

HADDAD, Paulo Roberto. Capitais Intangíveis e Desenvolvimento Regional. **Revista de Economia**, v. 35, n. 3, p. 119-146. 2009. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/economia/article/viewFile/16712/11111>. Acesso em: 20 jul. 2022.

HAESBAERT, Rogério. O Mito da desterritorialização: Do Fim dos Território à multiterritorialidade. *Revista Formadores: Vivência e Estudos*, Cachoeira-BA. v.7, n.1, p. 74-77, 2014. Disponível em: <https://adventista.emnuvens.com.br/formadores/article/download/455/419>. Acesso em 09 dez. 2023

HERMANN, Jennifer. Auge e declínio do modelo de crescimento com endividamento: o II PND e a crise da dívida externa. In: Giambiagi *et al.* **Economia brasileira contemporânea: 1945-2010**. Rio de Janeiro, Elsevier. 2ed., Cap. 4, p. 93-115, 2011.

HIRSCHMAN, Albert Olist. **The strategy of economic development**. New Haven: Yale University Press, 10ª Ed. 1958. 217 p.

HIRSCHMAN, Albert Olist. **Estratégia do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. 322 p. (Biblioteca fundo universal de cultura). Disponível em: <https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/804>. Acesso em: 03 jul. 2022.

HAYEK, Friedrich (19440). **O caminho da servidão**. 9ª edição. LVM Editora: 2018, 344 p.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral; Maria Stela Gonçalves. 25. ed. São Paulo: Loyola, 2014, 341 p.

HÉBETTE, Jean; MARIN, Rosa Elizabeth Azevedo. Colonização e Fronteira: articulação no nível econômico e no nível ideológico. In: HÉBETTE, J. (Ed.). **Cruzando Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. I. Belém: EDUFPA, p. 74-88, 2004.

HUNT, Emery Kay. **História do pensamento econômico**. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Campus, 1981. 541 p.

IGLESIAS, Enrique Valentin. El papel del Estado y los paradigmas económicos en América Latina. **Revista de la CEPAL**, nº 90, p. 7-14, 2006. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/37473?show=full>. Acesso em: 03 mai. 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão Regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**. Rio de Janeiro, 82 p, 2017. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100600.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2023.

IANONI, Marcus. Políticas públicas e Estado: o plano real. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p. 143-183, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/zJXFW8TvZp35jQjQD7psypt/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 24 jul. 2023

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Contas Regionais do Brasil, População do Brasil por grandes Regiões e Unidades da Federação – 1985-2000**. Biblioteca digital. Rio de Janeiro. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em: 29 jun. 2023.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. População residente estimada: Estimativas de População – Estima Pop. 2020a no prelo. [bit.ly/2R4jaJe](https://bit.ly/2R4jaJe). Disponível em: <https://amazonia2030.org.br/wp-content/uploads/2021/04/AMZ2030-Fatos-da-Amazonia-2021-3.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2023.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Amazônia Legal em dado**, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15819-amazonia-legal.html?edicao=34299>. Acesso em: 08 ago. 2023.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Amazônia Legal em Dados, 2019. Disponível em: <https://amazonialegalemdados.info/dashboard/pre-perfil.php?regiao=Amaz%C3%B4nia%20Legal>. Acesso em: 25 set. 2023.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico 2022, população por idade e sexo – resultado do universo. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2022/universo-populacao-por-idade-e-sexo>. Acesso em: 10 dez. 2023

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Produto Interno Bruto, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em: 21 dez. 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Contas Regionais do Brasil, Valor Adicionado Bruto por grandes Regiões e Unidades da Federação – 2002-2020**. Biblioteca digital. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9054-contas-regionais-do-brasil.html?=&t=downloads>. Acesso em: 02 jan. 2024.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO GEOGRAFIA E ESTÁTICAS, NOTAS TÉCNICAS, versão 1.13, Diretoria. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. **Rio de Janeiro, 2023**, versão 1.13. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102014\\_notas\\_tecnicas.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102014_notas_tecnicas.pdf). Acesso em: 19 jan. 2024.

KEYNES, John Maynard. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. Tradução de Mário R. da Cruz. São Paulo: Nova Cultural, 1996, Título Original: The General Theory of Employment, Interest and Money.

KNECHTEL, Maria do Rosário. **Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada**. Curitiba: Intersaberes, 2014. 200 p.

KUME, Honório; PIANI, Guida; MIRANDA, Pedro. **O grau de sofisticação relativa das exportações brasileiras: 1996-2007**. Texto para Discussão, 2012. Disponível em: <https://www.econstor.eu/handle/10419/91029>. Acesso em: 08 jul. 2023.

LAGO, Luis Aranha Correia. A retomada do crescimento e as distorções do “milagre”. In: Abreu M.P. **A Ordem do Progresso: Dois séculos de política econômica no Brasil**. Rio de Janeiro. Elsevier. 2ed., Cap. 11, 2014, p. 213-240.

LACERDA, Antônio Corrêa de. **Globalização e Inserção Externa da Economia Brasileira: Política Econômica, Investimentos Diretos Estrangeiros e Comércio Exterior na década de 1990**. 2003. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/Busca/Download?codigoArquivo=490188>. Acesso em: 05 jul. 2023.

LECHNER, Norbert. Estado y sociedad en una perspectiva democrática. **Estudios Sociales: Revista Universitaria Semestral**, v. 11, n. 1, p. 9-21, 1996. Disponível em: <https://bibliotecavirtual.unl.edu.ar:8443/ojs/index.php/EstudiosSociales/article/view/2361>. Acesso em: 15 jul. 2023.

LIMA JUNIOR, Eduardo Brandão et al. Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 44, p. 1-16, 2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2356>. Acesso em: 05 jan. 2023.

LIMA FILHO, Raimundo; PINHEIRO, Francisco Marton Gleuson; MOREIRA, Romilson. AS POLÍTICAS KEYNESIANAS E A GARANTIA DO PLENO EMPREGO UM ENSAIO TEÓRICO (The Keynesian Policies and Full Employment Guarantee: A Theoretical Essay). **Economia e Desenvolvimento (Santa Maria)**, v. 26, n. 1, p. 44-55, 2014. Disponível em: [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=3626372](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3626372). Acesso em: 4 ago. 2022.

LIMA, Antônio Ernani Martins. A teoria do desenvolvimento regional e o papel do Estado. **Revista Análise Econômica**. Porto Alegre, v. 24 n. 45, p. 65-90, 2006. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/AnaliseEconomica/article/view/10848>. Acesso em: 8 jul. 2022.

LIMA, Marcial. **Introdução aos métodos quantitativos em Ciências Sociais**. ABDAL, Alexandre; OLIVEIRA, Maria Caroline Vasconcelos; GHEZZI, Daniela Ribas. Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Quantitativo. São Paulo, SESC/CEBRAP, p. 10-31, 2016. 99 p. Disponível em: [https://bibliotecavirtual.cebrap.org.br/arquivos/2017\\_E-BOOK%20Sesc-Cebrap\\_%20Bloco%20Quantitativo.pdf](https://bibliotecavirtual.cebrap.org.br/arquivos/2017_E-BOOK%20Sesc-Cebrap_%20Bloco%20Quantitativo.pdf). Acesso em: 2 set. 2022.

LINHARES, Bianca de Freitas; ALVES, Douglas Santos. Metodologia de ensino em pesquisa social quantitativa. **Revista Pensamento Plural**, v.9, n. 14, p. 1-17, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pensamentoplural/article/view/3782/3412>. Acesso em: 6 set. 2022.

LOUREIRO, Felipe Pereira. O Plano Trienal no contexto das relações entre Brasil e Estados Unidos (1962-1963). **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 33, p. 671-691, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/vBkm7JJShM8ntmh6PVHqLHH/?lang=pt>. Acesso em: 05 nov. 2023

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dâmaso Afonso. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária, 1986. 99 p.

MATOS NETO, Antônio José de. **Estado de direito agroambiental brasileiro**. Editora Saraiva, ISBN 9788502092655. 2010, 350 p.

MARTHA JUNIOR, Geraldo Bueno; CONTINI, Elisio; NAVARRO, Zander. **Caracterização da Amazônia Legal e macrotendências do ambiente externo**. 2011. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/handle/doc/907075>. Acesso em: 07 jul. 2023.

MADUREIRA, Eduardo Miguel Prata. Desenvolvimento regional: principais teorias. **Revista Thêma et Scientia**, v. 5, n. 2, p. 8-23, 2015. Disponível em: <http://www.themaetscientia.fag.edu.br/index.php/RTES/article/view/671>, Acesso em 15 dez. 2022.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. A Economia Brasileira no Novo Milênio: Continuidade e Mudanças nas Estratégias de Desenvolvimento. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 21, 2017, p. 1-16, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rec/a/YDcKZ4Q5dMjvnjcDHLLFSbS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 jul. 2023

MIROWSKI, Philip; PLEHWE, Dieter (eds), **The Road from Mont Pèlerin. The Making of the Neoliberal Thought Collective**. Harvard: Harvard University Press, p. 417-455, 2009. disponível em: <https://journals.openedition.org/oeconomia/1434>, Acesso em: 10 nov. 2022.

MELLO, Andréa Hentz; FEITOSA, Nathália Karolinne. Dinâmicas da ocupação territorial na Amazônia: Reflexões sobre os impactos socioambientais pós-pandemia decorrentes do avanço do desmatamento. **Unifesspa: Paineis Reflexão em tempos de crise**, v. 15, p. 04, 2020.

Disponível em:

[https://acoescovid19.unifesspa.edu.br/images/conteudo/Texto\\_Profa.\\_Andr%C3%A9a\\_Hentz.pdf](https://acoescovid19.unifesspa.edu.br/images/conteudo/Texto_Profa._Andr%C3%A9a_Hentz.pdf). Acesso em: 24 ago. 2023

MENDES, Marcos. **Fundo de Participação dos Estados**: sugestão de novos critérios de partilha que atendam à determinação do STF, 2011. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-96-fundo-de-participacao-dos-estados-sugestao-de-novos-criterios-de-partilha-que-atendam-determinacao-do-stf>. Acesso em 11 jan. 2024

MORAES, Jorge Luiz Amaral de; SCHNEIDER, Sérgio. Perspectiva territorial e abordagem dos sistemas produtivos localizados rurais: novas referências para o estudo do desenvolvimento rural. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 6, n. 2, p. 1-34, 2010, disponível em:

<https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/282>, Acesso em: 05 dez. 2022.

MOURÃO, Kleber Antonio da Costa; SILVA, Felipe Melo da. **Reflexões acerca do Desenvolvimento da Amazônia no Século XXI**. Belém: Editora Folheando, 2018, 162 p.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas**. Tradução de Ewaldo Correa de Lima, Rio de Janeiro: campus, 1978, p.240. Título Original: Economic Theory and Under-Developed Regions.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas**. Lisboa: Editora Saga, 1965. 240 p.

MOURÃO, Kleber Antonio da Costa; AMIN, Mário Miguel. A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) como Instrumento de Gestão do Desenvolvimento Econômico da Amazônia Legal. **Colóquio Organizações, Desenvolvimento e Sustentabilidade**, v. 8, p. 258-273, 2017. Disponível em:

<http://revistas.unama.br/index.php/coloquio/article/view/702>.

MOREIRA, Cássio Silva. **O projeto de nação do governo João Goulart: o Plano Trienal e as Reformas de Base (1961-1964)**. 2011. Disponível em:

<https://acervoapi.paulofreire.org/server/api/core/bitstreams/9405f161-33b7-4a61-8aa4-e88d106fa43e/content>. Acesso em: 28 jun. 2023.

MCTIC - MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO; /INPI, Instituto Nacional da Propriedade Industrial. **Amazônia Legal em Dados**. Disponível em:

<https://amazonialegalemdados.info/dashboard/pre-perfil.php?regiao=Amaz%C3%B4nia%20Legal>. Acesso em: 20 set. 2023.

MARQUES DE OLIVEIRA, Nilton; ALVES, Erisvaldo. Transformações Econômicas no Estado do Tocantins nas Primeiras Décadas do Século XXI/Economic Transformations of Tocantins State, Brazil, In the First Decades of the 21st Century. **Informe GEPEC**, v. 26, n. 3, p. 102-119, 2022. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/29767>, Acesso em: 11 fev. 2023

MARQUES DE OLIVEIRA, Nilton; PIFFER, Moacir. Conjuntura do desenvolvimento regional dos municípios do estado do Tocantins. *Drd – Desenvolvimento regional em Debate*, Canoinhas, v. 6, n. 3, p. 32-61, 2016. Disponível em: <http://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/2583>, Acesso em: 10 fev. 2023.

MARQUES DE OLIVEIRA, Nilton. Transição do Norte de Goiás ao território do Estado do Tocantins. **Revista Tocantinense de Geografia**, v. 7, n. 12, p. 53-82, 2018. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/geografia/article/view/4890>. Acesso em 15 dez 2023.

MARQUES DE OLIVEIRA, Nilton. **Desenvolvimento regional e territorial do Tocantins**. Palmas/TO: Universidade Federal do Tocantins / EDUFT, 2019, 214 p.

NASCIMENTO, Rodrigo Paulino et al. Desenvolvimento endógeno da região metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte: uma análise do quociente locacional. In: III CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO. p.1-19, 2014. Disponível em: [http://www.unitau.br/files/arquivos/category\\_154/MPH0592\\_1427391000.pdf](http://www.unitau.br/files/arquivos/category_154/MPH0592_1427391000.pdf). Acesso em 10 fev. 2023.

NASCIMENTO, Júnior Batista do, **Conhecendo o Tocantins**, História e Geografia. 2ª Edição reformulada e atualizada. Editora: KELPS, 2004, p.107.

NASCIMENTO, Júnio Batista do. **Processo de emancipação dos municípios do Tocantins**. **Revista Geonorte**, v. 4, n. 12, p. 1648-1662, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/revista-geonorte/article/view/1258>. Acesso em: 07 dez. 2023.

NUNES, Andrade Oliveira. Intervenção estatal: o papel do Estado na economia. **Revista Argumentum-Argumentum Journal of Law**, ISSN eletrônico: 2359-6880, v. 11, p. 145-159, 2019. Disponível em: <http://ojs.unimar.br/index.php/revistaargumentum/article/view/1056>, Acesso em: 18 nov. 2022.

NASCIMENTO, Rodrigo Paulino; RICCI, Fabio; RODRIGUES, Marilsa de Sá. Desenvolvimento endógeno da região metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte: uma análise do quociente locacional. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO. v. 3. p. 1-19, 2014. Disponível em: [http://www.unitau.br/files/arquivos/category\\_154/MPH0592\\_1427391000.pdf](http://www.unitau.br/files/arquivos/category_154/MPH0592_1427391000.pdf). Acesso em: 10 set. 2023.

NASCIMENTO, Júnio Batista do. **Conhecendo o Tocantins: História e Geografia**, 2ª Edição Reformulada Atualizada, Palmas-Tocantins, Editora KELPS, 2004, p.108

NORTH, Douglass Cecil. Location theory and regional economic growth. **Journal of political economy**, v. 63, n. 3, p. 243-258, 1955. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/257668>. Acesso em: 03 jan. 2024

NUNES, Antônio José Avelas. **Do estado liberal à ‘revolução keynesiana’**. O Diário, 2011.. Disponível em: <http://www.odiarario.info/b2-img/avelasnunes.pdf>, Acesso em: 06 mai. 2022.

OMETTO, Ana Maria Holland; FURTUOSO, Maria Cristina Ortiz.; SILVA, Marina Vieira da. Economia brasileira na década de oitenta e seus reflexos nas condições de vida da população. **Revista de Saúde Pública**, v. 29, p. 403-414, 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/XRCdDpSndmxTY5J7wXz6tXn/>. Acesso em: 15 jul. 2023

OLIVEIRA, Roberson Campos de; GENNARI, Adilson Marques. **História do pensamento econômico**. 1ª ad. São Paulo: Saraiva Educação SA, 2017. 423 p.

OLIVEIRA, Gilson Batista de; LIMA, José. Edmilson de Sousa. Elementos Endógenos do Desenvolvimento Regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável. **Revista FAE**. Curitiba, v. 6, n. 2, p. 29-37, 2003. Disponível em: <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/462>. Acesso em: 05 jan. 2023.

OLIVEIRA, Marines Ruite. Algumas teorias para discutir o desenvolvimento. **Economia e Desenvolvimento**, v. 30, n. 8, p.1- 10, 2018. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/231147309.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2022.

OLIVEIRA, Silva de, Raphael; MARQUES, Mabel Diz. Neoliberalismo e desenvolvimento regional: obstáculos da política regional no Brasil. **DRd-Desenvolvimento Regional em debate (ISSNe 2237-9029)**, v. 10, p. 348-369, 2020. Disponível em: <http://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/2686>. Acesso em: 18 dez. 2022.

ORENSTEIN, Luiz; Sochaczewski, Antônio Cláudio. Democracia com desenvolvimento. In: Abreu M.P. **A Ordem do Progresso: Dois séculos de política econômica no Brasil**. Rio de Janeiro. Elsevier. 2ed., Cap. 8, p. 157-178, 2014.

OPUSZKA, Paulo Ricardo; FRÁGUAS, Sílvia. Elementos da teoria keynesiana para uma reflexão sobre a intervenção jurídica estatal. **Revista de Direito Econômico e Socioambiental**, v. 3, n. 2, p. 465-489, 2012. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6172815>. Acesso em: 12 dez. 2022.

PERROUX, François. O Conceito de Polo de Crescimento. In: Schwartzman, Jacques (Org.). **Economia Regional: Textos Escolhidos**. Belo Horizonte: Cedeplar, p. 145-156, 1977. Disponível em: [https://bibcentral.ufpa.br/arquivos/40000/41500/19\\_41567.htm](https://bibcentral.ufpa.br/arquivos/40000/41500/19_41567.htm). Acesso em: 17 set. 2022.

PIACENTI, Carlos. Alberto; EBERHARDT, Paulo Henrique de Cezaro; Reinaldo; ALVES, Lucir Reinaldo (ORG). **Economia e Desenvolvimento Regional**. Foz do Iguaçu: Parque Itaipu, 2016, p.200. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Jandir-Ferrera-De-Lima/publication/299791978\\_Economia\\_Desenvolvimento\\_Regional/links/57054c7408aef745f717462c/Economia-Desenvolvimento-Regional.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Jandir-Ferrera-De-Lima/publication/299791978_Economia_Desenvolvimento_Regional/links/57054c7408aef745f717462c/Economia-Desenvolvimento-Regional.pdf). Acesso em: 18 set. 2022.

PECK, Jamine. **Constructions of neoliberal reason**. Oxford: Oxford University Press, 2010. Disponível em: [https://www.google.com.br/books/edition/Constructions\\_of\\_Neoliberal\\_Reason/8scYfU2ieMEC?hl=pt-BR&gbpv=1&dq=Constructions+of+neoliberal](https://www.google.com.br/books/edition/Constructions_of_Neoliberal_Reason/8scYfU2ieMEC?hl=pt-BR&gbpv=1&dq=Constructions+of+neoliberal). Acesso em: 25 set. 2022. 291 p.

PIKE, Andy et al. Austerity states, institutional dismantling and the governance of sub-national economic development: The demise of the regional development agencies in England. **Territory, Politics, Governance**, v. 6, n. 1, p. 118-144, 2018. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/21622671.2016.1228475>. Acesso em: 17 nov. 2022.

PECK, Jamie; TICKELL, Adam. Neoliberalizing space. In: **Economy**. Routledge, 2017. 25 p. Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/chapters/edit/10.4324/9781351159203-22/neoliberalizing-space-jamie-peck-adam-tickell>. Acesso em: 02 dez. 2022.

PEREIRA, Jaiane Aparecida; ZACARIAS, Gabrielle Corrêa; SILVA, Marco Antônio Costa da. Perspectivas do território e desenvolvimento local: estudo sobre a constituição do município de Naviraí, MS, como polo urbano regional. **Interações (Campo Grande)**, v. 22, n. 1, p. 309-327, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/KxngdZkFP7xfcxLVXyqQZBr/>. Acesso em: jul.2022.

PEREIRA, Jaiane Aparecida et al. Desenvolvimento local e regional: características da microrregião de Iguatemi do Estado de Mato Grosso do Sul. **Revista Eletrônica Científica do CRA-PR-RECC**, v. 4, n. 2, p. 19-35, 2017. Disponível em: <http://recc.cra-pr.org.br/index.php/recc/article/view/73>. Acesso em: 19 jul. 2022.

PEREIRA, Geórgia Martins; ALVES, Larissa da Silva Ferreira. A política de desenvolvimento regional de Celso Furtado para o Nordeste: revisão integrativa de literatura. **DRd-Desenvolvimento Regional em debate**, (ISSNe 2237-9029), v. 11, p. 144-159, 2021. Disponível em: <http://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/3505>. Acesso em: 20 jul. 2022.

PEREIRA, Denise de Alcântara. Estratégias e processos participativos para o desenvolvimento local e regional na Baixada de Sepetiba, RJ. **Cadernos Metrópole**, v. 22, n. 47, p. 147-172, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cm/a/RsHVs9Xp3RCzMnkBSTJMMpF/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 22 jul. 2022.

PELINSKI, Augusta; LIMA, Jandir Ferrera de; STADUTO, Jefferson Andronio Raimundo. As atividades produtivas nas microrregiões paranaenses. **Revista Economia & Tecnologia**, v. 5, n. 1, p. 1-10, 2009. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/27303/18191>. Acesso em: 17 set. 2023.

PNAD, Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio Contínua (PNAD contínua), **Amazônia Legal em Dados**. Disponível em: <https://amazonialegalemdados.info/dashboard/pre-perfil.php?regiao=Amaz%C3%B4nia%20Legal>. Acesso em: 27 set. 2023.

PORTUGAL, Rodrigo; SILVA, Sérgio Felipe Melo da; MOURÃO, Kleber Antônio da Costa. FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA (FDA): Análise de esforço fiscal por meio de indicadores de desempenho. **Cadernos CEPEC**, v. 4, n. 7-12, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/cepec/article/view/6893>. Acesso em: 02 set. 2023.

PNUD, Relatório de Desenvolvimento Humano. A água para lá da escassez: poder, pobreza e crise mundial de água. **Nova Iorque: PNUD**, 2006. Disponível em: [https://sswm.info/sites/default/files/reference\\_attachments/PNUD%202006%20Relatorio%20do%20Desenvolvimento%20Humano%202006%20-%20PORTUGUESE.pdf](https://sswm.info/sites/default/files/reference_attachments/PNUD%202006%20Relatorio%20do%20Desenvolvimento%20Humano%202006%20-%20PORTUGUESE.pdf). Acesso em: 25 jul. 2022.

RAIHER, Augusta Pelinski; FERREIRA DE LIMA, Jandir. A influência dos investimentos estatais no desenvolvimento econômico dos municípios paranaenses. **Informe Gepec**, v. 13, n. 2, p. 121-137, 2009. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/1880>. Acesso em: 15 mai. 2022.

RIEDL, Mario; MAIA, Cláudio Machado. Especialização e potencial endógeno na análise regional. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 3, n. 2, p. 27-48, 2006. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/6>. Acesso em: 11 set. 2023.

RODRIGUES, Jean Carlos; SANTOS, Robson Francisco Barros dos. A Geografia Política do Estado do Tocantins: análise da criação/emancipação de municípios tocantinenses. **Geographia Opportuno Tempore**, v. 2, n. 1, p. 21-35, 2015. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/Geographia/article/view/22694>. Acesso em: 09 dez. 2023.

RODRIGUES, Waldecy; SANTOS, Nayara Silva. Desenvolvimento territorial no Brasil: uma análise a partir da concepção teórica de Karl Polanyi. **Interações (Campo Grande)**, v. 19, p. 119-135, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/7fjY3PtMSj/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 21 dez. 2023.

RODRIGUES, Waldecy. Estimativa do PIB Industrial do estado do Tocantins, 2002 – 2020, 2020. Disponível em: <http://fieto.com.br/DownloadArquivo.aspx?c=0be573ce-4efd-4f1a-b6d0-a82aee650516>. Acesso em: 03 jan. 2024.

RODRIGUES, Waldecy. “Tocantins foi a última experiência de sucesso em desenvolvimento regional”. *Jornal Opção*, 29 de out. 2023. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/tocantins/waldecy-rodrigues-tocantins-foi-a-ultimo-experiencia-de-sucesso-em-desenvolvimento-regional-545079>. Acesso em: 11 jan. 2024

SADER, Emir; GENTILI, Pablo. Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. In: **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. 1995. p. 205.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção**. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 260 p. 2014. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/16391201/Santos-Milton-a-Natureza-Do-Espaco>. Acesso em 09 dez. 2023.

SANTOS, Daniel; SALOMÃO, Rodney; VERÍSSIMO, Adalberto. **Fatos da Amazônia 2021**. Amazônia 2030, São Paulo, março de 2021, 86 p. Disponível em <https://amazonia2030.org.br/wp-content/uploads/2021/04/AMZ2030-Fatos-da-Amazonia-2021-3.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2023.

SANTOS, Roberto Souza. (Des) envolvimento regional, fronteira e o espaço do agronegócio no Tocantins: crescimento econômico sem distribuição de renda. **DRd-Desenvolvimento Regional em debate**, v. 10, p. 3-35, 2020. Disponível em: <http://ojs.unc.br/index.php/drd/article/view/2509>. Acesso em: 09 jan. 2024.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações, investigação sobre sua natureza e suas causas**. Tradução: Luiz João Baraúna. Vol. I, Editora Nova Cultural, 1996, 471 p. Disponível em: <http://www.projetos.unijui.edu.br/economia/files/Adam-Smith-2.pdf>. Acessado em: 03 dez.. 2022.

SAVI, Claudia Aparecida.; MEZA, Maria Lucia Figueiredo Gomes de. Infraestrutura Técnico-Científica como Propulsora do Desenvolvimento Regional: Estado do Paraná. **IX Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional**, 2019. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/issue/view/130/showToc>. Acesso em 16 mai. 2022.

SEPLAN, Secretária de Estado de Planejamento, Produto Interno Bruto do Estado do Mato Grosso – **Contas Regionais** – Ano de 2014. Ano II, IIª Edição. Novembro, 2016. Disponível em: <http://www.seplag.mt.gov.br/images/files/00seplan-5615-62d0573edb837.pdf>. Acesso em 14 set. de 2023.

SEPLAN – Secretaria do Planejamento e Orçamento. Tocantins em números, **Balança Comercial do Tocantins** 2021. Disponível em: Acesso em: <https://www.to.gov.br/seplan/tocantins-em-numeros/3hvj9o2111>. Acesso em: 10 jan. 2024

SIMON, Elias José. A participação do estado na economia brasileira: subsídios para o debate. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, v. 8, 1985. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/1842>. Acesso em: 14 jul. 2023

SILVA, Maria Luiza Falcão. Plano Real e âncora cambial. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 22, p. 387-407, 2020. <https://www.scielo.br/j/rep/a/PbxtzNVZvNwcVcRVfdJqkgj/>. Acesso em: 24 jul. 2023

SILVA, Cíntia Santos; ALVES, Lucir Reinaldo. Agropecuária e Desenvolvimento Municipal no Estado do Tocantins. **Agricultural and Municipal Development of the Tocantins State**. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Lucir-Alves/publication/354187508> Acesso em: 10 dez. 2023

SOZZO, Máximo. **Pós-neoliberalismo e penalidade na américa do sul**. Editora Fundação Perseu Abramo 2018, p. 371. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fpabramo.org.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/195/Pos-neoliberalismo-WEB.pdf?sequence=1>. Acesso em: 12 jul. 2023.

STOLOWICZ, Beatriz. O “Pós-Neoliberalismo” e a Reconfiguração do Capitalismo na América Latina. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 14, n. 2, p. 189-215, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/26927>. Acesso em: 11 jul. 2023

SILVA, Christian Luiz da; LOPES, Carminda; MICHON JUNIOR, William. Intervenção do Estado e desenvolvimento local: uma análise cross section dos municípios paranaenses. **Interações (Campo Grande)**, v. 10, n. 1 p. 41-53, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/pKRsjYJFgtwXHWD3ZKFFRxt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 out. 2022.

SILVA, Chistian Luiz. **Investimento Estrangeiro Direto: da dependência à globalização**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 2005. 154 p.

SILVA, Ariana Cericatto da; BEZERRA, Francisco Diétima da Silva. O Papel do Estado e as Políticas Econômicas para Keynes: Uma Análise para o Período 2010–2015. **Publicatio UEPG: Ciências Sociais Aplicadas**, v. 27, n. 3, p. 300-310, 2019. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/sociais/article/view/14173>. Acesso em: 06 abr. 2022.

SUZIGAN, Wilson; FURTADO, João. Política industrial e desenvolvimento. **Revista CEPAL** , 2006, <https://hdl.handle.net/11362/70> . Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/items/a213fab4-935e-44cd-95af-54e4394b89dc>. Acesso em: 14 jul. 2023.

SUDAM. Relatórios de Avaliação 2007-2014 da SUDAM. Belém: SUDAM, 2015. Disponível em: <http://repositorio.sudam.gov.br/sudam/incentivos-fiscais/relatorio-de-avaliacao/relatorio-de-avaliacao-if-25082016.pdf/view>. Acesso em: 06. set. 2023.

TOMIO, Fabrício Ricardo de Limas. Federalismo, municípios e decisões legislativas: **a criação de municípios no Rio Grande do Sul. Revista de Sociologia e Política**, p. 123-148, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/hh88SNwtyDjZVP8JqzjSKmS/?lang=pt>. Acesso em: 07 dez. 2023

WHITFORD, Michelle. A framework for the development of event public policy: Facilitating regional development. **Tourism Management**, v. 30, n. 5, p. 674-682, 2009. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0261517708001647>. Acesso em: 07 ul. 2022.

## APÊNDICE I

### QL do Território Sociopolítico da Amazônia Legal - 1990

UF	QL 1-Extrativa Mineral	QL 2 - Indústria de Transformação	QL 3 - Serviços Industriais de Utilidade Pública	QL 4 - Construção Civil	QL 5 - Comércio	QL 6 - Serviços	QL 7 - Administração Pública	QL 8 - Agropecuária
11 - Rondônia	0,598	0,594	1,315	0,506	1,186	0,697	1,379	0,253
12 - Acre	0,122	0,310	1,287	0,808	0,594	0,665	1,683	0,251
13 - Amazonas	0,855	1,991	0,911	0,785	0,812	0,856	0,840	0,137
14 - Roraima	0,577	0,276	2,691	2,789	1,891	1,277	0,565	0,135
15 - Pará	1,559	1,011	0,795	1,059	1,036	1,177	0,850	1,233
16 - Amapá	5,464	0,242	1,170	1,509	0,468	0,456	1,676	0,094
17 - Tocantins	0,196	0,572	0,819	0,713	2,030	1,240	0,672	2,474
21 - Maranhão	0,212	0,547	1,077	1,187	0,879	1,098	1,179	0,431
51 - Mato Grosso	0,725	0,803	1,093	1,100	1,264	1,032	0,862	2,946

### QL do Território Sociopolítico da Amazônia Legal - 2000

UF	QL 1-Extrativa Mineral	QL 2 - Indústria de Transformação	QL 3 - Serviços Industriais de Utilidade Pública	QL 4 - Construção Civil	QL 5 - Comércio	QL 6 - Serviços	QL 7 - Administração Pública	QL 8 - Agropecuária
11 - Rondônia	0,966	1,130	0,706	0,449	1,242	0,749	1,153	0,517
12 - Acre	0,282	0,334	0,803	0,912	0,809	0,707	1,596	0,603
13 - Amazonas	1,106	1,611	0,689	0,588	0,841	1,151	0,902	0,161
14 - Roraima	0,270	0,286	1,227	1,149	1,203	0,790	1,364	0,294
15 - Pará	1,584	1,041	0,617	1,149	0,945	1,089	0,974	0,688
16 - Amapá	0,110	0,348	10,735	0,971	0,938	1,204	0,805	0,082
17 - Tocantins	0,941	0,377	0,944	1,927	0,871	0,597	1,405	1,326
21 - Maranhão	0,668	0,537	1,029	1,338	0,939	1,036	1,192	0,390
51 - Mato Grosso	0,707	1,271	0,490	0,785	1,218	1,017	0,635	3,007

### QL do Território Sociopolítico da Amazônia Legal – 2010

UF	QL 1-Extrativa Mineral	QL 2 - Indústria de Transformação	QL 3 - Serviços Industriais de Utilidade Pública	QL 4 - Construção Civil	QL 5 - Comércio	QL 6 - Serviços	QL 7 - Administração Pública	QL 8 - Agropecuária
11 - Rondônia	0,518	0,941	0,901	1,897	1,154	0,847	1,079	0,305
12 - Acre	0,286	0,528	0,895	1,097	0,853	0,943	1,525	0,262
13 - Amazonas	0,456	1,948	1,112	0,622	0,752	1,251	1,060	0,052
14 - Roraima	0,142	0,318	2,325	1,137	0,925	0,929	1,567	0,102
15 - Pará	2,357	0,929	0,889	0,946	0,999	1,081	1,152	0,409
16 - Amapá	1,575	0,264	1,499	0,633	1,047	1,147	1,474	0,093
17 - Tocantins	0,662	0,578	1,334	0,853	0,903	0,782	1,508	0,598
21 - Maranhão	0,379	0,429	0,918	1,267	0,931	0,756	0,636	3,188
51 - Mato Grosso	0,664	1,339	0,855	0,756	1,276	1,068	0,638	1,308

### QL do Território Sociopolítico da Amazônia Legal – 2020

UF	QL 1-Extrativa Mineral	QL 2 - Indústria de Transformação	QL 3 - Serviços Industriais de Utilidade Pública	QL 4 - Construção Civil	QL 5 - Comércio	QL 6 - Serviços	QL 7 - Administração Pública	QL 8 - Agropecuária
11 - Rondônia	0,424	1,095	1,398	0,558	1,173	0,883	1,079	0,704
12 - Acre	0,017	0,486	0,977	0,898	0,938	0,960	1,374	0,439
13 - Amazonas	0,370	1,860	1,234	0,751	0,809	1,045	1,035	0,101
14 - Roraima	0,124	0,325	1,329	1,158	0,943	0,770	1,563	0,277
15 - Pará	2,589	0,839	0,783	1,350	0,946	1,081	0,963	0,804
16 - Amapá	0,627	0,239	1,060	0,765	1,008	0,851	1,551	0,138
17 - Tocantins	0,451	0,629	1,288	0,780	0,924	0,863	1,224	1,511
21 - Maranhão	0,283	0,504	0,800	1,188	0,984	1,094	1,174	0,475
51 - Mato Grosso	0,712	1,350	0,977	0,858	1,183	0,937	0,577	2,543

## APÊNDICE II

## Nível de Dinamismo do Território Sociopolítico da Amazônia Legal

Unidades da Federação	PIB a Preços Constantes em (R\$ 1.000)					
	1995	2000	2005	2010	2015	2020
Rondônia	14.238.448	28.562.326	35.947.103	49.246.880	55.659.149.234	51.598.741.000
Acre	5.614.587	10.348.122	12.507.560	17.717.763	20.737.728.565	16.476.371.000
Amazonas	45.701.924	80.457.596	93.054.046	124.951.746	131.781.075.737	116.019.139.000
Roraima	4.557.030	8.534.183	8.870.362	13.253.238	15.592.576.593	16.024.276.000
Pará	49.918.538	91.507.751	109.149.833	162.718.441	199.265.790.101	215.935.604.000
Amapá	6.840.083	11.322.043	12.168.109	17.277.668	21.100.778.811	18.469.115.000
Tocantins	8.351.529	17.637.178	25.280.414	36.035.639	44.040.023.635	43.649.803.000
Maranhão	29.003.406	57.204.564	70.684.712	94.594.780	119.462.491.080	106.915.962.000
Mato Grosso	33.220.020	71.430.736	104.531.744	124.576.966	163.520.833.840	178.649.564.000
AMAZONIA LEGAL	<b>197.445.567</b>	<b>377.004.498</b>	<b>472.193.883</b>	<b>640.373.121</b>	<b>771.160.447.596</b>	<b>763.738.575.000</b>
PIB Médio da AMZL	21.938.396	41.889.389	52.465.987	71.152.569	85.684.494.177	84.859.841.667

CÁLCULO DO NDT	1995								
	Rondônia	Acre	Amazonas	Roraima	Pará	Amapá	Tocantins	Maranhão	Mato Grosso
Vi	14.238.448	5.614.587	45.701.924	4.557.030	49.918.538	6.840.083	8.351.529	29.003.406	33.220.020
Vm	21.938.396	21.938.396	21.938.396	21.938.396	21.938.396	21.938.396	21.938.396	21.938.396	21.938.396
<b>NDM</b>	<b>0,65</b>	<b>0,26</b>	<b>2,08</b>	<b>0,21</b>	<b>2,28</b>	<b>0,31</b>	<b>0,38</b>	<b>1,32</b>	<b>1,51</b>

CÁLCULO DO NDT	2000								
	Rondônia	Acre	Amazonas	Roraima	Pará	Amapá	Tocantins	Maranhão	Mato Grosso
Vi	28.562.326	10.348.122	80.457.596	8.534.183	91.507.751	11.322.043	17.637.178	57.204.564	71.430.736
Vm	41.889.389	41.889.389	41.889.389	41.889.389	41.889.389	41.889.389	41.889.389	41.889.389	41.889.389
<b>NDM</b>	<b>0,68</b>	<b>0,25</b>	<b>1,92</b>	<b>0,20</b>	<b>2,18</b>	<b>0,27</b>	<b>0,42</b>	<b>1,37</b>	<b>1,71</b>

CÁLCULO DO NDT	2005								
	Rondônia	Acre	Amazonas	Roraima	Pará	Amapá	Tocantins	Maranhão	Mato Grosso
Vi	35.947.103	12.507.560	93.054.046	8.870.362	109.149.833	12.168.109	25.280.414	70.684.712	104.531.744
Vm	52.465.987	52.465.987	52.465.987	52.465.987	52.465.987	52.465.987	52.465.987	52.465.987	52.465.987
<b>NDM</b>	<b>0,69</b>	<b>0,24</b>	<b>1,77</b>	<b>0,17</b>	<b>2,08</b>	<b>0,23</b>	<b>0,48</b>	<b>1,35</b>	<b>1,99</b>

CÁLCULO DO NDT	2010								
	Rondônia	Acre	Amazonas	Roraima	Pará	Amapá	Tocantins	Maranhão	Mato Grosso
Vi	49.246.880	17.717.763	124.951.746	13.253.238	162.718.441	17.277.668	36.035.639	94.594.780	124.576.966
Vm	71.152.569	71.152.569	71.152.569	71.152.569	71.152.569	71.152.569	71.152.569	71.152.569	71.152.569
<b>NDM</b>	<b>0,69</b>	<b>0,25</b>	<b>1,76</b>	<b>0,19</b>	<b>2,29</b>	<b>0,24</b>	<b>0,51</b>	<b>1,33</b>	<b>1,75</b>

CÁLCULO DO NDT	2015								
	Rondônia	Acre	Amazonas	Roraima	Pará	Amapá	Tocantins	Maranhão	Mato Grosso
Vi	55.659.149.234	20.737.728.565	#####	#####	199.265.790.101	21.100.778.811	44.040.023.635	119.462.491.080	163.520.833.840
Vm	85.684.494.177	85.684.494.177	85.684.494.177	85.684.494.177	85.684.494.177	85.684.494.177	85.684.494.177	85.684.494.177	85.684.494.177
<b>NDM</b>	<b>0,65</b>	<b>0,24</b>	<b>1,54</b>	<b>0,18</b>	<b>2,33</b>	<b>0,25</b>	<b>0,51</b>	<b>1,39</b>	<b>1,91</b>

CÁLCULO DO NDT	2020								
	Rondônia	Acre	Amazonas	Roraima	Pará	Amapá	Tocantins	Maranhão	Mato Grosso
Vi	51.598.741.000	16.476.371.000	#####	#####	215.935.604.000	18.469.115.000	43.649.803.000	106.915.962.000	178.649.564.000
Vm	84.859.841.667	84.859.841.667	84.859.841.667	84.859.841.667	84.859.841.667	84.859.841.667	84.859.841.667	84.859.841.667	84.859.841.667
<b>NDM</b>	<b>0,61</b>	<b>0,19</b>	<b>1,37</b>	<b>0,19</b>	<b>2,54</b>	<b>0,22</b>	<b>0,51</b>	<b>1,26</b>	<b>2,11</b>

### APÊNDICE III

#### Índices de Dimensões

A participação percentual da quantidade de estabelecimento públicos, em relação a quantidade de estabelecimento empresariais por unidade da federação - 2020.

Unidade da Federação	Total de Estabelecimentos empresariais (A)	Total de Estabelecimentos Públicos (B)	Instituição Pública/Estabelecimento empresariais ( B/A)	Índice de Estabelecimentos Públicos
Tocantins	28.967	710	0,025	1,000
Acre	8.588	122	0,014	0,510
Roraima	5.643	74	0,013	0,459
Amapá	7.311	88	0,012	0,407
Maranhão	65.806	636	0,010	0,295
Amazonas	34.981	286	0,008	0,224
Pará	77.154	634	0,008	0,226
Rondônia	33.466	241	0,007	0,178
Mato Grosso	100.863	518	0,005	0,080
Amazônia Legal	362.779	3.309	0,009	0,269
Brasil	5.434.091	18.803	0,003	0,000

Fonte: IBGE Cidades estimativa populacional e IBGE, CEMPRE - 2020.

Fonte: "IBGE - Cadastro Central de Empresas"

<b>V. MAX</b>	0,025
<b>V. MIN</b>	0,003

Receita Corrente Líquida, Valor do investimento. Relação entre Investimento sobre Receita Corrente Líquida (RCL) - 2020.

Unidade da Federação	Receita Corrente Líquida (Em milhão) - (A)	Investimentos (Em R\$ milhão)- (B)	Relação Investimento sobre Receita Corrente Líquida - RCL ( B/A)	Índice de Investimento sobre RCL
Pará	31.952	2.180	0,0682	1,000
Maranhão	18.238	914	0,0501	0,663
Mato Grosso	23.820	914	0,0384	0,445
Rondônia	9.581	319	0,0333	0,350
Tocantins	10.760	343	0,0319	0,324
Amazonas	22.878	711	0,0311	0,309
Acre	6.352	193	0,0304	0,296
Amapá	6.740	112	0,0166	0,040
Roraima	4.905	71	0,0145	0,000
Amazônia Legal	135.226	5.757	0,0426	0,523
Brasil	1.513.686	47.217	0,0312	0,311

Fonte: SICONFI-sistema de informações contábeis e fiscais do setor público brasileiro - 2020. (FINBRA -2020)

Fonte: STN -Secretária do Tesouro Nacional - Balanço do Setor Público Nacional - 2020

<b>V. MAX</b>	0,0682
<b>V. MIN</b>	0,0145

Participação percentual do PIB da administração pública em relação ao PIB total das unidades da Federação (x 1000000) - 2020

Unidade da Federação	PIB total (A)	PIB Administração Pública (B)	Relação B/A	Índice do PIB Adm. Pública
Amapá	18.469	8.255	0,4470	1,000
Roraima	16.024	6.538	0,4080	0,876
Acre	16.476	6.031	0,3660	0,743
Tocantins	43.650	11.408	0,2614	0,410
Maranhão	106.916	26.496	0,2478	0,367
Rondônia	51.599	12.000	0,2326	0,318
Amazonas	116.019	20.464	0,1764	0,139
Pará	215.936	37.614	0,1742	0,132
Mato Grosso	178.650	23.687	0,1326	0,000
Amazônia Legal	763.739	152.493	0,1997	0,213
Brasil	6.534.337	1.146.900	0,1755	0,137

Fonte: IBGE - Sistemas de contas nacionais - 2020.

<b>V. MAX</b>	0,4470
<b>V. MIN</b>	0,1326

População de 14 anos ou mais de idade ocupada, População de 14 anos ou mais de idade ocupada no setor público (incluído de militares e servidores públicos estatutários). Relação entre o total servidores ocupado e o da população ocupada na semana de referência, 4º trimestre (Valores em 1.000) - 2020.

Unidade da Federação	População Ocupada (A)	Servidores Públicos (B)	Relação B/A	Indicador PNAD
Amapá	312	86	0,2756	1,000
Tocantins	638	175	0,2743	0,988
Roraima	210	57	0,2714	0,963
Acre	301	73	0,2425	0,713
Maranhão	2.138	428	0,2002	0,346
Amazonas	1.583	300	0,1895	0,253
Pará	3.419	620	0,1813	0,182
Rondônia	751	125	0,1664	0,053
Mato Grosso	1.653	265	0,1603	0,000
Amazônia Legal	11.005	2.129	0,1935	0,287
Brasil	87.225	16.173	0,1854	0,218

Fonte: PNAD contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua - 2020

<b>V. MAX</b>	0,2756
<b>V. MIN</b>	0,1603

Relação entre as variáveis e índice RAIS de servidores públicos. (2020)

Unidade da Federação	Trabalhadores formais (A)	Servidores Públicos (B)	Relação B/A	Indicador RAIS
Roraima	101.770	49.691	0,4883	1,000
Amapá	124.619	60.374	0,4845	0,988
Acre	132.851	57.011	0,4291	0,808
Tocantins	266.895	102.035	0,3823	0,656
Maranhão	744.033	280.830	0,3774	0,640
Rondônia	342.766	115.513	0,3370	0,509
Amazonas	592.188	191.505	0,3234	0,465
Pará	1.081.037	325.325	0,3009	0,392
Mato Grosso	856.817	154.507	0,1803	0,000
Amazônia Legal	4.242.976	1.336.791	0,3151	0,438
Brasil	46.236.176	8.662.695	0,1874	0,023

Fonte: RAIS - Relatório Anual de Informações -2020

<b>V. MAX</b>	0,4883
<b>V. MIN</b>	0,1803

Índices de Servidores Públicos - 2020

Unidade da Federação	Índice PNAD (A)	Índice RAIS (B)	Índice Servidores Públicos Média(A, B)
Amapá	1,000	0,988	0,994
Roraima	0,963	1,000	0,982
Tocantins	0,988	0,656	0,822
Acre	0,713	0,808	0,760
Amazonas	0,253	0,465	0,359
Pará	0,182	0,392	0,287
Rondônia	0,053	0,509	0,281
Maranhão	0,346	0,640	0,493
Mato Grosso	0,000	0,000	0,000
Amazônia Legal	0,287	0,438	0,362
Brasil	0,218	0,023	0,120

Fonte: PNAD Continua e RAIS - 2020

População residente e despesas públicas de entes federativos. Relação entre população e gasto público – 2020.

Unidade da Federação	População(A)	Despesas (em R\$ Milhões)		Total de Gasto Público (B+C) - (Em Milhão)	Gasto Público <i>Per Capita</i> (E/A), (Em R\$ 1,00)	Índice de Gasto Público
		Estados (B)	Municípios (C)			
Acre	894.470	6.474	2.130	8.604	9.619	1,000
Tocantins	1.590.248	9.598	5.528	15.126	9.512	0,989
Mato Grosso	3.526.220	18.561	13.991	32.552	9.231	0,960
Roraima	631.181	3.619	1.915	5.534	8.768	0,911
Amazonas	4.207.714	20.307	12.622	32.929	7.826	0,813
Amapá	861.773	4.316	1.707	6.023	6.989	0,726
Rondônia	1.796.460	7.303	4.720	12.023	6.693	0,696
Pará	8.690.745	30.175	22.048	52.223	6.009	0,625
Maranhão	7.114.598	16.793	18.203	34.996	4.919	0,511
Amazônia Legal	29.313.409	117.146	82.864	200.010	6.823	0,405
Brasil	211.755.692	955.753	711.925	1.667.678	7.875	0,819

Fonte: SICONFI-sistema de informações contábeis e fiscais do setor público brasileiro - 2020. (FINBRA -2020)

Fonte: STN -Secretária do Tesouro Nacional - Balanço do Setor Público Nacional - 2020

<b>V. MAX</b>	9.619
<b>V. MIN</b>	4.919

## APÊNDICE IV

### Síntese dos Índices de Dimensões – 2020

Unidade da Federação	1- Índice de Estabelecimento Público	2- Índice de Invest. Sobre RLC	3- Índice do PIB ADM.	4- Índice de Serv. Público	5- Índice de Gasto Público
Amapá	0,407	0,040	1,000	0,994	0,726
Roraima	0,459	0,000	0,876	0,982	0,911
Acre	0,510	0,296	0,743	0,760	1,000
Tocantins	1,000	0,324	0,410	0,822	0,989
Rondônia	0,178	0,350	0,318	0,281	0,696
Amazonas	0,224	0,309	0,139	0,359	0,813
Pará	0,226	1,000	0,132	0,287	0,625
Maranhão	0,295	0,663	0,367	0,493	0,511
Mato Grosso	0,080	0,445	0,000	0,000	0,960
Amazônia Legal	0,269	0,523	0,213	0,362	0,405
Brasil	0,000	0,311	0,137	0,120	0,819

### Pesos de cada indicador de Dimensão

Descrição	PESO - 1	PESO - 2	PESO - 3	PESO - 4	PESO - 5
Pesos	3,21	3,05	3,03	3,00	2,57

## APÊNDICE V

Índice de Magnitude do Estado (IME) - 2020

Ordem	Unidade da Federação	Índice de Magnitude dos Estados
1º	Tocantins	0,703
2º	Acre	0,649
3º	Roraima	0,634
4º	Amapá	0,626
5º	Maranhão	0,462
6º	Pará	0,447
7º	Amazonas	0,353
8º	Rondônia	0,352
9º	Mato Grosso	0,274
-	Amazônia Legal	0,352
-	Brasil	0,258

## APÊNDICE VI

Evolução dos IMEs dos Estados da Amazônia Legal (2000; 2010 e 2020)

Ordem	Estados	IMEs / 2000	Ordem	Estados	IMEs / 2010	Ordem	Estados	IMEs / 2020
1º	Acre	0,566	1º	Acre	0,767	1º	Tocantins	0,703
2º	Tocantins	0,556	2º	Roraima	0,673	2º	Acre	0,649
3º	Roraima	0,510	3º	Tocantins	0,649	3º	Roraima	0,634
4º	Amapá	0,506	4º	Amapá	0,609	4º	Amapá	0,626
5º	Amazonas	0,254	5º	Rondônia	0,266	5º	Maranhão	0,462
6º	Rondônia	0,251	6º	Maranhão	0,264	6º	Pará	0,447
7º	Pará	0,227	7º	Amazonas	0,226	7º	Amazonas	0,353
8º	Maranhão	0,180	8º	Mato Grosso	0,188	8º	Rondônia	0,352
9º	Mato Grosso	0,142	9º	Pará	0,177	9º	Mato Grosso	0,274
-	Amazônia Legal	0,243	-	Amazônia Legal	0,277	-	Amazônia Legal	0,352
-	Brasil	0,091	-	Brasil	0,196	-	Brasil	0,258



Quadra 109 Norte, Avenida NS-15, ALCNO-14 | CEP 77001-090 |  
Palmas/TO  
(63)xxxx-xxxx | www.uft.edu.br/xxxxx | xxxxxxxx@uft.edu.br

## ATA DE DEFESA N.º 7/2024/COL/PPGDR/CUP/UFT

Ata da sessão pública de Defesa de Dissertação de Mestrado, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UFT do Francisco Pereira de Sousa orientado pelo Prof. Dr. Nilton Marques de Oliveira. Reuniu-se no vigésimo primeiro dia do mês de março de dois mil e vinte e quatro, às nove horas, no auditório do PPGDR, do Complexo de Pesquisa e Pós-graduação Prof. Dr. Lamadrid. A Banca Examinadora da Dissertação de Mestrado, designada pela Coordenação do Programa de Pós-Graduação, aqui representada pelo Coordenador, Prof. Dr. Alex Pizzio da Silva, composta pelos professores: Prof. Dr. Nilton Marques de Oliveira, presidente e orientador; Prof. Dr. Waldecy Rodrigues, membro interno e Prof. Dr. Jadson Luís Rabelo Porto, membro externo. A Banca Examinadora reuniu-se conforme autoriza o Art. 56-A da Resolução nº 13, de 22 de março de 2017, para julgar a Defesa de Dissertação intitulada: "A MAGNITUDE O ESTADO NA SOCIOECONOMIA DO TOCANTINS ENTRE 1990 E 2020", apresentado por Francisco Pereira de Sousa. O presidente deu por aberta a sessão e, em seguida, passou a palavra ao mestrando, para que, no prazo máximo de 30 minutos, expusesse o trabalho de pesquisa que resultou na Dissertação a ser defendida. Terminada a exposição, o presidente autorizou a arguição pela Banca Examinadora. Finalizada a arguição, o presidente suspendeu a sessão para que fosse efetivado o julgamento da Dissertação apresentada. Recolhidas as notas atribuídas pelos examinadores o presidente retomou os trabalhos públicos da sessão e anunciou o resultado do julgamento da Dissertação apresentada como APROVADA e encerrou a sessão, sendo lavrada a presente ata que integra o processo SEI de nº 23101.001425/2024-89 e assinada pelos membros da banca examinadora. O discente tem um prazo de 30 dias para entrega da Dissertação final.

- Aprovado  
 Reprovado.



Documento assinado eletronicamente por **Nilton Marques de Oliveira, Servidor(a)**, em 21/03/2024, às 17:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jadson Luís rebelo Porto, Usuário Externo**, em 25/03/2024, às 16:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Waldecy Rodrigues, Servidor(a)**, em 30/04/2024, às 16:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.uft.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.uft.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0254564** e o código CRC **207E58A6**.

---